

FERNANDO MATOS RODRIGUES

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E

PLANEJAMENTO URBANO:

CENÁRIOS DE PROTEÇÃO ECOSISTÊMICA E EXPANSÃO
URBANA NO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE
CARIJÓS - FLORIANÓPOLIS / SC

Dissertação de Mestrado submetida à banca de avaliação nos termos do capítulo IV, seção III (artigos 60 a 65) do Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina; sob orientação do professor Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, com foco em Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Volume I

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Fernando Matos

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO:

CENÁRIOS DE PROTEÇÃO ECOSISTÊMICA E EXPANSÃO URBANA NO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS - FLORIANÓPOLIS / SC /

FERNANDO MATOS RODRIGUES; orientador: Paulo Marcos Borges Rizzo - Florianópolis, SC, 2016. 490 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Meio Ambiente e Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento e Planejamento Urbano. 4. Plano Diretor Participativo. 5. Conflito urbano-ambiental. I. Borges Rizzo, Paulo Marcos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

Fernando Matos Rodrigues

Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano:
Cenários de proteção ecossistêmica e expansão urbana no entorno
da Estação Ecológica de Carijós - Florianópolis / SC

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Arquitetura e Urbanismo”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU-Cidade - da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de Dezembro de 2015.

Profa. Adriana Marques Rossetto, Dr.^a
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Marcos Borges Rizzo, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Carmen Susana Tornquist, Dr.^a
Membro Externo
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Profa. Adriana Marques Rossetto, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Lino Fernando Bragança Peres, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Trabalho Dedicado:

A Deus e Natureza, unidade da Vida

Aos *queridos familiares*, educadores, companheiros e referências de vida

Aos *grandes amigos e colegas*, apoiadores e colaboradores

Ao *Programa de pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade*, e ao *Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, da Universidade Federal de Santa Catarina

Aos *estimados mestres*, educadores, instrutores e grandes amigos

Aos *orientadores e colaboradores*, coautores deste trabalho

Aos *companheiros políticos* e todos os idealizadores da causa pública e coletiva, parceiros de lutas pelo bem comum

A *todos os que ajudaram* na realização deste trabalho e conclusão desta etapa da formação acadêmica

AGRADECIMENTOS

A Deus Grande Espírito, e Natureza Mãe Terra – unidade luz, base e guardiã da Vida...

A meus queridos pai e mãe, Sr. Luiz Rosa Rodrigues e Sra. Julia Matos Rodrigues - suportes e maiores educadores em minha trajetória...

A meus estimados irmãos, Sr. Alessandro Matos Rodrigues, Srtas. Marisol Matos Rodrigues e Luciana Matos Rodrigues – referências à minha jornada...

Aos demais familiares e aos grandes amigos, de ontem, de hoje e de amanhã, próximos ou distantes - apoiadores incondicionais...

Aos demais amigos e colegas de trabalho – colaboradores nesta caminhada...

À Universidade Federal de Santa Catarina – instituição base à minha trajetória acadêmica...

Ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, e ao Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/ UFSC) – espaços base de formação acadêmica...

Aos Mestres e Professores – educadores, guias e bons amigos que me conduziram à conclusão desta etapa...

Ao orientador Paulo Rizzo e aos colaboradores, professores Roberto Gonçalves, Paulo Vieira, Gert Schinke, Lino Peres, Adriana Rossetto e Soraya Nórr – partícipes e instrutores diretos deste trabalho...

Aos companheiros políticos e movimentos sociais – parceiros nas lutas pelo justo porvir...

A todos os que zelam pelo interesse público, pelo bem coletivo, e, sobretudo que buscam e acreditam em outro mundo, outras sociedades, e outras relações com as verdadeiras bases da Vida...

Enfim, *a todos os que contribuíram direta e indiretamente a esta conquista pessoal e coletiva, e ao cumprimento de um dever social: de devolver e socializar o conhecimento à Sociedade e contribuir na reflexão à resolução de seus problemas...*

*"Somente quando a última
árvore for derrubada, o último
peixe for morto e o último rio
for poluído é que o homem
perceberá que não pode comer
dinheiro."*

(Provérbio Indígena)

RESUMO

Em meio às pesquisas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e aos debates suscitados da constatação da Crise Sócio-ecológica Planetária, da qual são reflexos a Problemática Urbano-ambiental de Florianópolis e os impactos provenientes dos processos de urbanização e degradação ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés e imediações da Estação Ecológica de Carijós, esta dissertação apresenta-se como resultado de uma pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU-Cidade – da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. No seio das relações entre Ecologia e Planejamento Urbano, *esta pesquisa insere-se* no campo dos conflitos socioambientais no espaço urbano, tratando especificamente dos embates sobre o binômio meio ambiente e desenvolvimento urbano em torno de um processo de planejamento urbano culminado em um novo plano diretor municipal. Tomando como *estudo de caso* as planícies sedimentares e inundáveis do distrito de Ratonés e do entorno da Estação Ecológica de Carijós, situadas na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés no Norte da Ilha de Santa Catarina, onde se dá um complexo processo de ocupação, urbanização e degradação ambiental do território, a *pesquisa investiga* as inter-relações estabelecidas entre processos e peças de planejamento urbano, e os distintos interesses e proposições de agentes da produção e gestão do espaço urbano-ambiental; *buscando* propiciar a visualização de diferentes cenários de proteção ambiental e desenvolvimento urbano. *Investigando* como os agentes, com seus diversos discursos e pontos de vista particulares, interpretam e inter-relacionam ‘proteção ambiental e urbanização’ no Plano Diretor, e *comparando* estas visões com as características de uso-ocupação do solo, com os empreendimentos imobiliários e tendências de desenvolvimento, e com os mapeamentos coletados, *procura-se* não só demarcar distintos interesses e perspectivas como também evidenciar o nexos entre interesses privados e economicistas, tornados hegemônicos nos processos de planejamento e desenvolvimento urbano municipal, e presentes na área estudo de caso,

dos quais os cenários depreendidos procuram ilustrar. Da possibilidade de, de um lado indícios confirmarem a hipótese de interesses político-econômicos dominantes superarem os socioambientais, por exemplares de urbanização elitizada e conflitos entre urbanização e proteção ecológica de recursos naturais, e de outro lado, resultados contraporem tendências e apontarem reflexões sobre alternativas sócio-ecológicas de planejamento e desenvolvimento urbano local, a *pesquisa* fornece elementos que podem servir a novos trabalhos sobre o objeto estudado e a temática tratada - da qual este esforço de estudo se insere e alinha-se aos debates existentes sobre perspectivas e possibilidades de resolução de problemas urbano-ambientais, e de construção de alternativas de planejamento sintonizadas nas interligações entre Ecologia, Desenvolvimento e Planejamento Urbano, e nos pressupostos do Direito à Cidade e do Direito Ambiental. Em *síntese*, partindo de uma contextualização teórica e temática, e por uma caracterização sócio-espacial do estudo de caso e da problemática urbano-ambiental a que se insere, traz-se a relação dos interesses e proposições registradas pelos agentes consultados, dos quais – junto a dados técnicos e mapas coletados – depreendem-se os cenários ilustrados. Seguindo com a análise e reflexão sobre os dados da pesquisa empírica, trazem-se alguns apontamentos sobre seus conteúdos e inter-relações verificadas, findando com impressões e conclusões finais que procuram deixar à mostra os caminhos para a área estudada e as possibilidades abertas a novas pesquisas científicas e trabalhos extra-acadêmicos.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Desenvolvimento Urbano. Planejamento Urbano. Ecologia. Conflito Urbano-ambiental. Plano Diretor Participativo. Florianópolis. Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés. Estação Ecológica de Carijós. Planícies inundáveis. Sustentabilidade Urbana

ABSTRACT

Amid the research on Environment and Urban Development, and raised debates of the Socio-Ecological Crisis Planetary observation, which are reflections of the Problematic Urban-environmental Florianopolis and impacts from the processes of urbanization and environmental degradation in the Basin Rio Ratonés and vicinity of Ecological Carijós Station, this work presents itself as a result of a master's research at the Postgraduate Diploma in Urban Planning program, History and Architecture of the City - PGau-City - the Federal University of Santa Catarina - UFSC . Within the relationship between ecology and urban planning, this research is part of the field of socio-environmental conflicts in the urban space, dealing specifically the discussions on the binomial environment and urban development around an urban planning process culminated in a new master plan municipal. Taking as a case study the sedimentary and flood plains of Ratonés district and around the Ecological Carijós Station, located in the Basin Ratonés River in the north of the island of Santa Catarina, where it gives a complex process of occupation, urbanization and degradation environmental planning, the research investigates the established interrelationships between urban planning processes and parts, and different interests and proposals of the production and management of urban space and environmental agents; attempting to provide visualization of different scenarios of environmental protection and urban development. Investigating how the agents, with their various speeches and particular points of view, interpret and interrelate 'environmental protection and urbanization' in the Master Plan, and comparing these insights with characteristics of use, land use, real estate, development trends and the collected maps, looking not only demarcate different interests and perspectives as well as to highlight the link between private and economic interests become hegemonic in the planning processes and municipal urban development, and present in the case study area, of which the gathered from scenarios attempt to illustrate. The possibility that, on the one hand evidence confirming the hypothesis of dominant political and economic

interests outweigh the environmental, for elitist urbanization copies and conflicts between urbanization and ecological protection of natural resources, and on the other hand, results counteract trends and suggest reflections on alternatives socio-ecological planning and local urban development, research may ultimately provide elements that can serve to further work on the subject studied and the topic treated - which this effort of study is part and is aligned to existing debates on perspectives and Resolution opportunities of urban and environmental problems, and construction planning alternatives tuned at the interface between Ecology, Development and Urban Planning, and the Right to the City's assumptions and Environmental Law. In short, from a theoretical context and theme, and a socio-spatial characterization of the case study and the urban-environmental problems to which it belongs, it brings up a list of registered interest and proposals for consulted, of which - together with technical data and collected maps - inferred to the illustrated scenarios. Following the analysis and reflection on the data of empirical research, it brings up some notes on its contents and verified interrelations, ending with impressions and conclusions seeking leave to show the way for the study area and the possibilities open to new scientific research and non-academic work.

Key-words: Environment. Urban Development. Urban planning. Ecology. Urban-environmental conflict. Participative Master Plan. River Basin Ratonos. Ecological Station Carijós. Flood plains. Sustainable Urban.

LISTA DE FIGURAS

(Fotos, Imagens e Desenhos)

Figura 1	Contextualização do Município de Florianópolis	pg. 135
Figura 2	Imagens e Características do Município de Florianópolis	pg. 137
Figura 3	Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés ...	pg. 141
Figura 4	Situação e Localização do Distrito de Ratonés	pg. 147
Figura 5	Características e Especificidades do Distrito de Ratonés	pg. 148
Figura 6	Mapas de Suscetibilidade a Riscos de Inundação e Desabamento no Distrito de Ratonés	pg. 151
Figura 7	Mapa de Condicionantes Ambientais: Áreas Homogêneas de Vegetação Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós	pg. 152
Figura 8	Espécies de Flora das Planícies de Ratonés e entorno da ESEC Carijós	pg. 154
Figura 9	Espécies da Fauna das Planícies de Ratonés e entorno da ESEC Carijós	pg. 156
Figura 10	Planícies de Ratonés e entorno à ESEC Carijós + Demarcação de Áreas da União	pg. 159
Figura 11	Contextualização e Situação da Estação Ecológica de Carijós	pg. 161
Figura 12	Delimitação da Estação Ecológica de Carijós (Projeção em imagem de satélite)	pg. 162
Figura 13	Unidades de Conservação (Vista Tridimensional) Setores Norte e Centro da Grande Florianópolis	pg. 162
Figura 14	Tendências de Ocupação e Surgimento de Impactos ..	pg. 166
Figura 15	Possíveis Exemplos e Evidências de Problemas e Impactos	pg. 169
Figura 16	Mapa de Áreas de Outorga Onerosa do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas perto da ESEC Carijós	pg. 180
	(zoneamento do anteprojeto de plano diretor proposto pela fundação CEPA e PMF - imediações da ESEC	

Carijós e distrito de Ratonés)

- Figura 17** Cenário I - Cenário Atual: Pré-ocupação Urbana pg. 227
(c/ atividades agropecuárias e núcleos em urbanização)
- Figura 18** Cenário II - Cenário Idealizado: Urbanização Sustentável pg. 229
(expansão da urbanização pela grande iniciativa privada)
- Figura 19** Cenário III – 1º Cenário Alternativo: Proteção Ecosistêmica e Urbanização Ecológica pg. 232
(c/ ocupação limitada, áreas de transição e expansão de áreas protegidas)
- Figura 20** Cenário IV – 2º Cenário Alternativo: Ocupações Rurais e Urbanas pg. 234
(c/ urbanização concentrada, áreas rurais e áreas protegidas)
- Figura 21** Cenário V – Cenário Futuro: majoritariamente Urbanizado e Adensado pg. 236
(c/ degradação ambiental, segregação sócio-espacial e elitização espacial)
- Figura 22** Mapas de Zoneamento do Entorno próximo à ESEC Carijós: Anteprojeto do Plano Diretor PMF-IPUF/CEPA – 2011 pg. 250
- Figura 23** Mapa de Micro-zoneamento: Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós pg. 259
Zoneamento do Novo Plano Diretor de Florianópolis / 2014 - L. C. nº 482 de 17/01/2014
- Figura 24** Comparativo dos Mapas de Micro-zoneamento do Distrito de Ratonés pg. 265
(Plano Diretor dos Balneários / Plano Diretor PMF-Fundação CEPA / Novo Plano Diretor de Florianópolis)
- Figura 25** Mapas de Restrições Ambientais: Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós pg. 274
- Figura 26** Comparativo: Mapa de Zoneamento e Mapas de

	Terras de Marinha	
	Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós ...	pg. 277
	(Zoneamento do novo Plano Diretor de Florianópolis / Demarcação de Terras de Marinha / Mapa de Áreas Públicas e Privadas)	
Figura 27	Sobreposição do Mapa de Demarcação de Terras de Marinha no Mapa de Zoneamento Urbano do novo Plano Diretor de Florianópolis	pg. 279
	Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós	
Figura 28	Ilustração de Emendas ao PLC 1292/2013 influentes em torno à ESEC Carijós	pg. 293
	Emendas que apontam urbanização em APL e áreas desocupadas, e/ou adensamento em áreas já ocupadas (<u>Emendas não aprovadas</u>)	
Figura 29	Ilustração de Emendas ao PLC 1292/2013 influentes em torno à ESEC Carijós	pg. 295
	Emendas que apontam urbanização em APL e áreas desocupadas, e/ou adensamento em áreas já ocupadas (<u>Emendas aprovadas</u>)	
Figura 30	Situação das maiores propriedades fundiárias na Base Cartográfica do Mapa de Cadastro Imobiliário do IPUF	pg. 326
	Imediações das planícies do entorno da ESEC Carijós e Ratores - Norte da Ilha	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Impactos socioambientais negativos no distrito de Ratonés	pg. 144
Quadros 2 a 6	Síntese dos resultados dos questionários de entrevistas	pg. 189
	(em relação aos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental)	
Quadro 2	Síntese do Bloco I	pg. 191
Quadro 3	Síntese do Bloco II	pg. 194
Quadro 4	Síntese do Bloco III (seção 1)	pg. 197
Quadro 5	Síntese do Bloco III (seção 2)	pg. 200
Quadro 6	Síntese do Bloco III (seção 2) (relação c/ cenário IV)	pg. 204
Quadro 7	Índices Urbanísticos: distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós	pg. 260
Quadro 8	Lista de propriedades fundiárias situadas em áreas inundáveis e de manguezais	pg. 309
Quadro 9	Lista de propriedades fundiárias que configuram latifúndios e minifúndios urbanos	pg. 311
Quadro 10	Lista de propriedades fundiárias sem uso e ocupação do solo	pg. 315
Quadro 11	Síntese dos dados sobre as propriedades fundiárias adjacentes à ESEC Carijós	pg. 320
	(sentido da leitura dos dados: vertical)	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Lista de Impactos socioambientais negativos na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos	pg. 143
Tabela 2	Lista de Tipos de Solo nas planícies sedimentares do entorno da ESEC Carijós	pg. 158
Tabela 3	Composição da Zona de Amortecimento da ESEC Carijós	pg. 164
Tabela 4	Síntese dos Problemas e Potencialidades do Distrito de Ratonos	pg. 185
	(Etapa de Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo)	
Tabela 5	Síntese das manifestações registradas pelos agentes entrevistados	pg. 206
	(posições conflitantes entre os grupos de agentes consultados)	
Tabela 6	Micro-zoneamento: Distrito de Ratonos e proximidades da ESEC Carijós	pg. 258
Tabelas 7 a 10	Listagem de emendas ao Plano Diretor	pg. 282
	Emendas ao PLC 1292/2013 incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos	pg. 282
Tabela 7	(Distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa)	
	Emendas ao PLC 1292/2013 influentes nas Planícies inundáveis em torno à ESEC Carijós	pg. 287
Tabela 8	(Distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa)	
	Emendas ao PLC 1292/2013 incidentes sobre as Planícies inundáveis em torno à ESEC Carijós	pg. 289
Tabela 9	(Distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa)	
	Emendas ao PLC 1292/2013 influentes em torno à ESEC Carijós: emendas que apontam urbanização em APL e/ou áreas desocupadas	pg. 291
Tabela 10	(Distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa)	
Tabela 11	Relação de Emendas propostas por membros da comunidade do	

Tabela 12	Distrito de Ratores	pg. 298
	Relação de Emendas propostas por membros da comunidade do Distrito de Santo Antônio de Lisboa	pg. 299

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviatura / Sigla	Descrição Nominal
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
AMORA	Associação de Moradores de Ratores
APP	Área de Preservação Permanente
APL	Área de Proteção com Uso Limitado
APRR	Associação de Pescadores de Ratores
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CECCA	Centro de Estudos, Cultura e Cidadania
CF 88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CELESC	Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina
CEPA	Fundação Centro de Estudos e Planejamento Ambiental
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNC	Coletivo Nossa Cidade
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSECA ESEC Carijós	Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Carijós
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ESEC Carijós	Estação Ecológica de Carijós
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
FATMA	Fundação do Meio Ambiente – Santa Catarina
FEEC	Federação das Entidades Ecologistas - Santa Catarina
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
IAB-SC	Instituto de Arquitetos do Brasil – Santa Catarina
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade
INMAR	Instituto para o desenvolvimento da Mentalidade Marítima
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LPM	Linha de Preamar Média
LTM	Linha Limite de Terras de Marinha
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PGAU Cidade- UFSC	Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade-UFSC
PDP	Plano Diretor Participativo
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SMDU	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Florianópolis
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
UC	Unidades de Conservação da Natureza
UFECO	União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZAC	Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	pg. 33
1.1: PREÂMBULO E APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	pg. 33
1.1.1: Preâmbulo	pg. 33
1.1.2: Apresentação da Dissertação de Mestrado	pg. 34
1.2: PROPOSTA DE PESQUISA	pg. 39
1.2.1: Problemática de pesquisa (situação-problema)	pg. 40
1.2.2: Enfoque Analítico	pg. 55
1.2.2.1: - O Enfoque de Análise: contextualização e definição..	pg. 56
1.2.2.2: - Sustentabilidade Urbana	pg. 56
1.2.3: Questão de pesquisa (pergunta de partida)	pg. 59
1.2.4: Questões Suplementares (questões norteadoras)	pg. 60
1.2.5: Hipótese de Trabalho	pg. 61
1.2.6: Objetivo Geral	pg. 62
1.2.7: Objetivos Específicos	pg. 62
1.2.8: Justificativa	pg. 63
1.2.9: Metodologia de pesquisa (procedimentos e instrumentos)	pg. 65
1.2.9.1: Tipo de pesquisa	pg. 69
1.2.9.2: Sujeitos de pesquisa e Fontes de Informação	pg. 69
1.2.10: Objeto de pesquisa	pg. 70
1.2.11: Estudo de Caso	pg. 71
1.2.12: Possibilidades de Trabalho	pg. 72
2 – CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS	pg. 77
2.1: CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA	pg. 79
2.1.1: Crise Sócio-ecológica Planetária e Questão Urbano-ambiental:	pg. 79
- O problema Sócio-ecológico e Urbano do Desenvolvimento	pg. 79
2.1.2: Cidade, Desenvolvimento, Planejamento e Gestão Urbana:	pg. 84
- A Cidade real, a Cidade Capitalista	pg. 84
- O problema do Planejamento e da Gestão Urbana	pg. 91
2.1.3: A dinâmica de Planejamento e Gestão Urbana em	

	Florianópolis:	pg. 95
	- Breve histórico da práxis de planejamento e gestão urbana no município	pg. 95
2.1.4:	Ecologia e concepções de cidade, desenvolvimento, planejamento urbano e Natureza:	pg. 99
	- Ecologia em cena: evidências e transformações	pg. 99
2.2:	REFERENCIAIS TEÓRICOS	pg. 109
2.2.1:	O conceito de Meio Ambiente	pg. 110
2.2.2:	O conceito de Desenvolvimento	pg. 112
	- Desenvolvimento Urbano, Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável x Ecodesenvolvimento	
2.2.3:	O conceito de Planejamento Urbano	pg. 124
	- Planejamento Urbano, Planejamento Ambiental Urbano	
3 –	Capítulo II: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PROBLEMÁTICA URBANO-AMBIENTAL	pg. 133
3.1:	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO	pg. 134
3.1.1:	Florianópolis: breve contextualização e caracterização	pg. 134
3.1.2:	A Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés: unidade de referência	pg. 140
3.1.2.1:	- O Distrito de Ratonés	pg. 146
3.1.3:	Planícies inundáveis de Ratonés e entorno à ESEC Carijós: unidade de análise básica	pg. 150
3.1.3.1:	- Vegetação	pg. 152
3.1.3.2:	- Fauna	pg. 155
3.1.3.3:	- A Estação Ecológica de Carijós – ESEC Carijós	pg. 160
3.2:	O PROBLEMA URBANO-AMBIENTAL NA ÁREA DE ESTUDO	pg. 165
4 –	Capítulo III – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	pg. 175
4.1:	CONFLITOS EM NÍVEL MUNICIPAL: interesses em torno do novo plano diretor	pg. 176
4.2:	IDEIAS POSTAS PARA RATONES E ENTORNO	pg. 183

	DA ESEC CARIJÓS: interesses e proposições	
4.2.1:	Análise dos Quadros-síntese	pg. 206
4.3:	COMPARATIVO DE CENÁRIOS ÀS PLANÍCIES DE RATONES E ENTORNO DA ESEC CARIJÓS ...	pg. 225
5 -	Capítulo IV – ANÁLISE, REFLEXÕES E APONTAMENTOS	pg. 241
5.1:	PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E NOVO PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS	pg. 244
5.1.1:	Plano Diretor Participativo	pg. 244
5.1.1.1:	O processo de planejamento	pg. 244
5.1.2:	O Novo Plano Diretor - L. C. nº 482 de 17/01/2014 (IPUF-PMF)	pg. 253
5.1.2.1:	- Propósitos do plano	pg. 253
5.1.2.2:	- Comentários gerais	pg. 254
5.1.2.3:	- O Novo Plano Diretor no Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós	pg. 255
	a) Perfil do plano no local	pg. 255
	b) Considerações iniciais	pg. 255
	c) Zoneamento	pg. 257
	d) O novo plano e seus antecessores	pg. 264
	e) Reflexões e críticas	pg. 267
5.2:	EMENDAS AO NOVO PLANO DIRETOR (vereadores x população)	pg. 281
5.2.1:	Lista de Emendas Parlamentares ao Plano Diretor	pg. 282
5.2.2:	Lista de Emendas da Sociedade Civil Organizada	pg. 297
5.2.2.1:	- Emendas no Distrito de Ratonés	pg. 298
5.2.2.2:	- Emendas no Distrito de Santo Antônio de Lisboa	pg. 299
5.3:	CADASTRO IMOBILIÁRIO X RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, PLANO DIRETOR E TERRAS DE MARINHA	pg. 301
5.3.1:	Análise do Cadastro Fundiário no entorno à ESEC Carijós	pg. 301
5.3.2:	Cadastro Fundiário x Restrições Ambientais, Plano Diretor e Terras de Marinha	pg. 303
5.4:	CONFLITO ENTRE INTERESSES E CENÁRIOS RESULTANTES	pg. 327

6 –	CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg. 345
6.1:	PERSPECTIVAS E IMPRESSÕES FINAIS	pg. 345
6.1.1:	Conclusões da pesquisa	pg. 345
6.1.2:	Conclusões pessoais	pg. 357
7 -	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pg. 365
7.1:	LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	pg. 365
8 –	APÊNDICES	pg. 383
8.1:	LISTA DE APÊNDICES	pg. 383
9 –	ANEXOS	pg. 387
9.1:	LISTA DE ANEXOS	pg. 387

*“O homem é a mais insana das espécies.
Adora um Deus invisível e mata uma
Natureza visível... sem perceber que a
Natureza que ele mata é esse Deus invisível
que ele adora.”*

Hubert Reeves (Astrofísico Canadense)

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - PREÂMBULO E APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1.1.1 – Preâmbulo

Previamente à apresentação desta dissertação de mestrado, convém registrar as **motivações** e razões que conduziram à realização da proposta de pesquisa e à escrita deste texto dissertativo. Assim, atividade de pesquisa científica e estudos acadêmicos, quando se utilizam de bases e recursos técnico-financeiros e humanos de instituições públicas mantidas com esforços coletivos da sociedade, devem pautar-se por princípios e premissas que aspirem ultrapassar intenções individuais e/ou setoriais; alcançando, portanto, o nível da coletividade e tornando-se um dever social. Neste sentido, esta pesquisa de mestrado desenvolveu-se de modo a tentar não reduzir-se à esfera acadêmica e à espacialidade de uma instituição universitária, mas sim transpô-la em direção à esfera social e buscar, no possível, contribuir com reflexões sobre a prática social referente à temática tratada.

Assim, a motivação subjacente à realização deste trabalho refere-se sobretudo à necessidade de - num contexto de agravamento das condições sociais, econômicas e urbano-ambientais das cidades, consoante à constatação de uma crise sócio-ecológica e civilizatória em nível planetário - construir um estudo que acompanhe os debates acadêmicos e extra universitários sintonizados na crítica aos modelos e processos dominantes e constituídos, e ainda nas urgências e possibilidades de resolução dos problemas existentes sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento urbano. De fundo, trata-se de uma motivação que busca ir além dos muros da institucionalidade acadêmica, inscrevendo-se em um processo de formação teórica e atuação sócio-política, que visa fazer com que, as informações produzidas e resultados alcançados tenham repercussão social, por meio de debates e reelaborações.

Este estudo tem suas **origens** teóricas e metodológicas inscritas em um processo de formação acadêmica, como continuidade de pesquisas iniciadas no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. No entanto, são suas origens políticas e ideológico-filosóficas que mais precisam ser registradas, cujos fundamentos encontram-se respectivamente em parcerias e militância com organizações e movimentos sociais, e em concepções de mundo e raízes interiores.

1.1.2 – Apresentação da dissertação de mestrado

O binômio Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano tem sido objeto recorrente de pesquisas acadêmicas e também suscitado inúmeras reflexões e discussões extra universitárias, no âmbito das institucionalidades governamentais, das intencionalidades mercantis, e do imaginário social, em relação a variadas temáticas. Num contexto atual marcado por evidências de agravamento da degradação das condições ambientais globais, fruto de um processo histórico de produção de uma Crise Sócio-ecológica em nível planetário (LEFF, 1986; MORIN e KERN, 1995; BOFF, 2004; VIEIRA, 2009), esses debates tornaram-se mais frequentes e disseminados; perpassando muitos aspectos referentes à organização da estrutura sócio-espacial, em que a dimensão urbana é parte e reflexo.

Assim, paralelamente à constatação de uma problemática urbano-ambiental historicamente construída e acirrada com o crescimento do município de Florianópolis (no qual se mostra um complexo e voraz processo de ocupação e urbanização do território, de degradação do ambiente natural e de deterioração do espaço urbano e das relações sociais), tem se inserido muitas discussões nos processos de desenvolvimento e planejamento urbano e se desenhado diversos cenários futuros; revelando distintos interesses dos agentes da produção e gestão do espaço urbano-ambiental, perspectivas de estruturação sócio-espacial, visões de cidade e relação com a natureza. Ilustram neste sentido, os distintos projetos políticos, sociais, econômicos e urbanísticos postos para a cidade; que refletem interpretações e

paradigmas conflitantes, por vezes fundamentados em concepções igualmente opostas entre si; donde comumente prevalecem como dominantes na prática, as vinculadas a ideologias da ordem do sistema socioeconômico vigente.

Segundo Cunha (2011), no Plano Diretor Participativo do município de Florianópolis colocaram-se e opuseram-se diferentes projetos políticos para a cidade, em torno dos quais se conflitaram os paradigmas da cidade-mercado e da cidade-direito. Como outros exemplos noutros momentos, vários projetos pontuais pela cidade - como empreendimentos turístico-imobiliários e complexos empresariais privados [a exemplo da Marina/Hotel Porto da Barra (ALEXANDRE, 2003; FERREIRA, 2005), do Resort e Complexo Turístico-empresarial Costão do Santinho, do Empreendimento Turístico-imobiliário Jurerê Internacional, do Hotel Ponta do Coral, dentre outros] – que não só manifestaram diferentes visões fundadas nestes paradigmas, como também se mostraram conflitos urbano-ambientais de grandes proporções, geralmente conflitando proteção da Natureza e desenvolvimento urbano, empreendedores e comunidades locais. Ressalte-se que tais entendimentos sobre expansão urbana e proteção ambiental são motivados por diferentes interpretações dos próprios conceitos de desenvolvimento, cidade e natureza; exemplificando-se no imaginário e na retórica sociocultural; na prática político-econômica, em definições conceituais [como as diversas notações de sustentabilidade do desenvolvimento urbano (ACSELRAD, 2001)], em conflitos entre discursos ambientalistas preservacionistas e desenvolvimentistas economicistas, etc.; em que comumente as concepções de matizes antropocêntricas e mercantis põem-se como dominantes na produção, acesso e gestão da espacialidade urbana de Florianópolis, desenhando-a segregativamente com exemplares graves e notáveis de gentrificação urbana e de injustiça socioambiental.

Assim posto, esta dissertação vem expor alguns resultados e impressões decorrentes de pesquisa relativa à temática. Na sequência, como em um roteiro neste texto dissertativo, procura-se fornecer ao leitor, meios para conhecimento e entendimento do referido esforço de pesquisa e sistematização de resultados. Posteriormente a este

preâmbulo e apresentação da dissertação, para efeitos de introdução, resgata-se a proposta de pesquisa realizada entre os anos de 2013 a 2015, junto ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina; no intuito de mostrar na íntegra a estrutura do estudo realizado.

Inicialmente, a síntese da proposta de pesquisa traz a problemática dos conflitos de interesse entre agentes do espaço urbano sobre o binômio meio ambiente e desenvolvimento, registrados em torno do novo plano diretor municipal e também observados no recorte espacial delimitado. Considerada a questão de como os agentes tem entendido a relação entre proteção ambiental e urbanização nas planícies do distrito de Ratoles e entorno da Estação Ecológica de Carijós, traz-se o enfoque analítico da Sustentabilidade Urbana - referencial teórico básico à análise e diferenciação de interesses e proposições citadas, também utilizadas na construção dos cenários posteriormente ilustrados. Na sequência, são citadas questões suplementares de cunho descritivo, explicativo e preditivo formuladas à construção dos questionários de entrevistas com os agentes, das quais os cenários também se embasaram. Demarcando o objetivo geral de comparar os distintos cenários de proteção ambiental e expansão urbana nas planícies adjacentes à ESEC Carijós, acrescentam-se objetivos específicos a que a pesquisa busca alcançar. Colocada a justificativa geral da pesquisa, focada na gravidade e complexidade dos estágios de degradação ambiental e processos de desenvolvimento e planejamento urbano local, acrescenta-se justificativas adicionais baseadas em questões teóricas, políticas, empíricas e pessoais. Na sequência, expõe-se a metodologia de pesquisa, da qual são descritos os procedimentos usados nas etapas de estruturação teórica, investigação e prospecção, análise de dados, reflexão e informação; bem como os instrumentos e técnicas de coleta de dados e a forma como se deu a consulta às fontes documentais e bibliográficas. Do objeto de pesquisa, correspondente aos cenários depreendidos dos posicionamentos dos agentes correlacionados aos dados técnicos coletados, traz-se a hipótese geral da pesquisa, referente à possível e mesmo provável sobreposição dos interesses particulares e mercantis sobre os sócio-ecológicos no processo de planejamento e

desenvolvimento urbano local. Desta hipótese, partindo da crítica aos interesses hegemônicos no Plano Diretor e nos processos de planejamento e desenvolvimento urbano, inerentes ao modelo de urbanização da cidade capitalista, aventam-se possibilidades de reflexão sobre embasamento ecológico do Plano Diretor e priorização de diretrizes e políticas de proteção ambiental. Por fim, expõe-se de forma breve o local constituído como estudo de caso da pesquisa.

Em termos metodológicos, os resultados da pesquisa agrupam-se nas etapas de contextualização temática e teórica; contextualização sócio-espacial da problemática urbano-ambiental na área pesquisada; exposição dos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, e esforço analítico e reflexivo sobre a relação dos cenários identificados com os dados técnicos coletados, que compõem respectivamente os quatro capítulos desta dissertação, seguidos das considerações finais. Passando ao texto propriamente dito, procura-se em linhas gerais explicitar os conteúdos tratados.

O primeiro capítulo diz respeito à contextualização temática e teórica da pesquisa realizada e traz os referenciais teóricos que embasaram as reflexões contidas no texto. Acerca da temática, em linhas gerais discorre-se sobre: (i) a Crise Sócio-ecológica Planetária e a Questão Urbano-ambiental, decorridas da problemática do desenvolvimento, da qual o urbano é parte e reflexo; (ii) a relação entre Cidade, Desenvolvimento, Planejamento e Gestão Urbana, em que o modelo da Cidade Capitalista (a cidade real onde a maioria da população urbana reside) guarda estreita proximidade com a problemática de planejamento e gestão urbana; (iii) a dinâmica de Planejamento e Gestão Urbana em Florianópolis, cujo experiência histórica revela problemas nos processos e produtos resultantes, e (iv) a relação entre Ecologia, Natureza, Cidade, Desenvolvimento e Planejamento Urbano, por um breve histórico donde surgiram muitas dos debates acadêmicos, enfoques teóricos, leis e políticas idealizadas. Acerca dos referenciais teóricos, discorre-se sobre: (i) os fundamentos da Cidade Capitalista que têm marcado a maioria das cidades, (ii) as conceituações, interpretações e pesquisas sobre o termo Meio Ambiente, fundamental às reflexões sobre o estado ambiental das cidades; (iii) e

(iv) as conceituações, interpretações e pesquisas sobre os termos Desenvolvimento Urbano e Planejamento Urbano, cujos modelos dominantes têm desenhado também as cidades reais e cujos enfoques alternativos as têm questionado.

O segundo capítulo diz respeito à contextualização sócio-espacial e caracterização da problemática urbano-ambiental na área pesquisada, procurando enquadrá-la e mostrar os problemas a que tem se deparado. Sobre a contextualização, inicia-se pela inserção do nível municipal no contexto estadual e regional; passando pela descrição da bacia hidrográfica do rio Ratonos (unidade de referência ao local pesquisado), findando-se na caracterização das planícies de Ratonos e entorno à ESEC Carijós (unidade de análise básica da pesquisa). Sobre a caracterização da problemática presente no recorte espacial delimitado, procura-se evidenciar reflexos de um processo histórico e corrente que vem produzindo impactos urbanísticos e ambientais preocupantes.

O terceiro capítulo se refere à exposição dos distintos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, depreendidos da correlação entre teoria e dados obtidos na etapa empírica da pesquisa. Discorre-se inicialmente sobre os conflitos de interesse registrados em torno ao processo de planejamento urbano, e ao novo plano diretor, em nível municipal; os quais se replicam na área objeto de estudo da pesquisa. Expõem-se posteriormente os posicionamentos e indicativos dados pelos agentes consultados em entrevistas, sistematizando-os em quadros comparativos organizados conforme a estrutura dos questionários elaborados, divisão das entidades focalizadas, e cenários decorrentes. Ao fim, sobre estes cenários, traz-se um comparativo dos mesmos na localidade pesquisada, a fim de retratar as diferentes perspectivas, rumos e possibilidades futuras ao local.

O quarto capítulo trata-se de um Esforço analítico e reflexivo sobre a relação dos cenários identificados com os dados técnicos coletados ao longo da pesquisa, tomando por base os aportes teóricos e contextualizações anteriores. Tomou-se como objetos destas análises: (i) o processo participativo do novo plano diretor municipal; (ii) as emendas elaboradas ao novo plano diretor; (iii) os dados de cadastro imobiliário cruzados com mapas de restrições ambientais, zoneamento e

terras de marinha; e (iv) o próprio conflito entre interesses e cenários registrados. Sobre o processo de participação e o novo plano diretor, descreve-se brevemente o processo participativo de planejamento urbano em meio à elaboração do novo plano diretor, no qual se registraram inúmeras irregularidades, problemas e conflitos de toda ordem; passando em seguida à descrição e análise do novo plano diretor municipal, considerado o recorte espacial delimitado. Sobre as emendas ao novo plano diretor lista-se e analisam-se as emendas elaboradas (aprovadas ou não) por parlamentares e por membros da sociedade civil organizada, comparando-as entre si, para efeitos de diferenciação e correlação com os cenários. Sobre a relação do cadastro imobiliário com os mapas de restrições ambientais, zoneamento e terrenos de marinha, inicialmente analisa-se as informações constantes no cadastro fundiário acerca de terrenos no entorno da ESEC Carijós, para fins de caracterização e diferenciação; passando em seguida à análise dos resultados do cruzamento do cadastro com os mapas citados, para fins de e correlação com os cenários e identificação de problemas existentes e/ou potenciais na localidade pesquisada. Por fim, sobre os conflitos entre interesses e cenários resultantes, são analisadas as diferentes posições e possibilidades colocadas, com a finalidade de trazer à tona a relação entre discursos e perspectivas assinaladas; considerados os documentos coletados, os processos correntes e as tendências futuras.

Finalizando o texto desta dissertação, registra-se nas considerações finais, impressões e perspectivas finais sobre os resultados do esforço de pesquisa em questão, e sobre as dúvidas surgidas e as possibilidades abertas a novos estudos do local; no intuito de tentar inserir no debate acadêmico e, no possível, contribuir ao processo de planejamento da área em estudo.

Fechando o documento, após as referências bibliográficas essenciais ao desenvolvimento desta dissertação, acrescentaram-se apêndices e anexos ao texto, que sequencialmente dispostos, procuram ilustrar e evidenciar dados coletados e reflexões desenvolvidas.

1.2 – PROPOSTA DE PESQUISA

Na sequência, desenvolve-se neste tópico uma síntese da proposta de pesquisa qualificada e realizada.

1.2.1 – Problemática de pesquisa (situação-problema)

A **situação-problema** que esta pesquisa aborda se refere às distorções nos conflitos de interesse entre as concepções de agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, sobre proteção ambiental e urbanização, expressos em torno do plano diretor nas planícies do distrito de Ratonos e do entorno à Estação Ecológica de Carijós; consideradas as interdependências e inter-relações entre meio ambiente e desenvolvimento, Ecologia e planejamento urbano, e a problemática socioambiental urbana existente na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos e no município de Florianópolis. Em outras palavras, refere-se de um lado à hegemonia das concepções mercantis de desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente no processo de planejamento; e de outro, a deficiências de compreensão e apropriação de teorias e conceitos ecológicos, de respeito à legislação urbano-ambiental, e de consideração da problemática da cidade do capital e da crise sócio-ecológica globalizada. Dentre tais conflitos e disputas podem estar se inserindo:

- (i) Predomínio de visões hegemônicas de meio ambiente e desenvolvimento urbano,
- (ii) Persistência de modelos dominantes e usuais de planejamento e gestão urbana;
- (iii) Influência do mercado e do individualismo, na produção e motivação de conflitos de interesses no plano diretor e em relação à Estação Ecológica de Carijós;
- (iv) Apropriação deficitária da questão ecológica > falta de embasamento em determinadas concepções e discursos dos agentes sociais do espaço urbano, no processo de planejamento;
- (v) Oposição entre proteção ambiental e expansão urbana nas concepções e discursos dos agentes

- (vi) Marginalização da Natureza e do Meio Ambiente no processo de construção e controle do espaço urbano
- (vii) Reprodução de problemas urbanos e impactos socioambientais; dentre outros problemas.

Somadas a um processo descontrolado de expansão urbana, ao descumprimento da legislação urbana e dos planos existentes, e ao desequilíbrio entre forças socioeconômicas dos agentes da produção e gestão do espaço urbano, as possíveis inadequações, distorções e/ou disputas em torno do uso de conceitos ecológicos, de apropriação e elaboração da legislação ambiental, e de consideração da cidade real e da crise socioambiental globalizada no processo de planejamento urbano local, podem estar se constituindo em problemas e conflitos a serem verificados empiricamente, e que podem ajudar na (re) produção de disparidades sócio-espaciais urbano-rurais e de impactos socioculturais e ecossistêmicos locais.

Nesse sentido, trata-se nesta pesquisa, não necessariamente de um caso pontual de conflito socioambiental em torno do acesso e controle de recursos naturais, e/ou de um urbano-ambiental marcado por embates entre empreendedores x ambientalistas unidos a comunidades resistentes; mas de uma situação de conflito entre agentes da produção e gestão do espaço urbano, referente a disputas de interesse entre proteção ambiental e urbanização que giram em torno de um Plano Diretor e de uma Unidade de Conservação Federal, considerando as perspectivas futuras de configuração sócio-espacial e de proteção ambiental no local. Dessa forma, tomam-se como problema deste estudo de caso, os conflitos entre cenários apontados pelos agentes do espaço urbano; agentes¹ estes, entendidos - de acordo com a classificação de Corrêa

¹ - Segundo Cristina S. Santos (1993) e Roberto Lobato Corrêa (2004), estes agentes são: (i) *clientes de moradia* (meros usuários), (ii) *proprietários de moradias* (interessados no valor de troca da moradia), (iii) *proprietários fundiários* (interessados no valor de troca da terra urbana), (iv) *promotores imobiliários* (intermediários profissionais a serviço de outros proprietários do setor imobiliário), (v) *Estado* (mediador dos demais agentes), e (vi) *grupos sociais excluídos* (os que “não tem acesso aos bens e serviços produzidos socialmente”, como a habitação e acesso ao solo urbano).

(2004) – enquanto: clientes de moradia, proprietários de moradias, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, e grupos sociais excluídos; o que em síntese subentende-se por membros representantes do mercado imobiliário e indústria da construção civil, do Poder Público, da Sociedade Civil organizada, e da População local.

Recorde-se que o problema dos conflitos socioambientais tem sido objeto de estudo teórico e científico de muitos autores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, notadamente das ciências sociais aplicadas (como cientistas sociais, geógrafos, urbanistas, planejadores urbanos, juristas, etc.) e das ciências naturais (biólogos, ecólogos e outros). Há nessa seara, vasta produção bibliográfica em torno da temática dos conflitos socioambientais e urbano-ambientais, fruto de projetos de desenvolvimento e empreendimentos públicos e privados de grande porte e de grandes interesses econômicos. Não se trata aqui de uma explanação aprofundada dos inúmeros casos que se repetem sistematicamente no cotidiano pelos diversos contextos sócio-espaciais; citando-se, contudo, alguns casos ilustrativos já estudados, publicados, e conhecidos pela sociedade envolvida e/ou afetada.

Estudos do IBASE (1997) - sobre os conflitos socioambientais em torno da apropriação e gestão dos recursos naturais - apontam o reconhecimento jurídico do meio ambiente e seus elementos naturais como bens coletivos e de uso universal; e também identificam a relação entre uso/apropriação privada da Natureza com conflitos socioambientais estabelecidos. Analisando quatro casos² referentes a

² - (i) *Reserva Indígena de Iraí – RS* (conflito na Reserva Floresta Municipal - envolvendo entidades ambientalistas, Prefeitura Municipal, agricultores parceiros e a comunidade indígena Kaingang originária do local); (ii) *Aterro sanitário de Itatinga – SP* (conflito na área do Aterro Sanitário da região sul da cidade de São Paulo, próxima a Represa Billings; envolvendo a Prefeitura municipal e a população do bairro Nova Pantanal); (iii) *O caso dos atingidos por barragens - RS/ SC* [conflito na região dos municípios de Itá e Aratiba (SC/ RS) no trecho nacional do Rio Uruguai; envolvendo a Concessionária de Energia Elétrica Eletrosul, Prefeituras Municipais e populações residentes na região do empreendimento (meio rural, e em pequenas cidades próximas)]; e (iv) *O caso Vera Cruz – BA* (conflito na região fronteira da Bahia e Espírito Santo; envolvendo Empresas de papel e celulose, o Estado e governos e políticos locais, população local (pequenos agricultores) e trabalhadores das empresas; relativo ao desmatamento da Mata Atlântica para destinação às indústrias).

conflitos agroflorestais, urbano-ambientais, e outros ocasionados por investimentos públicos em infraestrutura e por empreendimentos industriais privados, os estudos apontam frequentes disputas de interesses entre proteção da Natureza e recursos naturais versus investimentos e projetos de desenvolvimento, no âmbito das relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Estes estudos evidenciam vários casos de injustiça socioambiental, embates entre empreendedores e populações atingidas, proeminência de interesses e políticas economicistas e desenvolvimentistas, conflitos entre agentes do Estado, do setor privado, e da população, e ainda distorções quanto ao caráter dos recursos naturais e suas formas de apropriação – em que interesses setoriais e privados frequentemente se sobrepõem aos coletivos e públicos, pondo a natureza como mero objeto de disputa entre distintos agentes, por vezes e até mesmo, sem valor existencial. Indicam por fim, o uso de legislação ambiental e de instrumentos de denúncia sobre agressões ambientais, como meios de defesa e proteção ambiental.

Henri Acselrad (2009), explorando o tema da Justiça Ambiental e atestando o fato de que a desigualdade ambiental³ não é democratizada na sociedade, expõe algumas das razões de produção dos casos de injustiça ambiental; indicadores que revelam a desigualdade ambiental no país; percepção de riscos e denúncias de injustiça ambiental; relações dos modelos de desenvolvimento com a luta por justiça ambiental; interferência da globalização econômica nas condições de lutas por direitos socioambientais; e persistência do modelo agroexportador monocultor na produção de injustiças e conflitos. Em seu texto, o autor aponta o desequilíbrio no uso de recursos naturais e na exposição social de efeitos negativos do desenvolvimento, como característica da desigualdade ambiental que evidencia a injustiça social.

³ - Pelas reflexões do autor, o termo refere-se de à constatação de uma dupla situação de injustiça ambiental na relação meio ambiente e sociedade, caracterizada de um lado pela exposição desigual aos efeitos deletérios do desenvolvimento, e de outro lado pelo acesso desigual às potencialidades e benesses do meio ambiente. A não democratização desta desigualdade, refere-se portanto ao fato de que a exposição aos efeitos negativos e o direito aos benefícios ambientais não são equanimemente distribuídos entre as classes sociais; nitidamente revelando casos de injustiça social e ambiental.

Tomando as hiper-periferias⁴ do município de São Paulo como referência, e apoiado em outros pesquisadores, Acselrad (2008) traz indicadores urbanísticos e demográficos que estão na base dos casos de injustiça ambiental na capital paulista. Ao autor, a injustiça ambiental manifesta-se nas formas de proteção ambiental desigual e no acesso desigual de recursos naturais. Ademais, os mecanismos que a geram se referem ao mercado, às políticas governamentais, à desinformação social, às reações empresariais a denúncias, e ainda às estratégias de negação das críticas e da injustiça ambiental, de justificação da desigualdade ambiental, e de contenção às lutas sociais. Aponta também as insensibilidades, omissões de informações e a “dependência econômica” como fatores contrários à sensibilização social sobre percepção de riscos e injustiças ambientais, impedindo conflitos de interesses. Recordando os processos de concentração de poder sobre recursos naturais e de privatização do meio ambiente de uso comum, que marcam a territorialidade do capitalismo brasileiro desde o advento da Lei de Terras, o autor assinala a relação das lutas sociais surgidas com os modelos de desenvolvimento patrocinados pelas elites e pelo Estado – dos quais, em suas fases desenvolvimentista e neoliberal, as políticas públicas e ambientais serviriam mais às condições de reprodução destes modelos do que à proteção ambiental – uma vez que, oscilando-se “entre o ambiente restritivo e o ambiente lucrativo” (ACSELRAD, 2008, p. 129), ainda não se tem compreendido a importância da questão ambiental no desenvolvimento, e nem ela como expressão de lutas político-sociais por meios democráticos. Reconhece, contudo, que: “para além das diferentes construções discursivas que cercam a questão ecológica, as disputas socioambientais concretas opõem inelutavelmente diversos modos de apropriação da natureza. E tais embates vêm evidenciando cada vez mais seu caráter potencialmente democrático” (ACSELRAD, 2008, pg. 129-130), por várias razões. Acrescenta o fato de que a globalização neoliberal, por mecanismos de alocação de riscos de investimentos capitalistas em

⁴ - Conforme Acselrad (2008), o nome trata-se de um termo sociológico cunhado por Haroldo Torres e Eduardo Cesar Marques – pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP.

locais com menor poder de resistência e maior dependência à dimensão econômica, encontra formas de redefinir as condições de luta por justiça ambiental, minando estas e recriando as condições de expansão do capital. E por fim, assinala o papel destruidor e produtor de conflitos socioambientais, pelas monoculturas do agronegócio, reconhecendo de outro lado, os quatro eixos de luta por justiça ambiental: (i) defesa dos direitos de povos tradicionais, (ii) direitos de proteção ambiental equânime, (iii) direitos de acesso equânime aos recursos naturais, e (iv) defesa dos direitos das populações futuras.

No âmbito das relações entre injustiças ambientais e saúde, em recentes estudos publicados e editados pela Fundação Oswaldo Cruz em 2013⁵, vários pesquisadores abordam a temática e as interações entre casos de injustiça ambiental e problemas de saúde no Brasil, como parte de um mapeamento dos inúmeros conflitos existentes. Neste, segundo Porto (2013), muitos dos conflitos ambientais e problemas de saúde referem-se à questão agrária, e originam-se do modelo de desenvolvimento agrário e suas distorções sociais, econômicas e políticas; como os casos provocados pela estrutura de propriedade fundiária, pelo avanço das novas fronteiras agrícolas de grande porte, pela consolidação do modelo do agronegócio e das monoculturas, pela implantação de agroindústrias, e pela intensificação do uso de agrotóxicos. Ainda segundo este autor, outra parte dos conflitos refere-se às grandes cidades, sobretudo às chamadas zonas de sacrifício – as zonas de exclusão e marginalização social, as periferias urbanas das grandes cidades, a cidade informal/irregular, nos termos de Villaça (1998); que tem exposto populações a graves situações de risco social e ambiental; e assim configurado casos nítidos de injustiça ambiental, tal como apontados por Acselrad (2009). Conforme Porto (2013), esses conflitos urbano-ambientais e suas interações com a questão da saúde, tem decorrido primeiramente do modelo capitalista de configuração do espaço urbano, que produz a cidade segregada e os problemas citados. Neste modelo, o processo de valorização de áreas centrais urbanas,

⁵ - PORTO, Marcelo F., PACHECO, Tania, & LEROY, Jean P. (Orgs.) *“Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. O Mapa de Conflitos”*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

empurra e expulsa as populações pobres para periferias em áreas ambientalmente não recomendadas à ocupação antrópica e urbana. Segue o autor, mencionando também os casos oriundos de instalações industriais de alto grau de periculosidade, e de áreas contaminadas e/ou de destinação inadequada de resíduos urbanos (lixões) – já amplamente denunciadas por órgãos e espaços de proteção a direitos socioambientais e de luta contra injustiças ambientais⁶. Aponta por fim, os casos de falta de infraestrutura urbana (como as zonas sem saneamento básico e abastecimento d'água), os casos de especulação imobiliária de áreas ambientalmente estratégicas às elites e ao mercado (com a produção de condomínios de luxo e resorts paradisíacos), e ainda os casos típicos de racismo ambiental – em que a especulação do solo, agentes do mercado imobiliário, interesses e empreendimentos privados, agentes de mídia e setores elitizados da sociedade, e até mesmo a racionalidade de Planos Diretores têm se voltado contra direitos sociais e ambientais de populações tradicionais e quilombolas que vivem em espaços urbanos.

Vários outros autores no Brasil e no exterior, abordam a problemática dos conflitos sócio-ecológicos e urbano-ambientais, muitos dos quais consoantes e/ou originados dos inúmeros casos de injustiça ambiental já amplamente estudados, e conforme exemplificado anteriormente.

Para Ferreira (2005), o litoral brasileiro tem revelado vários efeitos negativos do processo de crescimento urbano inspirado nos modelos de desenvolvimento dos países industrializados, “ao conviver com a intensificação dos conflitos de interesse motivada pelas pressões em torno da exploração de seus recursos naturais” (FERREIRA, 2005, p. 105). Ao autor, se destacam como aspectos mais expressivos desse processo no litoral sul brasileiro: (i) a intensificação da ocupação turística litorânea, (ii) a expansão da informalidade (urbanística e do trabalho), (iii) a ineficácia das políticas públicas de controle de efeitos negativos, (iv) a expectativa de renda e consumo de recursos naturais, (v) a valorização fundiária provocada pela especulação imobiliária e

⁶ - Como exemplos, a ACPO – Associação de Combate a Poluentes; e a RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental, dentre outras.

pela implantação de complexos turísticos de grande porte, e (vi) as deficiências de articulação política estatal e da população local.

Em Florianópolis e entorno próximo, esses conflitos urbano-ambientais e casos de injustiça ambiental – típicos da cidade capitalista, como apontado pelos autores referenciados - se repetem grave e sistematicamente, em igual ou maior proporção que em outras grandes cidades brasileiras; devido: (i) às crescentes disparidades sociais de ocupação urbana, provocadas pelos mecanismos privados e mercantis de acesso à propriedade e localização urbanas; (ii) ao forte processo de especulação imobiliária, fruto de interesses privados e mercantis de apropriação do espaço e recursos naturais; (iii) à própria exuberância da paisagem e dos ecossistemas locais, como as praias e áreas lagunares; e (iv) às questionáveis ações do Estado, do poder público no provimento de urbanidade e no controle do processo de ocupação do território, sobretudo das porções costeiras.

Incluem-se assim, como exemplos de conflitos socioambientais e urbanos na capital catarinense, além dos conflitos por moradia e ocupação urbana em áreas ecologicamente vulneráveis e/ou áreas estratégicas⁷, os embates entre agentes produtores do espaço urbano

⁷ - Vale citar nesse sentido, no escopo das ocupações por moradia popular em áreas frágeis e/ou de propriedades imobiliárias públicas e privadas (por vezes em processos de litígios e/ou com registros duvidosos de titularidade e dominialidade), o caso emblemático da recente Ocupação Amarildo no decorrer do ano de 2014, sobre a planície inundável do distrito de Ratones nas proximidades da Estação Ecológica de Carijós, na bacia hidrográfica do Rio Ratones do município de Florianópolis; em que no contexto sócio-espacial da área, ficariam claros os conflitos de interesse sobre o estagio de ocupação atual da área e sobre as intenções e perspectivas futuras. Destituídos de boas condições materiais para aquisição fundiária para fins agrícola e de moradia, cerca de 70 famílias iniciaram a Ocupação Amarildo em terreno ocioso na rodovia SC 401 no norte da Ilha, estabelecendo-se a partir daí, reações de setores político-econômicos, de veículos midiáticos locais e regionais, e de parte da sociedade. Posteriormente à sentença judicial de relocação para uma área em reserva indígena na baixada do Maciambu no município de Palhoça, famílias ocupariam outro terreno próximo da rodovia João Gualberto Soares no distrito de Rio Vermelho no município de Florianópolis. Com a desocupação e expulsão do local, as famílias seriam relocadas para uma área no município de Águas Mornas, após procedimentos judiciais e recomendações do Ministério Público.

Outras informações em: http://eteia.blogspot.com.br/2014_08_17_archive.html

sobre planos e projetos públicos de intervenções urbanísticas, e sobre alguns grandes empreendimentos privados propostos e/ou mesmo implantados⁸, evidenciados em vultosas obras e projetos de infraestrutura, projetos relativos à exploração de recursos naturais e minerais, empreendimentos imobiliários, complexos turísticos, e flexibilização de leis urbano-ambientais. Ilustram estes projetos: (i) as propostas de duplicação de rodovias estaduais na porção insular do município, (ii) a ampliação da Avenida Beira Mar Continental sobre a Ponta do Leal; (iii) o empreendimento do Estaleiro OSX; (iv) o complexo urbanístico de alto padrão Jurerê Internacional da empresa HabitaSul, (v) o projeto de construção de torres empresariais na rodovia SC 401 defronte ao distrito de Ratoles, (vi) o projeto de condomínio de luxo na praia do Gravatá, (vii) o projeto do Hotel Ponta do Coral da construtora Hantei, (viii) o resort e complexo turístico-empresarial Costão do Santinho, (ix) o projeto de marina Porto da Barra da empresa Portobello na Barra da Lagoa da Conceição, (x) os casos de mudanças propostas ou instituídas em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação (redefinições de limites físicos, recategorizações etc., como a que ocorreu no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro), (xi) os planos de desenvolvimento urbano e parques tecnológicos (como a Tecnópolis do Campeche na década de 1990, e o Sapiens Park no Distrito de Canasvieiras, respectivamente), e (xii) as próprias propostas de Planos Diretores Municipais - dentre outros.

O caso da marina/hotel Porto da Barra foi emblemático, como outros na Ilha de Santa Catarina. Pelos estudos de Alexandre (2003) e Ferreira (2005), este empreendimento tornou-se um dos conflitos urbano-ambientais mais significativos que a cidade presenciou. Trata-se de um conflito urbano-ambiental clássico, no qual se opuseram

⁸ - Alguns dos quais, de acordo com Ferreira (2005), frutos do movimento de capitalização, internacionalização, supervalorização e gentrificação da Ilha de Santa Catarina, que tem se dado via crescimento da especulação imobiliária, fortes investimentos estrangeiros, privatização de áreas ambientalmente estratégicas, inserção do município no circuito de 'Turismo Empresarial e de Lazer' estilo 'padrão internacional' para o público de alta renda, e configuração de espaços urbanos e complexos edifícios destinados às elites socioeconômicas nacionais e internacionais.

fortemente interesses de vários agentes do espaço urbano. Alexandre (2003) - abordando em seu modelo de análise os conceitos de conflito socioambiental local; formas de apropriação, uso e gestão do meio ambiente; patrimônio comum; recursos naturais renováveis e desenvolvimento viável - atesta os contornos e conteúdos de um conflito em torno da apropriação de recursos naturais locais significativos (como o canal da Barra da Lagoa e a praia) e de configuração de um espaço privado sobre um espaço historicamente de uso coletivo.

Em seu texto, o autor reporta algumas das teorias usadas para explicação de conflitos socioambientais, como a teoria das representações sociais, e a teoria discursiva do direito para equacionamento de conflitos; além de versar sobre as pesquisas interdisciplinares de meio ambiente e desenvolvimento, o meio ambiente como patrimônio comum à gestão de recursos naturais renováveis, as possibilidades de construção da democracia participativa a partir das políticas ambientais, e a trajetória ambígua do movimento ambientalista. Acrescenta o autor que os conflitos que chegam à esfera jurídico-estatal e ao Ministério Público geralmente se referem à atuação de grupos empresariais e aos assentamentos irregulares de populações mais pobres, atestando também que ainda se tem na sociedade uma percepção muito fraca da problemática socioambiental, que o envolvimento dos ministérios tem sido por vezes de forma inadequada, estando ainda presos a ações essencialmente restritivas, coercitivas e remediativas, deslocados de uma visão estratégica e de bom prazo sobre ordenamento socioambiental do desenvolvimento urbano. Refletindo sobre democracia, meio ambiente, e o papel do Ministério Público e dos ambientalistas no caso, o autor resgata as contundentes reações da sociedade civil organizada e do Ministério Público, os riscos ambientais levantados, os debates travados em torno de controvérsias técnico-científicas e dos impactos sociais do empreendimento, a interferência jurídico-estatal, e as reações sociais que evidenciam a importância do estudo do caso. Por fim, apoiado no enfoque analítico das representações sociais, analisa as percepções dos agentes envolvidos e afetados, sobre o conflito e as alternativas de solução; concluindo que as visões de cada representação social ainda são mutuamente reativas e

pouco sensibilizadas na necessidade de apontamento de alternativas de desenvolvimento econômico e urbano sustentáveis, apontando ainda que as ações institucionais e jurídico-estatais carecem de uma visão deslocada do enfoque preservacionista e da posição reativa, não estando elas ligadas a um sistema de gestão patrimonial de recursos naturais, e a mecanismos de gestão negociada de conflitos socioambientais.

Partindo deste contexto, toma-se como referência desta pesquisa um caso específico de conflito urbano-ambiental; não no matiz convencional de empreendedores defendendo seus empreendimentos em fase de projeto, licenciamento ou operação versus comunidades locais resistentes apoiadas por ambientalistas e ecologistas; mas de outro caso bastante característico, que emerge com as experiências de planejamento urbano participativo após a aprovação do Estatuto das Cidades; em que começaram a ficar mais evidentes os embates e disputas de interesse em torno da elaboração, aprovação, gestão e fiscalização de planos diretores, e nestes casos, mais visíveis as diversas concepções sobre a relação entre proteção do meio ambiente e desenvolvimento urbano.

Ilustrativo neste sentido, o caso do longo processo de elaboração do novo Plano Diretor do município de Florianópolis nos anos recentes; onde apareceriam muitos dos conflitos e disputas de interesses em torno do binômio Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, especificamente sobre a relação entre proteção ambiental de áreas frágeis versus expansão de fronteiras urbanas, mudanças de índices de ocupação e construção, etc. Corrente e parte deste processo, o exemplo do caso do desenvolvimento do distrito de Ratonés em relação à Estação Ecológica de Carijós; do qual se resgata uma síntese dos posicionamentos conflitantes de alguns agentes do espaço urbano e da população local.

No que tange às visões conflitantes acerca da Estação Ecológica de Carijós em relação ao planejamento e desenvolvimento urbano do distrito de Ratonés e em consideração ao histórico de ocupação e urbanização da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, seguem posicionamentos de alguns agentes do espaço urbano e da população de

Ratones⁹, sobre a Unidade de Conservação, proteção ambiental, crescimento e planejamento urbano do distrito.

Perguntados sobre a relação entre o Distrito e a Estação Ecológica de Carijós, a maioria dos entrevistados identificou uma ligação direta, no que se refere aos atributos ecossistêmicos e histórico-culturais locais, à necessidade de conservação ecológica e aos impactos oriundos de atividades socioeconômicas. Pela importância do Distrito e da Estação, muitos indicaram a necessidade de políticas de proteção da unidade e de regulamentação dos usos no entorno. Por outro lado, alguns moradores locais, representantes comunitários, de ONGs e de instituições públicas relataram a existência de certo distanciamento da Unidade e seus objetivos específicos em relação ao Distrito de Ratones; apontando haver preocupações de proteção e fiscalização ambiental em muito concentradas dentro dos próprios limites da Estação, em detrimento do restante da Bacia Hidrográfica do Rio Ratones.

Questionados sobre a adequação da Unidade de Conservação (quanto à categoria, posição e dimensões territoriais), parte dos entrevistados qualifica como inadequada e percebe problemas quanto à situação, ao tamanho e à permissão a certas atividades antrópicas na unidade e no entorno; e outra parte, não aponta problemas, mas sugere o

⁹ - Posicionamentos colhidos por Rodrigues (2012), por meio de entrevistas com alguns membros do Conselho Consultivo da ESEC Carijós* - representantes de instituições governamentais, repartições públicas, entidades de classe, representantes comunitários, representantes de ONGs, representação distrital e de moradores de bairro, membros da população local, e empresários. Ver: RODRIGUES, Fernando M. *“Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratones – Florianópolis”*, TCC ARQ-UFSC, 2012.

* **Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Carijós – CONSECA ESEC Carijós**; oficializado em 2001, incluindo 23 entidades de vários setores da sociedade civil e do poder público. Fonte: ICMBio/ IBAMA – Sede da ESEC Carijós; e Plano de Manejo ESEC Carijós, ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 4.

Membros/ entidades entrevistadas:

Representantes Comunitários (Associação de Pescadores - APRR, Associação de Moradores - AMORA, Intendência Distrital); do Setor Privado (empresários e entidades de classe – Cimpor Concreto, Habitasul, SINDUSCON, IAB/SC, etc.); do Poder Público Municipal (IPUF/PMF, SMDU, FLORAM); de Organizações não governamentais – ONGs (Instituto Çarakura, Instituto Carijós); de Instituições/ repartições Públicas [SPU, IPHAN, IBAMA (ICMBio), FATMA], e de Empresas Estatais (CELESC, CASAN).

fortalecimento da Unidade e suas determinações. Quanto à posição e ao tamanho, alguns representantes Comunitários, do Poder Público Municipal, de ONGs, de Instituições Públicas e Empresas Estatais, indicaram inadequações, acham ser possível a ampliação da Estação e/ou mesmo sugeriram o aumento para o interior do Distrito de Ratones - em áreas a montante do rio (planície do Ratones) e para as encostas de morros, possibilitando até a formação de Mosaico de Unidades de Conservação.

Quanto à categoria da Unidade, alguns integrantes de Instituições Públicas e Poder Público Municipal avaliaram como adequada em relação às particularidades ecossistêmicas locais; e para um membro destas instituições – tal como representantes Comunitários, de ONGs e de Empresas Estatais – a Unidade tem grandes problemas em relação a usos comunitários tradicionais (apesar da função de resguardo ambiental de sua área); admitindo-se a possibilidade de flexibilização de suas determinações legais ou até a revisão de categoria, de modo a se permitir e adequar usos sustentáveis – como os histórico-culturais, os de ecoturismo e educação ambiental. Para os representantes do setor privado, a categoria é inadequada e equivocada, já que não se adapta ao contexto sócio-econômico e espacial do entorno local e nem permite atividades antrópicas em seus limites, não servindo aos interesses sociais. Segundo eles, há ainda problemas de concepção da política de proteção ambiental e de interpretação da legislação (muito preservacionistas e pouco sensíveis a outros princípios constitucionais), prejudicando atividades econômicas e o ser humano. Destacam a necessidade de revisão e/ou mudança de categoria: de Proteção Integral para de Uso Sustentável; além da permissão a empreendimentos qualificados e do aumento de fiscalização sobre ocupações irregulares.

Além de responderem questões específicas sobre a Estação Ecológica de Carijós e sua relação com Ratones, os atores sociais entrevistados naquela ocasião, opinaram sobre cenários de desenvolvimento - respondendo questões relativas ao significado do distrito, ao desenvolvimento atual e cenários futuros, e às dimensões rurais, urbana, turismo e proteção ambiental. Também manifestaram sobre o planejamento do Distrito de Ratones – respondendo questões

referentes ao uso do solo e ações de proteção ambiental, e à solução de impactos negativos. Reconhecendo a importância da Unidade, da necessidade de proteção de áreas ambientalmente frágeis, e do correto planejamento urbano local, as percepções e expressões dos atores convergiram com as opiniões constantes nas leituras comunitárias à época do Plano Diretor Participativo, em que se apontaram o crescimento de problemas urbanos e sociais, bem como os potenciais socioculturais e paisagísticos locais.

Em síntese, a consulta a alguns moradores locais e representantes de entidades envolvidas direta e indiretamente com o distrito de Ratonos - apesar de mostrar algumas contradições entre entrevistados - revelou várias impressões e convergências em torno à compreensão das potencialidades socioambientais e culturais, e da problemática urbano-ambiental já presente no local.

Da presença da Estação Ecológica de Carijós na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos, ficara clara sua relevância em relação ao Distrito de Ratonos - no que se refere a características ecossistêmicas e histórico-culturais locais. A relação entre a Unidade de Conservação e o Distrito não só é direta, como revela necessidades prementes de políticas e ações integradas e contínuas de proteção ecológica, planejamento, gestão e regulamentação da urbanização e do uso-ocupação do solo no entorno - como também evidenciaram muitas das opiniões dos entrevistados. Por outro lado, apesar da importância ambiental da Unidade, a resolução de seus problemas internos e dos relativos à dinâmica sócio-espacial do entorno mostrou-se necessária e indicada pelos atores sociais consultados - no que diz respeito à sua adequação legal e físico-territorial. Políticas de flexibilização (entendidas como permissão e adaptação a alguns usos sócio-culturais tradicionais, sustentáveis e não agressivos) e de revisão de dimensões, limites e abrangências de suas determinações, são indicadas à Estação - de modo a fortalecê-la e reduzir conflitos com o contexto existente.

Apesar das contradições entre os entrevistados, posicionaram-se também sobre o presente e futuro do distrito apontando sugestões e suas perspectivas de soluções dos problemas existentes.

Mesmo com o avanço dos processos de desvalorização histórico-cultural e degradação ambiental que anunciam um cenário urbano futuro parecido a outras bacias hidrográficas da Ilha, o significado de Ratonés para muitos é singular e pedagógico à Bacia do Rio Ratonés e à Ilha de Santa Catarina; pelo fato de ser um testemunho da história de Florianópolis - devido a suas particularidades histórico-culturais - e um refúgio do meio urbano, espécie de reserva de áreas ecologicamente conservadas, comparada ao entorno e restante da Ilha. Ratonés é visto como importante para a ESEC Carijós e ainda com potencial de resgate das atividades tradicionais, proteção de ecossistemas e passível de planejamento, controle e reorientação do crescimento e urbanização. Ainda que as tendências apontem para o agravamento destes processos – com o surgimento de grandes problemas e conflitos socioambientais e urbanos – e para a consolidação da urbanização de Ratonés, o futuro do local dependerá dos processos de planejamento e controle social; de modo que possa ser possível o desenho de outros cenários alternativos (misto de urbanização, proteção ambiental, turismo e áreas rurais)

Em face da problemática urbano-ambiental e das tendências negativas, o planejamento do futuro do distrito - em relação à expansão urbana, uso-ocupação do solo, proteção ambiental e solução de impactos negativos – deverá passar por medidas e políticas integradas e coordenadas, para além da concepção e aplicação sob perspectivas disciplinares. E foi nesse sentido que:

- quanto ao uso do solo e proteção ambiental¹⁰, foi citada a dupla necessidade de integração: entre Plano Diretor e Planejamento Ambiental, e entre Poder Público e População local; para maior efeito das ações e políticas.

¹⁰ - Seriam assim, respectivamente: (i) orientação e adequação da urbanização e do plano diretor às condições socioambientais locais e pressupostos de sustentabilidade, somada às determinações legais de proteção ecológica e à intensificação das ações de fiscalização e controle do uso-ocupação do solo, ocupações irregulares e empreendimentos potencialmente impactantes; (ii) a tomada de ações e políticas conjuntas entre poder público e comunidade local, junto a universidades e instituições públicas ligadas ao meio ambiente, no planejamento e controle do uso do solo e proteção de recursos naturais.

- quanto à solução de impactos negativos¹¹, como medidas preventivas foram citadas políticas de planejamento urbano, fiscalização de uso-ocupação do solo, e proteção ambiental; e possibilidades de mitigação, ações de fiscalização, controle e readequação de ocupação urbana e arquitetônica.

Portanto, em que pese a existência de conflitos de interesse e diferenças de interpretações sobre a ESEC Carijós e o Distrito de Ratonos, os atores consultados reconheceram a importância da Unidade e do planejamento dos processos de ocupação antrópica e expansão urbana do Distrito de Ratonos.

1.2.2 – Enfoque de análise (síntese do enfoque analítico)

Este esforço de pesquisa buscou observar e embasar-se em aportes teórico-metodológicos e referenciais teórico-conceituais que tornem possível um desenvolvimento qualitativo e fundamentado do trabalho de pesquisa e sistematização de conhecimento. Busca assim, fundamentação teórica vinculando-o e recorrendo a um enfoque de análise próprio à problemática e objeto de pesquisa; e a outras referências teóricas e conceituais complementares, para efeitos de comparação.

Assim, como **enfoque analítico** recorre-se ao de Sustentabilidade Urbana descrito em sequência; que conforme estudos de Acselrad (2001), inclui diferentes tendências e discursos de sustentabilidade, e distintas representações de cidade face à sustentabilidade urbana. E são essas tendências e discursos de sustentabilidade, e essas representações de cidade que atualmente se encontram direta ou indiretamente relacionados às concepções e discursos dos agentes do espaço urbano

¹¹ - Como exemplos, respectivamente: aprovação do novo Plano Diretor e maior rigor a edificações irregulares; o monitoramento da expansão urbana, políticas de adaptação urbana e arquitetônica de construções, regularização fundiária, relocações e remoções de edificações em áreas de risco ou ambientalmente frágeis, programas de recuperação e maior proteção a áreas sensíveis, educação ambiental e responsabilização da população, do poder público e da indústria da construção civil por danos ecossistêmicos.

sobre proteção do Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano; assim verificados nas diversas interpretações e conceituações de que fazem uso, e conseqüentemente nos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental correlacionados.

1.2.2.1 - O Enfoque de Análise: contextualização e definição

A problemática socioambiental urbano-rural decorrente dos formatos de cidade e urbanização postos pelos modelos de desenvolvimento das sociedades urbano-industriais modernas tem nestes suas causas e razões de existência. Esta problemática faria surgir ao longo dos debates históricos no âmbito do urbanismo, do planejamento e da gestão urbana, novos enfoques teórico-metodológicos sobre a relação entre espaço urbano e meio ambiente. Estes enfoques voltar-se-iam a dois distintos caminhos aqui resumidamente descritos: (i) reflexões epistemológicas - sobre a ressignificação da cidade, do desenho e do meio ambiente no espaço urbano, num contexto de crítica às sociedades urbano-industriais modernas e de perspectiva de interconexão temporal e espacial (a exemplo dos enfoques de Ecologia Urbana, Urbanismo Ecológico e Justiça Ambiental Urbana); e reflexões prático-metodológicas - sobre teorias de planejamento e desenho do espaço urbano em relação ao meio ambiente, no mesmo contexto político e perspectiva de interconexão espaço-temporal (a exemplo dos enfoques de Desenho Ambiental, Planejamento Ambiental e Urbano, Agenda 21, Desenvolvimento Urbano Sustentável, etc.), além do aprimoramento da Legislação Ambiental e Urbana.

1.2.2.2 - Sustentabilidade Urbana

Influenciado por debates sobre a constatação da crise socioambiental global e da problemática urbano-rural, o termo surge das discussões sobre as inter-relações entre questão urbana e ambiental.

Em síntese, no âmbito de reflexões epistemológicas e metodológicas suscitadas pela questão urbano-ambiental e pela crise sócio-ecológica planetária, e conforme Acselrad (2001), a noção de

sustentabilidade do meio urbano mostra uma polissemia conceitual por diversos pontos de vista teórico-práticos, com várias interpretações, sentidos e definições, refletidas em práticas e debates atuais de sustentabilidade urbana. Henri Acselrad tem exatamente teorizado sobre esses distintos sentidos e representações de sustentabilidade urbana em sua obra acerca da duração das cidades; para quem o debate da sustentabilidade tem surgido de um duplo movimento: o de ambientalização das políticas urbanas e o de inserção do urbano no debate ambiental (ACELSRAD, 2001). Para o autor o desafio da sustentabilidade urbana se difere do urbanismo ecológico e da visão economicista, visando o ideal de construção de um novo modelo de desenvolvimento urbano (com equilíbrio ecológico e justiça socioambiental) – subordinando a economia do ambiente urbano à justiça ambiental. Por suas palavras, “como pensar e construir, no presente, um futuro desejável, democrático e justo para as cidades?” resgatando-se a cidade enquanto “espaço de interação social e exercício democrático” (ACSELRAD, 2008, capa), ou seja, a sua dimensão política e social.

Segundo Acselrad (2001), o debate segue três tendências: (i) a de modernização ecológica ligada ao *City Marketing* e ao urbanismo de resultados, (ii) a visão social dos movimentos sociais sobre os riscos ambientais, e (iii) a do urbanismo ecológico, pelos modelos de cidades compactas e econômicas. Os sentidos da sustentabilidade urbana se manifestam em cinco discursos principais: (i) o de eficiência (focado na economia de recursos), (ii) o de escala (focado nos limites ao crescimento econômico), (iii) o de equidade (focado na justiça ecológica e social), (iv) o de autossuficiência (focado na autonomia das comunidades locais), e (v) o de ética (focado na apropriação de recursos naturais).

No binômio sustentabilidade e desenvolvimento, confrontam-se as visões desenvolvimentistas e de ONGs. Acselrad afirma ser o conceito controverso e haver uma forte indefinição, um termo em disputa (epistemológica, ideológica, teórico-metodológica); em que o que está em jogo é uma nova construção e representação social – pela sustentabilidade. Neste íterim de disputa, confrontam-se forças

hegemônicas (representadas no Estado e no Mercado) e forças não hegemônicas (representadas pela população e ativistas sociais), no domínio da produção das ideias e representações sociais; onde (por conta das disparidades socioeconômicas e políticas), as forças estatais e mercantis passam a ser as porta-vozes da sustentabilidade – precisamente do que creem ser ou não sustentabilidade. Acselrad acredita que o futuro das cidades dependerá dos conceitos presentes nos projetos de futuro dos vários agentes de produção e controle do espaço urbano.

Ressalte-se que existe neste sentido, uma espécie de ‘construção da ideologia da sustentabilidade’, em que representantes do Estado e do Mercado, valendo-se de suas forças políticas e econômicas, exercem pela tecnocracia e pela capitalização, domínio sobre representantes da sociedade civil organizada e comunidades populares, acerca do que é ou não considerado sustentável. Reportando-se às reflexões de Chauí (2008) acerca da ideologia, existe um paralelo entre as ideias dos autores, em que a nova ideologia (da sustentabilidade) ditada pelos agentes dominantes da sociedade, passa a ser tão somente a própria ideologia do Capital apoiado pelo Estado, acerca das reflexões sobre sustentabilidade, desenvolvimento e meio ambiente.

A associação entre Sustentabilidade e Cidade tem origem no confronto entre: (i) estratégia mercantil da metáfora da cidade-empresa versus (ii) articulação político-social pela compatibilização do desenvolvimento urbano à sustentabilidade; em que a sustentabilidade denuncia haver a legitimação de uma “*Ecocracia*” emergente na sociedade (ACSELRAD, 2001, p. 53). Nos termos de Acselrad (2001), as representações da cidade face à durabilidade urbana se resumem como: (i) técnico-material, pela adaptação técnica das estruturas urbanas por modelos de racionalidade ecoenergética (a) e metabolismo urbano (b); (ii) espaço da qualidade de vida, pela adaptação técnica das estruturas urbanas por modelos de ascetismo/ pureza (c), cidadania (d), e patrimônio (e); e (iii) espaço de legitimação das políticas urbanas, pela existência de condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas, e de viabilidade política do crescimento urbano, por modelos de eficiência (f) e equidade (g).

Em síntese, ao autor, o desafio da sustentabilidade urbana se difere do urbanismo ecológico e da visão economicista, visando o ideal de construção de um novo modelo de desenvolvimento urbano (com equilíbrio ecológico e justiça socioambiental) – subordinando a economia do ambiente urbano à justiça ambiental. Conclui que o debate da sustentabilidade aponta a diversidade de apropriação do meio ambiente e de duração dos recursos ambientais, ecossistemas e cidades. A noção de cidade sustentável aponta a uma nova representação social da cidade. As representações da sustentabilidade urbana apontam à reprodução adaptativa das estruturas urbanas. As cidades protagonistas da Sustentabilidade Urbana inserir-se-ão em uma continuidade espaço-temporal. E por fim, que há uma busca de um consenso urbano, espacial e temporalmente amplo, baseado no equilíbrio biosférico e na justiça intergeracional (ACSELRAD, 2001).

O debate da sustentabilidade urbana - com base em Acelrad (2001) - pode influenciar revisões da disciplina de Planejamento e Gestão Urbana, no sentido de provocar reflexões sobre mudanças teórico-metodológicas e conceituais, e sobre correções das dinâmicas de desenvolvimento das cidades - a respeito de ressignificação de teorias e práticas de planejamento realizadas, de inversão das trajetórias dominantes de crescimento urbano, e de revisão das concepções de cidade e espaço urbano; procurando assim adequar suas estruturas, corrigir erros e reorientar a trajetória de desenvolvimento urbano que considere e respeite as especificidades ecossistêmicas e socioculturais populares, resguardando a integridade ecossistêmica do meio, ofertando seguridade ecológica e alinhando-se aos princípios da justiça socioambiental e da solidariedade intergeracional.

1.2.3 – Questão de Pesquisa (pergunta de partida)

Da existência de disputas de interesses entre as visões dos agentes sociais do espaço urbano sobre proteção ambiental e urbanização, expressas no processo de planejamento local, parece razoável e necessária a busca das razões que fazem surgir tais disputas e visões,

e/ou que os mantêm, tornando hegemônicos certos interesses sobre outros. Nesse sentido, a presente pesquisa parte da seguinte **questão**:

- Considerando a existência de uma problemática urbano-ambiental em Florianópolis e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, decorrente de um processo complexo de expansão urbana típico da Cidade Capitalista, inserida num contexto de Crise Socioecológica Planetária e Contemporânea, questiona-se: em que termos e com que intuito os agentes da construção e gestão do espaço urbano interpretam e relacionam proteção ambiental e urbanização no processo de Desenvolvimento Urbano e configuração sócio-espacial das planícies inundáveis do Distrito de Ratonés e entorno à Estação Ecológica de Carijós?

Ante a complexidade da situação concreta por que passa o município de Florianópolis; dos indicativos de problemas urbano-ambientais e tendências de agravamento a curto e médio prazos; dos muitos e exaustivos embates e diversos interesses em torno do Plano Diretor Participativo, e da problemática de pesquisa em questão, interessou à pesquisa questionar e saber prioritariamente destes distintos agentes como relacionam e entendem proteção ambiental no processo de desenvolvimento e planejamento urbano das planícies do Distrito de Ratonés e do entorno à Unidade de Conservação Federal e de proteção integral - ESEC Carijós. De forma complementar, importa saber se tendências e interesses dominantes se confirmam e/ou se existem reflexões de planejamento urbano social e ecologicamente embasadas que possam apontar cenários alternativos e ajudar nos estudos sobre: (i) resolução de problemas urbanos atuais, e (ii) redirecionamento das políticas de desenvolvimento urbano, dos processos de expansão urbana e uso-ocupação do solo. Nesse intuito surgiram outras questões.

1.2.4 – Questões Suplementares (questões norteadoras)

Por conta dos problemas dos atuais processos de desenvolvimento, planejamento e gestão urbanos, dos impactos

socioambientais deles decorrentes e existentes no município, e dos conflitos de interesses entre os agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, acrescem-se **questões complementares** à pergunta de partida desta pesquisa. Subdivididas em categorias descritivas, explicativas e preditivas, elas se referem às concepções e discursos dos agentes e às possíveis reflexões sobre alternativas de planejamento e gestão urbanos. Em síntese:

(i) Descritivas: como os agentes entendem planejamento e desenvolvimento urbano nas planícies inundáveis do Distrito de Ratonés e entorno à ESEC Carijós? Como percebem a presença da ESEC Carijós frente ao processo de ocupação e desenvolvimento de Ratonés?

(ii) Explicativas: Por que razões correlacionam e julgam a ESEC Carijós e o Plano Diretor em Ratonés? Porque julgam importância recíproca entre planejamento urbano de Ratonés e proteção ambiental da ESEC Carijós?

(iii) Preditivas: Que possibilidades e obstáculos existem ao embasamento ecológico do Plano Diretor e do desenvolvimento urbano de Ratonés e entorno à ESEC Carijós? Como poderiam ser contidas as tendências de uso-ocupação do solo, urbanização descontrolada e degradação socioecológica no Distrito de Ratonés e sobre a ESEC Carijós? Nestes cenários, do eventual uso de referenciais teóricos, existiriam reflexões sobre alternativas socioecológicas de planejamento urbano?

1.2.5 – Hipótese de trabalho

Considerada a hipótese geral da pesquisa (de que os interesses particulares e mercantis sobrepõem-se aos socioambientais no processo de planejamento e desenvolvimento urbano local), este texto dissertativo parte de uma hipótese específica de que intenções individualistas e mercantis de certos agentes - somadas às disposições do plano diretor vigente para o local - sejam indícios que confirmem tendências de

elitização e privatização do uso do solo, e assim definam o perfil do processo de ocupação e urbanização nas imediações da Estação Ecológica de Carijós; reproduzindo exemplos de ocupações segregadas e irregulares, casos de injustiça socioambiental, processos acelerados de degradação ecossistêmica por pressões urbanas, e enfim o próprio modus operandi da produção do espaço urbano e restrição da oferta do solo sob o prisma da cidade capitalista; evidenciando, portanto: (i) a reafirmação da urbanização segregacionista e corporativa - nos termos de Villaça (1998) e Santos (2009) – pela potencial urbanização espalhada em condomínios unifamiliares fechados; e (ii) os fundamentos antropocêntricos constituintes do utilitarismo ambiental visto na valorização da paisagem com fins econômicos, e/ou da subjugação da natureza vista pela supressão de ecossistemas para urbanização.

1.2.6 – Objetivo Geral

No campo das relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, compactua-se com reflexões de planejamento sócio-ecológico do espaço urbano; baseadas na observação das relações sociais de produção da cidade, e voltadas à configuração sócio-ecológica do espaço urbano, que esteja sintonizada na busca de novas relações no meio urbano e seu entorno.

Considerando esses princípios, esta pesquisa tem por **objetivo geral** – a partir da comparação dos Cenários de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Urbano nas planícies inundáveis de Ratonés e entorno à Estação Ecológica de Carijós, por meio do mapeamento e análise das concepções e interesses dos agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, expressas em torno do plano diretor, no âmbito das relações entre meio ambiente e desenvolvimento, Ecologia e planejamento urbano - mostrar as diferentes perspectivas de ocupação e proteção da Natureza local, evidenciando tendências e/ou reflexões sobre alternativas socioecológicas de planejamento e desenvolvimento urbano local.

Nesse sentido, partindo dos discursos destes agentes, procura-se de maneira geral mostrar diferentes interesses e visões quanto ao

processo de ocupação, desenvolvimento e planejamento urbano local e a relação com a proteção ambiental de seus ecossistemas e da ESEC Carijós. Suplementar e eventualmente, encontrar possíveis reflexões aliadas e/ou submetidas a princípios ecológicos, e aos direitos à Cidade e à Natureza; – que possam visualizar alternativas de desenvolvimento e planejamento urbano que visem fundamentação social e ecossistêmica da condução do processo de ocupação e urbanização local.

1.2.7 – Objetivos Específicos

No mesmo caminho do objetivo geral de se comparar diferentes cenários pela análise das visões dos agentes do espaço urbano, mostrando tendências e encontrando eventuais reflexões sobre alternativas de planejamento sócio-ecológico do desenvolvimento urbano local, somam-se a esta pesquisa outros objetivos sintonizados às direções acima citadas.

Nesse intuito, busca-se como **objetivos específicos**: (i) analisar os correntes processos de desenvolvimento e crescimento urbano local, e nestes, as distintas visões dos agentes sociais, as contradições e semelhanças; (ii) identificar e avaliar os atuais conflitos de interesses e as tendências em torno da relação entre proteção ambiental e urbanização, face à proximidade da ESEC Carijós, (iii) examinar a possibilidade de controle socioambiental dos processos de desenvolvimento, e de articulação entre planejamento urbano com planejamento ambiental, (iv) relacionar o recorte espacial especificado às possibilidades de urbanização descontrolada, limitação da ação do capital imobiliário, e articulação entre planejamento urbano e políticas de conservação ambiental, e (v) aprofundar estudos teóricos acerca de teoria urbana, planejamento urbano, e ecologia política.

Como objetivos relacionados e suplementares, decorrem: (vi) identificar possíveis alternativas de planejamento urbano-ambiental, sintonizados em propósitos de configuração sócio-ecológica do território e do espaço urbano, e na busca por novas relações socioambientais, (vii) sistematizar e organizar possíveis reflexões como informação à sociedade.

1.2.8 – Justificativa

A pesquisa em cena justifica-se por questões gerais e adicionais, que junto a motivações pessoais tem incitado o esforço necessário à sua realização.

A gravidade dos estados de degradação sócio-ecológica decorrente dos processos de uso-ocupação do solo e urbanização descontrolados e inadequados no município de Florianópolis e Região Metropolitana, na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés e já em Ratonés e imediações da ESEC Carijós (considerando influências que os induzem e impactos que deles surgem), somada à complexidade dos processos e sistemas de planejamento urbano e ambiental, constitui-se como **justificativa geral** desta pesquisa. Justifica-se ainda pela consideração dos debates teóricos em torno da crise sócio-ecológica planetária e da problemática urbano-ambiental e social das cidades contemporâneas (incidente também em Florianópolis, entorno metropolitano e contexto geográfico); assim como da gama de instrumentos e dispositivos de legislação ambiental e urbanística brasileira - como as leis de proteção ambiental e o Estatuto das Cidades.

A estes fatores gerais, inserem-se como **justificativas adicionais**: (i) tendências de degradação ecossistêmica, de uso-ocupação de solo e urbanização descontrolados em Ratonés e entorno à ESEC Carijós, (ii) predomínio de interesses mercantis e particulares de alguns agentes sociais no processo de ocupação, urbanização e planejamento local em relação à Unidade e frente à problemática urbano-ambiental existente; (iii) possibilidades de, atual e futuramente no território em estudo e em relação ao contexto local e municipal, apontarem-se e até constituírem-se: (a) inversão das tendências negativas de uso-ocupação do solo e urbanização predatórias, (b) configuração de urbanização alternativa, e (c) planejamento e gestão sócio-ecológica do desenvolvimento e crescimento urbano.

Por fim, convicções pessoais referentes a estudos acadêmicos, suportes político-ideológicos e militância política também motivam a realização desta pesquisa. Influencia-se assim por revisão bibliográfica,

participação em movimentos sociais, e pesquisas anteriores realizadas no meio universitário. Nesse sentido, o projeto de pesquisa decorrente de estudos realizados durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, e sobretudo na produção do trabalho final; como aprofundamento de alguns aspectos relativos a problemáticas estudadas e questões levantadas. Naquela ocasião, tratou-se de estudos analíticos (teóricos e empíricos) sobre a problemática socioecológica da expansão urbana na Bacia Hidrográfica e no Distrito de Ratoles; resultando em sua etapa final, uma proposta acadêmica de planejamento urbano e gestão ambiental, como requisito à avaliação formal e ao término do curso. Na presente etapa de formação acadêmica, pretende-se com este esforço de pesquisa e dissertação de mestrado dar sequência aos estudos anteriores; contudo, ora enfatizando os distintos caminhos e cenários apontados da análise das concepções dos agentes da produção e gestão do espaço urbano sobre Proteção do Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano no recorte espacial citado; para fins de reflexão teórica e informação social.

1.2.9 – Metodologia de Pesquisa (Procedimento e Instrumentos)

Em termos de **metodologia de pesquisa** científica, pretendeu-se adotar um procedimento que tornasse possível articular e relacionar teoria e empiria; de modo a possibilitar a compreensão das relações entre estudos teóricos e realidade local, e dos referenciais teóricos com o objeto, a problemática, e objetivos de pesquisa.

Nesse sentido, buscou-se ao longo do esforço de pesquisa percorrer um caminho que passasse por etapas ordenadas e inseridas em uma estrutura de investigação e reflexão acadêmica com vistas a tentar contribuir no possível com a realidade local. Nesse caminho, inserem-se etapas teórico-estruturantes, analítico-prospectivas, e reflexivo-informativas. Em outras palavras, um esforço de investigação composto respectivamente de: (i) revisão bibliográfica (para contextualização e conceituação teórica), (ii) pesquisa empírica (coleta de dados e visões diversas), (iii) análise e processamento de dados (avaliação e sistematização), e (iv) redação da dissertação de mestrado (reflexões,

críticas, síntese e apontamentos como produção acadêmica e informação social).

Em termos de estruturação teórica, a etapa de revisão bibliográfica buscou escorar este trabalho de pesquisa, utilizando-se de referências de planejamento e gestão urbanos, e de ecologia política para a organização das etapas de pesquisa de campo e processamento de dados, e para o embasamento da etapa dissertativa. Como parte inicial do texto dissertativo, usam-se fontes de teoria e planejamento urbano, e de ecologia política para contextualização temática, além de referenciais teóricos adicionais ao enfoque analítico e úteis à comparação com resultados de pesquisa. No restante do texto usam-se no embasamento de informações, descrições, reflexões, críticas e apontamentos oriundos da comparação com elementos resultantes da pesquisa.

Em termos de investigação e prospecção, a pesquisa centra atenção na busca por: (i) dados técnicos em fontes documentais e instituições públicas; (ii) dados ilustrativos e informativos em fontes especializadas, institucionais e da sociedade; e (iii) por dados qualitativos provenientes da realização de entrevistas, e por assim dizer, constantes nas opiniões de entrevistados. Ressalte-se que, considerando referências teóricas, a construção de questionários de entrevista procurou uma lógica de ordenamento que tornasse possível não só a organização de questões e temas de discussão como também a detecção dos cenários resultantes. Neste sentido, para fins de análise e comparação de resultados, estabeleceu-se a divisão do questionário em três blocos: (i) relação ESEC Carijós e processo de urbanização, (ii) proteção de ecossistemas locais, e (iii) cenários de desenvolvimento e planejamento urbano, conforme mostra o apêndice 1; de modo a dar legibilidade à visualização dos resultados e à compreensão dos cenários depreendidos.

De forma geral, os cenários foram construídos a partir da comparação dos resultados das entrevistas realizadas com o enfoque analítico, a análise documental e a consideração dos processos atuais de crescimento urbano no recorte espacial pesquisado. Daí que, fez-se uso de conceitos, indicativos e diretrizes similares e alinhadas sobre desenvolvimento urbano e proteção ambiental, dos agentes

entrevistados, do enfoque analítico, referências teóricas e documentos consultados, e de imagens dos processos de ocupação no local. Os cenários construídos consideraram processos atuais e perspectivas futuras, denominando-se: (i) cenário atual – pré-ocupação urbana; (ii) cenário idealizado – urbanização sustentável; (iii) 1º cenário alternativo – proteção ecossistêmica e urbanização ecológica; (iv) 2º cenário alternativo – ocupações rurais e urbanas entre áreas protegidas; e (v) cenário futuro – majoritariamente urbanizado e adensado.

Em termos de análise de dados, a etapa de avaliação, processamento e sistematização de dados procura focar na organização destes conforme o objeto, a problemática e os objetivos desta pesquisa. Assim se inserem a sistematização de entrevistas e a organização de dados técnicos e ilustrativos; em que a construção de quadros comparativos entre as opiniões dos entrevistados (conforme estrutura do questionário), a correlação dos resultados das entrevistas com dados técnicos e ilustrativos, e a organização de mapas por sobreposição entre distintos temas e camadas, procuram evidenciar as diferentes concepções e discursos, os conflitos de interesse e sobretudo as perspectivas apontadas pelos agentes, ilustrados nos cenários elaborados. À identificação dos cenários adiante ilustrados, correlacionam-se dados técnicos e ilustrativos constantes de mapas de fontes institucionais e canais de informação da sociedade, com os resultados das entrevistas sistematizadas nos quadros comparativos. Além de que, para efeitos de compreensão das perspectivas postas pelos agentes e pelos dados coletados, correlacionam-se distintos matizes do enfoque analítico com as várias interpretações de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano no local estudo de caso, conforme anunciado no título desta pesquisa e dissertação de mestrado.

Enfim, em termos de reflexão e informação, esta etapa dissertativa atenta para a síntese organizativa da pesquisa efetuada em correlação com estudos teóricos e observação empírica prévios, buscando fornecer elementos à reflexão da problemática existente e potencial para o local, bem como a apontamentos sobre caminhos e alternativas que possam se realizar e tornar o local distinto dos rumos tomados por outros do seu contexto. Neste sentido, reflete-se

criticamente sobre os atuais processos de desenvolvimento e planejamento urbano e as políticas de proteção ambiental, avaliam-se distintos cenários que traduzem interesses e evidenciam conflitos, mostram-se problemas e contradições presentes em dados técnicos oficiais, para ao fim traçar reflexões sobre perspectivas e indicativos sobre desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente, e ao futuro da ESEC Carijós e seu entorno imediato.

Como instrumentos e técnicas de coleta e pesquisa acadêmica, procurou-se no decorrer da etapa empírica desta pesquisa, fazer uso de: (i) consulta bibliográfica e análise documental (conforme fontes citadas), (ii) observação participante e expectadora, (iii) entrevistas com agentes sociais (semiestruturadas e abertas), (iv) medidas de opinião (para fins de comparação e prospecção), e (v) análise de conteúdo (para organização e sistematização de dados à utilização na etapa final).

A consulta a fontes bibliográficas e documentais se deu pela leitura e análise de textos e documentos relativos à problemática, à temática, aos objetivos, ao estudo de caso, e a elementos surgidos da pesquisa; utilizando-se de recursos gráficos e virtuais - livros e artigos específicos, documentos institucionais, e informativos de mídia, do setor privado e de organizações comunitárias. A observação empírica resumiu-se na participação de atividades eventuais realizadas pelo poder público durante a revisão do novo plano diretor municipal. A construção das entrevistas procurou coletar dos agentes consultados suas impressões sobre a questão do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano, bem como os interesses e ideias que configuram distintos cenários no espaço considerado. Estas consultas seguiram rito formal mediante termo de consentimento¹², conforme disposições legais constantes em órgãos e conselhos de ética em pesquisa científica. A execução dos questionários se deu pela leitura do entrevistador e livre resposta do entrevistado às questões dos três blocos construídos, sendo gravada em mídia eletrônica e transcritas para arquivo digital¹³. As medidas de opinião se referem aos quadros comparativos entre as

¹² - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, elaborado pelo autor a partir de modelos constantes em sítios eletrônicos.

¹³ - Transcrições literais das entrevistas realizadas, retidas em arquivos pessoais.

respostas dadas às questões pelos entrevistados, das quais correlacionadas a dados ilustrativos configuram cenários depreendidos. Enfim, a análise de conteúdo refere-se de um lado a fontes documentais e dados técnicos institucionais, e de outro, ao perfil dos conjuntos de respostas das entrevistas dadas pelos grupos de agentes, cujo cruzamento com estes dados fornece elementos à etapa dissertativa da pesquisa em cena.

1.2.9.1 - Tipo de Pesquisa

A **modalidade de pesquisa** a que a presente proposta pretendeu realizar insere-se na relação entre ciência e sociedade, considerada a ênfase na relevância do alcance social do conhecimento científico. Sem maiores pretensões particulares e encerramento em eventuais certezas, trata-se de pesquisa que procura induzir reflexões sobre urgências de proteção do Meio Ambiente na atual dinâmica de ocupação, desenvolvimento e planejamento urbano; e sobre discussão de alternativas ao contexto sócio-espacial das planícies do distrito de Ratonés e do entorno à Estação Ecológica de Carijós. Nesse intuito, utiliza-se de pesquisa básica, descritiva e analítica nos níveis teórico e empírico (bibliográfico e de campo), com instrumentos comparativos e objetivos prospectivos sintonizados em intenções de replicação na realidade urbano-ambiental local. Dados os objetos de pesquisa e partindo da crítica à práxis de desenvolvimento e planejamento urbano local, busca-se a pesquisa comparativa dos distintos cenários decorridos do cruzamento de dados técnicos coletados com distintos interesses e visões de desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente e da ESEC Carijós, no intuito de evidenciar diferentes rumos para o local com a possibilidade de prospectar eventuais reflexões sobre alternativas ecológicas de desenvolvimento e planejamento urbano.

1.2.9.2 - Sujeitos de Pesquisa e Fontes de Informação

Como **fontes de pesquisa** extra-bibliográfica, pretendeu-se consultar representantes do poder público, de agentes do mercado e de

organizações e lideranças da sociedade civil. Mais especificamente, pretendeu-se respectivamente investigar posicionamentos: (i) de repartições e instituições do Estado, incumbidas do planejamento, gestão e fiscalização urbano-ambiental (IPUF, FLORAM, PMF, IBAMA-ICMBio, FATMA, etc.); (ii) dos principais setores representativos de entidades de classe, empreendedores e agentes diretos do mercado imobiliário, da construção civil, e do setor privado de grandes equipamentos, investimentos e atividades econômicas (SINDUSCON, ONGs, Associação FloripAmanhã, CDL, IAB-SC, CREA-SC, Setores Comerciais e Turísticos, etc.), e (iii) dos mais destacados setores organizados e representativos da sociedade civil [ONGs ambientalistas (Instituto Çarakura, Instituto Carijós), Federação das Entidades Ecológicas de Santa Catarina-FEEC, lideranças e entidades comunitárias (UFECO), representante distrital, Associação de Moradores de Ratonés-AMORA, movimentos sociais e coletivos políticos autônomos (Coletivo Nossa Cidade)].

Em se tratando de informações, pretendeu-se fazer uso de fontes de informação técnico-científica especializada, teórico-metodológica institucional, e prático-conceitual da sociedade civil. Em outras palavras, além da palavra direta de entrevistados, respectivamente buscou-se fazer consulta: (i) a livros, revistas e periódicos específicos; (ii) a documentos técnicos, informativos e planos de órgãos institucionais, e (iii) a jornais, documentos, propagandas, sites, zines e informativos de mídia oficial/ hegemônica e mídia independente, de agentes do mercado, e de organizações e movimentos sociais.

1.2.10 – Objeto de Pesquisa

De modo geral, o **objeto de estudo** em que a presente pesquisa investiga, se refere aos cenários resultantes das concepções dos distintos agentes sociais do espaço urbano sobre proteção ambiental e urbanização, expressas em torno do Plano Diretor nas planícies do Distrito de Ratonés e entorno à Estação Ecológica de Carijós; no âmbito das inter-relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Ecologia e Planejamento Urbano. Em específico, refere-se às intenções

e interesses que estão por traz desses discursos e os valores que outorgam à proteção do Meio Ambiente e da ESEC Carijós, e aos processos de planejamento e desenvolvimento local.

Assim, mapeando e analisando os distintos pontos de vista e entendimentos, importou avaliá-los na perspectiva de se mostrar e confirmar tendências, de evidenciar contradições, de encontrar eventuais reflexões sobre alternativas ecológicas de planejamento e desenvolvimento urbano, e respostas aos problemas sociais e urbano-ambientais existentes ou potenciais.

Avalia-se a relação destas concepções com os diferentes enfoques de proteção ambiental e direções de desenvolvimento urbano frente à ESEC Carijós; no que tange aos objetivos dos agentes, à observação das reflexões sócio-ecológicas e políticas de planejamento, e ao alinhamento discursivo às perspectivas de sustentabilidade urbana e ambiental, postas pelo enfoque analítico e pelos debates contemporâneos sobre a problemática sócio-ecológica. Ademais, a correlação com disposições constantes em mapeamentos institucionais oficiais, no que tange às diretrizes apontadas e/ou conflitos identificados.

1.2.11 – Estudo de Caso

Como **estudo de caso** a que a presente pesquisa aborda, as planícies inundáveis do Distrito de Ratoles e do entorno à Estação Ecológica de Carijós constituem-se como unidade de análise básica – donde se compara os cenários resultantes das concepções e discursos dos agentes da produção e gestão do espaço urbano sobre proteção ambiental e urbanização neste recorte político-espacial do município de Florianópolis. O local – pelo fato de se tratar de um contexto sócio-espacial específico no território insular do município, de estar inserido em bacia hidrográfica e compor-se por elementos geofísicos e biológicos típicos, de estar próximo e/ou relacionar-se diretamente a importantes Unidades de Conservação, e de manter certo grau de conservação ecossistêmica e exemplares importantes de fauna, flora e elementos naturais e paisagísticos – se torna prioridade de pesquisa; onde se dão distintos interesses, e onde podem vir mais facilmente a ter

possibilidades de integração entre proteção do Meio Ambiente e Urbanização, ou mesmo já eventualmente existir reflexões diferenciadas e até surgir alternativas sócio-ecológicas de planejamento e gestão da urbanização e da ocupação territorial – se comparado a outras bacias da Ilha.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos constitui-se como unidade de referência, por conter o local estudado e pelo fato de já terem se dado processos intensos de ocupação, urbanização e degradação ecológica, com frequentes casos de conflito entre proteção ambiental e expansão urbana, e disputas entre interesses opostos dos vários agentes sociais. Já o município de Florianópolis e entorno constitui-se como um contexto ampliado – donde se repetem as mesmas oposições e discursos, e/ou existem outras; guardadas as devidas diferenciações e especificidades sócio-espaciais.

Para efeitos de conhecimento destas unidades, procede-se mais adiante em momento oportuno, a caracterização sócio-espacial do território, tal como a síntese da problemática a que eles tem experimentado até a atualidade e as tendências que se anunciam.

1.2.12 – Possibilidades de trabalho

A pesquisa pode propiciar críticas a certas concepções de agentes sociais do espaço urbano, quanto à hegemonia de interesses e interpretações mercantis dos conceitos urbano-ambientais no processo de planejamento e desenvolvimento urbano (possivelmente responsável por intensas disputas e pela não construção de consensos sobre a construção socioecológica do espaço urbano); e quanto à existência de certa oposição entre proteção ambiental e urbanização (deslocamento entre Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) - que juntos podem ajudar na reprodução de conhecidos problemas urbano-ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos. Pode propiciar também reflexões¹⁴

¹⁴ - Daí que, por exemplo, da existência de visões conflitantes e disputas de interesses, a consideração de conceitos e teorias de Ecologia Política, e de reflexões sobre a problemática urbano-ambiental, poderia funcionar como alternativa de mudança dos conceitos de desenvolvimento e planejamento urbano, e como

sobre um possível embasamento ecológico do Plano Diretor e priorização de diretrizes e políticas de proteção ambiental de áreas e ecossistemas relevantes e vulneráveis (como as áreas de proteção permanente e a própria Estação Ecológica de Carijós); de modo a se tentar evitar o já conhecido processo de degradação ecossistêmica desta bacia hidrográfica.

Enquanto crítica às concepções e discursos de determinados agentes, aventa-se a possibilidade de o domínio dos interesses mercantis incitarem novas disputas e inviabilizarem a formação de consensos e aproximação de distintas visões à compreensão sócio-ecológica de planejamento e desenvolvimento urbano, e à garantia de proteção ambiental de ecossistemas e áreas frágeis da ESEC Carijós e das planícies inundáveis em seu entorno e em Ratonés. Também a possibilidade dessas visões não estarem submetidas a enfoques teórico-conceituais baseados na visão socioecológica da cidade. Assim, além de problemas estruturais dos sistemas e modelos usuais de planejamento e gestão urbana, face à necessidade de regulação e controle do modelo de urbanização dominante¹⁵, e de resolução dos graves problemas socioambientais que se reproduzem sistematicamente com sua perpetuação, alguns agentes podem não estar se mostrando suficientemente sensibilizados para abranger de forma sólida a compreensão socioecológica do desenvolvimento urbano - em seus princípios teóricos e métodos elaborados.

Enquanto reflexão sobre saídas aos problemas existentes e outras possibilidades de planejamento e crescimento urbano local, postula-se a ideia de que: a principal alternativa poderia ser a adoção de enfoques teóricos eco políticos como suporte aos agentes do espaço urbano. Por consequência, poder-se-ia incluir mudanças qualitativas e socioecológicas nos conceitos de desenvolvimento e planejamento urbano; além da luta pela garantia de cumprimento das legislações

subsídios às visões dos vários agentes envolvidos com a construção e gestão do espaço urbano.

¹⁵ - Modelo de desenvolvimento urbano hegemônico da cidade capitalista: socialmente excludente; espacialmente perverso e segregativo; urbanística e tecnicamente questionável; ecologicamente agressivo; e economicamente injusto e concentrador.

urbano-ambientais e dos princípios democráticos de exercício político do controle social do desenvolvimento, do planejamento e da gestão territorial.

A conjunção desta crítica com a reflexão sobre alternativas possibilitou orientar a presente pesquisa no sentido de se debater visões dos agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, sobre proteção ambiental e urbanização no processo de planejamento urbano e no plano diretor; de modo a possibilitar confirmação de tendências e/ou eventual identificação de reflexões sobre alternativas de planejamento e desenvolvimento urbano, sensíveis às características ecossistêmicas locais e sintonizadas no debate socioambiental contemporâneo.

*“A terra é insultada e oferece
as flores como resposta.”*

Rabindranath Tagore (Escritor, poeta e músico Indiano)

2 – CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Em atenção à gravidade e complexidade da problemática que envolve a unidade espacial objeto de desta pesquisa de mestrado, este capítulo inicial traz uma contextualização temática e teórica ao objeto de pesquisa considerado, por meio de referência a reflexões teóricas sobre temas relativos à problemática socioambiental, ao desenvolvimento e planejamento urbano, verificados desde o nível local até ao global.

Iniciando pela contextualização temática a que o objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado se refere, resgatam-se primeiramente as complexas questões que conformaram ao longo do tempo a crise sócio-ecológica em nível planetário, e marcaram a questão urbano-ambiental no âmbito da cidade. Problematiza-se o termo desenvolvimento sob um olhar sócio-ecológico. Segue-se com a caracterização dos termos desenvolvimento, planejamento e gestão urbana; primeiro pela crítica à cidade capitalista, e segundo pela problematização do planejamento urbano. Segue-se com o resgate da dinâmica de planejamento e gestão urbanos em Florianópolis, do qual se traz um sucinto histórico com os antecedentes da práxis de planejamento e gestão urbana na cidade. Em seguida, permeia-se a relação entre Ecologia, desenvolvimento e planejamento urbano; da qual se estabelecem ligações entre termos referentes à cidade e à Natureza. Mostram-se aí mudanças acerca dos conceitos e temáticas, das quais surgiram novos enfoques teóricos e conceitos, e novas concepções, discursos, objetivos e ações dos agentes.

Destaque fica para a constatação da existência de uma crise sócio-ecológica em níveis planetários, e de outras problemáticas urbano-ambientais nos níveis infra espaciais, com o agravamento das condições ecossistêmicas, sócio-culturais e econômicas locais. Ademais, a influência e/ou o predomínio dos princípios da cidade capitalista nos processos e instrumentos de planejamento e gestão urbana; que tem marcado os planos diretores e leis correlatas, e das quais se caracterizam os modelos urbanos e tem derivado a formação das cidades. Na

dinâmica de planejamento em Florianópolis, destaca-se justamente essa interferência, ante a postura desfavorável dos responsáveis para promoção do planejamento democrático e ecológico. Destaca-se ainda o progressivo ganho em importância da questão ecológica nos processos de planejamento e desenvolvimento urbano, cujas evidências negativas das dinâmicas de ocupação do território, e dos sistemas e instrumentos defasados de planejamento, incitaram as reflexões por mudanças e novas abordagens e enfoques teóricos.

Seguindo pelo conjunto de referenciais teóricos à pesquisa e à dissertação de mestrado, inicialmente resgatam-se comparativamente as conceituações, interpretações e reflexões sobre os termos Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, e Planejamento Urbano – temas base da pesquisa – ao qual se vinculam opiniões dos agentes entrevistados, os rótulos de planos diretores, e as diretrizes dos cenários ilustrados. Tomando a discussão do Desenvolvimento Urbano, acresce-se às conceituações teóricas, a comparação entre duas vertentes socioambientais do desenvolvimento urbano - Desenvolvimento Sustentável x Ecodesenvolvimento.

Destaque fica para a constatação da irrefutável importância do Meio Ambiente na história, e sobretudo desde o agravamento das condições sócio-ecológicas planetárias no decorrer do século XX, cuja insurgência de reflexões e debates científico-filosóficos, políticos, sócio-culturais, e técnico-econômicos, e ainda de aportes teórico-conceituais relativos à associação com o meio urbano, a evidenciam. Ademais, a pulverização do termo desenvolvimento, e deste vinculado ao urbano; em que a difusão de abordagens e interpretações teórico-conceituais e modelos idealizados, se notabiliza. Associado à Ecologia e à discussão da sustentabilidade do desenvolvimento, destaca-se o embate teórico-conceitual (e consequentemente metodológico) entre as concepções e diretrizes dos enfoques de Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento, que replicados ao urbano traduzem-se pelos termos Desenvolvimento Urbano Sustentável e Ecodesenvolvimento Urbano; aos quais, opõem-se distintas trajetórias de desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente. Por fim, destaca-se também a diversidade de acepções teórico-metodológicas do termo planejamento,

e deste ligado ao urbano; em que se mostra o enfoque de Planejamento Ambiental Urbano, com suas diretrizes de planejamento concomitantes às de proteção ambiental. Assinala-se também a distinção entre planejamento e gestão urbanos; e conseqüentemente entre seus instrumentos específicos e o próprio conceito de planejamento urbano.

Assim, contextualizada a temática de pesquisa, reconhecida a problemática sócio-ecológica, referenciada a aportes teóricos, e demarcadas as diferenciações conceituais, é que este capítulo inicial busca mostrar a inserção da pesquisa realizada e embasar o presente texto dissertativo.

2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA: ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

Enquanto produto histórico de relações sociais e de produção, a cidade vem desde há muito tempo demonstrando inúmeros problemas de ordem social, ambiental e urbana; conseqüências de um espaço urbano decorrente de processos e modelos de desenvolvimento levados a cabo por visões de mundo e concepções conceituais carregadas de valores desenvolvimentistas hegemônicos. Em relação à Natureza, constituiu-se a cidade, também como um desses problemas, cujas raízes se encontram em última instância nessas visões dominantes; expressando-se, portanto, como um reflexo da problemática do Desenvolvimento – a que reportar-se-á na seqüência como breve contextualização da questão urbano-ambiental.

2.1.1 - Ecologia, Crise Sócio-ecológica Planetária, e Questão Urbano-ambiental:

O problema Sócio-ecológico e Urbano do Desenvolvimento

A **questão do desenvolvimento** tem suscitado muitas reflexões e debates acadêmicos e na sociedade, sobretudo com a constatação de graves problemas verificados na realidade sócio-espacial, que têm feito muitos autores se dedicarem à sua reflexão e ressignificação, como os que o abordam junto à questão ambiental.

Etimologicamente o termo assumiria diversos significados, e no campo epistemológico mostrar-se-ia a partir de várias concepções de mundo, e bases ideológicas e teórico-metodológicas definidas por pesquisadores e teóricos do campo científico do desenvolvimento; representando-se em distintas definições conceituais e modelos instituídos. Sua correspondência na realidade sócio-espacial e notadamente suas implicações socioecológicas configuram a Problemática Socioecológica do Desenvolvimento, na qual a cidade é parte.

Historicamente o termo desenvolvimento tem sido reduzido a compreensões antropocêntricas de perfil materialista, utilitarista e economicista, difundidas e aplicadas em modelos idealizados e patrocinados por forças estatais e/ou de elites socioeconômicas¹⁶. E seriam estas compreensões e modelos que provocariam com o tempo a emergência da problemática socioecológica no Planeta.

Segundo vários autores e pesquisadores das ciências sociais e ambientais, o histórico e sistemático processo de agravamento das condições ecológicas do planeta o tem colocado em uma situação severamente crítica e de potencial colapso. Os inúmeros sinais de esgotamento¹⁷ do “mau desenvolvimento” (SACHS, 2007) e das

¹⁶ - Podem ser exemplos: (i) as interpretações clássicas da economia - como as de D. Ricardo, J. A Shumpeter, e K. Marx – e neoclássicas – como a Economia ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER FILHO, 2008); (ii) as concepções economicistas e desenvolvimentistas de desenvolvimento: modernização nacional, estruturalismo desenvolvimentista e reformismo dependetista (VIEIRA, 2009). Avessos ao economicismo implícito a estes enfoques econômicos, Montibeller Filho (2008) e Vieira (2009), em certa medida vão ao encontro das ideias marxistas que marcam sua interpretação clássica da economia – a crítica da economia política.

¹⁷ - É também nesse sentido que, Alexandre (2004) assinala a dificuldade das principais ideologias políticas (Liberalismo do séc. XVII; Conservadorismo do séc. XVIII; Social-democracia do séc. XIX, e o Comunismo dos séculos XIX e XX), responderem aos problemas socioambientais do fim do século XX; e que a nosso ver, neste início de século XXI, continuam defasados na tarefa complexa de resolução dos problemas que se avolumam e se reproduzem com a persistência dos modelos de desenvolvimento e configuração socioeconômica destas ideologias. Em outras palavras, o uso destas ideologias e aplicação de seus princípios como tentativa de resposta aos graves problemas sócio-ecológicos historicamente construídos e atualmente acumulados, se mostra falho e impotente; primeiro por serem elas

correntes de desenvolvimento da sociedade industrial moderna - impulsionadas por sistemas de poder socioeconômico e político centralizado (BOFF, 2004 e 2012; VIEIRA 2005 e 2009), e que se expressam com a assustadora quantidade e intensidade de impactos negativos sobre sistemas socioculturais tradicionais populares e sobre ecossistemas locais e mundiais - denotariam assim evidências do surgimento e agravamento de uma Crise Socioecológica e de Paradigmas de Civilização em nível Planetário (BOFF, 2004; LEFF, 1986; MORIN e KERN, 1995; VIEIRA, 2009, etc.), até então sem precedentes na história da humanidade. Além de revelarem a voracidade e nocividade de um tipo de desenvolvimento, estes sinais fizeram surgir com os debates das Conferências da Organização das Nações Unidas e as indicações de seus Relatórios¹⁸ a partir da segunda metade do século XX, e em meio a uma espécie de Revolução Ambiental (NICHOLSON, 1970, apud. VIEIRA, 2013), uma série de posteriores enfoques teórico-metodológicos e conceitos sobre a relação entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e conseqüentemente entre planejamento e gestão urbana. A variedade de teorias, conceitos e interpretações produziu no seio do debate da questão socioecológica, um contexto controverso em que alguns autores o qualificam como uma “nebulosa ambiental” (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997; ALPHANDÉRY *et al.*, 1992; DUPUY, 1980; apud. VIEIRA *et al.*, 2005), onde se chocam distintas definições e enfoques teóricos sobre o termo desenvolvimento, por exemplo.

Portanto, desde a escalada das reflexões acadêmicas sobre o binômio meio ambiente e desenvolvimento, e das ações combativas de movimentos ecologistas e de certos setores ambientalistas, o que passou a se questionar foram os fundamentos das teorias de desenvolvimento de

incapazes de evitar suas próprias disfunções e injustiças sócio-econômicas, e segundo por reificarem a Natureza e não impedirem o surgimento de impactos sobre esta.

¹⁸ - Relatórios sobre limitações do crescimento econômico e condições socioambientais globais. Relatórios Meadows e Bruntland (respectivamente: “Limits to Growth” - Limites do Crescimento - e Nosso Futuro Comum.), Carta da Terra (Haia – Holanda, 1997). Conferências sobre condições socioecológica planetárias e desenvolvimento, mudanças climáticas, protocolos de recomendação etc. Conferências de Estocolmo, Suécia 1972, Conferência do Rio de Janeiro – Eco 92, Rio + 10 em Johannesburgo – África do Sul, etc.

corrente materialista, economicista e desenvolvimentista; na busca por identificação de alternativas mais atentas à complexidade sócio-ecológica (BOFF, 2004 e 2012; MONTIBELLER-FILHO, 2008; SACHS, 2007; SCHINKE, 1986; VIEIRA, 2005 e 2009). As teorias desenvolvimentistas e correntes tradicionais da economia ancoradas no pensamento antropocêntrico que submeteram a Natureza ao imperativo econômico e ao utilitarismo ambiental passaram a ser confrontadas por visões alternativas; dentre as quais: o enfoque de Ecodesenvolvimento (LEFF, 1986; VIEIRA, 2009), os termos “desenvolvimento endógeno, um outro desenvolvimento, e desenvolvimento viável”¹⁹, as abordagens ecológicas da economia, o termo desenvolvimento durável (GODARD, 1991) e posteriormente (em tese e em parte) o controverso conceito de Desenvolvimento Sustentável²⁰.

Recorde-se que o modelo predominante de desenvolvimento das sociedades agro-urbano-industriais modernas e dos sistemas socioeconômicos e políticos centralizados e corporativistas, tem se manifestado nas desigualdades socioeconômicas, espaciais e demográficas, na exploração humana e da natureza, e no foco à concepção materialista e economicista do conceito de progresso, razões

¹⁹ - Conforme Alexandre (2004), os termos “*desenvolvimento endógeno*” (Declaração de Cocoyoc, México 1974), “*um outro desenvolvimento*” (Fundação Hammarskjöld), e “*desenvolvimento viável*” (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisas em Agronomia para o Desenvolvimento / Unidade de Pesquisa de Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente - CIRAD/GREEN), somar-se-iam às contribuições de Ignacy Sachs na difusão do Ecodesenvolvimento a partir da Conferência de Estocolmo em 1972. Ainda segundo Alexandre (2004), o termo “*desenvolvimento sustentável*”, surgido 20 anos depois de Estocolmo na Conferência do Rio de Janeiro, também traria subentendida a crítica à sociedade industrial moderna, apesar de não desvincular-se dos propósitos economicistas.

²⁰ - Conforme trabalhos de Layrargues (1997) e Montibeller-Filho (1993 e 2008), pressupõe-se que teórica e discursivamente o conceito estaria contrapondo-se aos modelos e padrões desenvolvimentistas, materialistas e economicista do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial moderna. Na impossibilidade de universalização e continuidade incontrolável desses padrões, o Desenvolvimento, transmutando-se e incorporando o ideal de sustentabilidade, traduzir-se-ia então em Desenvolvimento Sustentável, aparentemente adequado às condições ambientais. No entanto, comparado ao seu precursor (Ecodesenvolvimento), o Desenvolvimento Sustentável, trazendo contradições internas, não mostraria grandes mudanças e assim não se desvincilharia muito do próprio desenvolvimento patrocinado pelas forças sociais, políticas e econômicas do sistema capitalista.

e expressões de sua existência e concretude (BOFF, 2004; SACHS, 2007; VIEIRA, 2009). Resultaram deste modelo: (i) a oposição histórica entre as dimensões urbana e rural na configuração espacial, oriunda da divisão social do trabalho e de certa separação entre cultura e natureza; (ii) a consequente concentração urbana (demográfica, política, econômica, e de diversificação de atividades humanas) provocada por disparidades de desenvolvimento territorial e pelo domínio do urbano sobre o rural – que resultaram em êxodo rural - movimentos migratórios campo-cidade - e inchamento de periferias urbanas; (iii) a racionalidade antropocêntrica sobre concepção, apropriação e uso da natureza, evidente no utilitarismo ambiental, dentre outras várias questões.

No que tange ao Desenvolvimento Urbano, definir-se-ia também em vários significados influenciados por diversas teorias, ideologias, visões de mundo e de cidade; destacando-se as concepções antropocêntricas do desenvolvimento sócio-espacial, promovidas por forças de elites socioeconômicas e estatais. Nesse sentido, convém recordar que os processos e modelos hegemônicos refletem e decorrem da própria problemática do Desenvolvimento exposta até aqui.

O modelo dominante de urbanização tem desenhado a cidade como reflexo de um modo de desenvolvimento questionável e/ou possivelmente inadequado, tornando-a causa e motor de muitos dos grandes problemas socioambientais contemporâneos. Tal modelo tem em sua lógica de expansão, o consumo excessivo de espaço e recursos naturais, a produção de conflitos socioeconômicos e espaciais, o surgimento de impactos socioambientais, e a ineficácia no controle e planejamento do crescimento urbano; exprimindo e permitindo o aparecimento de problemas como: (i) consumo e rarefação de áreas verdes e públicas de lazer, (ii) segregação sócio-espacial, violência urbana e especulação imobiliária, (iii) ocupação sobre áreas ecologicamente sensíveis, (iv) expansões e ocupações urbanas irregulares, dentre muitos outros.

Com base em Moraes (1996), na Zona Costeira Catarinense - com exemplos na Região Metropolitana de Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés (áreas submetidas a forte crescimento urbano) – esse modelo assume grande relevância e

proporções. Projeta tendências negativas e preocupantes, com a iminente reprodução e agravamento de um significativo processo de degradação socioambiental e geração de impactos adversos; quadro que reflete a necessidade de instrumentos de planejamento e gestão não só capazes de reverter tais tendências e contribuir para com possibilidades de gestão e regulamentação ecológica da expansão urbana, como também fazer uma forte e sistêmica frente ao processo de expansão da cidade capitalista – explorada em sequência.

A questão urbano-ambiental, portanto, configura-se como reflexo da problemática sócio-ecológico do desenvolvimento, manifestando uma contradição intrínseca entre meio ambiente e desenvolvimento urbano, entre proteção ambiental de áreas frágeis e crescimento urbano fomentado prioritariamente por demandas mercantis.

2.1.2 - Cidade, Desenvolvimento, Planejamento e Gestão Urbana:

A Cidade Real, a Cidade Capitalista

Fruto desse modelo de urbanização, a **Cidade Capitalista** surge evidenciando os modelos hegemônicos de desenvolvimento da sociedade e economia capitalistas, e expressando concepções e fundamentos antropocêntricos, materialistas e economicistas destes modelos e do próprio sistema capitalista mundial.

Partindo de alguns autores pesquisados, percebe-se que a cidade produzida sob a vigência do capitalismo mundial possui características que a tornam inconfundível e reconhecível, não só por teóricos e especialistas de urbanismo e arquitetura, quanto por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Pelos termos de Chauí (2001), considera-se aqui, a Cidade Real - a cidade socialmente produzida e privadamente apropriada – distinta da Cidade Ideal, a cidade ideológica, a cidade imaginária, concebida, percebida e propagada seletivamente pela visão das classes dominantes. Neste sentido, de contribuições teóricas e críticas de corte marxista, e de um breve resgate histórico, seguem algumas de suas principais marcas, características, e fundamentos.

Conforme trabalhos de Rolnik (1994), e Sposito (1997) – apoiadas em Lefebvre (1991) e Mumford (1998) - no contexto histórico, a Cidade Capitalista surge com o advento da Revolução Industrial, à época da modernização e desenvolvimento dos Estados Nacionais na nascente socioeconomia capitalista; opondo velhas oligarquias rurais e a aristocracia do sistema feudal ante a burguesia comercial, e os emergentes capitalistas industriais ante ao operariado proletário - onde as desigualdades socioeconômicas entre classes sociais e a ideologia nacionalista seriam marcas do Estado Moderno e do Capitalismo Concorrencial entre emergentes Estados-nações.

Num contexto recente e atual – do Neoliberalismo, da Globalização, do Capitalismo Monopolista e Financeiro, e do Imperialismo Político e Empresarial Multinacional (HARVEY, 1993; BRAVERMAN, 1981, e SANTOS, 2000) – a Cidade Capitalista traduz-se pela expressão “Cidade do Pensamento Único” (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2000), sob uma visão mercantil e empresarial, uma vez que ela própria torna-se mercadoria. Nesse contexto de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, de vigência do regime de acumulação flexível, de expansão do capital transnacional e sua intensa financeirização, de continuidade e intensificação das fortes desigualdades socioeconômicas territoriais da sociedade urbano-industrial (HARVEY, 1996), e de surgimento das ditas Cidades Globais, a Cidade Capitalista se reapresenta e se reconstrói; reproduzindo conhecidos problemas, tais como: (i) a especulação imobiliária, (ii) o aumento de conflitos urbanos, (iii) a exclusão social, (iv) os impactos ecossistêmicos, (v) os casos de injustiça ambiental, dentre vários outros.

A Cidade Real - a Cidade Capitalista Contemporânea herdada e transformada da Sociedade Industrial da Modernidade Capitalista do século XX - manifesta características que traduzem princípios do sistema, já amplamente estudadas por pesquisadores e teóricos da sociologia, da geografia, do urbanismo, do planejamento e da gestão urbana. Partindo de trabalhos de Arantes, Maricato e Vainer (2000), Castells (1983), Harvey (1993; 1996), Lefebvre (1991), Rolnik (1994), Sanchez (2003), Santos (1993), Singer (1978), e Villaça (1998; 2005),

algumas das marcas²¹ mais comuns e visíveis da Cidade Capitalista se fazem presentes em seus traços-síntese, que assim se expressam: (i) na Segregação Sócio-espacial e nos conflitos urbanos; (ii) na ideologia e prática do desenvolvimentismo urbano, (iii) nos impactos urbanos e sócio-ecológicos por ela gerados, (iv) no império do interesse privado sobre o público, (v) na mercantilização do espaço e da vida urbana, e (vi) no conjunto de problemas e insuficiências urbanísticas e habitacionais.

Enquanto espelho e projeção da sociedade no espaço urbano (CHAUÍ, 2001; CASTELLS, 1983; LEFÉBVRE, 1991; MARICATO, 2000; SANTOS, 1993; VILLAÇA, 1998), tal cidade mostraria nestas características, na sobreposição do interesse privado sobre o público, na deterioração de espaços urbanos, e no conseqüente desencadeamento de processos de degradação socioambiental, alguns de seus principais fundamentos e resultados, visíveis na realidade sócio-espacial da maioria das cidades atuais.

Conforme Castells (1983), Maricato (2000), Lefebvre (1991), Santos (1993), e Villaça (1998), na construção da cidade real e do processo de urbanização capitalista, espacializam-se e reproduzem-se as relações sociais deste sistema socioeconômico e político dominante; onde os agentes²² da produção e controle do espaço urbano variam conforme sua posição de classe social. Como evidente exemplo, em

²¹ - (i) Reflexo Espacial da Divisão Social do Trabalho e da Sociedade de Classes; (ii) Espaço de (re) produção da Força de Trabalho, dos Meios de Produção e Consumo, e de Geração e Circulação de Capital; (iii) Espaço da Contradição, de conflitos e disputas, desigualdades e desequilíbrios socioeconômicos e ambientais; (iv) Espacialização da Segregação Social e Diferenciação do acesso à terra urbana; (v) Cidade e solo urbano como mercadoria, e especulação imobiliária; (vi) Controle social elitizado do acesso ao solo urbano > privação do Direito à Cidade às populações de baixa renda; (vii) Ideologia dominante de competição e apropriação privada do produto do trabalho social; (viii) Valor de Troca sobre o Valor de Uso do Solo Urbano, e (ix) Conjunção de Problemas, carências e déficits urbanos (habitacionais, infraestrutura) e sociais.

²² - Segundo Cristina S. Santos (1993) e Roberto Lobato Corrêa (2004), estes agentes referem-se a (i) contingentes sociais destituídos dos meios de produção do espaço urbano, e/ou compradores dos agentes produtores; (ii) grupos sociais que economicamente detêm os meios de produção da espacialidade urbana, e (iii) entidades estatais mediadoras dos demais agrupamentos sociais.

termos de resgate histórico, a cidade idealizada e produzida pelo funcionalismo e racionalismo capitalista da modernidade industrial, em que a segregação urbana (funcional e social) foi evidente.

Como um dos efeitos deste processo, para Villaça (1998; 2005), o *modus operandi* capitalista de acesso ao solo urbano e de produção e controle do espaço urbano revela a cidade segregada, um dos traços da cidade real capitalista. Para o autor, esta cidade revela ainda outras duas cidades: (i) a formal/ legal (onde o solo é regulamentado, legalizado pelo direito de propriedade privada), e (ii) a informal/ ilegal²³ (onde o solo, como uma espécie de terra de ninguém, por vezes vira objeto de disputas maiores que o da cidade formal, e a ocupação caracteriza-se pela condição de ilegalidade). Nestas se dão a localização das classes sociais, em que as elites ocupam lugares urbanística e ambientalmente apropriados, e garantidos do ponto de vista jurídico; e todas as classes subalternas, ocupam as porções de solo restantes, conforme podem. Pelos trabalhos do autor, depreende-se que a segregação resulta: (i) da condição do solo urbano como mercadoria (com a regulação do acesso por meios mercantis e pelo regime de propriedade privada); (ii) do processo de especulação imobiliária (com retenção especulativa do solo urbano), e (iii) do controle elitizado do processo de estruturação do espaço urbano (seja pelo controle ideológico e econômico da produção pelos agentes dominantes – do mercado e do Estado, seja pelo controle da ocupação de áreas econômica, urbanística e ambientalmente viáveis às elites). Ela se manifesta por alguns padrões sócio-espaciais, como o de setores urbanos, o de centro x periferia, etc.; e em suma produz a diferenciação no acesso a terra (pela relação localização intraurbana – renda e preço do solo), a captação de investimentos públicos e o direcionamento segregativo das camadas de alta renda em certos setores

²³ - Diferentemente de Villaça (1998), para Maricato (2000) a cidade ilegal/ informal designa a Cidade Real, ignorada pelo mercado, pelo planejamento e gestão urbanos oficiais, e até mesmo pela própria sociedade. A nosso ver, a Cidade Real só existe pela contradição entre dois mundos urbanos, ou seja, pela coexistência injusta das cidades legais e ilegais. O que faz a cidade denotar a realidade social e econômica do modo de produção capitalista é exatamente esta conjunção opositiva de distintos meios urbanos, a visão de conjunto desses espaços urbanos segregados e essencialmente desiguais. Acredita-se que essa visão de realidade urbana conduz necessariamente à sua reflexão para sua transformação.

da cidade, e por fim o controle do tempo de deslocamento urbano das classes sociais populares; em que a classe trabalhadora é segregada nas periferias das cidades, geralmente em áreas espacialmente inadequadas.

Vainer (2000), ao referir-se à “Cidade do Pensamento Único”, busca expressar a cidade real, a cidade capitalista. Em seu entendimento, a cidade produzida sob a condição capitalista, sob os ditames da economia de mercado e do regime de propriedade privada, tem evidenciado a hegemonia de uma visão de mundo, socioeconomia e cidade, ante outras visões socioculturais e representações de cidade e espaço urbano. Tal cidade marca-se pela mercantilização da vida, do espaço e do solo urbano, criando e reproduzindo problemas típicos da sociedade de classes na economia capitalista. Segundo Vainer, o planejamento nessa cidade pauta-se pela visão capitalista, traduzindo-se como planejamento estratégico e emprestando princípios da abordagem empresarial do planejamento²⁴. A cidade passa a ser entendida como mercadoria, capital, negócio, e mercado; desprivilegiando suas mais importantes e históricas dimensões, como a política (substituída pelo gerenciamento), e a social. O espaço e o solo urbano são reduzidos a objetos de troca mercantil, com o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, e com perda do valor simbólico. Na cidade do pensamento único, o termo Planejamento Estratégico utiliza e mobiliza três metáforas: (i) a da mercadoria e sua noção de marketing (onde a cidade é um objeto de mercado a ser promovido e vendido num mercado cada vez mais competitivo); (ii) a da empresa e sua noção de competição (onde a cidade é como uma empresa em que busca não só vender mercadorias como atrair investimentos e sobrepor-se às demais cidade-empresas); e (iii) a do patriotismo e suas noções de crise e consenso (onde a cidade é concebida como um patrimônio de seus habitantes, a partir de um pretendido consenso coletivo criado por uma consciência de crise, crise que supostamente a cidade passaria). Relaciona-se e/ou inclui ainda o conceito de City Marketing, em que a cidade enquanto mercadoria seria alvo de instrumentos de propaganda e marketing para

²⁴ - Visão empresarial de planejamento, emprestada do conceito de Planejamento Estratégico aplicável a empresas, elaborado originalmente pela Harvard Business School – EUA.

ser vendida e tornar-se competitiva num ambiente mercantil entre cidades. Seu Planejamento Estratégico buscaria a inserção competitiva, empresarial e mercantil num contexto de progressiva internacionalização capitalista, procurando-se assim alinhá-la ao conceito de *Cidades Globais*. Este estaria ligado ainda a reinterpretações da cidade e do desenvolvimento, por meio de discursos e ideologias industriais, mercantis, neopositivistas²⁵, cientificistas, tecnocráticas, e ambientalmente eficientes, relativas ao conceito de Desenvolvimento Urbano Sustentável e outros similares.

Harvey (1996) denominaria o conceito de “Empresariamento Urbano”, para a cidade e a gestão urbana capitalista pós-moderna, em que a cidade é assimilada à lógica empresarial pela adoção irrestrita dos conceitos de produtividade e competitividade, subordinando os fins da gestão à lógica de mercado.

“Urbanização Corporativa” (SANTOS, 1993) – se refere ao processo de urbanização capitalista brasileiro, que formou as cidades espraiadas e segregadas em que a maior parte da população urbana brasileira vive. Nas palavras de Santos (1993):

[...] a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais. (SANTOS, 1993, p. 95) apud. CALEJÓN, V. (2013).

No entendimento de Sanchez (2003), a cidade capitalista se apresenta atualmente como mercadoria e reduz o espaço urbano a esse status. O City Marketing concebe a cidade como produto e marca, provocando a mudança das representações do espaço para a

²⁵ - Sob influências do *Neopositivismo*, corrente filosófica desenvolvida no Círculo de Viena; que tem como princípios, o empirismo lógico e o determinismo.

transformação urbana com fins capitalistas. Ademais, a comunicação mercantil e o projeto de cidade modificam a imagem de cidade inserindo símbolos de produção do espaço urbano. Tais fatores provocariam mudanças na identidade da cidade e em sua produção simbólica, assim como desencadeariam um intenso processo de lutas políticas por aqueles que não a acessam.

A cidade capitalista e suas particularidades guardam estreita relação e correspondências em algumas das conhecidas teorias de urbanismo e de planejamento/gestão urbana, como: (i) a Cidade Industrial da modernidade capitalista, com seus traços racionalistas, funcionalistas, tecnocráticos e segregacionistas; (ii) a visão empresarial do enfoque teórico-prático de planejamento estratégico; (iii) a visão mercantil da cidade do conceito de City Marketing; (iv) a inserção competitiva, empresarial e mercantil na globalização capitalista, implícita no conceito de Cidades Globais, e (v) o enfoque teórico do Desenvolvimento Urbano Sustentável, com as interpretações industriais, propagandísticas e mercantis de produção, promoção e venda de cidades ditas inteligentes, sustentáveis e ecológicas.

O modelo da cidade capitalista - consumidor e predador de espaço e recursos naturais; negativamente impactante às atividades comunitárias e socioculturais, e produtor de processos e espaços segregativos e *gentrificatórios* (VILLAÇA, 1998) - reflete, demonstra e faz-se reforçar a afirmação de que o processo evolutivo do meio urbano configura um modo de desenvolvimento urbano agressor ao meio existente e produtor de conflitos, com claros flagrantes de injustiça socioambiental (ACSELRAD, 2008); fazendo a cidade se constituir propriamente em um “espaço de conflitos e de disputas” (CASTELLS, 1977, apud RIZZO, 1993), contra a natureza e entre grupos sociais que a habitam.

Enfim, seriam algumas destas características e fundamentos deste modelo de cidade, verificados em processos e produtos de planejamento e gestão urbana. A relação, portanto, da cidade capitalista com os sistemas, processos e peças de planejamento e gestão urbana, seria direta; e tal qual seu modelo, seria também problemática - dado serem suas particularidades marcadas por interesses e contradições entre

setores e agentes da produção, controle e acesso do espaço urbano; em sequência citadas.

O problema do Planejamento e da Gestão Urbana

Semelhante ao termo Desenvolvimento, os conceitos de Planejamento e Gestão Urbana também assumiriam distintos significados influenciados por diversas teorias, ideologias, visões de mundo e de cidade; como as concepções antropocêntricas de perfil desenvolvimentista e economicista, induzidas por elites socioeconômicas ou estatais. Assim, os processos e modelos usuais e dominantes refletem e decorrem da própria problemática do desenvolvimento, e se prestam à reprodução do citado modelo de cidade, em benefício de seus agentes e estratos socioeconômicos e políticos mais favorecidos.

Muitos dos conhecidos processos e instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana têm derivado destes modelos de desenvolvimento e cidade, no sentido de reforçá-los; mantendo suas características e princípios, e contribuindo para a reprodução de problemas deles decorrentes. Seria assim antiga a problemática do Planejamento e da Gestão Urbana.

Com base em trabalhos de Kohlsdorf (1985), Maricato (2011), Rezende (1982), Souza (2010) e Villaça (2005), desde as origens da disciplina de planejamento urbano no contexto da industrialização, desde o início do século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos, denominada “*Planning*” e ministrada em Escolas de Planejamento, os modelos mais comuns de planejamento e gestão apresentaram problemas e limitaram-se aos fundamentos das démarches de pesquisa de aparência científica que os conceberam, e/ou às suas abordagens metodológicas e técnicas, pouco satisfazendo as necessidades mais sentidas da sociedade, e não abrangendo ou até desconsiderando a questão ecológica e os enfoques teóricos que desta tratam.

Nesse sentido, as concepções tecnocráticas (dadas com a apropriação pelo Estado do exercício de planejamento e gestão urbana) em certa medida se mostraram inadequadas, ao encarcerarem-se em

visões essencialmente disciplinares, priorizarem fundamentações técnicas, e no Brasil, darem ao arquiteto a primazia na condução dos processos e na concepção e execução dos planos elaborados; ignorando o caráter interdisciplinar do planejamento e da gestão urbana, negando direitos políticos democráticos da sociedade civil, e desconsiderando não só a complexidade da questão ambiental, como também as contribuições de outras disciplinas, de outros profissionais, e do saber popular. As concepções participativas – conquistas populares fruto de anos de intensa luta e mobilização política por direitos sociais, urbanos e democráticos nos processos de planejamento²⁶ – apesar de teórica e recentemente abrangerem a participação da sociedade civil, ainda não foram suficientes à garantia dos direitos sociais e urbanos, e nem mesmo avançaram adequadamente no sentido ecológico; pelo fato de emergirem como fatores proeminentes, a dimensão antrópica, as disputas e conflitos de interesses, e sobretudo as distorções de caráter político-econômico induzidas por agentes dominantes da produção, controle e acesso do espaço urbano – como os membros do capital imobiliário e certos setores do poder público.

Nesse contexto, as contradições sócio-espaciais e econômicas intraurbanas não foram resolvidas, e nem mesmo os anseios e urgências dos estratos mais empobrecidos da população foram atendidos e sanados; devido à força dos interesses econômicos e políticos das camadas sociais de mais alta renda e dos poderes do Estado nos processos de planejamento urbano e na distribuição dos investimentos urbanos pelo poder público – situação que faz recordar do que aponta Villaça (2005) sobre as ilusões dos planos diretores, e do estudo de Sugai (1994) sobre os privilégios às classes sociais abastadas provenientes do direcionamento dos investimentos públicos no espaço urbano.

Além disso, das pesquisas realizadas e do entendimento deste trabalho, em se tratando de Meio Ambiente, no geral as políticas de planejamento e gestão territoriais somadas às ações da sociedade,

²⁶ - Exemplificariam estas lutas, os movimentos sociais da 2ª metade do século XX por direitos urbanos no Brasil, como os envolvidos com o ideário da Reforma Urbana.

parecem ter demonstrado deficiências e certo distanciamento de enfoques teóricos e métodos que induzam e favoreçam a entrada da Ecologia na adequação destas ações e políticas, e na resolução de conflitos existentes. Assim que as formas mais usuais de planejamento e gestão não consideraram adequadamente a questão ecológica nos processos e nos planos diretores concebidos; possivelmente devido a falhas e/ ou inadequações na estrutura político-institucional de planejamento e gestão, e na apropriação de conceitos ecológicos por diversos agentes sociais; resultando leis e peças de regulamentação do desenvolvimento e expansão urbana, frequentemente afastadas de visões sociais e ecológicas - em favor de pressupostos mercadológicos e privados de regulação da apropriação do solo e da construção do espaço urbano.

A relação dos modelos de desenvolvimento urbano e dos interesses político-econômicos dominantes com os processos, planos e instrumentos de planejamento e gestão urbana, tem sido direta e constante; evidenciando-se em várias oportunidades e momentos, como o exemplo do zoneamento urbano – instrumento de planejamento confundido com a disciplina que o inclui.

Na cidade capitalista o solo urbano é historicamente constituído como mercadoria e objeto de apropriação privada e alienação a trocas mercantis, com domínio do valor de troca sobre o valor de uso, inferiorizado ao de troca e ao especulativo. O reino do interesse privado faz do solo nessa cidade, um mero objeto sem valor intrínseco, que não os mercantis. No contexto brasileiro, a apropriação privada do solo (seja rural ou urbano) adquiriu segurança jurídica com o advento da Lei de Terras, o Estatuto da Terra, o Código Civil e a Constituição Federal²⁷;

²⁷ - Respectivamente, a propriedade privada aparece nestas leis:

> Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 - Abolição do regime de sesmarias e estabelecimento da compra como forma exclusiva de acesso a terra.

> Capítulo III (Das Terras Públicas e Particulares), Seção II (Das Terras Particulares), Art. 12 da Lei 4.504/64 – Estatuto da Terra – propriedade privada condicionada à função social.

> Título III (Da Propriedade), Capítulo I (Da Propriedade em Geral), Seção I (Disposições Preliminares), Artigos 1.228 a 1232; e outros artigos ao longo da Lei. – regulação de direitos de propriedade. Especificamente os artigos 1.229 e 1230.

que trazem a propriedade privada em lei como direito pessoal e social fundamental, até mesmo dotado de certa sacralidade. As políticas de desenvolvimento, planejamento e gestão urbana em última instância se dão de acordo com o interesse privado; em outras palavras, a regulação da apropriação e controle do solo em meio urbano se dá a partir da propriedade privada - em que os índices de regulamentação do uso do solo e edificação seguem os interesses particulares. O espaço físico da cidade é dessa forma regulamentado e construído prioritariamente pela dimensão privada sobre a social e coletiva; restando o espaço público como uma espécie de resíduo no espaço urbano privado. O instrumento de zoneamento urbano evidencia este fato; uma vez que, por exemplo: as zonas urbanizáveis são direcionadas a áreas desocupadas; no interior do perímetro urbano os espaços coletivos e as áreas públicas e verdes são escassas, esparsas e comprimidas por outras zonas urbanas; e a definição do zoneamento urbano e suas disposições de uso-ocupação do solo resultam da influência de interesses privados e políticos municipais.

A prevalência do interesse privado assim se mostra na supremacia da propriedade privada nestas legislações, apesar de existir o pressuposto da função social da propriedade. Ficaria o solo submetido a uma concepção antropocêntrica, utilitarista e mercantil; como um mero objeto recortado, submisso às leis de mercado, essencialmente submetido à posse de um proprietário, sem valor existencial, isolado do entorno e das ligações à Natureza, passível de ações humanas encerradas em valores individualistas. Além do solo, muito do que de mais se refere ao espaço urbano e seu planejamento, ficam predominantemente submetidos à lógica privatista e mercantil dessa cidade, e dos interesses hegemônicos do desenvolvimento urbano.

> Constituição Federal - de forma genérica: Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), Art. 5º, inciso XXII – direito fundamental à propriedade; Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo I (Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica), Art. 170, incisos II e III – direito à propriedade privada. De forma específica: Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo II (Da Política Urbana), Art. 182 – Função Social da propriedade urbana - e Capítulo III (Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária) – Função Social da propriedade rural, desapropriação e reforma agrária. De forma relativa em outras partes da lei.

Em síntese, o processo de expansão urbana desordenada e seus efeitos deletérios sobre o meio sócio-ecológico é um dos traços mais marcantes da cidade real; e se dá com o descontrole pelos sistemas oficiais de planejamento e gestão urbana, pela organização mercantil e por formas inadequadas de ação dos agentes da produção e gestão do espaço urbano. Paralelamente à negativa aos direitos básicos da população mais pobre, por princípios e meios capitalistas de regulação do acesso e controle do solo urbano e da produção imobiliária, os usuais sistemas de planejamento e gestão urbana encarceraram-se em seus campos e/ou submetem-se a interesses socioeconômicos externos; não sendo capazes e/ou não se propondo a adequar a relação sociedade – meio ambiente – desenvolvimento urbano, permitindo a perpetuação dos referidos problemas da Cidade Capitalista.

As ligações entre a Cidade do Capital e os modelos dominantes de desenvolvimento, planejamento e gestão urbana, e nestas as interdependências entre todos os problemas gerados, ficariam mais nítidas e seriam evidenciadas com a crescente importância da Ecologia e pelas incontáveis reflexões na comunidade científica, nos ambientes técnico-profissionais, e no imaginário social, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Assim que, a questão ecológica perpassaria as temáticas de desenvolvimento, planejamento e gestão urbana, conforme segue.

2.1.3 - A dinâmica de Planejamento e Gestão Urbana em Florianópolis:

Breve histórico da práxis de planejamento e gestão urbana no município

Num contexto contemporâneo de agravamento da problemática socioambiental planetária e de crise paradigmática de civilização (BOFF, 2004; LEFF, 1986; MORIN e KERN, 1995; VIEIRA, 2009), de falência dos modelos hegemônicos de desenvolvimento sócio-espacial (BOFF, 2012; MONTIBELLER-FILHO, 2008; SACHS, 2007; SCHINKE, 1986; VIEIRA, 2005, 2013), de esgotamento dos padrões usuais e dominantes de desenvolvimento urbano e configuração da espacialidade das cidades, e ainda de impotência e ineficácia dos

sistemas de planejamento e gestão do desenvolvimento e da urbanização (KOHLSDORF, 1985; MARICATO, 2011; REZENDE, 1982; SOUZA, 2010; VIEIRA, 2013; VILLAÇA, 2005), os processos de produção e planejamento do espaço urbano do município de Florianópolis ainda têm se dado sob padrões, influências de paradigmas técnico-científicos, e interesses político-econômicos dominantes face às alternativas de planejamento e gestão e às dimensões sociais e ambientais de constituição do espaço urbano. Nesse sentido, os processos de planejamento e gestão urbana, e os planos diretores concebidos na cidade, vieram se submetendo a estes modelos; reproduzindo os padrões de desenvolvimento e expansão urbana da cidade capitalista, e a gama de problemas urbano-ambientais e sociais que a caracterizam.

Consequentemente, em relação aos incontáveis debates sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sobre proteção de recursos naturais em meio ao crescimento urbano, sobre os direitos sociais à Cidade e à Natureza, e ainda sobre os pressupostos existentes na legislação urbano-ambiental federal, estes processos de planejamento e seus planos diretores tem se caracterizado por insatisfatoriamente acompanhar e/ou mesmo destoar-se de tais discussões e princípios – uma vez estarem pautando-se pela lógica privada de regulamentação do acesso, controle e construção do espaço urbano, relativizando em importância o ideário social e coletivista destes citados direitos na cidade. O conturbado processo de planejamento urbano participativo do município (iniciado no ano de 2006 e ainda não completamente finalizado no presente) e seus problemas políticos de planejamento e gestão democrática, ilustram os ataques ao direito à cidade, à sociedade civil organizada e a parcelas numerosas da população. Ademais, as questionáveis diretrizes de proteção ambiental, as insuficiências e/ou ausências de aspectos e conceitos ecológicos nas políticas públicas de desenvolvimento, projetos urbanos e planos diretores, igualmente ilustram ataques ao Meio Ambiente e ao Direito à Natureza – quando da sua secundarização ante os interesses privados e político-econômicos.

Assim posto que as dinâmicas de planejamento e gestão do espaço urbano em Florianópolis, e seus projetos e planos urbanos propostos, têm se manifestado problemáticas; e em certa medida,

deslocadas dos debates teórico-conceituais da Ecologia Política, dos pressupostos jurídicos da legislação existente, das necessidades práticas de proteção do meio ambiente frente ao processo de urbanização, e sobretudo dos anseios da maioria da população da cidade. Neste sentido, um breve resgate da prática de planejamento urbano na cidade pode mostrar a problemática, da qual o último processo de planejamento e seu produto resultante – o novo plano diretor da cidade – parece servir de exemplo.

Segundo estudos de Cunha (2011), processos participativos no município de Florianópolis deram por antecedentes não institucionais já desde os anos 90, por iniciativas localizadas de planejamento urbano, como o Plano Diretor Comunitário para a Planície do Campeche proposto pela Associação de Moradores da Planície do Campeche. No entanto, conforme o autor, o planejamento urbano no município caracterizou-se pelos vieses tecnocráticos e funcionalistas, desde bem antes dos anos antecedentes à institucionalização dos planos diretores participativos dada com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. Recordando o Plano Diretor de 1952, situado no plano das ideias e no paradigma da técnica, o autor exemplifica a questão por uma passagem dos autores do plano, para os quais:

“Após uma avaliação pessimista da situação urbana do município, considerado sem identidade, pré-industrializado, com um sistema viário obsoleto e um porto em decadência, a equipe apresentou um plano preliminar baseado na implantação de um porto na parte continental da cidade que deveria ser o elemento indutor do desenvolvimento urbano. Ao lado do porto, deveria ser implantada uma zona comercial e industrial e com o desenvolvimento da cidade, zonas residenciais deveriam se estabelecer no continente. Esse conjunto exerceria uma atração sobre o centro

tradicional (insular) que seguiria suas funções de centro comercial, administrativo e de zona residencial. (PAIVA; RIBEIRO, GRAEFF, 1952, apud. PEREIRA, 2007)²⁸.

Reforça o autor, que este plano inspirado no funcionalismo, negava a cidade tradicional advogando um zoneamento que determinaria as características construtivas locais. Já o plano de 1969, intitulado Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF), dá-se sob o ideário e signo modernista, apresentando uma proposta regional cujos traços evidenciam as ligações com princípios da Carta de Atenas (PEREIRA, 2007, apud CUNHA, 2011).

Estes planos diretores e os seguintes caracterizam-se pelo instrumento urbanístico do zoneamento, sendo que até 2011, a cidade tinha 2 planos em vigência: o Plano Diretor dos Balneários (Lei nº 2.193/85) e o Plano Diretor do Distrito Sede (Lei nº 001/97); além de outros planos e leis específicas localizadas²⁹ (CUNHA, 2011). Ressalta o autor, a influência dos interesses econômicos sobre parlamentares, na mudança de leis e planos diretores até 2011 vigentes. Apoiando-se em Elizalde (1996), recorda que estas leis vieram sistematicamente sendo alteradas, segundo este outro autor mencionado, “pelos vereadores que redesenhavam a cidade a partir de interesses profundamente corporativos, através da alteração de zoneamento e gabarito de ruas ou pequenos trechos para fins particulares” (ELIZALDE, 1996, p. 183-184, apud CUNHA, 2011, p. 218). Tal entendimento vai ao encontro da constatação de Pimenta e Pimenta (1999), para quem a história dos planos diretores no município de Florianópolis confunde-se com a história das emendas parlamentares de mudança destas leis e planos. Desde seu início, todo o processo de elaboração e aprovação do novo Plano Diretor de Florianópolis até o ano de 2014, evidenciaria este fato

²⁸ - Observando o texto de Elson M. Pereira (2007), L. F. Cunha ilustra esta questão. Maiores detalhes em: PEREIRA, Elson M. *“Planejamento Urbano e Cidade Contemporânea.”* In: X SIMURB, 2007, Florianópolis. Anais do X SIMURB, 2007.

²⁹ - Planos e leis específicas para as localidades de: Jurerê (Lei nº 2.217/93); Praia Brava (Lei nº 3.742/92); Barra da Lagoa (Lei nº 3.711/92), Praia Mole (Lei nº 3.742/92), e Retiro (Lei nº 3.709/92).

indo nessa direção; do qual discute-se mais adiante e ilustra-se por algumas das mais de 600 emendas propostas ao novo plano diretor.

Por este rápido histórico de concepção e execução de planos diretores na cidade de Florianópolis, parece ficar evidente as influências que caracterizam os processos e as peças legais de planejamento e gestão, os quais se vinculam aos distintos interesses e propósitos de agentes da produção e gestão do espaço urbano-ambiental, e os cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental decorrentes, a que retomaremos adiante.

2.1.4 - Ecologia e Concepções de cidade, desenvolvimento, planejamento urbano e Natureza:

Ecologia em cena: evidências e consequências

Recordando Morin e Kern (1997), no decurso da história humana no planeta terra, os efeitos socioambientais negativos apresentaram-se na mesma e/ou até em superior proporção que seu próprio processo de desenvolvimento e evolução – tradicionalmente marcado por valores antropocêntricos e materialistas. A cidade nesta história, enquanto reflexo dos modelos de desenvolvimento e sociedade, apresentaria grande parte desses efeitos e problemas, dando foco à importância da questão ambiental - objeto de estudo de inúmeras reflexões de pesquisadores e estudiosos das ciências ecológicas, sociais e espaciais. Seria assim, portanto, histórica a problemática socioambiental e a importância da questão ecológica em todo espaço geográfico, tanto no meio rural como na própria cidade.

Dessa forma, um breve panorama da questão ambiental com a cidade e com os processos de desenvolvimento e planejamento urbano, parece necessário, para efeitos de ilustração desta contextualização temática da pesquisa desta dissertação. No entanto, para efeitos de objetivação e exemplificação, convém assinalar a necessidade de um recorte histórico neste panorama.

Neste sentido, adota-se como referência histórica dos debates e reflexões sobre a problemática sócio-ecológica, o período marcado pelo processo de “ocidentalização do mundo” (LATOUCHE, 1994 apud.

LISBOA, s/d³⁰; MORIN, 1997), dado pelo avanço e confirmação dos valores ocidentais antropocêntricos e do ideário da revolução industrial do séc. XIX – de meados do século XX até aos dias presentes. No que tange à correlação dessa questão com a cidade, faz-se a mesma opção. Recordando Choay (2007)³¹, há pelo menos 150 anos que a cidade industrial mostra seus problemas sócio-ecológicos e suscita preocupações em torno de sua organização espacial; sendo objeto de crítica de várias correntes teóricas e autores que realizaram estudos científicos sobre ela; e sendo ainda alvo de estudos disciplinares que fariam surgir o Urbanismo e o Planejamento Urbano, e destes, a busca de soluções aos problemas da cidade industrial – contudo, frequentemente calcadas na ideia de modelo e com caráter eminentemente técnico-disciplinar, sendo por vezes despolitizadas. Portanto, é do contexto histórico desde a consolidação da cidade industrial no século XX, e de reafirmação da cidade do Capital no seio das cidades e da sociedade contemporânea, que em síntese se traz neste panorama, a crescente importância da questão sócio-ecológica no âmbito das reflexões sobre a problemática socioambiental globalizada.

Como já assinalado, desde as décadas de 60 e 70 do século XX, a constatação da emergência da Crise Socioambiental Planetária (BOFF, 2004; MORIN e KERN, 1995) e de um Dilema Civilizatório (BOFF, 2012; COSTA, 2011), tem evidenciado a gravidade do contexto em que

³⁰ - LISBOA, Armando de M. *“Desenvolvimento. Uma idéia Subdesenvolvida”*. Noção sobre o conceito de desenvolvimento. Disponível em: http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=228&Itemid=1

³¹ - Pela obra da autora, ilustram os estudos críticos: algumas correntes teóricas Pré-urbanistas (com e sem modelos de cidade), e outras críticas de autores de Antropologia Urbana e Filosofia da Cidade. Fazem parte dos estudos disciplinares, algumas correntes do Urbanismo e seus modelos de cidade (Progressista, Culturalista e Naturalista), e elucubrações utopistas ligadas à técnica. Em torno dos malogros sociais da cidade industrial, Marx e Engels se encarregariam da crítica política a essa cidade. Ilustrativo nesse sentido, o texto de Engels, sobre *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”*, e as contribuições de Marx, em seus *“Manuscritos de 1844”* e em *“O Capital”*. Especificamente sobre as reflexões ecológicas, as contribuições da Escola de Chicago e do Urbanismo Naturalista (respectivamente com os arquitetos Louis Sullivan e Frank Lloyd Wright), seriam ilustrativas das críticas à cidade industrial e aos modelos progressistas.

a humanidade se depara, com o reconhecimento da deterioração das condições ecossistêmicas do globo terrestre em uma situação muito crítica. A progressiva consolidação dos ideais da revolução industrial nos modelos de desenvolvimento das sociedades urbano-industriais modernas e dos sistemas político-econômicos e socioculturais centralizados (VIEIRA, 2005; 2009), viria a expor esse alarmante quadro. O reflexo destes modelos no meio urbano por inúmeros impactos socioambientais e pela reprodução de um modelo de cidade social e espacialmente desequilibrado e segregado, ilustraria grande parte dos problemas e efeitos negativos do desenvolvimento; em que a cidade da sociedade e economia capitalistas, seria uma de suas expressões mais significativas.

Este contexto faria com que a partir da segunda metade do século XX, de um lado ficassem explícitos esses problemas; mas de outro, fossem buscados e construídos novos e alternativos projetos de sociedade, padrões de desenvolvimento e instrumentos de planejamento e gestão territorial embasados em visões ecológicas (SACHS, 2007; LEFF, 1986; VIEIRA, 2005; 2009). Daí que, historicamente a questão sócio-ecológica ganharia importância pela revisão de conceitos no âmbito do conhecimento científico, das condutas sociais, estruturas e atividades socioeconômicas e culturais, das políticas públicas e concepções de desenvolvimento territorial, e em parte dos ideais e mobilizações dos movimentos sociais. Os relatórios e conferências da Organização das Nações Unidas (relatórios Meadows e Bruntland, Carta da Terra etc.) exemplificariam tais preocupações. Surgiriam desde então, novos enfoques teórico-conceituais, instrumentos de planejamento e gestão urbano-ambiental, e legislações socioambientais pautadas pela Ecologia; a exemplo de:

- (i) **Teorias de Planejamento e Gestão Integrada**³², que enfatizam em certa medida a necessidade de integração entre sistemas sociais e ecológicos, como numa simbiose sistêmica

³² - Dentre outros, inserem-se nestas teorias: (i) o enfoque de *Planejamento Ambiental Urbano*; (ii) a *visão ecossistêmica da paisagem*; (iii) o *desenho ambiental*; (iv) o *urbanismo ecológico*; (v) o *desenvolvimento urbano sustentável*.

socioecológica; de modo a propiciar a compatibilização das ações humanas às condições do meio, no que se refere ao Planejamento e Gestão Territorial.

(ii) **Enfoques Teórico-epistemológicos e Ecológicos**³³, relativos a conceitos de desenvolvimento, cidade, e natureza; que direta ou indiretamente podem se refletir em meio urbano; de modo a estabelecer a reflexão sobre a reorientação de atividades antrópicas, processos de desenvolvimento, uso e apropriação da natureza.

(iii) **Dispositivos da Legislação Ambiental e Urbana**³⁴; que determinam os princípios de regulamentação do uso e apropriação da natureza e da construção do espaço urbano, assim como a busca ou garantia dos direitos de acesso à natureza e à cidade.

No âmbito jurídico, desde a constatação da crise sócio-ecológica planetária e do agravamento dos problemas urbanos e das condições de vida nas cidades, inúmeros tratados e convenções, leis, dispositivos e decretos surgiram e se destacariam; a exemplo de acordos internacionais, de constituições e políticas nacionais relativas ao meio ambiente, e de leis específicas de regulamentação da apropriação de recursos naturais e do espaço urbano. A título de exemplo no contexto brasileiro, em consonância aos preceitos do artigo 225 da Constituição Federal e do campo do Direito Ambiental, na esteira da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de

³³ - Dentre outros, inserem-se nestes enfoques: (i) *Ecodesenvolvimento*; (ii) *Gestão Integrada de recursos naturais renováveis*; (iii) *Gestão Integrada e Participativa de recursos naturais*; (iv) *Gestão de Recursos Comuns – “teoria dos commons”*; (v) *Agenda 21*; (vi) *Ecologia Urbana*; (vii) *Abordagens Ecológicas da Economia*; (viii) *Justiça Ambiental*

³⁴ - Dentre outros, na esteira dos campos científicos do *Direito Ambiental* e do *Direito à Cidade* (em nível mundial), inserem-se nestas leis e dispositivos em nível brasileiro: (i) *Constituição Federal – artigo 225º*; (ii) *Código Florestal Brasileiro, Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei de Crimes Ambientais e Resoluções do CONAMA*; (iii) *Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos*; (iv) *Plano Nacional e Estadual de Gerenciamento Costeiro*; (v) *Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação*; (vi) *Leis de Patrimônio*; (vii) *Estatuto da Cidade, dentre outras leis e decretos*.

Conservação se insere como instrumento legal de proteção de áreas ecologicamente sensíveis e de regulamentação do uso e ocupação do solo e de recursos naturais em seus entornos.

Após anos de intensos debates legislativos, a lei viria a ser criada em favor da modernização das políticas de criação e gestão de áreas protegidas³⁵; em que duas das principais alterações seriam: (i) a inserção social da lei no sentido de integração entre poder público e sociedade na criação e gestão de áreas destinadas a proteção ambiental; e (ii) a integração entre diferentes esferas de governo e território na instituição e administração de áreas legalmente protegidas, em que se favoreceria maior articulação entre nação, estados e municípios em relação às áreas para proteção ambiental e regulamentação do uso de seus ecossistemas.

De maneira geral, a Lei 9.985/2000 veio a instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que segundo seu artigo primeiro, “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.” Constituído por todo o conjunto de unidades de conservação brasileiras, o referido sistema, dentre outros objetivos, busca em síntese resguardar ecossistemas e recursos naturais, tal como promover interação social e inserção econômica equilibrada da população. Guiado por diretrizes que possibilite o envolvimento adequado da sociedade e populações tradicionais nas políticas administrativas e no uso de recursos das áreas protegidas, e que garantam a integridade de ecossistemas naturais e reprodutibilidade de seus recursos, o sistema é regido por órgãos de caráter consultivo e deliberativo, de função central e coordenativa, e de atribuições executivas³⁶.

Categorizadas em Unidades de Proteção Integral, e de Uso Sustentável, elas são criadas por ato do poder público, e geridas por

³⁵ - Segundo informações de matéria da ONG WWF-Brasil, a criação do Sistema em 2000 viria a introduzir mudanças importantes na política nacional de criação e gestão de áreas de proteção ambiental. Informações disponíveis em: www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?25580/Lei-que-estabelece-unidades-de-conservacao-completa-10-anos

³⁶ - Respectivamente são tais órgãos: Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); o Ministério do Meio Ambiente (MMA/DF); o Instituto Chico Mendes e o Ibama suplementados por órgãos estaduais e municipais, e excepcionalmente, por unidades de conservação em nível infra federal.

órgãos competentes e/ou por organizações da sociedade civil pautadas pelo interesse público, a partir do Plano de Manejo – documento de planejamento e gestão do uso do território e seus recursos naturais. No estudo de caso em questão (explicitado adiante no capítulo de contextualização sócio-espacial), trata-se de unidade de proteção integral federal, cuja referida lei traz suas definições e disposições legais, aplicadas ao contexto local.

A vasta gama de problemas e efeitos socioambientais adversos do desenvolvimento inscritos num quadro de crise de civilização paradigmática e globalizada traria assim, implicações ao planejamento e à gestão territorial. Com base em trabalhos de Garcia (1994) e Vieira (2005), em face desse contexto, frequentemente algumas deficiências no âmbito das instituições, disciplinas e políticas de planejamento e gestão, relevariam evidências da crise socioecológica. Estas deficiências decorreriam e/ou seriam favorecidas tanto pela configuração da atual estrutura de planejamento e gestão, como também pela forma (ou mesmo ausência) de apropriação de conceitos ecológicos nos processos e planos elaborados; em que se constituiriam como problemas:

(i) **na estrutura de planejamento:** a) o distanciamento entre órgãos de planejamento e gestão ambiental e territorial; b) o domínio do paradigma disciplinar do conhecimento; c) distância e hierarquização entre conhecimento técnico-científico e saber popular³⁷

(ii) **na apropriação de conceitos:** a) certo grau de distanciamento entre conceitos de natureza e cultura; b) aplicação do termo ambiental como mera referência ou de forma utilitarista da natureza; c) compreensão economicista, mercadológica e/ ou preservacionista da natureza no meio urbano³⁸

³⁷ - **Consequências:** (i) distanciamento entre os planos específicos elaborados por instituições e órgãos governamentais; (ii) reducionismo disciplinar e compreensão desintegrada dos processos sociais e ambientais, e (iii) deficiências de espaço à participação da sociedade e à democratização do planejamento e gestão do território

³⁸ - **Problemas** verificados em: (i) processos de planejamento e gestão; (ii) dispositivos de regulamentação das peças de Planos Diretores, e (iii) discursos e posicionamentos sobre uso de recursos naturais e ocupação espacial.

Com base em trabalhos de Maricato (2011), Rezende (1982), Souza (2010) e Villaça (2005), possivelmente seriam nesse sentido que, historicamente certos modelos de planejamento urbano apresentariam e compartilhariam algumas destas deficiências, apresentando-se em diversos exemplos e contextos espaço-temporais. Primeiramente, as concepções tecnocráticas³⁹ com visões disciplinares, predominância tecno-científica, e atribuição profissional quase que exclusiva do arquiteto. De outro lado, posteriormente com a percepção desses e outros problemas, e de demandas de certos setores da sociedade civil e do Estado, surgiriam outras teorias e práticas de planejamento e gestão urbana e territorial⁴⁰, com visões particularistas e/ou ampliadas, voltados a atendimento e favorecimento de necessidades específicas e/ou setoriais. Num cenário relativamente recente, a concepção participativa⁴¹, com visão de planejamento e gestão estendida do poder público à sociedade civil; contudo, não democraticamente dividida entre ambos.

Mostrar-se-iam, portanto, uma série de resultados dos processos e instrumentos de planejamento e gestão territorial, além do processo hegemônico de urbanização e do injusto jogo de agentes e interesses socioeconômicos; em que se constituiriam como problemas principais:

³⁹ - **Modelos e (exemplos): (i) Técnico-científicos** (Higienismo, Sanitarismo e Esteticismo; Racionalismo e Funcionalismo Modernistas, Planejamento de Gabinete, Institutos e Escolas de Planejamento Urbano); **(ii) Autorais** (Planos Setoriais, Desenho Urbano, Cidades Planejadas e Projetadas); **(iii) Físico-territoriais clássicos** (planos estatais de regulação do uso do solo).

⁴⁰ - **Modelos e (exemplos): (i) Interdisciplinares e processuais** (Planejamento Sistemico, 'Rational View Process'); **(ii) Consensuais e Justiça Social** (Planejamento Colaborativo/Comunicativo, Planejamento Rawlsiano); **(iii) Populares e Coletivistas** (Planejamento e Autonomia Social; Oficinas e Leituras Comunitárias); **(iv) Legalistas** (Planos de Gestão Ambiental, Regularização Fundiária e princípios do Estatuto da Cidade); **(v) Integrados/ Globais** (Planejamento Ambiental Urbano, Desenho Ambiental); **(vi) Territoriais Ampliados** (Planejamento Regional, Planejamento Metropolitano, Planejamento Territorial); **(vii) Mercadológicos** (Planejamento Urbano Estratégico, City Marketing).

⁴¹ - **Modelos e (exemplos): (i) Participativo** (Planos Diretores Participativos; Conselhos de Desenvolvimento Urbano, Reforma Urbana, Orçamentos Participativos); **(ii) Localistas** (Conselhos Locais, Leituras Comunitárias).

- (i) **nos instrumentos de planejamento:** a) embates entre visões econômicas e corporativistas de desenvolvimento e crescimento urbano X indicativos de proteção ambiental e democratização dos investimentos e políticas públicas urbanas - refletidos em dispositivos legais elaborados no Plano Diretor; b) apropriação mercantilista da natureza, observada na privatização e disputa de áreas verdes e da paisagem, e na definição de usos no zoneamento influenciada pela especulação imobiliária das áreas de relevante interesse ecológico e paisagístico; c) conflitos sociais, econômicos, culturais, fundiários e de uso e apropriação do espaço e do meio ambiente, provocados por distorções oriundas da proteção ambiental de corte preservacionista, que impede ou restringe de forma irrestrita e indiferenciada usos antrópicos – alguns tradicionais e sustentáveis; e d) a indiferença ao conhecimento popular nos processos de apropriação, controle e gestão do território em relação ao meio ambiente local, somada aos conflitos entre disciplinas na condução e autoridade na concepção e aplicação dos planos.
- (ii) **no processo de urbanização e em disputas de interesses:** a) os impactos sócio-ecológicos do descontrole da expansão urbana; b) a reprodução dos problemas sociais e urbanísticos da cidade capitalista; c) os conflitos de interesses e a prevalência dos de caráter privado e mercantilista (que influenciariam e/ou determinariam a essência das políticas públicas e o perfil dos planos diretores concebidos e aplicados); dentre inúmeros outros.

A complexidade da crise planetária revelaria ainda certas tendências de continuidade dos processos de degradação socioambiental. Tendências preocupantes em relação à ocupação do território e à integridade ambiental dos ecossistemas, ao desencadeamento de processos descontrolados de urbanização e uso-ocupação do solo, e de agressão aos ecossistemas locais; as quais apontariam para:

- (i) desvalorização de atividades socioculturais tradicionais;

- (ii) aumento dos conflitos sócio-espaciais e ecológicos;
- (iii) agravamento da questão agrária, com reprodução de modelos ambientalmente agressivos e socialmente excludentes;
- (iv) agravamento da questão urbano-ambiental, com aumento de conflitos existentes entre urbanização e proteção da Natureza, e de impactos ambientais negativos em meio urbano.

Somar-se-iam ainda, apontados pelas tendências de planejamento e gestão, distintos cenários contendo ou não uma maior preocupação urbano-ambiental, em relação à revisão conceitual, teórica e metodológica da concepção e operacionalização dos processos de planejamento, dos planos diretores e instrumentos de gestão referentes a uso-ocupação do solo, expansão urbana e proteção ambiental. Cenários estes ligados a:

- (i) integração ecológica entre teoria e prática no planejamento e gestão do uso-ocupação do solo e da expansão urbana,
- (ii) centralização, disputas e jogos de interesses na condução do processo de planejamento e gestão urbana, e da elaboração de Planos Diretores.
- (iii) risco de possíveis distorções resultantes de má apropriação da Ecologia e/ ou de influências mercantis e político-estatais

Do panorama descrito e dos cenários possíveis, a entrada da questão ecológica passaria a adquirir importância, e atualmente até certa centralidade em alguns dos processos de planejamento, planos e instrumentos de gestão em elaboração, aplicação e fiscalização, trazendo alternativas futuras relativas:

- (i) à integração entre as dimensões urbana, rural e ambiental, visando equilíbrio e criação de novas configurações sócio-espaciais e conservação ambiental.
- (ii) ao embasamento ecológico aos processos de planejamento e gestão, e aos planos diretores construídos, visando melhores relações entre ocupação antrópica e meio ambiente, novas

configurações espaciais, novos métodos de planejamento e controle espacial e do uso da Natureza.

- (iii) à maior participação e democracia nos processos de planejamento e gestão, visando democratização dos mesmos, maior possibilidade de fiscalização do uso do solo e da Natureza, e construção coletiva de um cenário alternativo de urbanização, ruralidade e proteção ecológica.

Nesse contexto, as concepções alternativas de planejamento e gestão – surgidas na medida em que se iam conhecendo os efeitos problemáticos provocados pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento e urbanização ao longo do século XX – ainda que não tenham sido mais amplas ou completamente embasadas pela abordagem ecológica, tiveram o mérito de ampliar a compreensão teórica e prática de planejamento e gestão urbana; e alguns, de inserirem em seus escopos a visão ecológica como suporte. Com base em Souza (2010) e Acsehrad (2008), paralelamente à continuidade dos modelos correntes e das apropriações mercantis da Ecologia, as tendências socioecológicas⁴² apontam no sentido da ênfase dos fatores ambientais e territoriais no planejamento e gestão do espaço urbano e rural, somada à democratização dos processos conduzidos e dos planos concebidos; em que vão se inserir modelos e exemplos mais sintonizados e sensíveis à problemática urbana e socioecológica contemporânea.

Por outro lado, a constatação da crise socioecológica planetária a partir da segunda metade do século XX, e a experiência trágica da crise urbana das grandes cidades industriais modernas, não foram suficientes para a mudança de rumo nas políticas de desenvolvimento, planejamento e gestão urbana, já naquela época. Isto talvez, não por

⁴² - **Modelos e (exemplos):** (i) **Interdisciplinares e Legalistas** (Planejamento Sistêmico, Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Planejamento); (ii) **Integrados/ Globais** [Planejamento Ecológico, Planejamento Ambiental Urbano, Desenho Ambiental, Gestão Integrada de Recursos Naturais, Planejamento e Gestão Patrimonial (recursos de uso comum), Planos de Gerenciamento Costeiro, etc.]; (iii) **Territoriais Ampliados** - *supra municipais e não disciplinares* (Planejamento Regional, Planejamento Metropolitano, Planejamento Territorial); (iv) **Participativos** - *consultivos e deliberativos* (Planos Diretores e Orçamentos Participativos; Reforma Urbana, Planejamento autonomista, popular, comunitário)

desconhecimento das crises constatadas, mas por conveniência político-econômica - evidenciada pelo domínio do capital imobiliário e de setores do Estado nos processos de expansão, planejamento e gestão urbana - é que pouco realmente se fez no sentido de adoção das concepções alternativas; em favor da redução dos efeitos negativos até então registrados, da resolução dos grandes problemas urbanos, e da eliminação dos casos de injustiça sócio-ecológica em que as populações mais pobres e marginalizadas foram submetidas nas grandes cidades segregadas capitalistas.

É, portanto, considerando todo esse contexto e panorama temático, os inúmeros problemas citados no seio da Cidade Capitalista e no âmbito das inter-relações e interdependências entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, entre Ecologia e Planejamento/ Gestão Urbana, e a frequente dicotomia entre políticas de proteção ambiental e políticas de desenvolvimento e expansão urbana, que se apresenta e trata a pesquisa em questão.

2.2 - REFERENCIAIS TEÓRICOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO

Como apoio teórico-metodológico ao enfoque analítico, faz-se uso de conceitos e enfoques teóricos como referenciais complementares a esta pesquisa e dissertação de mestrado, de forma comparativa às análises e resultados encontrados. O problema urbano-ambiental enfrentado pelo local estudado e a problemática desta pesquisa tem origem comum e consequências relacionadas; e para efeitos de entendimento, requer o recurso a um resgate conceitual de referenciais teóricos a que tais problemáticas estão envolvidas. Neste sentido que se mobiliza, a partir da crítica da cidade capitalista, os conceitos de meio ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano, na sequência descritos.

Como parte deste quadro teórico, acrescentam-se definições conceituais de meio ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano, postas por teóricos e estudiosos do assunto; às quais, comparadas com os discursos dos agentes do espaço urbano, podem denotar paralelos,

convergências e/ou divergências; evidenciando-se mais razões que motivam conflitos e disputas de interesse entre estes agentes em torno da proteção do meio ambiente frente ao processo de expansão urbana.

2.2.1 - O conceito de Meio Ambiente

Segundo Jollivet e Pavé (2000), as pesquisas sobre meio ambiente apontam a interdisciplinaridade, diferentemente do que se fez nas abordagens pragmáticas e pluridisciplinares. Daí que surgiram as distintas interpretações do termo. Conforme os autores, o conceito de Meio Ambiente é polissêmico, e historicamente girou em torno de concepções antropocêntricas ou biocêntricas – a exemplo das definições de cunho espacial e comportamental⁴³. Os questionamentos sociais e científicos, as dificuldades de sua concepção como objeto científico e os problemas conceituais fariam os autores redefinir o conceito, com o aparecimento da noção de Ecosfera⁴⁴. A noção ampliada⁴⁵ do Meio Ambiente estaria nas interações entre “processos de mudança espaço-temporais - componentes físico-químicos, biológicos, humanos e sociais - Ecosfera – desenvolvimento social e saúde humana”. JOLIVET, M. e PAVÉ, A. (2000). Desta, a redefiniram como o “conjunto de meios naturais ou artificiais da Ecosfera (onde o homem está e explora) e de

⁴³ - Concepções antropocêntricas: (i) entorno, contexto, envoltório humano + (ii) conjunto de recursos naturais ao uso humano. Concepções biocêntricas: (i) Meio Ambiente estático; Integridade do meio e seres vivos + (ii) conjunto de elementos bióticos e abióticos perceptíveis por animais.

⁴⁴ - A noção de Ecosfera é polissêmica. À biologia e à ecologia, corresponde ao conjunto das esferas do Planeta Terra [ecossistema planetário formado pela atmosfera, geosfera (litosfera), hidrosfera e biosfera]. À astronomia, corresponde à calota imaginária do espaço entorno de estrelas, onde pode haver vida (a chamada Zona Habitável). E também corresponde à pequenos ecossistemas fechados (como aquários).

⁴⁵ - Da definição inicial (conjunto de agentes físico-químicos, biológicos e fatores sociais potencialmente ativos sobre seres vivos e atividades humanas), o conceito iria redefinir-se pela ‘relação meio ambiente - homem - sociedades humanas’, com a *noção de Ecosfera* e fatores incidentes (naturais e antrópicos) > modificações da Ecosfera e interação com seres humanos; culminando na definição proposta pelos autores. JOLIVET & PAVÉ (2000).

meios não submetidos à ação antrópica (necessários à sua sobrevivência).” JOLIVET, M. e PAVÉ, A. (2000).

Para os autores, o Meio Ambiente na divisão social do trabalho científico teria um campo de pesquisa próprio, no qual eles propõem como delimitador, o foco na evolução da Ecosfera capaz de influir na saúde humana e no desenvolvimento da sociedade.

Pelo exposto, destaca-se que a concepção Ecocêntrica⁴⁶ do Meio Ambiente parece muito relevante e necessária à redefinição do termo e adoção de um novo conceito de Meio Ambiente, mais sólido e refletido, capaz de junto de outros requisitos de pesquisa ambiental e socioeconômica, fazer frente à problemática socioecológica global contemporânea em que a cidade capitalista se insere. Pensamos que esta visão não só se difere das compreensões antropocêntricas e biocêntricas, como também se insere como alternativa e possibilidade política no enfrentamento real da crise socioambiental planetária e consequentemente da problemática urbana; pelo fato de considerar as interdependências e inter-relações entre sistemas ambientais e sociais. Por essa razão, a visão sistêmico-complexa da cosmovisão Ecocêntrica – por evidenciar a interdependência “homem - meio ambiente”, e entre “Sistemas Ecológicos (bio-geo-físico-químicos) & Sistemas Antropológico-culturais e Sócio-econômicos” – nos parece minimamente desejável e necessária, senão até mesmo urgente à reinterpretção e reconstrução dos sistemas e instrumentos de planejamento e gestão urbana; pelo fato de pôr em perspectiva o trato sistêmico e complexo dos sistemas sociais e ecológicos – no caso, os sistemas urbanos e ambientais – sem opor (de forma dogmática e anacrônica, como as visões anteriores), “desenvolvimento urbano x proteção do meio ambiente”; insinuando, portanto, a adequação das relações entre meio ambiente e ações humanas também no espaço urbano.

⁴⁶ - Concepções Ecocêntricas: (i) sistemas naturais limitados & sociedades humanas, concepção de dependência da base bio-geo-físico-química planetária + (ii) condicionantes naturais e sociais influentes em seres vivos e atividades humanas >> interações dinâmicas no desenvolvimento social/ humano, pela Ecosfera (seres vivos/ meio ambiente - fatores sociais e naturais)

Ressalte-se que, a visão relacional da concepção Ecocêntrica, parece ideal para lidar com a complexidade cada vez maior e mais intensa das sociedades e cidades contemporâneas, e com a matéria do Planejamento e da Gestão Urbana, interconectando distintos contextos temporais e espaciais. Situação contrária à visão dual (de disjunção homem x meio ambiente e de exploração humana do meio) da concepção Antropocêntrica, comum às sociedades agro-urbano-industriais da modernidade capitalista, que opõem homem x meio ambiente, submetendo-o à exploração antrópica, a impactos negativos, e à privatização e mercantilização, descontextualizando-se entre as esferas temporais e espaciais. Contrária também à visão biológica reducionista (de submissão humana ao meio, ao conjunto de elementos da Biosfera) da concepção Biocêntrica, comum a sociedades não urbanas e não industriais, que limita hermeticamente a cultura humana e suas intervenções no meio, também se descontextualizando entre as esferas temporais e espaciais.

2.2.2 - O conceito de Desenvolvimento

Como citado na contextualização temática desta pesquisa, além de sua etimologia, suas significações⁴⁷, conceituações, interpretações e modelos derivados, o termo seria amplamente estudado e pesquisado por muitos autores, dos quais exemplificamos alguns em sequência.

Segundo Layrargues (1997), o conceito desponta com a obra de Rostow (1971)⁴⁸, que:

⁴⁷ - No campo epistemológico se apresenta sob vários panos de fundo ideológicos, teórico-metodológicos e visões de mundo, segundo o definem diversos autores da teoria do desenvolvimento; representando-se em definições conceituais e modelos instituídos. Sua denominação etimológica frequentemente gira em torno das palavras ‘crescimento, evolução, desdobramento, aperfeiçoamento, mudança, desenvolvimento, liberação etc.’, a exemplo da noção de ‘florescimento de potencialidades latentes’ de um organismo ou sistema (SACHS, 1993).

⁴⁸ - Rostow, W. W. *“Etapas do desenvolvimento econômico”*, RJ, Zahar, 1971, apud LAYRARGUES, P. P (1997), *“Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito?”*, In. Proposta, 25(71): 5-10.1997.

“...recuperando o darwinismo social, se baseia na ideia de sucessão evolutiva de estágios, onde tal qual na natureza, as sociedades humanas evoluiriam de formas inferiores para superiores. Nesta hipótese, parte-se de um modelo de sociedade rudimentar culminando no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal” LAYRARGUES (1997).

De outro lado, Armando M. Lisboa⁴⁹, tal como Scheibe (1992), advogando o termo “eco envolvimento”, entende o desenvolvimento como “a negação (des) daquilo que está envolvido e protegido” – isto é: uma interpretação presa na ideia de progresso material e econômico, mesmo nas formas nominadas ‘sustentável, humano, e social’. Reforça o autor, que o termo nasce como produto ideológico da modernidade capitalista animada de sua pretensa missão civilizadora ao terceiro mundo ante a ascensão do bloco comunista; citando Furtado (1974), para o qual o desenvolvimento foi responsável pela destruição de culturas e recursos naturais dos países periféricos, tal como assinala Latouche (1994), no termo “ocidentalização do 3º mundo”.

Numa análise marxista, o Desenvolvimento remete ao processo de se criar as condições para a acumulação de capital – se valendo da exploração do espaço, do trabalho e extração de mais valia, e/ ou da submissão da Natureza.

Nesse sentido, vale citar a teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado⁵⁰. De acordo com Trotsky, o desenvolvimento capitalista nos países periféricos se dá de forma desigual e combinando formas

⁴⁹ - LISBOA, Armando de M. “*Desenvolvimento. Uma ideia Subdesenvolvida*”. Moção sobre o conceito de desenvolvimento.

Disponível

em:

http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=228&Itemid=1

⁵⁰ - Lei teórica sobre o desenvolvimento construída pelo intelectual e revolucionário Marxista russo Leon Trotsky no séc. XX.

arcaicas e modernas (de atividades econômicas). Nestes países, a burguesia industrial ascendente faz alianças com os setores conservadores e aristocratas no processo de industrialização nacional e consolidação do Estado Moderno burguês (ao contrário dos países centrais onde conservadores são adversários da burguesia); e quanto mais atrasado fosse o país, mais evoluído seria seu setor desenvolvido da economia moderna. Massey e Jess (1995) [apud Rizzo (2013)] entendem haver não só uma espacialização desigual do desenvolvimento, como também reflexos de interconexões fruto das desigualdades de relações sociais sobre o espaço. Oliveira (1972) [apud Rizzo (2013)], retomando a tese trotskyana e refutando a abordagem do CEPAL de superação do subdesenvolvimento, afirma que o desenvolvimento produz as desigualdades socioeconômicas e o subdesenvolvimento, tornando este essencialmente funcional à acumulação capitalista, sendo por esse motivo, desigual e combinado. Oliveira reconhece ainda o caráter de lei do conceito, dado a frequência com que suas características ocorrem na realidade, onde a irregularidade é a tônica. Segundo Rizzo (2013), teorias e práticas de planejamento não só reconhecem a desigualdade do desenvolvimento, como se definem através dela e procuram reduzi-la num dado contexto espacial. Na compreensão das relações entre local e global, e da globalização do desenvolvimento capitalista, o planejamento se dá a partir dos condicionantes do desenvolvimento desigual e combinado, nos termos da “modernidade incompleta” (SANTOS, 1997) e da “modernização conservadora” (GUIMARÃES, 1977); em que se combinam preceitos do modelo urbano-econômico globalizado e da incorporação de capitais estrangeiros com os estágios de desenvolvimento locais.

Por seu turno, Souza (2010) compreende o conceito como uma “mudança social positiva... uma mudança para melhor”, em contraposição às “discussões viciadas do economicismo, etnocentrismo, teleologismo (etapismo e historicismo), e conservadorismo” surgidas no período pós 2ª Guerra Mundial. Ao autor, a superação dessas discussões e a consecução de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial, sem negligenciar a dimensão espacial da sociedade, passa pelo

termo castoriadiano⁵¹ de autonomia (individual e coletiva), e pelos ideais de melhoria da qualidade de vida e de aumento da justiça social; donde estes ideais são parâmetros subordinados ao parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial - a autonomia.

Transposto para o meio urbano, o termo também se diversificaria em distintas acepções e se influenciaria por diferentes visões de cidade e de mundo, e abordagens teóricas. Etimologicamente, dele depreende-se também um processo de mudanças no meio urbano. Para Souza (2010), o entendimento da expressão desenvolvimento urbano deve superar as ideias e discursos reducionistas do senso comum, de políticos, e administradores; e adicione-se aqui, os de empresários; que a colocam como um simples sinônimo de expansão e complexificação do tecido urbano, em uma compreensão puramente morfológica e física. Ao autor, o desenvolvimento urbano é fim e objetivo do planejamento e da gestão urbana, em que estes últimos a ele estão inclusos e se submetem. Segue o autor, o termo, tal como na sua noção geral, se pauta pelos mesmos ideais citados anteriormente: pela busca de autonomia das pessoas (parâmetro básico), de melhora na qualidade de vida no espaço urbano, e maior justiça social (parâmetros subordinados), sobretudo às populações mais pobres.

Conforme citado na contextualização temática, com a entrada da questão ambiental o conceito seria renominado e ressignificado, conforme enfoques teórico-metodológicos e influências político-ideológicas dos teóricos do desenvolvimento; estabelecendo-se daí em diante embates conceituais, científicos e políticos em torno do termo. Por exemplo, quando de sua ligação com o conceito de sustentabilidade; em que se confrontam distintos enfoques de durabilidade do desenvolvimento - Ecodesenvolvimento x Desenvolvimento Sustentável (LAYRARGUES, 1997; MONTIBELLER-FILHO, 2008; VIEIRA, 2005) – similarmente aos sentidos da sustentabilidade urbana a que se referiu Acsehrad (2001). Previamente à comparação crítica destes enfoques, mobiliza-se, para efeitos de esclarecimento, o enfoque de Ecodesenvolvimento.

⁵¹ - Souza faz referência ao pensamento autonomista do filósofo Cornelius Castoriadis.

O contexto histórico de crise socioambiental planetária fez surgir o enfoque teórico-metodológico de Ecodesenvolvimento⁵². Para Vieira (2005), “trata-se de uma modalidade de política ambiental simultaneamente preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento – integradas, endógenas, participativas e sensíveis à ética da reverência pela vida” (VIEIRA, 2005, pg. 333).

Segundo o autor, o conceito baseia-se nos aportes da Ecologia Humana Sistêmica e de maneira geral visa novas relações socioambientais e projetos de sociedade distintos aos da modernidade industrial e contemporânea. Advoga por uma reorganização da estrutura socioeconômica e das relações antrópicas com o meio ambiente, inscritas em um ideal de construção de um novo projeto societário essencialmente ligado a uma dimensão ética e socioecológica do desenvolvimento e do futuro planetário; trazendo uma forte crítica à ideologia antropocêntrica, materialista e economicista das sociedades urbano-industriais modernas e do capitalismo mundial, presentes nos modelos e perspectivas dominantes de desenvolvimento.

Inicialmente pensado para as regiões rurais dos países do terceiro mundo, o enfoque transpor-se-ia para o espaço urbano. A noção de Ecodesenvolvimento Urbano⁵³ constitui uma perspectiva de

⁵² - Lançado pela primeira vez por Maurice Strong em junho de 1973, à época da Conferência de Estocolmo - 1972, o conceito seria difundido na década de 70 por estudiosos da problemática socioambiental globalizada, e por outros pesquisadores e profissionais de várias disciplinas, como o economista Ignacy Sachs. Configuraria um novo estilo de desenvolvimento que advogaria entre outras questões, um desenvolvimento coerente às condicionantes ecológicas e culturais; buscando a sustentabilidade em suas dimensões econômicas, ambientais, sociais, espaciais e culturais; propondo novos sistemas de planejamento e gestão ambiental, políticas ambientais preventivas e proativas, desenvolvimento local, autonomia comunitária etc. (SACHS, 2007; LEFF, 1986; VIEIRA, 2005; 2009). Em síntese, opunha-se radicalmente aos vigentes, no sentido de (re) orientar as atividades antrópicas e o processo de desenvolvimento, a favor da integridade e seguridade ecológica e da solidariedade intra e intergeracional.

⁵³ - Esta noção constitui a face urbana do conceito de Ecodesenvolvimento (difundido nas décadas de 60/ 70 por teóricos e estudiosos da problemática socioambiental globalizada, como Ignacy Sachs, Paulo H. F. Vieira etc.). Foi com a Declaração de Coyococ no México em 1974, que as cidades do 3º mundo passam a ser consideradas no Ecodesenvolvimento – pensado primeiramente às áreas rurais.

desenvolvimento urbano ecologicamente orientado e de política urbana ambientalmente preventiva, sintonizada nos ideais de construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento num novo projeto societário, postulando assim para a cidade, novas relações socioambientais e a reorganização do meio urbano a partir de princípios sócio-ecológicos, além da própria reconstrução e ressignificação da cidade em consonância com a dimensão rural.

Fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo na Suécia em 1972⁵⁴, o conceito de Ecodesenvolvimento a partir daí difundido nos debates intra e extra-acadêmicos, viria posteriormente a conflitar-se com princípios de seu derivado, o termo Desenvolvimento Sustentável. O andar das análises científicas e discussões políticas fez surgir no âmbito da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1983, com o Relatório

Convém frisar que esta noção não se refere a um 'rótulo verde' do conceito de desenvolvimento (que em si é impactante ao meio ambiente); mas sim que conforma um conceito que submete o desenvolvimento (e inclusive o urbano) à ética e ao imperativo ecológico. Também não se limita a uma abordagem meramente estética e paisagística do meio ambiente e da paisagem cultural; já que suas 5 dimensões de sustentabilidade não dissociam o humano do natural, preveem e incluem o elemento cultural e a participação e autonomia política local, como integrantes de um processo sistêmico de planejamento e gestão do desenvolvimento, numa perspectiva ecossistêmica.

⁵⁴ - Convocada pela ONU, após reuniões sobre mudanças climáticas e esgotamento de recursos naturais, a conferência seria a 1ª de uma série de reuniões internacionais acerca das condições ambientais planetárias; a qual resultou em uma Declaração sobre Meio Ambiente Humano, com princípios sobre questões e temáticas gerais, como direitos humanos, gestão de recursos, prevenção de poluição, segurança internacional, e a relação ambiente e desenvolvimento. Desta conferência, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano encarregar-se-ia da continuidade dos debates internacionais e organização de novas reuniões e painéis inter-governamentais. Surgiu também dela, o campo do Direito Ambiental Internacional na esteira da inauguração da Agenda Ambiental Internacional; além da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED – World Commission on Environment and Development). Posteriormente, elaborar-se-ia pela comissão um documento prévio à próxima conferência que realizar-se-ia na cidade do Rio de Janeiro no Brasil: o relatório Nosso Futuro Comum ou relatório Brundtland (em homenagem à 1ª ministra da Noruega); o qual convocaria a ECO 92 pela ONU.

Nosso Futuro Comum, o conceito de Desenvolvimento Sustentável⁵⁵. Segundo o referido Relatório, o conceito corresponde ao “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland, 1983); onde passa a ser disseminada a noção de “desenvolvimento durável”, e notavelmente o termo Sustentabilidade.

Em que pese haver semelhanças teóricas entre Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável (LAYRARGUES, 1997; MONTIBELLER-FILHO, 2008), existem várias diferenças epistemológico-conceituais, teórico-metodológicas, operacionais, e outras relativas a objetivos. Para Vieira (2005), a crítica ao Relatório Brundtland se refere ao fato de que este não traz grandes mudanças à base teórico-programática da modernidade industrial, apesar do mérito em aprofundar o debate sobre o termo sustentabilidade e a noção de responsabilidade comum (no controle de danos ambientais). Ao autor, muitas das interpretações do conceito Desenvolvimento Sustentável, ainda creditam votos ao paradigma científico analítico-reducionista e das contradições da ideologia economicista do desenvolvimento (VIEIRA, 2005), configurando assim a chamada sustentabilidade fraca⁵⁶. Aos teóricos do Ecodesenvolvimento, a visão ainda economicista da sustentabilidade e da gestão dos recursos e efeitos negativos, é insensível à dimensão sistêmica do mau desenvolvimento, e superficial no trato de sua grave disfunção: a persistência do antropocentrismo e do domínio sobre a Natureza no desenho de novos

⁵⁵ - O conceito foi elaborado no Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (presidida por Gro Harlem Brundtland) criada na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 1983. Conforme Layrargues (1997), o conceito propôs estratégias de longo prazo para obtenção de um desenvolvimento sustentável em meados dos anos 2000, recomendando maior preocupação com o meio ambiente traduzida em cooperação entre países que conduzisse a consecução de objetivos comuns e interligados que considerassem inter-relações entre sociedade, meio ambiente e desenvolvimento. Ilustrando o conceito, a ideia discursiva de equilíbrio entre ‘economia / sociedade / natureza’.

⁵⁶ - Por exemplo, a gestão das externalidades negativas, pela inserção destas no cálculo econômico do desenvolvimento.

projetos de sociedade (VIEIRA, 2005).

Já para Layrargues (1997), desfaz-se a miragem com a identificação de diferenças sutis, mas que traduzem ideologias distintas – uma vez que no Desenvolvimento Sustentável há traços de incompatibilidade entre meios e fins. Ao autor, o conceito influencia-se pelo Neoliberalismo, em que a resposta aos problemas ambientais passaria pela “mão invisível” do mercado e ausência do Estado; contrariamente ao Ecodesenvolvimento que postula a criação de limites ao mercado e presença do Estado. Além disso, a questão da justiça social – tratada no Ecodesenvolvimento pelo nivelamento entre capacidade de suporte e padrões de consumo, entre países do Norte e do Sul, e pela definição de um teto de consumo⁵⁷ – é evitada pela Comissão Brundtland e pelo Desenvolvimento Sustentável, que postula um piso de consumo, omitindo os altos níveis de consumo e poluição do 1º mundo. Soma-se ainda o fato de que enquanto o Ecodesenvolvimento critica radicalmente a crença cega na tecno-ciência moderna, pautando a criação de ecotécnicas endógenas e a valorização dos saberes tradicionais populares, o Desenvolvimento Sustentável propaga a perpetuação acrítica da modernidade tecnológica pela transferência

⁵⁷ - Sobre a relação ‘justiça social – padrões de consumo’, há diferenças mais de caráter qualitativo que quantitativo entre ambos os conceitos. No Ecodesenvolvimento há preocupação não só quanto à limitação quantitativa do consumo (pelo estabelecimento de um teto máximo de consumo de bens materiais e recursos naturais), mas também quanto à qualificação do consumo pela reflexão sobre as formas de consumo e produção, bem como sobre a própria natureza do que se consome - ou seja, dos bens e produtos. No Desenvolvimento Sustentável a preocupação passa a ser a garantia da possibilidade de consumo e desenvolvimento (evidente no piso de consumo); ou seja, garantia de manejo quantitativo do consumo de bens e recursos, e da sustentabilidade também quantitativa de reservas e recursos naturais para a continuidade do processo de desenvolvimento. O cálculo econômico é aqui visível e até proeminente face à preocupação qualitativa do consumo e da produção; já que a ênfase na gestão da sustentabilidade pela via do mercado (como o comércio de créditos de carbono) ilustra essa assertiva. O valor da ‘obsolescência crescente dos produtos implícita no consumismo’ é para o Ecodesenvolvimento, essencialmente de cunho ético e ecológico (dada a forte preocupação com os limites de resiliência ecológica e os impactos sociais); ao passo que no Desenvolvimento Sustentável por vezes assume viés utilitário e com fundo econômico (dado que o descarte material alimenta outras indústrias, como a de reciclagem, e outros interesses).

mercantil de inovações tecnológicas dos países centrais aos periféricos. Enfim, Layrargues afirma que o Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como uma nova veste do Desenvolvimentismo sem alterar sua estrutura de funcionamento, veiculando o projeto ecológico do Neoliberalismo, com supostas mudanças de rumo, e mantendo a lógica de Mercado Capitalista e a preservação da ideologia hegemônica à revelia da justiça social e da conservação da integridade ecológica planetária.

Ressalte-se que o termo Desenvolvimento Sustentável e seu enunciado, a rigor carece de maior precisão, dado o seu caráter vago e sua margem para interpretações dúbias. Seria o desenvolvimento em si, sustentável? Qual desenvolvimento e em que termos de sustentabilidade? O quê manteria sustentável e para quê? Sob que visões de mundo e influências teóricas e ideológicas ele se daria e se manteria? E mais ainda, seria de fato ecológico, politicamente democrático, culturalmente aceitável, social e economicamente justo? Parece-nos que a imprecisão conceitual ora apontada não é gratuita, mas conveniente conforme objetivos de seus proponentes e das interpretações que dele façam uso - sobretudo daquelas que pensam a sustentabilidade como um ideal e objetivo necessário à continuidade do desenvolvimento, não importando questioná-lo em sua perpetuação e/ou qualificá-lo transformando-o e adequando-o a outros princípios que não os contidos nos modelos hegemônicos da socioeconomia industrial e financeira capitalista.

O conceito originário de sustentabilidade ecológica, o Ecodesenvolvimento, preconizava a mudança nos processos e modelos de desenvolvimento, pela crítica à ideologia da modernidade industrial e pela necessidade de reorganização das estruturas socioeconômicas e ambientais em vista de um novo projeto de sociedade. Ao passo que, o seu “pretenso sucessor” (Desenvolvimento Sustentável) compactua com a continuidade ideológica e programática da modernidade capitalista, pela perpetuação teórica e prática de seus princípios, propósitos, e mecanismos de reprodução; agora geridos sob um pano de fundo supostamente comprometido com a justiça sócio-ecológica e com a ética de manutenção da vida.

Transposta a discussão para o espaço urbano, percebem-se semelhantes diferenças de interpretações e problemas existentes no nível sócio-espacial geral. Enquanto a noção de Ecodesenvolvimento Urbano visa um desenvolvimento urbano ecologicamente orientado com políticas preventivas e proativas, no âmbito do ideal de um novo projeto de sociedade e de cidade, com relações socioambientais mais coerentes, por sua vez o Desenvolvimento Urbano Sustentável⁵⁸ é uma noção embasada no conceito de Desenvolvimento Sustentável, que em tese buscaria pensar o meio urbano, o processo de desenvolvimento urbano e as práticas de planejamento na perspectiva de adequação à sustentabilidade. Para Costa (1999) o conceito é uma contradição em termos⁵⁹, uma vez que dá abertura a interpretações incertas e não evidencia em sua essência, estarem coadunadas as dimensões ambiental e urbana.

Ambos são parte das novas teorias e instrumentos de planejamento e gestão urbano-rural, criadas no decorrer dos debates científicos e políticos dados a partir do reconhecimento da crise socioambiental planetária – na qual a cidade é parte significativa. Contudo, enquanto a primeira noção estaria seguramente sensível aos ideais sócio-ecológicos e a estratégias claras de mudança na trajetória do desenvolvimento urbano e de reconfiguração urbanística – pelo fato de ter como suporte um enfoque teórico-metodológico sólido de planejamento e gestão do desenvolvimento - a segunda noção suscita dúvidas em sua definição, em seus fundamentos e propósitos - pelo fato de trazer conflitos teóricos, indefinições conceituais e incertezas práticas⁶⁰. Enfim, as mesmas críticas e perguntas feitas ao

⁵⁸ - Noção baseada no conceito de Desenvolvimento Sustentável, traduzindo-se como sua versão urbana.

⁵⁹ - Mais informações no texto de Heloisa Soares de Moura Costa. ***“Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?”***

⁶⁰ - Em seu texto sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável, Heloisa S. de M. Costa (1999) afirma residirem os conflitos entre análises ambientais e urbanas, e entre formulações teóricas e propostas de intervenção, referindo-se as incertezas, ao perfil das intervenções urbanas e de planejamento; apesar da existência de modelos e conceitos de cidade pautados pela sustentabilidade urbana. Cita os problemas teóricos em torno de: (i) aparente oposição ambiental x urbano, (ii) relativização da importância da questão urbana no debate ambientalista, (iii) subestimação da

Desenvolvimento Sustentável cabem ao conceito de Desenvolvimento Urbano Sustentável - dadas as suas fragilidades teóricas e distorções quanto à aplicabilidade das intenções de adequação urbana à questão ambiental. Qual desenvolvimento urbano deveria ser sustentável? E porque deveria ser sustentável? Sob quais bases teóricas teria de ser perpetuável? Que cidade e que urbano deveriam ser continuados ou construídos? E seria ele politicamente democrático, ecológico, culturalmente aceito, e social e economicamente justo? São questões que, o conceito não responde por si só. Ao contrário, o Ecodesenvolvimento Urbano – ainda que pouco conhecido e até nem mesmo de fato já posto em prática – se considerados como válidos os ideais e necessidades de novas relações sócio-ecológicas e de concepção de uma nova cidade, parece dever ser o enfoque mais adequado e capaz de fazer o enfrentamento dos problemas urbano-ambientais e reorientar o processo de desenvolvimento urbano em consonância com o rural e o meio ambiente. Sua efetividade prática, entretanto, dar-se-á se a ele for adicionada a leitura crítica da cidade, a visão da cidade real, da cidade capitalista; o que só pode ocorrer como consequência de processos relacionados à luta pelo direito à cidade e à natureza.

Por todo o exposto, percebem-se muitas diferenças quanto às ideias e definições de desenvolvimento e seu reatamento no urbano. Pelo visto, historicamente as concepções de desenvolvimento sempre giraram em torno de fundamentos antropocêntricos e/ ou biocêntricos. Como modelo hegemônico a partir da revolução industrial da era moderna, a concepção antropocêntrica e sua visão dual de domínio, exploração e utilitarismo da natureza e do trabalho humano, com seus modelos técnico-científicos e economicistas, e suas ideologias liberais, desenvolvimentistas, modernizadoras e capitalistas, que suprimiram

dimensão espacial na análise ambiental, (iv) aceitação (ou não) do desenvolvimento e da modernidade, (v) planejamento x análise social crítica; e problemas práticos referentes à: (vi) incorporação do DS pelas práticas urbanas e de planejamento, e (vii) apropriação da natureza e da sustentabilidade pelo mercado. Por outro lado, cita experiências teóricas e práticas urbanas que estariam incorporando a Sustentabilidade Urbana e conseqüentemente o Desenvolvimento Urbano Sustentável, como o modelo de Cidades Compactas, as Cidades Sustentáveis da Califórnia, e iniciativas de planejamento em Belo Horizonte – MG / Brasil.

Natureza e culturas tradicionais populares negando um passado não muito distante. Por outro lado, na era pré-industrial e mesmo na industrial, a concepção Biocêntrica e sua visão dual de submissão ao meio (disjunção natureza x cultura), com seus ideais de estagnação socioeconômica e técnico-científica, modelos biologizantes, e suas ideologias de crescimento zero e des-envolvimento, que remetem a uma teleologia idealista de volta a um passado (talvez, inclusive, até inexistente e imaginado⁶¹), em que o futuro não existe. À parte este confronto de diferentes e opostas correntes de desenvolvimento, surge no contexto recente das Sociedades Contemporâneas a concepção Ecocêntrica⁶² e sua visão unitária de adequação ao meio (integração e simbiose homem x natureza), com seus formatos de desenvolvimento estáveis (estabilização socioeconômica), ecológicos e sustentáveis, e suas ideologias de decrescimento, de Ecodesenvolvimento etc., em que se prima pela interconexão dos tempos e dos espaços.

Estas concepções não se limitam à discussão socioeconômica e espacial, incidindo também na dimensão urbana do território. Nesse sentido que, ao longo dos debates históricos do urbanismo se produziram teorias e modelos de cidade embasados e/ou influenciados por estas ideias de desenvolvimento. Incluem-se aqui, ilustrativamente, as propostas do culturalismo, do progressismo, do racionalismo modernista industrialista, e do anti-urbanismo; e respectivamente como exemplos, os modelos de cidades jardim, cidades de princípios artísticos, cidades utópicas, cidades industriais, cidades lineares, anti-cidades, etc. Na discussão do planejamento e da gestão urbana, também houve destas concepções de desenvolvimento, correspondências teóricas

⁶¹ - Ver nesse sentido, a obra de Antônio Carlos Diegues (1994). DIEGUES, Antônio C. *“O Mito Moderno da Natureza Intocada”*. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994.

⁶² - Ética Ecocêntrica criada por Aldo Leopold (LEOPOLD, A. 1949. *“A sand county almanac”*. New York: Oxford University Press). Oposta ao antropocentrismo, ela consiste em crença ontológica e afirmações éticas, que negam a divisão existencial entre o ser humano e natureza não humana. Para Stan J. Rowe (ROWE, Stan J. 1994. *“Ecocentrism: the Chord that Harmonizes Humans and Earth”*), o Ecocentrismo vai além do biocentrismo focado em organismos vivos, por considerar a inseparabilidade entre humanos, natureza orgânica e natureza inorgânica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecocentrismo>

e metodológicas de modelos e práticas de planejamento/ gestão urbana. A título de ilustração, os enfoques tecnocráticos e seus modelos técnico-científicos, autorais, e físico-territoriais clássicos; somando-se outras visões de cunho democrático, científico, mercantil, popular, e ecológico; exemplificados respectivamente em modelos participativos, interdisciplinares, estratégicos, de marketing, integrados e supra-territoriais, dentre outros.

2.2.3 - O conceito de Planejamento

Além do plano etimológico e das significações⁶³, e de seus conceitos e modelos derivados, a que aludimos na contextualização temática desta pesquisa e dissertação de mestrado, o termo seria objeto de estudo e pesquisa de muitos autores, dos quais se exemplificam alguns em sequência.

Dentre outras clássicas definições, para Santos (2000) o conceito de Planejamento corresponderia ao:

“...processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações para se chegar a decisões ou escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos

⁶³ - No campo dos significados, apresentar-se-ia sob vários suportes teórico-metodológicos e ideológicos, segundo o definiriam os teóricos do planejamento; incidindo em conceituações disciplinares e modelos propostos ou instituídos, e estando ligado às ideias de processo e desenvolvimento. Etimologicamente confunde-se com as palavras ‘pensar, selecionar, organizar, idealizar, programar, cogitar, planificar, criar, etc.’; como exemplo da noção de ‘traçar metas e elaborar planos para a consecução futura de objetivos prévios às ações tomadas’ por indivíduos, coletivos, instituições, empresas, governos etc. A título de ilustração, refere-se a atividades de disciplinas de gestão e administração, como a preparação, organização e estruturação de determinados objetivos, execução de tarefas e tomada de decisões. Historicamente relacionou-se a atividades estatais, como os planos e medidas políticas, econômicas, e de guerra. Sua apropriação pela economia foi e é notória, como a visão neoclássica; denominando-se na administração como ‘planejamento estratégico, tático e operacional’. Recorde-se também a contribuição do enfoque sistêmico trazido com a Teoria Geral dos Sistemas (de Ludwig Von Bertalanfy) ao conceito de planejamento, e deste aplicado à Gestão Ambiental.

disponíveis, com a finalidade de se atingir metas específicas no futuro e que levem à melhoria de uma determinada situação e ao desenvolvimento das sociedades humanas”. [SANTOS (2000), apud. PETENUSCI, M. C. (s/d)]⁶⁴

Transposto para o meio urbano, o conceito também se diversificaria em distintas acepções⁶⁵, influenciando-se por diferentes visões de cidade e de mundo, e de abordagens teórico-metodológicas. Alguns autores definiram o termo planejamento urbano; destacando-se as noções de processo e futuro, relacionando em maior ou menor grau a alguns padrões de desenvolvimento urbano.

No entendimento de Dror (1973), “Planejamento é o processo de preparar um conjunto de decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos” (DROR, Y. 1973, p.323) apud SABOYA, R. (2011)⁶⁶. Segundo Saboya (2011), o termo toca em quatro importantes aspectos do conceito de planejamento urbano: a noção de processo, a orientação ao futuro, os objetivos, e os meios. Ainda em sua visão, o termo surgiu⁶⁷ como resposta aos problemas da cidade, não resolvidos ou causados pelo urbanismo moderno.

Por sua vez, para Duarte (2007), o planejamento urbano define-se como “o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os

⁶⁴ - Disponível em:

<http://cmq.esalq.usp.br/wiki/lib/exe/fetch.php?media=publico:syllabvs:lcf0636:planejamentourbano.pdf>

⁶⁵ - Etimologicamente, dele depreende-se também processos de reflexão, idealização, planificação do meio urbano; em outras palavras: criação, seleção, organização, programação de planos de desenvolvimento, e intervenções e projetos urbanos, pela definição de objetivos prévios e alocação de ações em cronogramas construídos.

⁶⁶ - Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2011/02/definicao-de-planejamento-urbano-por-yehezkel-dror/>

⁶⁷ - Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/o-surgimento-do-planejamento-urbano/>

objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo”. (DUARTE, F. 2007, p. 22).

Refletindo sobre a distinção semântica entre planejamento e gestão, Souza (2010) entende o planejamento como “tentar simular os desdobramentos de um processo, com objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios”. (SOUZA, M. L. 2010, p.46).

Inicialmente denominado “*Planning*” na Inglaterra e nos Estados Unidos, e ministrado em escolas específicas, o planejamento urbano mudaria a visão sobre a cidade. De modelos de cidade propostos por teorias do urbanismo, se passaria a planos de resolução e equacionamento de problemas calcadas na visão da cidade como produto histórico de relações sociais e espaciais (KOHLSDORF, 1985). Assim, de formas de planejamento influenciadas por modelos ideais e teóricos, passar-se-ia a outros formatos de planejamento; donde a atribuição disciplinar do arquiteto relativizar-se-ia em importância ante a visão multidisciplinar da cidade causada pela contribuição de outros profissionais imbuídos do estudo da cidade (KOHLSDORF, 1985). Portanto, de modelos de planejamento tecnocráticos voltados ao desenho urbano, surgiriam inúmeros outros de corte interdisciplinar, processual, democrático, e mais recentemente, de perfil integrado e inter-escalar – dos quais citamos exemplos na contextualização deste texto. Daí que, a integração entre as dimensões sociais e ecológicas parece fazer-se necessária e possa surgir como nova perspectiva de planejamento urbano, mais atual e coerente com os ideais sócio-ecológicos e com o imperativo de resolução dos problemas urbanos e ecossistêmicos por que passam as cidades contemporâneas.

Ressalte-se ainda que, de acordo com os autores, o planejamento urbano, inscrito em um processo, envolve a organização sistemática de informações sobre a realidade urbana, para a escolha de decisões que se utilizem dos melhores meios e técnicas disponíveis, orientadas ao uso sensato de todos os recursos, e à construção adequada do espaço urbano em expansão, considerando a influência de fatores externos e imprevisíveis, e focando ainda metas e objetivos gerais e específicos, embasados em uma perspectiva de futuro. Esta noção revisada do

planejamento parece vir a calhar com os atuais e necessários propósitos sócio-ecológicos, e em muito destoar de compreensões reducionistas que ora seguem cegamente princípios da tecno-ciência dominante, ora influenciam-se espuriamente por vieses mercantis, e/ou ora se limitam a apenas configurar um ambiente político democrático, como se este fosse suficiente no planejamento do espaço urbano e da vida da coletividade social na cidade, em tempos de forte crise urbano-ambiental por que passam as cidades contemporâneas.

E sobre a temática ambiental, o planejamento urbano ganharia nova compreensão. O Planejamento Ambiental Urbano, no âmbito dos novos conceitos e teorias de planejamento e gestão integrada, surgidas do processo de revisão disciplinar influenciada pela constatação dos problemas da crise sócio-ecológica global e da problemática socioambiental urbana, surgiria a visão de planejamento ambiental no espaço urbano. Faz parte, portanto, das reflexões metodológicas sobre teorias de planejamento e desenho urbano face ao meio ambiente, num contexto de crítica das cidades da sociedade industrial moderna.

Em síntese, o enfoque de *Planejamento Ambiental Urbano*⁶⁸ visa integração do planejamento urbano às políticas e planos de proteção, controle, e gestão de ambientes naturais; numa visão de planejamento urbano apontada à perspectiva ambiental de cidade.

De acordo com Franco (2001; 2008), visando a sustentabilidade da cidade, o planejamento ambiental em meio urbano foca uma espécie de ambientalização do espaço urbano, procurando integrar planejamento ambiental com planejamento urbano; os planos de gestão e proteção de áreas ambientalmente frágeis aos planos diretores e políticas públicas de desenvolvimento urbano. Nesse sentido, segundo Fagundes e Fraisolli⁶⁹, o planejamento ambiental urbano tem sido apontado como uma solução à promoção do desenvolvimento de um ambiente urbano sustentável,

⁶⁸ - FRANCO, Maria de A. R., "*Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável*". São Paulo, ed. Annablume: FAPESP, 2001. 296p

⁶⁹ - "*Planejamento Ambiental Urbano: o caso do município de Serra Negra – SP*". FAGUNDES, Anatólia S. M. & FRAISOLLI, Camila. FMPFM – Interciência & Sociedade. Disponível em: http://www.fmpfm.edu.br/intercienciasociedade/colecao/online/v1_n1/planejamento_ambiental.pdf

capaz de simultaneamente preservar recursos naturais e propiciar melhorias na qualidade de vida de cidadãos.

Já a Gestão Urbana, segundo Souza (2010), tem influências do conceito de gestão no campo da Economia - da gestão empresarial e administração de empresas; tendo funcionado desde anos 80 como substituta do conceito de planejamento. Ao autor, ela remete ao presente, donde: “gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, M. L. 2010, p.46). Para Geraldo M. Costa⁷⁰, a ênfase na gestão urbana ante o planejamento, decorreria não só da promulgação da CF 88, mas também das ideologias neoliberais e das iniciativas de inserção municipal na economia global, pelo empresariamento urbano (HARVEY, 1996, apud COSTA, G. M.). Pelas reflexões do autor, a gestão urbana diz respeito a instrumentos de administração e condução de políticas públicas e planos urbanos, exemplificando-se em conselhos municipais, orçamentos participativos, fóruns de discussão, dentre outros; distinguindo-se do Plano Diretor – outro instrumento da Política Urbana.

Em concordância, Souza e Costa diferenciam os termos planejamento e gestão urbana; em que ambos não são sinônimos, concorrentes e intercambiáveis; mas sim campos distintos, complementares na construção e efetivação de políticas urbanas, e ainda no cumprimento dos princípios de função social da propriedade postos pela CF 88 e pelo Estatuto da Cidade. O Planejamento Urbano (multidisciplinar) tem nas políticas de desenvolvimento urbano e no plano diretor seus instrumentos; devendo o Plano Diretor não ser reduzido como planejamento urbano. Por sua vez, a Gestão Urbana se compõe de instrumentos como regimentos, códigos de conduta e tributos, e de estruturas de gestão, como fóruns, orçamentos e conselhos municipais; também não devendo substituir o planejamento.

⁷⁰ - COSTA, Geraldo M. *“Planejamento urbano: conceitos, princípios e perspectivas”*. Disponível em:

www.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D416%26Itemid%3D171&ei=GR1CU_WqJ-nm0gGq4IAY&usq=AFQjCNGp5p3TbbQ-Yj47ciUhtctCWDxZJg

Remetidos à problemática desta pesquisa e dissertação de mestrado, estes referenciais teóricos buscam ajudar a elucidar o perfil e a essência das concepções, discursos e proposições dos distintos agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, no recorte espacial adiante especificado. Ademais, na produção do espaço urbano, o domínio de interpretações mercantis sobre outras, tal como as distorções, o desconhecimento e desconsiderações de conceitos, podem ser evidências de problemas nos embates existentes entre os distintos pontos de vista sobre proteção ambiental no processo de planejamento e desenvolvimento urbano local, face à presença da ESEC Carijós.

Assim que, por exemplo, em relação ao enfoque analítico e referências teóricas⁷¹, pode-se evidenciar como os agentes entendem proteção de ecossistemas frágeis em Ratonés e na própria Estação Ecológica de Carijós, frente ao crescimento urbano e demais ocupações antrópicas.

Com este quadro teórico almejou-se enquadrar esta pesquisa acadêmica em referenciais teóricos relevantes e conhecidos dos densos esforços de reflexão sobre transformação social, análise da crise socioambiental global e da questão urbano-ambiental. Com esse intuito, procurou-se a fundamentação teórica desta pesquisa com o uso do referido enfoque analítico, e quando preciso, com referências influenciadas e derivadas da Ecologia Política. Ademais, buscou-se a verificação empírica pelo conjunto de visões da sociedade organizada e de fontes documentais; e no que tange ao estudo de caso, a correspondência entre teoria e prática - entre conceitos e aspectos

⁷¹ - (i) no tocante à Gestão Integrada de Recursos Naturais e ao Planejamento Ambiental Urbano, como entendem gestão de recursos naturais, ecossistemas e áreas verdes vulneráveis ante o processo de desenvolvimento e planejamento urbano. (ii) no que tange à Sustentabilidade Urbana, em que sentido concebem durabilidade urbana, que tendência seguem, como a representam, que perfil de discurso tem, que discursos estariam predominando, se as representações de durabilidade urbana estariam influenciando o Plano Diretor, por que motivos e com que objetivos estariam buscando e falando de sustentabilidade urbana. (iii) em relação ao Ecodesenvolvimento, que perspectivas de desenvolvimento urbano estariam dialogando com a proteção dos recursos naturais locais, quais conceitos estariam vinculados, e que cenários seriam apontados.

teóricos, e processos e ações cotidianas. Nesse sentido, como a problemática urbano-ambiental corrente relaciona-se na teoria e/ou como princípios teóricos se verificam nos processos empíricos, nos discursos dos agentes, nos cenários apontados e nas próprias políticas oficiais de planejamento e gestão urbano-ambiental.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

CF 88 / Artigo 225

(Constituição da República Federativa do
Brasil de 1988).

3 – CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PROBLEMÁTICA URBANO-AMBIENTAL

Em face dos aspectos sócio-espaciais da Ilha de Santa Catarina e sua inserção regional, e da complexidade dos processos de ocupação, desenvolvimento urbano, e deterioração do meio ambiente local, o capítulo traz a caracterização sócio-espacial da área objeto de pesquisa, e a demarcação da problemática urbano-ambiental a que o recorte pesquisado passa; respectivamente por meio da identificação dos aspectos espaciais, sociais, ambientais, culturais e econômicos que marcam o local, e dos graves problemas sociais e ecológicos que progressivamente vêm se avolumando.

Primeiramente, na caracterização sócio-espacial situa-se a área pesquisada nos contextos de bacia hidrográfica e do município que a contém; cujos aspectos sócio-espaciais e problemas urbano-ambientais são comuns a estes espaços. Da caracterização propriamente dita, mostram-se atributos ecossistêmicos, sócio-culturais e econômicos da população, e físico-espaciais do local. No nível municipal e no de bacia hidrográfica, o destaque fica, respectivamente, para a importância do município no cenário regional, e o crescimento da indústria do turismo ligado ao processo de especulação imobiliária no Norte da Ilha. No nível de planícies à volta da ESEC Carijós, destaque fica para a importância inegável dos ecossistemas que com elas formam uma unidade indispensável do ponto de vista ecológico, e da própria unidade de conservação ali presente.

Posteriormente, na constatação do problema urbano-ambiental, traz-se alguns dos antecedentes, tendências futuras, possíveis causas, evidências e consequências na área, e problemas existentes e potenciais. Aqui o destaque fica para: a ligação do processo de especulação imobiliária e o de urbanização; as tendências de urbanização e degradação sócio-ecológica; a influência das forças sociais e político-econômicas dominantes nos processos de desenvolvimento e planejamento urbano; a existência de impactos sócio-culturais e ambientais negativos; as agressões ambientais à ESEC Carijós; e a

pressão exercida pela transformação sócio-espacial no Norte da Ilha e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés; que juntos reproduzem injustiças ambientais e sociais da cidade, e põem em risco os ecossistemas locais.

Assim caracterizando o recorte espacial pesquisado, contextualizando-o no município e na bacia do rio Ratonés, e extraindo a problemática urbano-ambiental por que passa, é que o capítulo busca mostrar a situação atual e as possibilidades futuras.

3.1 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO

A área estudada,⁷² objeto desta pesquisa de mestrado, possui características marcantes no seu contexto, passa por processos significativos de transformação e revela tendências futuras que aqui expomos suficientemente à compreensão da problemática existente no local.

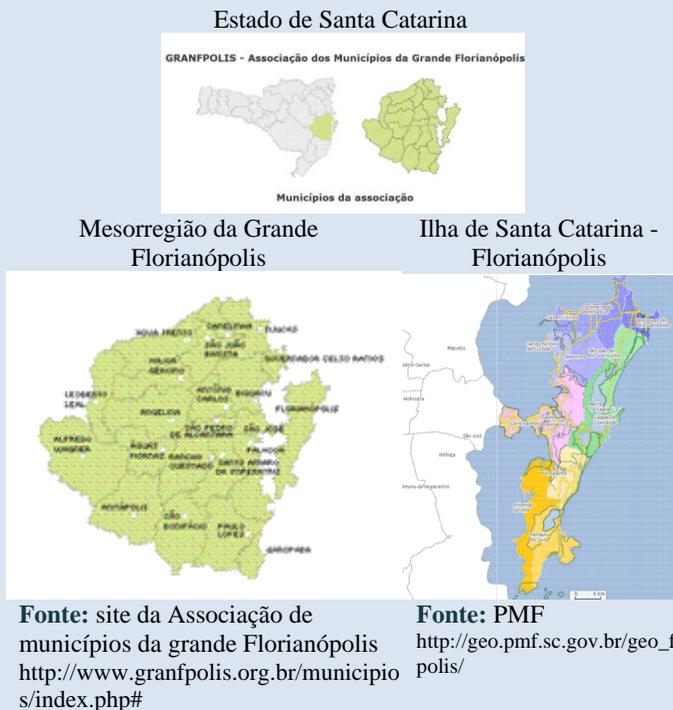
3.1.1 - Florianópolis: breve contextualização e caracterização

Em nível estadual, o local insere-se numa região de grande diversidade físico-espacial (em termos geográficos, paisagísticos, ecológicos), sociocultural (em termos populacionais, de organização social, educação, costumes e tradições culturais); e em uma mesorregião de grande dinamismo socioeconômico e demográfico - onde o turismo, a construção civil, a complexidade do setor terciário, a presença de grandes equipamentos de educação, saúde e lazer, e a centralização político-administrativa do Estado em Florianópolis, exercem grande

⁷² - a) Planícies sedimentares dos distritos de Ratonés, Canasvieiras e Santo Antônio de Lisboa, adjacentes à ESEC Carijós: **recorte espacial** onde se compara as concepções dos agentes, sobre proteção ambiental e urbanização. b) Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés: unidade de referência, por conter os distritos e por já terem ocorrido processos intensos de ocupação, urbanização e degradação ecológica, com frequentes casos de conflito entre proteção ambiental e expansão urbana, e disputas entre interesses opostos. Florianópolis e entorno: contexto – donde se repetem as mesmas oposições e discursos, e/ou existem outras; guardadas as devidas diferenciações e especificidades sócio-espaciais.

importância. É assim, um polo dinamizador e centralizador de fluxos sociais e materiais, atividades econômicas, socioculturais, educacionais, industriais, políticas e fluxos migratórios. A microrregião da grande Florianópolis trata-se de uma região atualmente bastante influente no Estado de Santa Catarina, exercendo a Capital Florianópolis, papel relevante no estado, na relação com os Estados vizinhos, com o país e o exterior.

Figura 1 - Contextualização do Município de Florianópolis



Seguindo a dinâmica estadual e regional, o município de Florianópolis - enquanto capital do estado e polarizador da mesorregião da porção central do litoral catarinense - tem progressivamente se destacado por diversos motivos, projetando-se no cenário nacional e internacional. De um histórico agrícola e pesqueiro, e um modo de vida mais localizado, o município adquiria com o tempo – e tornando-se

capital estadual – maior presença no cenário regional; passando a relacionar-se de forma mais intensa com seu entorno e outras partes do estado.

De uma economia agro-pesqueira, o município diversificar-se-ia com o crescimento do setor comercial e de serviços, com instalações portuárias, com a centralização do poder político-administrativo estadual, com a instalação das instituições públicas, com a chegada de ramos industriais de logística na porção continental, com o avanço da indústria da construção civil provocada pelo crescimento demográfico e migratório, e notavelmente com a indústria do turismo - a partir do reconhecimento das características naturais locais e sua apropriação pelos agentes do capital imobiliário e comercial nacional e internacional - fato que marcaria a inserção da cidade no cenário regional, nacional e global. E seria exatamente a recente inserção do município no plano internacional, que marca a entrada de Florianópolis no ambiente mercantil das cidades globais da fase avançada do Neoliberalismo econômico capitalista, em que a indústria do turismo alia-se à indústria tecnológica, modificando o perfil da cidade com reflexos no perfil social e demográfico.

Florianópolis também passaria por grandes mudanças socioculturais e demográficas, a partir das influências e interferências dos ciclos econômicos locais e regionais, e os processos migratórios. De estruturas sociais e culturais tradicionais resultantes da economia do setor primário e de heranças coloniais, o município diversificaria sua composição social e suas características culturais com o processo de urbanização, divisão social do trabalho, diversificação da economia local, e incrementos populacionais – notadamente no decorrer do século XX. Às tradições culturais açorianas, somar-se-iam posteriormente costumes culturais de outros estados brasileiros, e influências de países sul-americanos e europeus. De uma população localizada e pequena até o início do séc. XIX, segundo Peluso Jr. (1991)⁷³ contabilizando em

⁷³ - PELUSO JR., V.A. *“Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.”* Florianópolis: EDUFSC / FCC, 1991, apud. Santos & Pereira (2006) ‘A Rede Hoteleira no Núcleo Urbano Central de Florianópolis, (SC): Expansão Urbana e Turismo.

1900 em torno 13.474 habitantes, adicionar-se-iam contingentes populacionais no decorrer do séc. XX, sobretudo a partir do final da 2ª metade – anos 80 em diante – até o presente, com momentos de fortes imigrações à Ilha e a municípios do entorno; totalizando em 2010, segundo dados do IBGE, 421.240 habitantes em Florianópolis, tendo nas últimas 3 décadas sua população quase que duplicada, tendo projeções e tendências de crescimento futuro.

O caráter político-administrativo do município – dado seu título de capital do estado – decorre da concentração do aparelho governamental estadual, instituições, autarquias, e empresas do setor público, em virtude não só de particularidades físicas locais como também de processos políticos históricos. As especificidades ambientais locais reforçam a diferenciação e a proeminência do município no contexto estadual, projetando-o no cenário regional. Os aspectos ecológicos se referem à formação geofísica, aos exemplares de fauna e flora, presença de importantes Unidades de Conservação, e relativo grau de preservação ambiental; enfim à diversificada paisagem natural.

Figura 2 – Imagens e Características do Município de Florianópolis

<p><u>História Local</u> Centro e Ponte Hercílio Luz</p>  <p>Fonte: blog História p/ todo lado http://hstparatodolado.blogspot.com.br/2012/06/memoria-de-florianopolis.html</p>	<p><u>Turismo de Verão - Praias</u> Praia do Moçambique</p>  <p>Fonte: Florianópolis Travel http://www.florianopolis.travel/galeria-fotografia/mocambique.html</p>
<p><u>Paisagens Naturais</u></p>	<p><u>Urbanização / Capital de SC</u></p>

Parque Lagoinha do Leste



Fonte: site Loucos por praia
<http://www.loucosporpraia.com.br/santa-catarina/florianopolis/>

Região Central da Cidade de Florianópolis



Fonte: site ftm on line
<http://www.ftmonline.com/florianopolis-sc-se-prepara-para-receber-trade-turistico-em-setembro-no-ftm/>

A problemática urbana do município vem decorrendo dos processos históricos de ocupação e desenvolvimento urbano local, segundo os padrões dominantes típicos da economia e urbanização de corte capitalista. A configuração do espaço urbano da capital catarinense também resulta, portanto, da cidade produzida pelo modo de produção capitalista - a cidade real, a cidade enquanto reflexo espacial da sociedade de classes. Seguindo os modelos dominantes de urbanização e padrões de configuração sócio-espacial típicos do quadro urbano da zona costeira (MORAES, 1996), a espacialidade urbana da cidade de Florianópolis tem resultado com inúmeros problemas, deficiências, e carências urbanísticas e habitacionais, assim como com disparidades sócio-espaciais, cuja origem é histórica e seu desenvolvimento processual.

Desde o processo de transformação do perfil da ocupação antrópica e do modo de vida local, dado a partir do séc. XIX, e desde a escalada da urbanização descontrolada e do processo de elitização ocorridos a partir das décadas de 80 e 90 do séc. XX – que persistiriam no começo do séc. XXI e na atualidade - tem-se registrado e evidenciado a produção de impactos socioambientais e de inadequações e distorções urbanísticas. Estas apresentam de um lado frequentes

situações de precariedade urbana e exemplares de injustiça ambiental⁷⁴, e de outro, encarceramentos e enclaves urbanos auto-segregados e elitizados típicos da anti-cidade. Nesse sentido, ademais os já citados traços-síntese da Cidade Capitalista e seguindo o modelo dominante de urbanização, Florianópolis tem demonstrado e tende a continuar demonstrando, graves problemas urbanos e sócio-ecológicos típicos de grandes centros urbanos e metrópoles, a exemplo de: conflitos urbanos; casos de segregação sócio-espacial e injustiça ambiental às populações pobres; descontrole do processo de desenvolvimento e urbanização; impotência dos sistemas de planejamento e gestão urbana; privatização e mercantilização do solo; especulação imobiliária; ocupações sobre áreas ecologicamente vulneráveis; processos de degradação de ecossistemas, áreas de proteção e recursos naturais; ocupações precárias e assentamentos empobrecidos; déficits e carências habitacionais, de equipamentos públicos e infraestruturas urbanas; baixos níveis de urbanidade e qualidade do espaço construído; problemas de mobilidade, dentre vários outros.

Enfim, o domínio das forças socioeconômicas hegemônicas de produção, controle e acesso do espaço urbano, os problemas estruturais de planejamento e gestão urbana, as desigualdades sociais e os processos de ocupação irregular e precárias, juntos têm provocado efeitos negativos e de grandes proporções no território municipal – sobretudo na sua porção continental, no centro-insular e nos balneários do Norte da Ilha. E dada a hegemonia do modo de produção urbana capitalista e a estrutura socioeconômica vigente, as tendências apontam para a reprodução dos problemas e impactos anteriormente assinalados,

⁷⁴ - Segundo levantamento do grupo de pesquisa InfoSolo/ UFSC (SUGAI, 2005), Florianópolis e Região Metropolitana tinham até o início do séc. XXI, 170 assentamentos subnormais e/ ou áreas de informalidade e pobreza, muitos destes em conflito com aspectos ambientais e sujeitos a problemas sócio-ecológicos graves, que conforme Acselrad (2008), configuram casos de injustiça ambiental. Ver em Sugai (2005):

SUGAI, Maria I. *“Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”?”* In: *“Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras.”* Abramo, Pedro (Org.). Porto Alegre: ANTAC, 2009. Coleção HABITARE / FINEP (v. 10). Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2009/05/estudo-identifica-171-areas-de-informalidade-e-pobreza-na-regiao-conurbada-de-florianopolis/>

para todo o território do município - como o recorte específico de que a presente proposta de pesquisa pretende analisar.

3.1.2 - A Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés: unidade de referência

Em nível municipal, o recorte insere-se em uma porção da Ilha de Santa Catarina, a Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés - marcada por: (i) fluxos turísticos de balneários, centralidades urbanas de dinâmica própria, presença de áreas rurais, expansão da urbanização, e (ii) atributos físicos e ambientais importantes (como Unidades de Conservação e bacias hidrográficas próximas). Trata-se de um contexto sócio-espacial e ambiental complexo e marcado por um intenso processo de ocupação e transformação, essencialmente ligado a setores econômicos típicos no município, como as indústrias do Turismo e Construção Civil.

Do ponto de vista hidrológico, esta bacia constitui-se como a maior da Ilha de Santa Catarina, com área original de 77,81 Km², situando-se a Noroeste da Ilha, abrangendo os Distritos de Ratonés, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus e parte de Santo Antônio de Lisboa. Segundo alguns autores, o conceito de bacia hidrográfica (em síntese e por outras palavras) se refere a ‘uma porção territorial (parte do ciclo hidrológico) delimitada pelo divisor de águas, por onde a água da chuva é captada e drenada naturalmente até a foz (leito ou espelho d'água)’, podendo ser classificada também em “Microbacias; Mini bacias; Sub-bacias e pequenas bacias” Segundo Andreoli e Souza (1992)⁷⁵, apud. Rodrigues (2012) constitui-se ainda em uma Unidade de Planejamento e Gestão; cuja complexidade dos sistemas ecológicos e socioculturais presentes em seus limites, requer um enfoque sistêmico e uma metodologia integrada e multidisciplinar para seu planejamento e manejo; para além dos limites disciplinares da gestão hídrica e do preservacionismo, visando macro e micro ordenamento adequado do uso

⁷⁵ - De acordo com definição dos autores. Ver em: ANDREOLI, Cleverson V. & SOUZA, Marcos L. de Paula, “*Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas*” pg. 99-118 – Gestão Territorial e Urbana, In: MAIMON, D. (org.) Ecologia e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: APED, 1992.

de seu espaço físico. A referida bacia apresenta três Microbacias em Ratonés; registrando-se vários canais e retificações de córregos e rios - decorrentes da política de canalização e drenagem artificial do antigo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) a partir de 1949, no seu programa *Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés*.

Figura 3 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés

Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés na Ilha de Santa Catarina



Fonte: site da ACIF/ 2009⁷⁶

Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés (Norte da Ilha)



Fonte: IPUF, apud DE LA CORTE, Fábio Serafim (2001).

Vista de Maquete da Ilha de Santa Catarina: Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés



Fonte: site LABTATE - Geociências, GCN - UFSC

Segundo Santos (1993), De La Corte (2001), Fusverk (2002), e Ferreira (2005), apud. Rodrigues (2012), o histórico de urbanização⁷⁷ do

⁷⁶ - Mapeamento da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF. PÊGAS FILHO, Augusto N. & TIRLONI, Dilvo V. (coord). *“Diagnóstico Ambiental das Bacias Hidrográficas de Florianópolis”*, Brotar e Crescer (Ong) e ACIF, Florianópolis, 2009.

⁷⁷ - Tal processo produziu espaços urbanos específicos: balneários e/ ou complexos turístico-imobiliários - onde o 1º ocorreu gradualmente (como a urbanização comum); e o 2º ocorreu de forma planejada (por projetos específicos), onde a edificação foi destinada ao mercado, sobrepondo o valor de troca sobre o de uso. Ambos visaram um ambiente de tranquilidade e a paisagem natural, fazendo uso sazonal da edificação e ressaltando a importância do automóvel como meio de acesso (Santos, 1993).

Norte da Ilha e da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, em muito se ligou ao turismo (sobretudo o de lazer e de veraneio); induzindo processos de especulação e valorização imobiliária, ocupações irregulares, segregação sócio-espacial, desestruturação de comunidades tradicionais, agressões ambientais, etc. Fruto deste processo - característico do quadro urbano da zona costeira (Moraes, 1996) - o empreendimento Jurerê Internacional⁷⁸, a urbanização do balneário de Canasvieiras, etc.

Nesta bacia, o processo de degradação socioambiental origina-se de fatores endógenos e exógenos à dinâmica sócio-espacial; que vão desde disparidades regionais e municipais, até contradições e problemáticas intraurbanas típicas da cidade real. Comum a outras bacias hidrográficas da Ilha e que se anuncia em Ratonés, desencadeou vários conflitos socioculturais e econômicos, provocou impactos socioambientais negativos de grandes proporções, e tende a continuar provocando, dada a falta de mecanismos, instrumentos, e políticas integradas de planejamento, gestão e controle da urbanização sobre seus domínios.

Conforme Fusverk (2002), os principais problemas decorrentes da indústria do turismo e da urbanização não planejada e descontrolada na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, são relativos a: (i) Saneamento Básico (poluição e despejo em praias, cursos d'água, vegetações), (ii) Lixo (poluição, deposição em locais impróprios, queima), (iii) Ocupação desordenada (sobre áreas de proteção), (iv) Fiscalização insuficiente (falhas do poder público e falta de mobilização comunitária), e (v) Educação Ambiental insuficiente (falhas nos programas de educação ambiental, falta de interesse comunitário, e falta de informações). A autora pondera que tais problemas decorrem de conflitos de interesse e falta de integração entre poder público e sociedade, contribuindo para

⁷⁸ - Exemplo deste processo, o projeto Jurerê Internacional aos moldes do turismo de alto padrão internacional – implantado na década de 80 em área de remanescentes de restingas e próxima a manguezal; destinado às demandas privadas de classes média e alta no que se refere ao turismo de veraneio e/ou segunda residência (em certos meses do ano, ou até em fins de semana). Segundo Ferreira (2005) tal projeto foi objeto de várias ações e imbrólios judiciais, e contribuiu enormemente à desarticulação das comunidades agrícolas e pesqueiras tradicionais, além de alterar significativamente ecossistemas locais.

com ocupações irregulares e falta de fiscalização; sendo expressão destes conflitos: a pesca predatória em áreas de proteção ecológica; a proibição da pesca artesanal em áreas ambientalmente protegidas por legislações estaduais e federais; a instalação do Hotel Fazenda Transol perto da nascente do Rio Ratonés; a especulação imobiliária, e o empreendimento Jurerê Internacional da empresa Habitasul situado em área de preservação permanente.

Conforme Fidelis Filho & Nahas Baasch (1998), a implantação na década de 60 da Rodovia SC 401 (tal como as rodovias SC 402 e SC 403) - limítrofe a Noroeste com os distritos de Santo Antônio de Lisboa e Canasvieiras - foi responsável pelo processo de ocupação e expansão urbana no Norte da Ilha e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés; desencadeando conflitos e processos socioeconômicos, culturais e ambientais. Destes processos, segundo os autores, surgiram muitos impactos socioambientais negativos das ações antrópicas e de desenvolvimento, como os listados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Lista de Impactos socioambientais negativos na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés

Nº	Possível impacto
(i)	<u>alteração no regime de drenagem natural</u> no distrito, represando a água da chuva, induzindo a inundações, enchentes e assoreamentos dos cursos d'água;
(ii)	<u>alterações e movimentações de terra</u> para construção da rodovia, provocando erosão do solo, deslizamentos e sedimentação nos cursos d'água;
(iii)	<u>repartição da área da bacia</u> , causando a interrupção ecossistêmica (flora, fauna, solo e sistema natural) e de circulação de água superficial;
(iv)	<u>redução dos manguezais</u> , comprometendo sua fauna e flora,
(v)	<u>redução da quantidade de pescados</u> devido às alterações trazidas pela construção da rodovia;
(vi)	<u>certa desorganização sócio-espacial</u> da ocupação agrícola tradicional, influenciando nas relações sociais e de deslocamento local, e nas atividades tradicionais, desarticulando-as e induzindo o aparecimento de outras,

	bem como ainda à especulação imobiliária;
(vii)	<u>ocupações irregulares</u> em áreas alagáveis e de preservação permanente.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fidelis Filho e Nahas Baasch (1998).

Sobre estes impactos socioambientais negativos no contexto da área em estudo: tomando o distrito de Ratoes como exemplo, o quadro seguinte lista alguns dos principais que já ocorreram e ocorrem (como em outros bairros da bacia e da Ilha); em muito relacionados à desvalorização do elemento histórico da ocupação, à deterioração e devastação ecológica, e a algumas contradições urbanas.

Quadro 1 – Impactos Socioambientais Negativos no Distrito de Ratoes

Categoria	Ações/ Processos	Elemento Impactado	Impactos/ Efeitos Gerados
História e Economia Local	<i>Desvalorização e perda das tradições socioculturais locais</i>	Grupos socioculturais Açorianos e cultura rural popular	Desincentivo e extinção de atividades socioculturais ligadas à cultura Açoriana e rural > perda/ enfraquecimento de Patrimônio histórico e sociocultural local, e de relações sociais e comunitárias tradicionais
	<i>Desvalorização das atividades econômicas tradicionais</i>	Agricultura e Pesca Artesanal	Desincentivo e extinção de atividades socioculturais ligadas à cultura Açoriana e rural > perda/ enfraquecimento de Patrimônio histórico, sociocultural e econômico local, e de organizações econômicas comunitárias
Meio Ambiente Local	<i>Supressão de vegetação para atividade agrícola</i>	Planície, Encostas de Morros, e Cursos d'água	Comprometimento da fauna, flora e atividades socioeconômicas tradicionais
	<i>Introdução de espécies</i>	Vegetação	Conflitos com outras espécies, exploração madeireira

	<i>exóticas</i>		
	<i>Retificação e canalização de cursos d'água</i>	Rio Ratones, Córregos, Riachos, Planície e Manguezal do Distrito	Alterações no Regime de Marés no interior do Distrito; aumento do fluxo e velocidade de correntezas; favorecimento a extravasamento e alagamentos, assoreamento, alteração no comportamento faunístico; favorecimento à ocupação e parcelamento irregular; desvalorização do curso natural e do próprio elemento etc.
	<i>Pressão e Expansão Urbana</i>	Planície (Manguezais e remanescentes de Restingas)	Supressão, degradação e comprometimento da flora e fauna; favorecimento a alagamentos e deslizamentos; desvalorização ambiental na composição da paisagem urbana (fechamento da paisagem urbana à paisagem natural em lugares específicos); perda de visuais naturais e culturais; desmatamento, aterros, e erosão do solo; incompatibilidade entre usos/ ocupações urbanas e o meio ambiente; deposição de resíduos, poluição e dejetos de esgotos sanitários; ocupação urbana irregular, impermeabilização do solo, cortes nas encostas, retirada de mata ciliar etc.
Encostas de Morros (Floresta Ombrófila Densa e Matas de transição)			
Cursos d'água			
Espaço Rural/ Urbano	<i>Desvalorização e descaracterização da configuração espacial tradicional Açoriana</i>	Padrão de assentamento Açoriano	Descaracterização do desenho da ocupação Açoriana > sobreposição pelo uso/ ocupação e expansão urbana desordenada
	<i>Privatização do Espaço Rural e Urbano</i>	Solo Rural e Urbano, Paisagem Natural	Segregação e Gentrificação sócio-espacial; indução de ocupações irregulares, expulsão de populações mais pobres;

			especulação imobiliária etc.
	<i>Crescimento urbano desordenado</i>	Planície e encostas de morro, áreas rurais e espaço urbano atual	Impactos ambientais; parcelamentos irregulares; especulação imobiliária e vazios urbanos; descaracterização da paisagem rural e cultural; adensamento não planejado; sobrecarga de atuais sistemas de infraestrutura; inadequações entre usos e ocupações do solo, abertura de vias irregulares, etc.
	<i>Adensamento não planejado</i>	Áreas rurais e espaço urbano atual	Ocupações irregulares e conflitos sociais (assentamento precário); impermeabilização do solo e alterações no escoamento superficial d'água (problemas de drenagem); conflitos e inadequações entre usos e ocupações do solo; escassez e ausência de áreas verdes de lazer urbanas; parcelamentos irregulares; aumentos irregulares nos percentuais de ocupação e construção etc.

Fonte: Rodrigues (2012). In: RODRIGUES, F. M. “*Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratonés – Florianópolis*”, TCC ARQ-UFSC, 2012.

Em relação aos impactos ambientais no distrito, destacam-se portanto: (i) a grande quantidade de aterros; (ii) as canalizações, retificações e retirada de mata ciliar dos cursos d'água; (iii) supressão de vegetação em áreas protegidas por lei, pelo avanço da ocupação desordenada; (iv) cortes em encostas; (v) avanço da ocupação sobre áreas alagáveis; e (vi) deposição e despejo de lixo e esgotos em vegetações e cursos d'água. Adiante na caracterização do problema urbano-ambiental no local estudado, imagens ilustram alguns dos impactos mais comuns – análogos aos ocorridos no restante da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés e em outras áreas e bacias da Ilha.

3.1.2.1 - O Distrito de Ratonés

No contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, insere-se a montante das planícies inundáveis imediatas à Estação Ecológica de Carijós, conforme ilustrado abaixo.

Figura 4 – Situação e Localização do Distrito de Ratonés

Situação do Distrito de Ratonés no município de Florianópolis



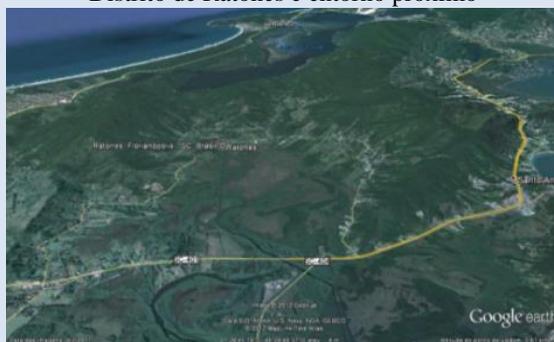
Distrito de Ratonés e suas localidades



Fonte: site visite Floripa
www.visitefloripa.com.br/ambientes.php?cod=5

Fonte: Adaptado de mapas da PMF e do IPUF

Vista – perspectiva superior
 Distrito de Ratonés e entorno próximo



Fonte: Google Earth 2012

Em nível local, Ratonés é uma área singular no Norte da Ilha e no município, marcada por especificidades em relação à ocupação de seu

entorno e mesmo da Ilha, pelos seus atributos físico-ambientais, econômicos e histórico-culturais.⁷⁹ Destacam-se, portanto; (i) remanescentes históricos da formação sociocultural e econômica oriunda do período colonial (descendentes açorianos e baixa densidade demográfica), (ii) presença de atividades econômicas do setor primário (agricultura e pecuária de pequena escala, e pesca artesanal), (iii) turismo ecológico e rural, (iv) formação geofísica tipo bacia hidrográfica (relevos acidentados e planos), (v) rede urbana em formação, conexão e estruturação, (vi) relativo grau de conservação ambiental (fauna e flora), (vii) proximidade a importantes Unidades de Conservação e áreas de proteção ecológica, (viii) ocupação urbana concentrada em localidades em meio à ocupação rural dispersa e/ ou áreas desocupadas, (ix) padrões de ocupação urbano-rural e arquiteturas influenciadas pela formação histórico-cultural, dentre outras.

Figura 5 – Características e Especificidades do Distrito de Ratonés

Agricultura Orgânica
Ratonés



Fonte: blog Sambaqui na rede
http://sambaquinarede2.blogspot.com.br/2011_04_01_archive.html

Pesca Artesanal
Rio Ratonés



Fonte: Notícias do Dia
<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/18176-ratonés-rio-de-florianopolis-em-constante-agonia.html>

Ecoturismo - Trilhas
Ratonés – Costa da Lagoa



Fonte: site mídia free
<http://midiafree.com/i-moveis-compra-e-venda/sitios-chacaras-e-fazendas/sitio-dos-sonhos-em-ratonés-florianopolissc/>

⁷⁹ - Como exemplos: aspectos históricos da formação sociocultural e econômica, aspectos espaciais e ecológicos relevantes, padrões distintos de ocupação urbano-rural (urbanização pontual entre áreas rurais), etc.

Turismo Rural - Sítios
Ratones



Fonte: site mochileiros
www.mochileiros.com/trilha-em-florianopolis-perguntas-e-respostas-t36412.html

Maquete da Bacia do
Rio Ratones



Fonte: site do LABTATE
– Geociências, GCN - UFSC

Rio Ratones - ESEC
Carijós

Conservação ambiental



Fonte: IBAMA SC
www.ibama.gov.br/carijos/ratones1.htm

Início da Ocupação -
Casas Açorianas
Canto do Moreira



Fonte: Acervo próprio
- 2011

Centrinho de Ratones
Ocupação urbana e
dispersão rural



Fonte: Google Earth -
2012

Turismo Rural -
Cavalgadas
Ratones



Fonte: portal Hagah
www.hagah.com.br/sc/florianopolis/local/372666,2,rancho-santa-cruz.html

Boi de Mamão
Ratones



Fonte: blog da ESAG
<http://esagsr.blogspot.com.br/2011/10/alunos-da->

Planície de Ratones
Grau de Conservação
Ambiental



Fonte: ESEC de Carijós,
In. FUSVERK, Renata.

Início da Ocupação -
Capela de Nossa
Senhora dos Remédios



Fonte: blog Sambaqui
na rede
<http://sambaquinarede2>.

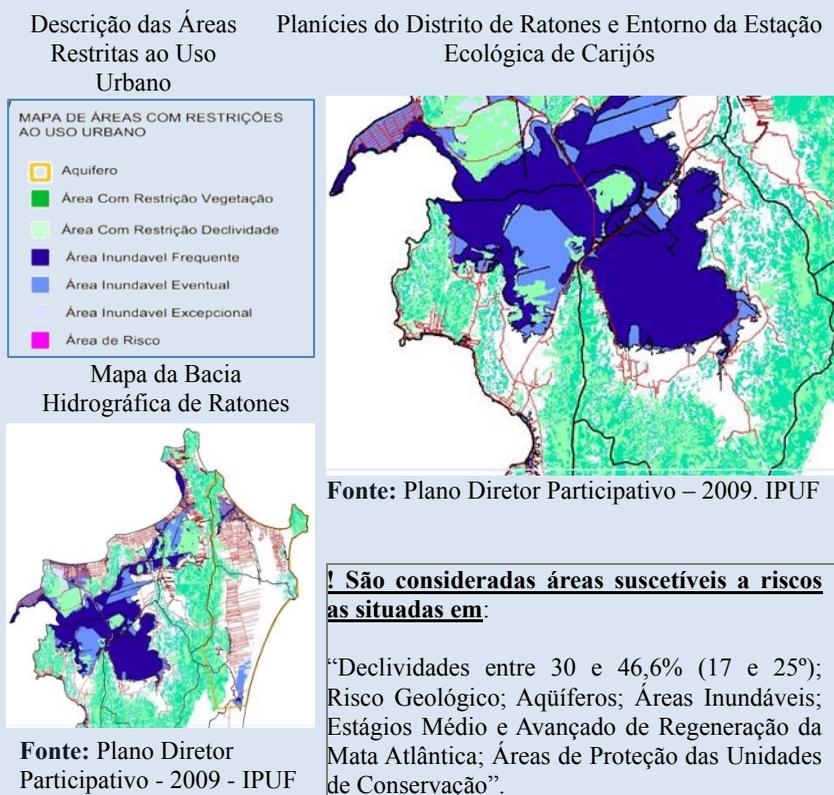
3.1.3 - Planícies inundáveis do Distrito de Ratonés e do entorno à ESEC Carijós: unidade de análise básica

Em nível de bacia hidrográfica, o recorte espacial insere-se em uma área bastante característica, marcada por particularidades no que tange a aspectos físico-ambientais e aos estágios de ocupação.

As planícies de entorno à Estação Ecológica de Carijós, inscritas nos distritos de Canasvieiras, Ratonés e Santo Antônio de Lisboa, conforme estudos do CECCA (1997) marcam-se por baixas altitudes de relevo (0 a 2 m) e declividade (< 10%) da unidade geológica Planícies Costeiras, sedimentos do período quaternário, rede de cursos hídricos componentes da bacia do rio Ratonés, vegetações típicas de restingas e manguezais, espécies de fauna local e migratórias, e por grandes extensões de terra em zona de transição à Unidade de Conservação. Estão sobre antigas áreas de manguezais, contendo remanescentes; e conforme mapeamento do próprio IPUF (2009), não são recomendáveis à urbanização – seja por restrição de vegetação ou suscetibilidade de inundação. Além disso, segundo levantamento⁸⁰ sobre áreas passíveis de urbanização, traduzido em Cartas de Aptidão à Urbanização, e executado pela Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com o Ministério das Cidades, a maior parte dessas planícies sedimentares adjacentes à ESEC Carijós não são aptas à ocupação urbana.

⁸⁰ - As Cartas Cartográficas de Aptidão à Urbanização traduzem levantamento sobre as áreas possíveis de urbanização. Este levantamento foi executado pela Universidade Federal de Santa Catarina em convênio firmado entre os anos de 2011 e 2012 com o Ministério das Cidades, em projeto vinculado a questões de defesa civil, sob coordenação dos professores Joel Pellerin e Juan Antônio Flores do departamento de Geociências – GCN, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, com previsão de término em 2017. No município de Florianópolis, adotou-se parte de Ratonés e Vargem Grande como projeto-piloto que estabelece metodologia à definição das Cartas de Aptidão à Urbanização na Ilha de Santa Catarina.

Figura 6 - Mapas de Suscetibilidade a Riscos de Inundação e Desabamento no Distrito de Ratonés



Segundo mapeamento do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis⁸¹, estas planícies sedimentares caracterizam-se por vegetações típicas de ecossistemas litorâneos, de solos úmidos e relevos baixos. De acordo com o mapa, destaca-se a porção de manguezal ao longo do sistema hidrográfico do rio Ratonés, áreas consideráveis de restingas arbórea e herbácea em estágios de regeneração, e a quantidade expressiva de áreas de reflorestamento, próximas inclusive, de manguezal da ESEC Carijós.

⁸¹ - *Mapa de Condicionantes Ambientais – Áreas Homogêneas de Vegetação*, do Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis, PMF-IPUF, Florianópolis, 2012.

Figura 7 – Mapa de Condicionantes Ambientais: Áreas Homogêneas de Vegetação
Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós



Fonte: Adaptado do “*Mapa de Condicionantes Ambientais – Áreas Homogêneas de Vegetação*”, do Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis, PMF-IPUF, Florianópolis, 2012.

3.1.3.1 - Vegetação

Integrante do Bioma da Mata Atlântica, a vegetação apresenta exemplares de Restinga e Manguezais, conforme classificação do IPUF⁸² [vegetação litorânea (primária)]. As vegetações primárias ocorrem na planície sedimentar do período quaternário, caracterizando-se pela formação vegetal do tipo edáfica e por estratos arbóreos de médio a baixo porte, em áreas alagáveis ou de solo pouco fértil

⁸² - PMF-IPUF, “*Atlas do Município de Florianópolis*”. BASTOS, Maria das D. de A. (coord.), Florianópolis: IPUF, 2004. (capítulo I, pg. 19-26).

(transição entre restinga e floresta das encostas), exibindo espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas - como o Olandi, a Figueira-do-brejo, o Ipê-de-várzea etc.

Em algumas partes destas planícies há sinais de regeneração (como as capoeiras), devido ao declínio de atividade agrícola e ainda à desocupação de grande parte da baixada. As vegetações de mangue são alvo de leis de proteção ambiental, como leis federais, estaduais e municipais, como o novo Plano Diretor, que as definem como Áreas de Preservação Permanente. Conforme parecer técnico do ICMBio, sobre as disposições de proteção ambiental do novo plano diretor, além de erros de mapeamento e ausências de APP e cursos d'água, inexistente proteção legal às restingas em regeneração. Outras leis ambientais somam-se ao plano diretor, como o Código Florestal, Política Nacional de Meio Ambiente, e a de Crimes Ambientais; na tentativa de reverter o processo de degradação – desde a colonização, exploração agropecuária, mineração até a tendência de urbanização local.

O atual Manguezal de Ratonos situa-se no estuário do Rio Ratonos, havendo, porém, remanescentes na planície sedimentar ao longo do leito do rio nas proximidades da rodovia SC 401 e dentro da área do distrito de Ratonos. Este manguezal é protegido por lei federal na forma de Unidade de Conservação (Estação Ecológica de Carijós) e outras leis como o art. 2º do Código Florestal (que tentam reverter/estagnar o processo de degradação); sendo por outro lado, desprotegido no interior do distrito de Ratonos. Foi este manguezal o mais atingido pelas obras do antigo DNOS na década de 50 (como canalizações e retificações de rios, e construção de comportas), e que sofreu com a expansão da agropecuária na região, e atualmente pelas tendências de urbanização e seus efeitos (como aterros, ocupação de alta e baixa renda, estradas de rodagem, deposição de lixo e esgotos domésticos e industriais etc.). Figuram espécies de arbustos e pequenas árvores (mangue preto ou siriúba, mangue branco e mangue vermelho), e gramíneas⁸³.

⁸³ - DE LA CORTE, Fábio Serafim. “*Subsídios Socio-econômicos para o Gerenciamento Costeiro Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.*” PPGEP-UFSC, Florianópolis, 2001.

Sobre Restingas no Distrito; existem apenas remanescentes destas formações vegetais nas planícies sedimentares, como transição à vegetação de encostas; apresentando espécies de gramíneas, plantas rasteiras e herbáceas, arbustos e algumas árvores pequenas. Por exemplo, espécies herbáceas (baleeira, tarumã, carqueja etc.), espécies arbustivas (quaresmeira, pitangueira e outras) e espécies arbóreas (olandí, figueira-do-brejo, ipê-da-várzea, bromélias, orquídeas etc.)⁸⁴. Não há proteção municipal pelo Plano Diretor destas vegetações na planície do distrito; fato que favoreceu o processo de uso/ ocupação agropecuária, e poderá favorecer o de urbanização.

Figura 8 – Espécies de Flora das Planícies de Ratonés e entorno da ESEC Carijós

Espécies dos Manguezais

Ex.: Mangue Preto ou Siriúba



Fonte: site da UFBA

<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/Manguezais.html>

Espécies das Restingas

Ex.: Quaresmeira



Fonte: portal São Francisco

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/quaresmeira/quaresmeira-5.php>

Espécies Herbáceas

Ex.: Baleeira

Espécies Arbóreas

Ex.: Olandi

⁸⁴ - REITZ, 1961; BRESOLIN, 1979; DOU n° 146/1999, e FALKEMBERG, 1999. In: “*Plano de Manejo ESEC Carijós*”, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 19.



Fonte: blog Quinta das plantas
<http://quintadasplantas.blogspot.com.br/2014/08/erva-baleeira.html>

Fonte: blog da Ecoselvagem
<https://ecoselvagem.wordpress.com/>

3.1.3.2 - Fauna

A fauna local é diversificada e rica em espécies, caracterizada conforme fauna da região da grande Florianópolis, da Ilha, e localização nos diversos ecossistemas e conjuntos de paisagens naturais da bacia hidrográfica do rio Ratonos. Contudo, com o processo histórico de ocupação e antropização do território, hoje é identificada e encontrada segundo o estado de proteção ecológica destes ecossistemas na região. As espécies compõem o Bioma Mata Atlântica – dividida em fauna aquática e terrestre nos ecossistemas dos conjuntos fitogeográficos; que pelos critérios da FATMA⁸⁵ define-se em mamíferos, aves, peixes e répteis.

Tal como na região de entorno, no local são encontradas dentre muitas outras, espécies aquáticas de: (i) crustáceos e moluscos (mariscos, ostras, caranguejos, e outros)⁸⁶, (ii) peixes (bagre, linguado, tainha, Iguacu, robalo, carapeva, baiacu e outros)⁸⁷, e (iii) mamíferos

⁸⁵ - FATMA, apud. BORGES, Jaty F. *“Análise da Construção de PCHs no Alto Vale do Rio Tijucas/SC”*, MPPT-UDESC, Florianópolis, 2011, pg. 41. In: RODRIGUES, F. M. *“Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratonos – Florianópolis”*, TCC ARQ-UFSC, 2012.

⁸⁶ - Plano de Manejo ESEC Carijós, 2010. *“Projetos Específicos”*.

Fonte: *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 110.

⁸⁷ - HANAZAKI, Natália & DONNINI, Mariana C. *“Etnoecologia dos Peixes do Rio Ratonos, Florianópolis, SC”*, Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil,

(lontras)⁸⁸. Também espécies terrestres de: (i) mamíferos (mão-pelada, coatis, cachorro-do-mato, macaco-prego, gambás, tamanduás, cutias, cuícas, ratão-do-banhado, dentre outros)⁸⁹, (ii) anfíbios (rãs, pererecas, e sapos)⁹⁰, (iii) répteis [cobras (jararacas, coral, cobra d'água, caninanas etc.), jacaré do papo amarelo, lagartixa, cágado, dentre outras]. Além de espécies aéreas: (i) passarinhos e aves (maçarico, saracuras, colhereiro, andorinhas, sabiás, gaviões, quero-queros, garças, socós, urubus, asa-branca, rolinha-roxa, papagaios, anu branco e anu preto, coruja, beija-flor, pica-pau, bem-te-vi, pardal e outros)⁹¹.

Outras espécies figuraram no passado (assim como na Ilha), antes do processo histórico de degradação ambiental e de destruição de habitats ter-se iniciado com a colonização europeia e se intensificado com o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, de atividades de pesca e caça comercial, do turismo, e mais recentemente, das mudanças de uso e ocupação do solo - no que se refere à instalação de edificações e empreendimentos turísticos, e à expansão da urbanização no distrito e entorno da ESEC Carijós, e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés. Dentre estas espécies, destacavam-se: tamanduá-bandeira, bugio, onças pintada e parda, jaguatirica, gatos-do-mato, antas, porcos-do-mato, capivaras e outros⁹².

Figura 9 – Espécies da Fauna das Planícies de Ratonés e entorno da ESEC Carijós

23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG. In: RODRIGUES, F. M. *“Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratonés – Florianópolis”*, TCC ARQ-UFSC, 2012.

⁸⁸ - *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 48

⁸⁹ - *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 48-50

⁹⁰ - *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 36

⁹¹ - *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 41-47

⁹² - OLIMPIO (1995), In: *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*, encarte 5. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 48

Mamíferos Aquáticos

Ex.: Lontra longicaudis



Fonte: GIPEDU/UFSC
<http://www.gipedu.ufsc.br/site/padrao.php?link=noticias>

Aves

Ex.: Saracura-Sanã



Fonte: site do UOL
<http://mais.uol.com.br/view/spjvetq8utgm/aves-brasileiras---saracura-sana--04024C1A3062E0892326?ty pes=A&>

Peixes

Ex.: Baiacu



Fonte:
<http://reefguide.org/checkedpuffer.html>

Anfíbios

Ex.: Rã



Fonte: site Olandi.com
<http://www.olandi.com.br/olandi/fauna/index.asp>

Répteis

Ex.: Jararacussu



Fonte: site Olandi.com
<http://www.olandi.com.br/olandi/fauna/index.asp>

Mamíferos Terrestres

Ex.: Cachorro do Mato



Fonte: site Olandi.com
<http://www.olandi.com.br/olandi/fauna/index.asp>

Pela relevância e diversidade identificadas, e pelo processo de degradação de habitats registrado historicamente, constituem as espécies e seus espaços, importantes motivos para a implantação e demarcação de corredores ecológicos, regulamentados pelo Plano Diretor, em mapas de zoneamento e disposições quanto a uso e ocupação do solo.

De acordo com o Mapa Geológico da Ilha de Santa Catarina⁹³, estas planícies sedimentares caracterizam por solos recentes provenientes de depósitos de planície costeira, sobretudo dos períodos holoceno e pleistoceno, conforme mostram os anexos 1 e 2. Pelo mapa,

⁹³ - Ver anexo 1: Mapa Geológico da Ilha de Santa Catarina, elaborado pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2014, a partir da Base Cartográfica da Ilha de Santa Catarina (Levantamento Aerofotogramétrico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, pelo IPUF)

destacam-se a porção de depósitos de planície de maré ao longo do sistema hidrográfico do rio Ratonés; áreas consideráveis de depósitos de fundo de baía; quantidade expressiva de áreas compostas por depósitos marinho-praias; áreas formadas por depósitos flúvio-lagunares, partes compostas por depósitos paludiais, áreas de depósitos aluviais, áreas formadas por depósitos colúvies, e áreas provenientes de depósitos lagunares praias, relacionadas na tabela seguinte.

Tabela 2 – Lista de Tipos de Solo nas planícies sedimentares do entorno da ESEC Carijós

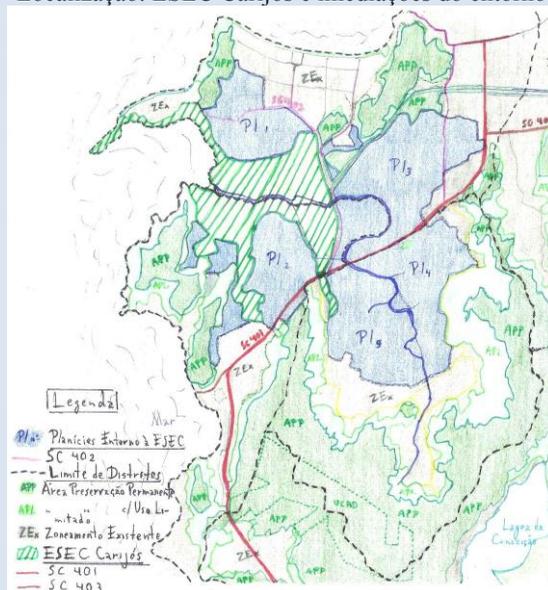
Período/ Idade	Tipo de depósito	Unidade estratigráfica
Holoceno	HPm – Depósitos de planície de maré	Depósitos de planície costeira
	HPp – Depósitos paludiais	
	HLg – Depósitos flúvio-lagunares lacustres	
	HLp – Depósitos lagunares praias	
	HFb – Depósitos de fundo de baía/bancos de areia	
	HFv – Depósitos aluviais de fundo de vale	
	HPs – Depósitos marinho praias sub-atuais	
	HLa – Depósitos de leque aluvial	
Pleistoceno	HCa – Depósitos colúvio-aluvionares	Depósitos de planície costeira
	PIMp – Depósitos marinhos praias/recobertos ou não por dunas	
Neoproterozóico	PGi – Granito Ilha	Suíte Pedras Grandes

Fonte: elaborado a partir da Coluna Estratigráfica do Mapa Geológico da Ilha de Santa Catarina.

Segundo mapeamento da SPU⁹⁴, estas planícies se constituem em sua maioria como Áreas da União, abrangendo a faixa de 33,0 metros de terrenos de marinha e os acrescidos de marinha formados natural e historicamente por deposição de sedimentos; havendo, contudo, grandes áreas privadas - em cotas superiores a 2 m, ou mesmo nas inferiores e sobre áreas federais – cujo processo de apropriação em muitas vezes foi com graves indícios de irregularidades e ilegalidades (como grilagem de terras públicas e apropriação de terras comunais), segundo denúncias judiciais. São áreas fortemente submetidas à especulação imobiliária e expansão urbana.

**Figura 10 – Planícies de Ratonés e entorno à ESEC Carijós +
Demarcação de Áreas da União**

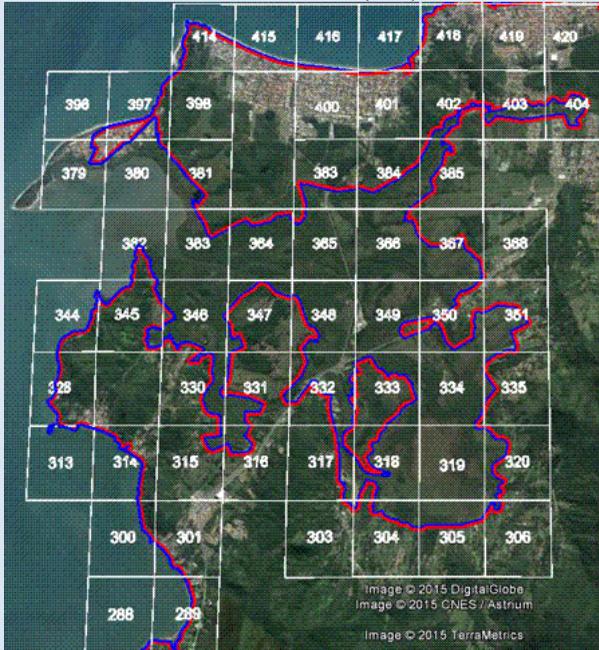
Planícies Inundáveis do Entorno à ESEC Carijós e do Distrito de Ratonés
Localização: ESEC Carijós e imediações do entorno



⁹⁴ - Superintendência do Patrimônio da União – SPU. À demarcação das áreas da união, o órgão adota critérios como declividades e cotas altimétricas, características ambientais, e a referência da linha de preamar médio do ano de 1831. Linha de Preamar Média (LPM) e Linha Limite de Terras de Marinha (LTM) = faixa de 33,0 metros (Áreas da União).

Fonte: Adaptado do Mapa de Zoneamento do IPUF-PMF – Geoprocessamento Corporativo – 2015.

Demarcação das Linhas Delimitadoras de Áreas da União (terrenos e acrescidos de marinha)
 Linha Preamar Médio - LPM (vermelho) e Linha Limite de Terrenos de Marinha – LTM (azul)



Fonte: SPU – Superintendência do Patrimônio da União. Projeção Cartográfica da LPM e LTM no Google Earth - 2015

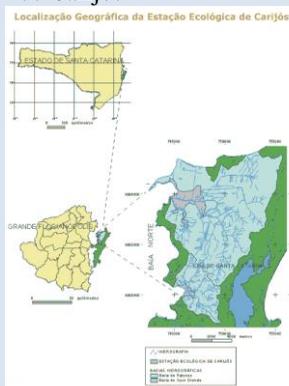
3.1.3.3 - A Estação Ecológica de Carijós - ESEC Carijós

Trata-se da Unidade de Conservação mais relevante no contexto de Ratores; não só por ser limítrofe ao local e integrar o território da Bacia Hidrográfica do Rio Ratores, mas por ser uma área de expressiva relevância ecológica à região e à Ilha de Santa Catarina; além de ser o destino final dos impactos oriundos das atividades antrópicas desta bacia hidrográfica, provenientes dos bairros de Saco Grande, Cacupé, Santo

Antônio de Lisboa, Sambaqui, Canasvieiras, Cachoeira de Bom Jesus, Vargem Grande, Vargem Pequena e Ratores.

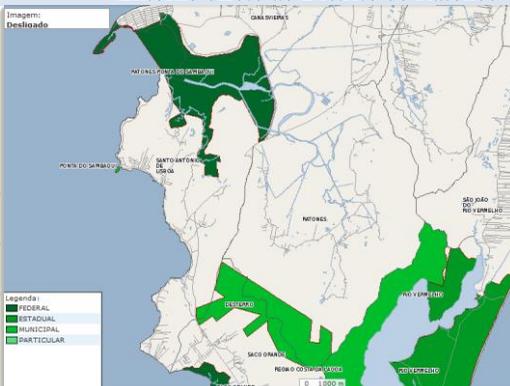
Figura 11 – Contextualização e Situação da Estação Ecológica de Carijós

Localização da Estação Ecológica de Carijós



Fonte: <http://www.ibama.gov.br>

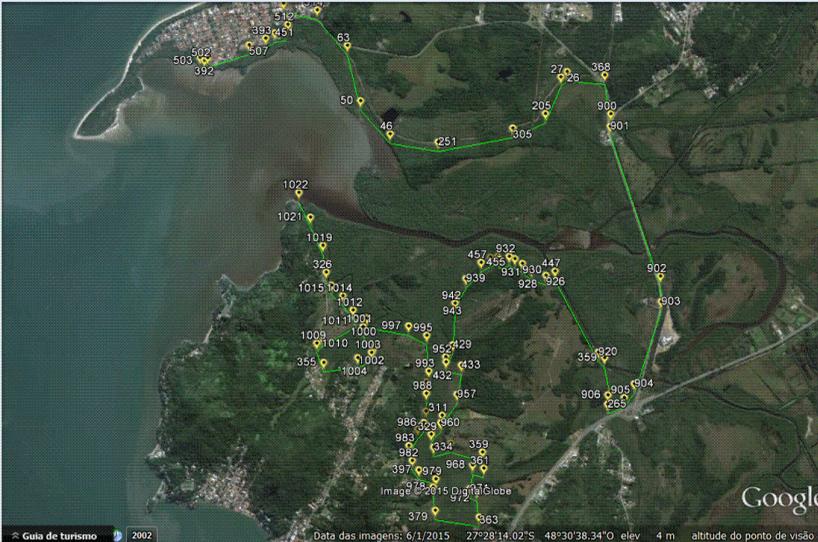
Mapas de Unidades de Conservação Entorno direto ao Distrito de Ratores



Fonte: Geoprocessamento Corporativo – PMF – dados de 2012

Sobreposta à imagem de satélite, a projeção dos limites físico-territoriais da Unidade mostra sua inserção no território da bacia hidrográfica do rio Ratores no Norte da Ilha; contudo, revela problemas espaciais, como por exemplo: limitação de área e descontinuidade de proteção legal a algumas partes de vegetação típica de ecossistemas primários, atualmente situadas fora da Unidade e assim desprotegidas; fato mostrado pela imagem seguinte.

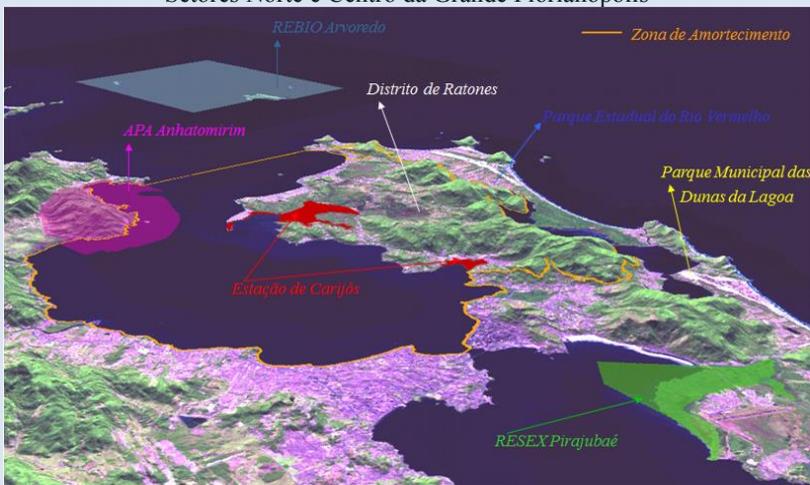
Figura 12 – Delimitação da Estação Ecológica de Carijós
Projeção em imagem de satélite



Fonte: Google Earth, 2015.

Vista tridimensionalmente no contexto do Norte da Ilha de Santa Catarina, a Estação destaca-se pela sua localização junto a estuários de importantes rios que desaguam na baía norte.

Figura 13 – Unidades de Conservação (Vista Tridimensional)
Setores Norte e Centro da Grande Florianópolis



Fonte: Adaptado de: SILVA, Ricardo Brochado Alves da. “Meio Ambiente:

Áreas de Preservação, Ameaças e Potencialidades” Florianópolis, 2002

Esta Unidade de Conservação, segundo dados do seu Plano de Manejo, foi criada pelo Decreto Federal no 94.656/87 conforme o que dispõe a Lei Federal 9.985/2000 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). É unidade do tipo proteção integral e objetiva a “proteção da natureza, admitindo uso indireto de seus recursos” (Lei 9.985/2000), restringindo-se o acesso e uso do território. Destina-se à proteção de manguezais, importantes ecossistemas litorâneos, berçários da vida marinha, cuja importância transcende seus limites físicos. Com área total de 718 ha, localiza-se em áreas de manguezais das bacias hidrográficas de Saco Grande e Ratonos, em torno à desembocadura dos rios Pau do Barco e Vadik, e Ratonos respectivamente; distribuindo-se em 0,93 Km² (13%) na primeira e 6,25 Km² (87%) na segunda bacia (ICMBio-IBAMA, 2010, p 3)⁹⁵. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade⁹⁶, a área perdida do estado original destes manguezais corresponde a 31,9% e 62,3%, nas bacias hidrográficas de Saco Grande e Ratonos, respectivamente. Ou seja, restam apenas 68,1% e 37,7% da área original de manguezal nestas bacias, ilustrando assim a gravidade do processo de degradação e desmatamento ocasionados pela transformação da ocupação local vinda primeiramente com a agricultura, passando pela indústria do turismo e por fim com o avanço da urbanização. Em Ratonos, limita-se a Leste com o Distrito pela rodovia SC 401, a Oeste com o mar, a sul com o distrito de Santo Antônio de Lisboa e a Norte com o de Canasvieiras, próximo a Jurerê. A Área de Influência da Unidade abrange todo o município de Florianópolis e a baía Norte, totalizando 600 Km² de área⁹⁷.

A criação da unidade não acompanhou a criação imediata de uma Zona de Amortecimento, conforme disposto na lei 9.985/2000, no

⁹⁵ - “Plano de Manejo ESEC Carijós”, encarte 1. ICMBio, Brasília/DF, 2010, pg. 3

⁹⁶ - Dados do ICMBio. Disponível em: <http://www.passeiaki.com/noticias/esec-carijos-abriga-estacao-meteorologica>

⁹⁷ - “Área de Influência da ESEC Carijós”, In: Plano de Manejo ESEC Carijós ICMBio, Brasília/DF, 2010, Mapas (Figura 4-1)

Sistema Nacional de Unidades de Conservação para Estações Ecológicas, devido a motivos internos da ESEC Carijós e de limitações jurídicas. No entanto, existe proposta de criação da Zona de Amortecimento (ZAC) em tramitação em instâncias legislativas e executivas federais, e do próprio IBAMA (como observado no processo no 02026.005687-2005-20)⁹⁸. Tal proposta surgiu não só da necessidade jurídica de implantação da referida zona; mas também da necessidade de inclusão de áreas urbanas e urbanizáveis, e de vinculação do IBAMA nos processos de licenciamento ambiental e na regulamentação do uso-ocupação do solo em torno à Unidade, junto ao município, por meio do Plano Diretor Municipal⁹⁹. Tal zona totaliza uma área de 390 Km², sendo 238 Km² área de marinha, e 152 Km² área terrestre; abrangendo bairros dos distritos de Ratoles, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras e Sede. Pelos dados do IBAMA, divide-se em cinco setores:

Tabela 3 – Composição da Zona de Amortecimento da ESEC Carijós

Porção	Setor	Área (em Km ²)	%
Terrestre	Uso Limitado (SUL)	17,0	4
	Remanescentes Vegetacionais (SRV)	18,7	5
	Expansão Urbana (SURB)	32,1	8
	Preservação Permanente (SPP)	84,0	22
Aquática	Aquático (SAQ)	237,9	61
	Total	389,8	100

Fonte: Elaborado a partir do documento “Informação Técnica 17/06” (IBAMA, 2006)

Conforme os dados, a grande parcela de área de expansão urbana (SURB) torna não só importante a regulamentação da Zona de Amortecimento, como também o planejamento adequado do uso-

⁹⁸ - Dados do Coletivo UC da Ilha:

Fonte: <http://unidadesdeconservacaodeflorianopolis.wordpress.com/unidades-de-conservacao/protecao-integral/parques-naturais/parque-nacional/unidade-de-conservacao-ambiental-desterro/>

⁹⁹ - Informações segundo Gerência Executiva do IBAMA/SC. Documento: “Informação Técnica 17/06” à Diretoria de Ecossistemas/DIREC da ESEC Carijós; pg. 1-3. Assunto: Zona de Amortecimento da ESEC Carijós. Processo n° 02026.005687-2005-20

ocupação do solo adjacente e no entorno próximo, incluindo o bairro de Jurerê e os distritos de Rationes e Canasvieiras. De acordo com a Lei 9.985/2000, a ZAC objetiva ajudar o Plano de Manejo da ESEC a resguardar áreas de manguezais, vegetações de transição de manguezal, vegetações de restingas, matas ciliares, nascentes, encostas e topos de morro, áreas de banhado, áreas de marinha no entorno à UC, áreas de proteção definidas pelo Plano Diretor (APP's e APL's), e áreas de proteção especial (segundo decretos estaduais)¹⁰⁰.

3.2 - O PROBLEMA URBANO-AMBIENTAL NA ÁREA DE ESTUDO

Consoante à problemática urbanística e ambiental existente no contexto regional, municipal e de bacia hidrográfica, o recorte espacial do estudo de caso desta pesquisa igualmente tem experimentado progressivamente uma grave problemática urbano-ambiental, e em tempos recentes já com presença e reprodução de problemas de ordem urbanística, social, econômica, cultural e sobretudo ambiental. Tomando Rationes como exemplo, citamos alguns desses problemas e impactos negativos, para efeitos de informação e ilustração.

Da dinâmica sócio-espacial e do processo de ocupação e urbanização do Norte da Ilha, e da Bacia Hidrográfica do Rio Rationes, o distrito e as planícies adjacentes à ESEC Carijós tem sido alvo de uma progressiva transformação sócio-espacial, que remonta meados do século XX até a atualidade; em que as dimensões natural e cultural vieram cedendo espaço à ocupação rural privada e ao avanço da urbanização – que apesar de ainda não ter sido explosiva como em outros locais da Ilha, tem se dado de forma descontrolada e atualmente vai ganhando dimensões e velocidades maiores, gerando impactos sobre ecossistemas locais relevantes.

Tendências de ocupação apontam cenários diferenciados ao distrito e às planícies adjacentes à ESEC Carijós, destacando-se: (i) o de

¹⁰⁰ - Informações segundo Gerência Executiva do IBAMA/SC. Documento: “*Informação Técnica 17/06*” à Diretoria de Ecossistemas/DIREC da ESEC Carijós; pg. 5-8. Assunto: Zona de Amortecimento da ESEC Carijós. Processo nº 02026.005687-2005-20

ocupação urbana descontrolada e (ii) o de relativa urbanização (por vezes elitizada), concentrada em meio a grandes áreas rurais de propriedade privada, e/ ou entre áreas de propriedade privada e especulação imobiliária. Impactos socioambientais atuais e futuros se referem a: (a) desvalorização de atividades econômicas e características culturais locais, (b) degradação ambiental e pressão sobre áreas frágeis, e (c) privatização espacial e crescimento urbano desordenado. Por fim, em relação ao futuro deste recorte espacial pesquisado, pode-se dizer que dependerá das forças socioeconômicas, político-culturais, dos interesses em disputa e do papel do Estado; resultando em maior ou menor grau, urbanização, ruralidade e proteção ambiental - conforme tendências de ocupação citadas.

Figura 14 – Tendências de Ocupação e Surgimento de Impactos

Turismo Rural – Hotéis-fazenda e Sítios privados
(Ex.: Ratones)



Fonte: site mídia free
<http://midiafree.com/imoveis-compra-e-venda/sitios-chacaras-e-fazendas/sitio-dos-sonhos-em-ratones-florianopolissc/>

Construção Civil – Residências de Luxo
(Ex.: Vargem Pequena)



Fonte: site imóveis mitula
<http://imoveis.mitula.com.br/imoveis/novo-condominio-sao-feliz>

Desruralização e Urbanização - por
Condomínios Fechados
(Ex.: Planícies de Ratonés)



Fonte: site imobiliária marcos martins
<http://www.marcosmartinsimoveis.com.br/imoveis-florianopolis-imoveis-detalhes.php?cod=116>

Loteamentos, Parcelamentos e
Abertura de Vias Extensas
(Ex.: Vargem Pequena)



Fonte: Acervo próprio – 2009

Ocupação em Margens de Cursos
d'água > poluição e assoreamento
(Ex.: Ratonés)



Fonte: Acervo próprio – 2012

Ocupações Irregulares em encostas
de morro (em Áreas de Proteção
ambiental)
(Ex.: Ratonés)



Fonte: Google Earth – 2009

Privatização de Espaço Público e da
Paisagem (presença de Condomínios
Fechados)
(Ex. Vargem Pequena)

Ocupação em Remanescentes de
Manguezal, Parcelamento e Abertura
de Via Irregular
(Ex.: entorno do Centrinho de
Ratonés)



Fonte: Acervo próprio - 2011



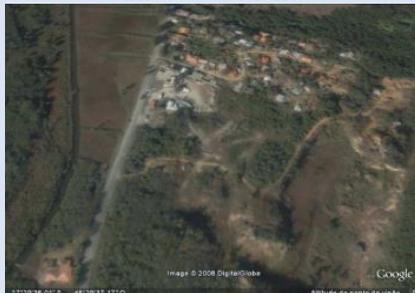
Fonte: Acervo próprio – 2009

O processo hegemônico de urbanização – induzido e decorrido do predomínio das forças sócio-políticas e econômicas dominantes na produção e construção do espaço urbano, da atual estrutura de planejamento e gestão urbano-rural e das questionáveis ações e políticas do poder público, dos processos de ocupação realizados por atores sociais que estão à margem do sistema formal, e do desequilibrado e complexo jogo de atores e interesses socioeconômicos – já tem provocado significativas transformações e consequências negativas no Distrito de Rationes, tal como já ocorrido na Bacia Hidrográfica do Rio Rationes e Norte da Ilha, bem como no restante da Ilha de Santa Catarina.

Enfim, a urbanização descontrolada e suas consequências, a desruralização do território, os inúmeros impactos socioambientais negativos, e os problemas de planejamento e gestão espacial constituem ao menos quatro potenciais conjuntos de evidências de um processo problemático de ocupação territorial, já observável empiricamente. O avanço não planejado do urbano sobre o rural, a perda de atividades socioeconômicas e culturais rurais comunitárias e populares, as agressões ao meio ambiente local, os conflitos espaciais relativos à localização e estruturação do espaço urbano-rural, e as ineficiências de planejamento e reclamações existentes, exemplificam como estas evidências se espacializam nos distritos. Não cabe por ora um detalhamento de cada uma destas evidências e dos processos em que ocorrem; mas como ilustração, demonstra-se a seguir algumas das que estão ocorrendo no processo de transformação sócio-espacial e em relação à natureza local.

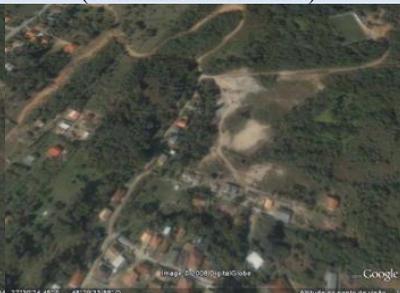
Figura 15 – Possíveis Exemplos e Evidências de Problemas e Impactos

Degradação Geomorfológica, presença de Indústria e Ocupação Precária na Encosta de Morro



Fonte: Google Earth – 2009

Ocupações Irregulares em Áreas de Proteção c/ Uso Limitado-APL (Centrinho de Ratores)



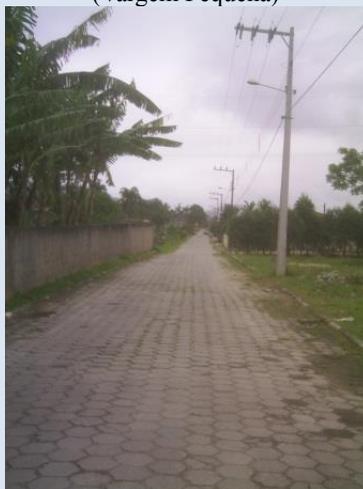
Fonte: Google Earth – 2009

Ocupação Irregular em Encostas de Morro
> situação de área de risco (Pedro Dias e adjacências)



Fonte: Acervo Próprio – 2012

Extensão Excessiva de Via Ortogonal à Planície > avanço em áreas alagáveis (Vargem Pequena)



Fonte: Acervo próprio – 2009

Privatização da Paisagem (condomínios fechados) (Entorno do Centrinho de Ratores)



Fonte: Acervo próprio – 2009

Adensamento em Margens de Cursos d'água > desmatamento (Centrinho de Ratores)



Fonte: Acervo Próprio - 2012

Destas evidências parecem estar resultando vários problemas que podem estar servindo à sua própria reprodução, permitindo o aparecimento de novos conflitos de uso e ocupação do solo e o aumento no desordenamento da ocupação antrópica e de impactos sócio-ecológicos; e que somadas a outros fatores do processo de urbanização, tem contribuído na perpetuação dos mecanismos de geração dos problemas urbano-rurais e impactos ao meio ambiente¹⁰¹.

Os problemas enfrentados pela Unidade e notadamente pelo seu entorno adjacente e próximo, se referem a áreas de exploração mineral, ocupações desordenadas e irregulares, pecuária extensiva e agricultura, desmatamento de mata ciliar de cursos d'água, erosão e desmatamento de encostas, turismo e principalmente a pressão da expansão urbana de bairros existentes e valorização imobiliária¹⁰². Por outro lado, com a oficialização da Zona de Amortecimento via Decreto ou Portaria Federal, prevê-se o reforço da proteção ecológica da Unidade e do

¹⁰¹ - Por exemplo, conforme já levantado e discutido em Rodrigues (2012), Ratores já tem sido alvo dos problemas de urbanização descontrolada, além de impactos anteriores provenientes de agricultura e ampliação de infraestrutura viária. Ao futuro, se o processo dominante de urbanização capitalista ocorrido no restante da Bacia Hidrográfica do Rio Ratores perseverar, o local certamente experimentará impactos maiores resultando em situações muito parecidas a outros locais inadequadamente urbanizados de Florianópolis.

¹⁰² - Dados do Coletivo UC da Ilha. Fonte: <http://unidadesdeconservacaodef Florianopolis.wordpress.com/patrimonio-tombado/patrimonio-historico/regiao-da-costa-da-lagoa/>

entorno; condicionando o uso e ocupação do solo e o processo de expansão urbana e de atividades e empreendimentos públicos e privados, às determinações constantes em lei e no Plano de Manejo da UC; ajudando a disciplinar as ações antrópicas nas bacias hidrográficas de Saco Grande e Ratonés. Obstáculos à institucionalização de tal Zona se referem não só a inconsistências jurídicas e limitações de recursos técnico-financeiros da Unidade, bem como (e significativamente) a resistências, pressões e interesses privados – sobretudo do capital imobiliário e da indústria da construção civil na porção Norte da Ilha de Santa Catarina, incidente também em no entorno da Estação e em Ratonés.

Enfim, tanto a Estação Ecológica de Carijós e planícies adjacentes, quanto o Distrito de Ratonés, as zonas desocupadas e as áreas de proteção do entorno próximo estão pressionadas pelo processo de transformação sócio-espacial no Norte da Ilha e na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés; sendo progressivamente cobiçados pela especulação imobiliária e urbanização, que ameaçam assustadoramente ecossistemas locais. Desta dinâmica, já se registram processos segregativos da cidade real; como o de auto-segregação ligado a atributos rurais e paisagísticos do território, que se mostram nas propostas de planejamento urbano.

“Dentro de poucas gerações, depois do ano 2000, ficarão aterrorizados os homens ao ver os continentes cansados, ilhas esgotadas, florestas destruídas, o mundo cheio e a fome ameaçando. O planeta estará envelhecido e moribundo, cheio de feridas...”

Elisee Reclus, 1894 (Geógrafo e pensador libertário francês)

(RECLUS, Elisee (1894), In: CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania, *“Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina”*. Florianópolis, 1997, pg. 7.). Grifo nosso.

4 - CAPÍTULO III: CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Recuperando um pouco da complexidade que tem marcado o processo de planejamento e gestão urbana em nível municipal, evidente nos conflitos de interesse registrados no processo participativo de planejamento e nos planos diretores elaborados, e trazendo as indicações dos agentes consultados, o capítulo busca mostrar os diferentes caminhos indicados para o local pesquisado, situando e relacionando-os na esfera municipal, donde se dão diferentes projeções de desenvolvimento urbano e proteção de elementos naturais.

Inicialmente, resgata-se alguns dos conflitos e problemas dos processos de planejamento urbano municipal e dos planos diretores implementados, como pano de fundo onde se dão os embates e objetivos manifestos dos agentes no recorte espacial considerado. Destaque fica para a interferência dos poderes político e econômico na condução destes processos e na construção e alteração dos planos diretores implementados na cidade; donde as distorções e problemas dos processos de planejamento, os discursos elitistas de urbanização e proteção ambiental, os erros e deficiências técnicas dos planos diretores, as ‘inovações e rótulos’ a categorias de zoneamento, e as alterações a índices urbanísticos apontados por autores pesquisados, se inserem como exemplos. Em seguida expõem-se as posições dos agentes quanto à expansão urbana e proteção do meio ambiente; inicialmente resgatando opiniões registradas de outras pesquisas, e posteriormente sistematizando em quadros comparativos conforme estrutura dos questionários e agrupamento das entidades selecionadas. De acordo com o direcionamento das respostas, correlaciona-se aos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental posteriormente ilustrados; donde fica clara a diferença entre as indicações dos diversos grupos de agentes em oposição entre os que defendem proteção ecológica e os que advogam pela urbanização. A análise das opiniões resultantes nos quadros evidencia estas diferenças e oposições em relação ao que os agentes propõem e aos conceitos de se utilizam em seus discursos. Ao

fim, destacam-se os cenários propriamente ditos, com o fito de retratar distintos rumos ao futuro da localidade pesquisada. Estabelecendo ligações entre características dos cenários com aportes conceituais, diretrizes apontadas e intenções postas pelos agentes, o capítulo assim busca demonstrar as possibilidades para o local estudado.

4.1 – CONFLITOS EM NÍVEL MUNICIPAL: interesses em torno do novo plano diretor

Como já assinalado, às deficiências institucionais e de recursos técnico-financeiros no histórico de planejamento e gestão urbana de Florianópolis, somam-se distorções nos conflitos de interesses entre os agentes sociais do espaço urbano, sobre meio ambiente e desenvolvimento urbano; a exemplo do domínio das visões particulares, setoriais e político-econômicas, que influem nos processos e peças de planejamento urbano e têm deixado à margem da cidade produzida, os direitos sociais à cidade e à natureza - como a democratização do espaço urbano e a proteção do ambiente natural. O caso do novo plano diretor de Florianópolis, desde sua fase participativa até a institucional e sua aprovação, assim se insere como grande exemplo; donde embates de toda ordem, como oposições entre expansão urbana e proteção ambiental, foram a tônica junto à luta por democratização e participação social no plano.

De acordo com Macruz e Schinke (2012), e em meio à desestruturação e precarização de órgãos e instituições públicas, e à ausência de um sistema ecológico e integrado de planejamento e gestão urbanos, neste caso se inseriram em conflito as demandas mercantis do setor imobiliário e da construção civil, face às necessidades sócio-espaciais populares e às urgências de conservação de ecossistemas locais e áreas de proteção ambiental; tudo sob a égide de um poder público cada vez mais imerso e compromissado com interesses hegemônicos e ideologias de corte neoliberal e capitalista de produção da cidade. Fato este demonstrado por graves distorções do processo de elaboração e aprovação do novo plano diretor, e pelo próprio perfil e conteúdo dos planos resultantes; do qual se traz alguns exemplos à sequência.

Conforme Rizzo (2005), algumas intenções e visões setoriais de certos agentes da produção e gestão do espaço urbano – consoantes e/ou até mesmo parceiras de representantes e funcionários do poder público, de instituições de planejamento, gestão urbana e fiscalização urbano-ambiental – também exemplificam como estas demandas mercantis e interesses privados e economicistas se sobrepõem às necessidades sociais e ecológicas no município, e como se relativizam a importância dos direitos à cidade e à Natureza na construção e gestão do espaço urbano, sobretudo às populações empobrecidas.

Para Schinke (2014), o processo evidenciou o enorme descaso do poder público municipal para com a democracia e participação popular no planejamento urbano; uma vez que desde as fases de “interrupção/procrastinação” e “rolo compressor”, a prefeitura produziu falsos espaços de participação popular, ignorou o Núcleo Gestor como responsável legal pela condução do processo participativo, ignorou as diretrizes comunitárias propostas na fase participativa, e promoveu supostas audiências públicas sem poder deliberativo e com métodos desorganizados, que favoreceram demandas particulares frequentemente ligadas a interesses econômicos pontuais dos proponentes. Ademais, como mostrar-se-á adiante, o plano ao fim demonstra ser fruto desses interesses; ao propor equivocadamente zoneamento urbano sobre áreas de proteção ambiental, desconsiderar reivindicações populares, e não observar adequadamente a legislação ambiental – uma vez que a própria prefeitura ocultara os mapas de condicionantes ambientais básicos à definição de um plano diretor, durante as fases participativas.

Em sua elaboração, os dois planos diretores construídos evidenciaram disputas e predomínio de visões individualistas, mercantis e políticas hegemônicas da produção e gestão do espaço urbano. Desde as fases participativas, passando pelas de interrupção e institucionalização, mostraram-se intensos embates, distintos interesses e cenários de desenvolvimento urbano na cidade, ora voltados ao desenvolvimentismo urbano, ao preservacionismo ambiental, e/ou à indução de especulação imobiliária e promoção de ocupação de alta renda em locais estratégicos ao mercado imobiliário. A título de exemplo, e conforme Pozzo e Vidal (2011), vale recordar os próprios

interesses antecedentes ao plano diretor participativo; em que: de um lado, entusiastas de empreendimentos turístico-imobiliários e novas centralidades alinharam-se a discursos de planejamento estratégico, City Marketing, sustentabilidade, novo urbanismo etc. consoantes às práticas e propósitos da urbanização corporativa do capital imobiliário em Florianópolis; e de outro, alguns defensores dos termos qualidade de vida, comunidade e paisagem natural, limitaram-se a visões localistas, estáticas e idealistas; o que, para os autores, ambas coadunam-se a uma concepção elitizada e restritiva de acesso ao solo urbano, deslocada de abordagens sociais que põem o direito de acesso ao solo urbano como centro do debate.

Mesmo considerando retoricamente o meio ambiente, resultaram nos planos diretores estas evidências e contradições, suscintamente exemplificadas na sequência.

Pimenta (2013) aponta uma série de erros do anteprojeto de plano diretor da prefeitura em 2012, em que: inadequações técnicas, interpretações indevidas e incoerências entre definições e conceitos adotados, somados aos mapas, tabelas e artigos propostos, juntos denotam indícios de favorecimento a interesses econômicos imobiliários; como o artigo 267 - que estabelecia usos e atividades incompatíveis em Unidades de Conservação; o que para o autor, o dispositivo (inconstitucional) “...deixa evidente a proposta de especulação imobiliária das UCs definidas por lei” (PIMENTA, 2013: [169]) – e como as macro-zonas de amortecimento permissivas à ocupação; que para o autor, “...por definição deveriam ser restritivas à verticalização, com caráter mais rural,...”, diferente do que o plano propunha, onde “... a tabela original de zoneamento define a possibilidade de 3 a 16 pavimentos, e os recuos nos mapas traduzem claramente a proposta omissa e criminosa de ocupação de Áreas de Preservação Permanente,...” (PIMENTA, 2013: [169]).

Silveira (2013), versando sobre Operações Urbanas Consorciadas¹⁰³ por meio de exemplos no plano diretor proposto, além

¹⁰³ - O autor, recorda o conceito trazido no cap. II, seção X, artigo 32, § 1º da Lei Federal nº 10.527/01 (Estatuto da Cidade); onde elas referem-se ao “conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a

de constatar indícios de favorecimento ao setor privado em detrimento de políticas sólidas de valorização da dimensão pública da cidade e da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento urbano, atenta para possíveis e prováveis problemas decorrentes do processo de condução do plano pela prefeitura municipal. Ao autor:

A grave questão é que a demarcação das OUC's, sem a participação efetiva das comunidades em todo o processo – sobretudo na indicação dessas áreas, de suas necessidades objetivas e singularidades locais - e sem um acompanhamento rigoroso do Ministério Público, pode descambar para a apropriação e destruição de ecossistemas frágeis da cidade, em nome de um adensamento justificável pelo ritmo de crescimento, ou ainda, anexar áreas verdes de lazer e equipamentos comunitários como colagem estratégica para viabilizar, sem debate, certos empreendimentos privados. (SILVEIRA, 2013: 76). Grifos nossos.

Ainda que Operações Urbanas Consorciadas não tenham sido propostas no entorno direto da ESEC Carijós, o mapa do anteprojeto de Plano Diretor de 2011 mostra áreas sujeitas à Outorga Onerosa do Direito de Construir¹⁰⁴, no zoneamento proposto. Estas mostrariam relações com os processos de especulação imobiliária e expansão urbana em áreas passíveis de proteção ambiental na região, cujos indicativos de

participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”; regidas por critérios de interesse público, em sua visão.

¹⁰⁴ - Conforme o artigo 34 do capítulo VII do texto do anteprojeto: “A outorga onerosa do direito de construir, também denominada solo criado, é a concessão emitida pelo Município para edificar acima do índice de aproveitamento básico de determinada zona, sem superar o índice de aproveitamento máximo, mediante contrapartida financeira do interessado.” PMF-IPUF/Fundação CEPA. (2010)

tecnocrático do fazer planejamento, atesta - pela questão da verticalização e suas consequências urbano-ambientais - o papel do Estado e seus vínculos com o setor privado.¹⁰⁵ Analisando impactos da verticalização na escala urbana, de bairro e de lote, e citando casos de novos adensamentos em novas zonas (urbanas e de amortecimento), e projetos deflagrantes, projetos ícones, enclaves urbanos decorrentes de OUC e/ou projetos especiais, a autora atesta não só efeitos desastrosos na estrutura intraurbana e as induções de privatização e elitização do espaço, como também as agressões ambientais e estragos na paisagem urbano-ambiental. Assim, a pasteurização da paisagem urbana via reprodução de edifícios em altura e condomínios sob os ditames do mercado imobiliário, resulta em paisagem agressiva, donde contornos naturais tendem a não ser mais identificados (PERES, 2013). Ressalta a autora que “Florianópolis tem sofrido com a exploração predatória dos recursos naturais, do seu espaço urbano, em nome do desenvolvimento, sendo tratada como objeto irrestrito da especulação imobiliária” (PERES, 2013: 135), concluindo ainda que:

“Cabe observar a *insistência desta postura antidemocrática, excludente e unilateral de parte dos setores dominantes que tem desenhado a cidade, sob o cunho de “desenvolvimento sustentável”, através da pressão sob o Estado, que reflete em Planos e Leis, uma paisagem que desconhecemos e não mais reconhecemos.*” (PERES, 2013: 135), Grifo nosso.

Tais erros e problemas também se expressaram em torno do novo plano diretor aprovado em 2014; que, parcialmente contrário ao proposto em 2012, definiu no zoneamento, urbanização dita sustentável

¹⁰⁵ - Ilustram-se assim, discursos oficiais que visam legitimar adensamentos e verticalizações em pró da qualidade de vida e redução de consumo de espaço; mas que, conforme Pimenta e Pimenta (1999) apud Peres (2013) servem ao crescimento urbano desmedido; uma vez que as propostas oficiais dos planos diretores são frequentemente alteradas e descaracterizadas por emendas parlamentares movidas por interesses econômicos e privados.

sobre planícies alagáveis, denominando-a como “*Áreas de Urbanização Especial - AUE*”; o que segundo Schinke (2014), contrapõe necessidades de proteção ecossistêmica, legislações ambientais e disposições legais sobre terras públicas federais. Ao historiador e ecologista, muitas dessas áreas (como as OUC do plano anterior), influenciaram-se diretamente por propostas individualistas e demandas econômicas do mercado imobiliário, tanto nos pseudo-espços de participação popular promovidos, quanto no próprio meio institucional de planejamento e na arena política da Câmara de Vereadores por meio de emendas parlamentares; o que confirma o histórico tecnocrático de planejamento urbano e os vínculos com setores econômicos do município à revelia da participação e do controle social - recomendados pelo Estatuto da Cidade. Assim, não parece por acaso a constatação de Pimenta e Pimenta (1999) de que:

“(...) a história dos planos diretores de Florianópolis é em grande parte a história das emendas que desfiguram as propostas originais dos planos diretores. Por pressões dos setores econômicos diretamente interessados na construção de certas áreas, propuseram-se e aprovaram-se emendas que levaram a atual situação de descontrole urbano.” [PIMENTA E PIMENTA, 1999: 30, apud PERES (2013)]. Grifo nosso.

Dessa forma, parece ser assim que fortes embates entre diversos agentes, desmandos do poder público, erros e problemas técnicos, domínio de interesses econômicos e privados, e influências políticas, marcam os processos de planejamento e gestão urbana do município de Florianópolis, e os planos diretores propostos e aprovados; evidenciando, portanto, diferentes cenários de desenvolvimento urbano, dos quais o de continuidade da urbanização, motivada por demandas do capital imobiliário e da indústria da construção civil da cidade, tem se mostrado invariavelmente sobressaliente ante aos recomendados por

alguns membros de instituições públicas, aos desenhados por agentes da sociedade civil organizada e aos desejados por boa parte da população. Na área estudo de caso da pesquisa objeto desta dissertação, esta problemática não é diferente; e os interesses manifestados pelos distintos agentes mostram os caminhos anunciados para o local, dos quais o mesmo cenário de continuidade da urbanização, ora dita sustentável por alguns, mostra-se presente – ainda que discursivamente não dominante, mas hegemônico na prática de produção e controle do espaço urbano, em vias de desenvolvimento.

4.2 - IDEIAS POSTAS PARA RATONES E ENTORNO DA ESEC CARIJÓS:

Interesses e proposições

A reboque dos debates municipais de planejamento e gestão urbana registrados em torno do novo plano diretor municipal, nas planícies sedimentares do Distrito de Ratonos e entorno da Estação Ecológica de Carijós, também tem se inserido uma diversidade de percepções e se presenciado vários conflitos de interesses em relação ao futuro urbano e ambiental local. Como no restante do território municipal, e como noutros casos em que se chocam urbanização e proteção ecológica de Unidades de Conservação, aí tem se manifestado estes embates e intenções sobre a ocupação destas áreas e a proteção da ESEC Carijós.

Considerando as intenções dos agentes, tanto em nível municipal quanto no local delimitado da pesquisa, alguns valorizaram proteção ambiental durante todo o processo de planejamento, mas com interesses por vezes antagônicos - como aqueles voltados à valorização economicista da Natureza para urbanização dita sustentável, qualificada e destinada a grupos sociais elitizados, contrapostos aos de preservação ambiental e valorização sociocultural com finalidades públicas e interesses coletivos. Exemplificam-se os capitalistas imobiliários e alguns funcionários do Estado, que propuseram urbanização sobre planícies desocupadas; e certos agentes da população e de instituições públicas, ONGs e ambientalistas, que desejavam sua preservação

ambiental; posições que de certa forma, segundo assinalaram Pozzo e Vidal (2011), “...convergem em um mesmo ponto: a restrição da oferta da terra”, e conduzem à supervalorização do solo e elitização de sua ocupação; contrariamente ao que propuseram outros poucos agentes - a proteção ecológica e ocupação rural para fins públicos e socioculturais, respectivamente.

Em trabalho acadêmico anterior, Rodrigues (2012) traria no âmbito da pesquisa sobre o processo de ocupação e planejamento urbano de Ratonés, alguns dos distintos objetivos que marcam as visões de certos agentes da produção e gestão do espaço urbano no local; a seguir sintetizadas:

- **sobre proteção ambiental**, apesar desses agentes e alguns dos moradores reconhecerem a importância da Unidade e da conservação dos ecossistemas e áreas de proteção do distrito, vários apontam a existência de problemas e inadequações; sugerindo a revisão de políticas e ações de proteção ambiental conforme legislações, e a readequação da Unidade em face de demandas comunitárias e ao contexto socioeconômico e espacial local e do entorno próximo. Ilustram tais sugestões: (i) de um lado o reforço de suas determinações legais e aumento espacial; e (ii) de outro lado, flexibilização de suas disposições e mesmo revisão de categoria – a exemplo da visão de empresários que requerem uso sustentável, permissão a empreendimentos qualificados e menores obstáculos ao desenvolvimento econômico.
- **sobre cenários de desenvolvimento local**, apesar das contradições entre alguns desses agentes e moradores, reconheceram-se existência de problemas sócio-espaciais atuais e as urgências de resolução. Mesmo diante de tendências preocupantes, com o avanço de processos de desvalorização histórico-cultural, degradação ambiental e urbanização descontrolada, de um lado reconhecem a relevância sociocultural e ecológica local, indicando medidas e ações de resgate de características históricas, de proteção ecossistêmica e de controle

da expansão urbana; mas de outro lado, revelaram diferentes intenções quanto à apropriação dos recursos e espaços naturais, ao perfil do processo de ocupação e transformação do espaço, e à forma de urbanização.

- **sobre o planejamento do distrito**, e diante dos atuais problemas urbano-ambientais e das tendências e cenários futuros, reconheceram-se a necessidade de existir um sistema integrado de planejamento e gestão urbano-ambiental, bem como de controle e reorientação dos processos de ocupação e urbanização; diferindo, porém, abordagens ideológicas, sugestões apontadas e interesses a elas embutidas; a exemplo das medidas de contenção de ocupações irregulares e precárias, somadas a investimentos públicos à qualificação de infraestrutura urbana, indicadas por agentes privados do setor da construção civil, interessados no processo de valorização fundiária local e potencialização do mercado imobiliário.

A título de registro, as opiniões de moradores deram-se já em meio ao processo participativo de elaboração do novo Plano Diretor municipal, na etapa de leitura comunitária em 2007, pela identificação de problemas e potencialidades de Ratonas, conforme tabela abaixo; seguindo com elaboração de uma síntese de diretrizes levantadas e dirigidas ao Núcleo Gestor do plano diretor participativo (conforme apêndice 4). Posteriormente, durante as retomadas do processo participativo de elaboração do plano, e após sua aprovação, nas oficinas comunitárias realizadas pela prefeitura.

Tabela 4 – Síntese dos Problemas e Potencialidades do Distrito de Ratonas
Etapa de Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo

<i>Problemas do Distrito de Ratonas</i>	1	Degradação ambiental e falta de planejamento e fiscalização do uso dos recursos naturais da região
	2	Consequências problemáticas do atual Plano Diretor e da desorganização do Poder Público, no uso e ocupação do solo, como parcelamentos, ocupações, construções e atividades irregulares no território do Distrito.

	3	Falta, ineficiência ou insuficiência dos Sistemas de Infraestrutura no Distrito, como o de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, sistema viário, comunicações e coleta de lixo.
	4	Falta, ineficiência ou insuficiência dos Equipamentos Públicos, como os de Segurança, Educação, Saúde, Lazer, Administração Pública e Desenvolvimento Econômico-Social.
<i>Potencialidades do Distrito de Ratonés</i>	1	Potencialidades ecológicas dos recursos naturais do Distrito, como a abundância dos recursos hídricos, a preservação das matas de encostas, a diversidade da fauna e da flora, e a presença da Estação Ecológica.
	2	Disponibilidade de recursos naturais e de áreas verdes
	3	Caracterização fundiária e arquitetônica Rural
	4	Ausência de grandes edificações ou atividades, empreendimentos imobiliários e edifícios.
	5	Potencialidades histórico-culturais da região.
	6	Coleta de lixo regularizada
	7	Disponibilidade de áreas para instalação de equipamentos públicos
	8	Agentes de saúde

Fonte: Rodrigues (2012). RODRIGUES, F. M. “*Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratonés – Florianópolis*”, TCC ARQ-UFSC, 2012.

Pesquisas acadêmicas de Bittencourt, Machado e Sierra (2011), registraram de algumas entrevistas com atores locais, a indicação de vários impactos ambientais sobre o solo e o relevo do distrito de Ratonés. A percepção ambiental dos entrevistados foi para impactos decorrentes de agressões antropogênicas e de eventos naturais. Destacaram-se destas pesquisas, constantes em artigo¹⁰⁶ publicado pelos autores, listas, tabelas e imagens relativas aos impactos ambientais percebidos pelos entrevistados. Dos impactos oriundos de ações humanas, destacam-se: (i) ocupações de encostas de morros, (ii) assoreamento e retificação de rios, (iii) desmatamento, (iv) aterros, (v) poluição por esgoto e deposição de lixo, (vi) especulação imobiliária, (vii) ocupação de áreas verdes, dentre outros. Já dos oriundos de eventos naturais, destacam-se: (viii) enchentes, (ix) erosão de solo, (x) deslizamentos, (xi) morte de fauna e flora, dentre outros.

¹⁰⁶ - Artigo c/ resultados das pesquisas dos autores, publicado na revista Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis, do PET Geografia UDESC.

Novas entrevistas em 2014 e 2015¹⁰⁷ realizadas na etapa de campo da pesquisa a que esta dissertação se refere, tornaram a demonstrar intenções diferenciadas quanto à ocupação destas áreas e à proteção de ecossistemas, por vezes opondo-se visões urbanistas economicistas e anti-desenvolvimentistas conservacionistas, além das visões de desenvolvimento sustentável.

- (i) **da relação entre a ESEC Carijós e planícies adjacentes com o processo de ocupação**, unanimemente indicaram a importância da Unidade e proteção de ecossistemas locais frente ao atual processo desordenado de ocupação e urbanização, diferindo pois, nos termos postos e interesses subjacentes; em que: opuseram-se visões de desenvolvimento urbano sustentável (por parte de certos agentes do Estado e do mercado imobiliário - por noções de equilíbrio, urbanização compatível e possível) ante às de proteção ambiental da área (por parte de outros agentes do Estado e da sociedade civil, com vieses preservacionista e/ou conservacionista). Indicaram também regulação específica ao uso-ocupação do solo, com base nas legislações ambientais e fundiárias de áreas públicas, diferindo novamente, nas interpretações e intenções colocadas, em que: agentes do mercado e do Estado relativizaram o uso da legislação federal, alertando conflitos de competência, preferência do município, suficiência da legislação municipal, inadequações de leis; e a maioria dos agentes do Estado e da sociedade citou uso irrestrito dessas legislações e instrumentos disponíveis de planejamento e regulação do uso de recursos naturais e áreas públicas.
- (ii) **sobre proteção ecológica de ecossistemas locais**, a maioria citou uso de instrumentos e regramentos específicos de proteção

¹⁰⁷ - Tomando agentes de instituições públicas governamentais, de entidades empresariais e de organizações sociais civis como sujeitos de pesquisa, estas entrevistas se deram nas sedes físicas de tais entidades, num total de 23 consultas, por meio de questionário do tipo semiestruturado, com questões abertas e de livre resposta do entrevistado, acerca da relação entre a ESEC Carijós e processos de desenvolvimento e planejamento urbano, da proteção ecológica de ecossistemas locais, e sobretudo dos cenários de crescimento urbano e proteção do meio ambiente.

ambiental e uso-ocupação do solo, em referência direta à legislação pertinente, tanto na efetivação da aplicação quanto na utilização de dispositivos existentes. Sobre regulamentações, tombamentos, e decretos, muitos citaram uso desses instrumentos jurídicos à expansão de áreas protegidas e regulação da ocupação; e outros relativizam, deslocando o foco para estudos prévios de viabilidade e meios de otimização do processo de regulamentação da proteção ambiental.

- (iii) **dos cenários de desenvolvimento e planejamento urbano**, ficaram evidentes os diferentes interesses dos agentes quanto ao futuro do local. A maioria reconhece o caráter ambientalmente predatório e socialmente injusto do desenvolvimento urbano, bem como as distorções políticas do processo de planejamento e técnicas do plano diretor resultante. Quase todos relataram graves problemas de planejamento urbano e no plano diretor, principalmente quanto a ilegalidades jurídicas e falta de democracia no processo de elaboração e aprovação, e quanto a irregularidades técnicas e desacordos legais das disposições do plano vigente. Todos indicam necessidade de mudanças no novo plano, quanto à correção de distorções do processo de planejamento, à readequação do texto da lei, mapas de zoneamento e tabelas anexas; diferindo, porém, o perfil das sugestões. Das dimensões de ocupação territorial e formas de construção do espaço, a maioria indica ocupação vinculada mais aos aspectos locais (histórico-culturais e ambientais) do que aos do processo de transformação do Norte da Ilha; adequando espacialidades construídas e atividades às condições locais, do que às demandas do mercado e da construção civil. Dos cenários possíveis e tendências, todos reconhecem o avanço do processo de urbanização e degradação ambiental, diferindo, pois, na intensidade e formato percebidos. Sobre alternativas de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, todos propõem ocupação adequada e proteção de recursos naturais; diferindo, pois, nas intenções subjacentes.

Na sequência, trazem-se de forma ilustrativa desta síntese de posicionamentos resultantes das entrevistas, quadros com sistematização dos temas questionados e as opiniões registradas dos atores; dos quais o apêndice 5 mostra mais detalhadamente o conteúdo das análises e indicações feitas pelos diversos agentes e setores da sociedade consultados, sobre a relação do desenvolvimento urbano com a proteção ambiental nas planícies sedimentares do distrito de Ratonés e entorno da Estação Ecológica de Carijós na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés, Norte da Ilha de Santa Catarina.

Quadros 2 a 6 – Quadros-síntese dos resultados dos questionários/entrevistas (em relação aos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental)

Estes quadros – sintetizados a partir da sistematização dos resultados das entrevistas, dada conforme estrutura dos questionários construídos - expõem os posicionamentos dos agentes consultados acerca de temáticas e questões relativas a meio ambiente e urbanização; das quais, relacionam-se diretamente três dos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental - posteriormente ilustrados.

O quadro 2 refere-se às questões relativas ao bloco I do questionário aplicado nas entrevistas; o qual trata da relação entre a Estação Ecológica de Carijós e planícies inundáveis adjacentes, e o processo de ocupação e urbanização no seu entorno. Este bloco busca extrair as posições dos agentes, sobretudo quanto a diretrizes específicas de planejamento e aplicação de dispositivos da legislação ambiental e patrimonial federal, partindo de suas percepções sobre a relação entre a Unidade e o processo de urbanização no entorno; de modo a possibilitar visualização das distintas interpretações da legislação e as perspectivas apontadas. Já o quadro 3 refere-se às questões relativas ao bloco II do questionário aplicado nas entrevistas; donde trata-se especificamente de políticas e medidas de proteção ecológica de ecossistemas e áreas de proteção ambiental. Este bloco busca não somente extrair entendimentos e motivações dos agentes quanto à proteção da Unidade e dos recursos naturais próximos; mas sobretudo trazer suas indicações acerca de aplicação de medidas à conservação de ecossistemas e patrimônios da

região. Enfim, os quadros de números 4, 5 e 6 referem-se às questões relativas ao bloco III do questionário aplicado nas entrevistas; em que trata-se dos Cenários de desenvolvimento, planejamento urbano, e proteção ambiental, propriamente ditos. Em suas duas seções, este bloco busca, além de extrair avaliações dos agentes sobre o novo plano diretor municipal e mudanças na nova lei, mostrar sugestões sobre uso-ocupação do solo, adequações edilícias e alternativas de desenvolvimento urbano ao local. Em sua 1ª seção, foca-se na avaliação do novo plano diretor em que indicações e justificativas de mudanças remetem à reelaboração da referida lei. Em sua 2ª seção, foca-se na indicação de diretrizes às dimensões de uso-ocupação do solo, formas de edificação e atividades propostas, e na de sugestões sobre caminhos alternativos ao desenvolvimento e planejamento urbano local.

Conforme o alinhamento teórico-discursivo e prático dos agentes aloca-se suas posições aos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, adiante ilustrados. Em parte depreendidos destes conjuntos de opiniões e interesses, comparados inclusive ao enfoque analítico; e doutra parte das análises documentais e da consideração dos processos reais de ocupação e urbanização no contexto espacial considerado. Utilizando-se de conceitos teóricos, diretrizes e indicações sobre urbanização e proteção ambiental dos agentes e referências consultadas, e de retratos gráficos sobre características destes processos, os cenários construídos retratam estágios atuais e perspectivas futuras, relacionando-as às posições e interesses dos agentes. Neste ínterim, nos Quadros 2 a 5 - conforme o agrupamento de agentes e suas indicações - relacionam-se aos três blocos de questões, ora o Cenário de Proteção Ecológica (cenário possível e necessário), ora o Cenário de Urbanização Sustentável (cenário idealizado); que respectivamente baseiam-se em urbanização limitada à proteção de recursos naturais, e em urbanização qualificada c/ uso da questão ambiental. Ao quadro 6, relaciona-se ao 3º bloco de questões, o segundo cenário alternativo – com ocupações rurais e urbanas aliadas à proteção ambiental.

Quadro 2 – Síntese do Bloco I

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ <i>Bloco I - Relação 'ESEC Carijós e planícies inundáveis x Ocupação antrópica e expansão urbana'</i>	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (supra municipais)</i>	1 – ICMBio – IBAMA Silvio de Souza Junior	Submeter zoneamento urbano a leis ambientais	Fortalecer a Unidade de Conservação p/ sua proteção e dos ecossistemas locais, e p/ contenção do crescimento urbano
	4 – SPU Juliano Luiz Pinzetta		
	6 – FATMA Maria de Fátima		
	6 – FATMA Nelson Luiz Fidelis Filho		
	8 - MPF-SC Eduardo Barragan Seroa da Motta		
	8 - MPF-SC Analúcia de Andrade Hartmann		
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	13 - IAB-SC Edson Cattoni		Proteção da Unidade de Conservação e dos ecossistemas simultânea à regulamentação da ocupação no entorno
<i>III - Setores organizados e/ou representativos da</i>	14 – IÇara Andréa de Oliveira e Percy Ney da Silva	Aplicar leis ambientais e controlar	Zoneamento Ambiental

<i>sociedade civil</i>	15 – APRR <i>Orlando Silva</i>	ocupação	Corredores Ecológicos
	16 – AMORA / 17 – Rep. Distrito Ratonos <i>Flávio de Mori</i>		
	18 – CCPontal <i>João Manoel do Nascimento</i>		
	19 – Rep. Distrito Santo Antônio de Lisboa / 20 – AMSAL Robinson Alves		Zona de Amortecimento e áreas de influência
	21 – UFECO <i>Ângela Maria Liutti</i>		
	22 – CNC / 23 – FEEC <i>Gert Schinke</i>		
<i>Cenário Relacionado >></i>		Cenário III 	

Entrevistados / Bloco de Questões

➤ *Bloco I - Relação 'ESEC Carijós e planícies inundáveis x*

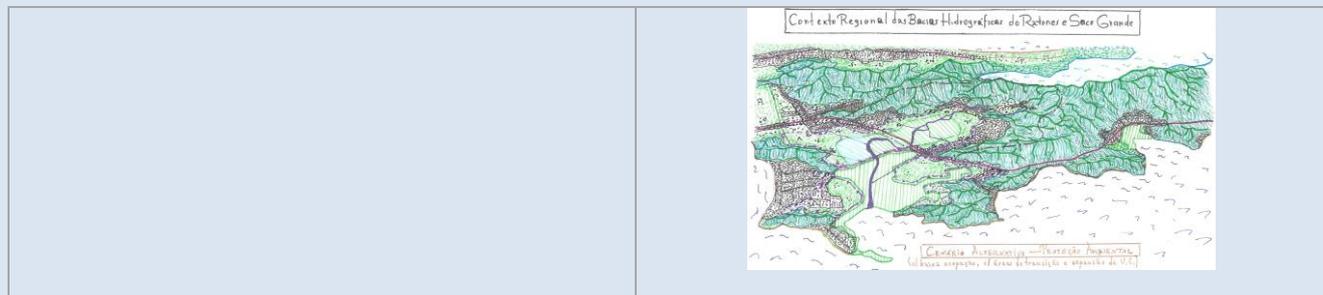
		<i>Ocupação antrópica e expansão urbana'</i>	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (infra federais)</i>	2 – IPUF / 3 – SMDU Dalmo Vieira Filho	Valorização da Unidade p/ o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico	
	5 – FLORAM Bruno Palha		
	6 – FATMA Ivana Becker	Plano diretor específico	
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	9 – SINDUSCON Nazareno Magalhães e Ludmila Nascimento Custódio	Compatibilizar urbanização e preservação	Ocupação distribuída em centralidades
	10 – FloripAmanhã Carlos Leite		Primazia do município na regulamentação
	12 – ACIF Andréia Pereira Druck de Oliveira Souto		
<i>Cenário Relacionado >>></i>		<p>Cenário II</p> 	

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

Quadro 3 – Síntese do Bloco II

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ <i>Bloco II - Proteção ecológica de ecossistemas locais</i>	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (supra municipais)</i>	1 – ICMBio – IBAMA Silvio de Souza Junior	Valorizar patrimônio ecológico intergeracional e aplicar legislação ambiental superior c/ medidas legais de proteção ecossistêmica	
	4 – SPU Juliano Luiz Pinzetta	Instituir políticas de proteção legal	Expansão da ESEC Carijós
	5 – FLORAM Bruno Palha		Proteção legal de áreas relevantes
	6 – FATMA Nelson Luiz Fidelis Filho		Zona Amortecimento
	8 - MPF-SC Eduardo Barragan Seroa da Motta		
8 - MPF-SC Analúcia de Andrade Hartmann			
<i>II - Entidades de classe e setores</i>	13 - IAB-SC Edson Cattoni	Dar importância ao patrimônio ecológico local, aplicar legislação federal e prever medidas legais de proteção	

<i>privados</i>	ecossistêmica	
<i>III - Setores organizados e/ou representativos da sociedade civil</i>	14 – IÇara Andréa de Oliveira e Percy Ney da Silva	Expansão da ESEC Carijós/ Parques e novas Unidades de Conservação
	15 – APRR Orlando Silva	Zona de Amortecimento
	16 – AMORA / 17 – Rep. Distrito Ratores Flávio de Mori	Comitê de Bacias
	18 – CCPontal João Manoel do Nascimento	Plano de Manejos
	19 – Rep. Distrito Santo Antônio de Lisboa / 20 – AMSAL Robinson Alves	Corredores Ecológicos e Mosaicos de Unidades de Conservação
	21 – UFECO Ângela Maria Liutti	Sistema de Gestão Ambiental
	22 – CNC / 23 – FEEC Gert Schinke	
<i>Cenário Relacionado >></i>		Cenário III



<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ Bloco II - Proteção ecológica de ecossistemas locais	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (infra federais)</i>	2 – IPUF / 3 – SMDU Dalmo Vieira Filho	Dar valor econômico ao ambiente e conciliar interesses	Valorizar ecologia e paisagem local para qualificar o crescimento urbano
	6 – FATMA Maria de Fátima		
6 – FATMA Ivana Becker	Zona de Amortecimento		
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	9 – SINDUSCON Nazareno Magalhães e Ludmila Nascimento Custódio	Gestão ambiental e patrimonial pela iniciativa privada	
	10 – FloripAmanhã Carlos Leite	Fomento a projetos certificados e urbanização sustentável	
	12 – ACIF	Instrumentos legais não burocráticos c/ maior	

	Andréia Pereira Druck de Oliveira Souto		eficácia dos atuais
Cenário Relacionado >>		<p style="text-align: center;">Cenário II</p>	

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

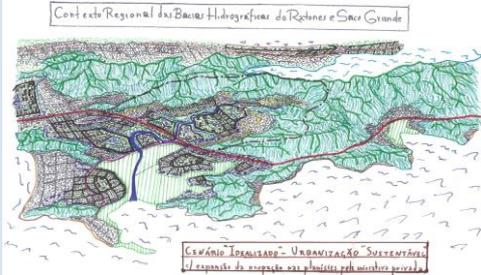
Quadro 4 – Síntese do Bloco III
(seção 1 – plano diretor)

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ <i>Bloco III - Cenários de desenvolvimento e planejamento urbano – seção I</i>
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>
<i>I - Repartições e Instituições do</i>	1 – ICMBio – IBAMA Silvio de Souza Junior	Revisar Plano Diretor e adequar à legislação urbano-ambiental

<i>Estado (supra municipais)</i>	4 – SPU Juliano Luiz Pinzetta	Submeter a leis ambientais e patrimoniais	Maior proteção a APP, APL e UC
	6 – FATMA Maria de Fátima		Supressão de AUE do zoneamento
	6 – FATMA Nelson Luiz Fidelis Filho		Judicialização do plano e responsabilização dos autores
	8 - MPF-SC Eduardo Barragan Seroa da Motta		Respeitar áreas de marinha e condicionantes ambientais
	8 - MPF-SC Analúcia de Andrade Hartmann		
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	13 - IAB-SC Edson Cattoni	Anulação e revisão do plano diretor p/ adequação à legislação ambiental	
<i>III - Setores organizados e/ou representativos da sociedade civil</i>	14 – IÇara Andréa de Oliveira e Percy Ney da Silva	Rever dispositivos do texto e o zoneamento	Respeitar áreas da União e de relevância ecossistêmica
	15 – APRR Orlando Silva		Retirar AUE e OUC
	16 – AMORA / 17 – Rep. Distrito Ratores Flávio de Mori		Zoneamento Ambiental em volta da Unidade
	18 – CCPontal João Manoel do Nascimento		Prever áreas de influência e novas UC
	19 – Rep. Distrito Santo Antônio de Lisboa / 20 – AMSAL Robinson Alves		Demarcação certa de áreas da União

	21 – UFECO Ângela Maria Liutti		Voltar áreas de marinha p/ proteção ecológica
	22 – CNC / 23 – FEEC Gert Schinke		Regularização fundiária
Cenário Relacionado >>		<p style="text-align: center;">Cenário III</p> 	

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ Bloco III - Cenários de desenvolvimento e planejamento urbano – seção I	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (infra federais)</i>	2 – IPUF / 3 – SMDU Dalmo Vieira Filho	Ajustar e efetivar o novo plano diretor	
	5 – FLORAM Bruno Palha	Adequar texto e viabilizar dispositivos	Adequação c/ ajustes no texto e zoneamento da lei
	6 – FATMA Ivana Becker		Operacionalizar AUE

<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	9 – SINDUSCON Nazareno Magalhães e Ludmila Nascimento Custódio	da lei	Parcerias público-privada
	10 – FloripAmanhã Carlos Leite		Urbanização equilibrada
	12 – ACIF Andréia Pereira Druck de Oliveira Souto		Evitar sobreposição de leis no plano + efetividade na aplicação
<i>Cenário Relacionado >></i>		<p>Cenário II</p> 	

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

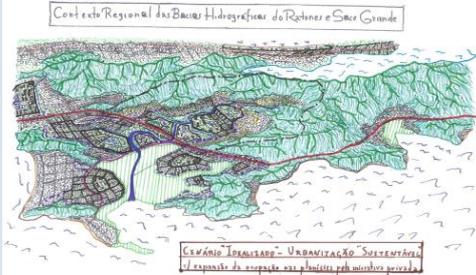
Quadro 5 – Síntese do Bloco III
(seção 2 – ocupações e alternativas)

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>	➤ Bloco III - Cenários de desenvolvimento e planejamento
--	---

		<i>urbano – seção 2</i>		
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>		
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (supra municipais)</i>	1 – ICMBio – IBAMA Silvio de Souza Junior	Ocupação adequada à legislação urbano-ambiental e maior proteção de UC e ecossistemas locais	Respeitar legislação superior e restrições ambientais	
	4 – SPU Juliano Luiz Pinzetta			Ocupação possível segundo condicionantes ecológicas
	6 – FATMA Maria de Fátima			Diagnósticos prévios ao zoneamento
	6 – FATMA Nelson Luiz Fidelis Filho			Fomento ao ecoturismo
	8 - MPF-SC Eduardo Barragan Seroa da Motta			Homologação de áreas da União - terrenos de marinha
	8 - MPF-SC Analúcia de Andrade Hartmann			Parques urbanos e novas Unidades de Conservação
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	13 - IAB-SC Edson Cattoni	Ocupação ligada a aspectos sócio-culturais e ecológicos + efetiva proteção de ecossistêmicos locais		
<i>III - Setores organizados e/ou representativos da sociedade civil</i>	14 – IÇara Andréa de Oliveira e Percy Ney da Silva	Priorizar meio ambiente e histórico cultural local na	Adequar Unidade p/ uso público e atividades socioculturais históricas	
	15 – APRR Orlando Silva		Fomento ao Ecoturismo, à pesca artesanal e à cultura tradicional	
	16 – AMORA / 17 – Rep. Distrito		Educação ambiental e turismo científico	

	Ratones Flávio de Mori	regulamentação de uso-ocupação do solo	Corredor Ecológico/ Zoneamento Ambiental/ Proteção de APP e APL/ Mudar AUE p/ APP conforme Lei da Defesa Civil/ Matriz ecológica e controle social
	18 – CCPontal João Manoel do Nascimento		
	21 – UFECO Ângela Maria Liutti		
	22 – CNC / 23 – FEEC Gert Schinke		
Cenário Relacionado >>		<p style="text-align: center;">Cenário III</p>	

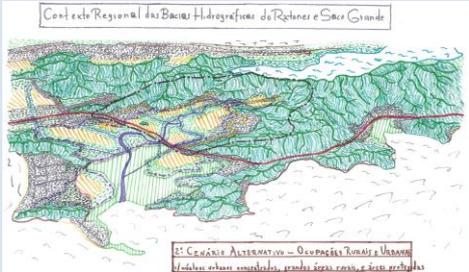
Entrevistados / Bloco de Questões		➤ Bloco III - Cenários de desenvolvimento e planejamento urbano – seção 2
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>
<i>I - Repartições e</i>	2 – IPUF / 3 – SMDU	Ocupação sustentável, qualificada e diversificada pela

<i>Instituições do Estado (infra federais)</i>	Dalmo Vieira Filho	iniciativa privada	
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	6 – FATMA Ivana Becker	Fomentar ocupações sustentáveis e planejadas pela iniciativa privada	Centralidades diversificadas
	9 – SINDUSCON Nazareno Magalhães e Ludmila Nascimento Custódio		Ocupação conforme papel da cidade na cena regional e nacional
	10 – FloripAmanhã Carlos Leite		Condomínios não excludentes
	12 – ACIF Andréia Pereira Druck de Oliveira Souto		Gestão de UC c/ conciliação de interesses/
<i>Cenário Relacionado >></i>		<p>Cenário II</p>  <p><i>Cenário Relacionado - Urbanização Sustentável e expansão da ocupação em áreas planas por iniciativa privada</i></p>	

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

Quadro 6 – Síntese do Bloco III
(seção 2 – ocupações e alternativas)
(relação c/ cenário IV)

<i>Entrevistados / Bloco de Questões</i>		➤ Bloco III - Cenários de desenvolvimento e planejamento urbano – seção 2	
<i>Grupo de entrevistados</i>	<i>Entidade/ Agente entrevistado</i>	<i>Indicativo principal / Diretrizes apontadas</i>	
<i>I - Repartições e Instituições do Estado (municipal e federal)</i>	5 – FLORAM Bruno Palha	Desenvolver estudos prévios às definições de uso-ocupação do solo	Diagnósticos prévios à definição da ocupação, atividades, zoneamento e alternativas
	8 - MPF-SC Eduardo Barragan Seroa da Motta		Valorizar potencial local e alternativas diferentes às do Capital Imobiliário
			Definir ocupações familiares e turismo rural
<i>II - Entidades de classe e setores privados</i>	13 - IAB-SC Edson Cattoni	Ocupação ligada a aspectos sócio-culturais e ecológicos + efetiva proteção de ecossistêmicos locais	
<i>III - Setores organizados e/ou representativos da sociedade civil</i>	16 – AMORA / 17 – Rep. Distrito Ratonos Flávio de Mori	Priorizar meio ambiente e histórico cultural local na	Adequar Unidade p/ uso público e atividades socioculturais históricas
	18 – CCPontal		Fomento ao Ecoturismo, pesca artesanal e cultura tradicional
			Educação ambiental e turismo científico
			Corredor Ecológico/

	<p style="text-align: center;"><i>João Manoel do Nascimento</i></p> <p style="text-align: center;">19 – Rep. Distrito Santo Antônio de Lisboa / 20 – AMSAL Robinson Alves</p>	<p>regulamentação de uso-ocupação do solo</p>	<p>Zoneamento Ambiental/</p>
			<p>Proteção de APP e APL/</p>
			<p>Mudar AUE p/ APP conforme Lei da Defesa Civil/</p>
			<p>Matriz ecológica e controle social</p>
<p style="text-align: center;"><i>Cenário Relacionado >></i></p>	<p style="text-align: center;">Cenário IV</p> 		

Fonte: elaboração própria, a partir de entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

De acordo com estes quadros anteriores, confrontam-se e/ou aproximam-se os agrupamentos de opiniões dos agentes e suas respectivas entidades e organismos a que pertencem e respondem. Em síntese, guardam relação de similaridade e proximidade os registros dos agentes de repartições do Estado (instituições públicas supra municipais) e de organizações da sociedade civil, em que a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural é destaque. Por consequência e à sua vez, as indicações dos agentes de instituições estatais nos níveis municipal e estadual, confrontam-se com as dos membros de órgãos públicos federais (e em alguns casos também da própria esfera estadual) e de associações da sociedade civil, em que o antagonismo entre proteção do meio ambiente e continuidade da urbanização aparece em evidência. A tabela síntese abaixo ilustra tais posições e perspectivas conflitantes.

Tabela 5 - Síntese das manifestações registradas pelos agentes entrevistados
(posições conflitantes entre os grupos de agentes consultados)

<i>Grupos de Entidades e agentes entrevistados</i>		
Instituições públicas supra municipais	Instituições públicas municipais, mercado imobiliário e construção civil	Sociedade civil organizada e moradores locais
<i>Síntese das posições defendidas pelos agentes</i>		
Proteção jurídica do Meio Ambiente	Conservação ambiental para Urbanização sustentável	Proteção do patrimônio ecossistêmico e sociocultural histórico

Fonte: elaboração própria, a partir da síntese final da sistematização dos resultados das entrevistas realizadas durante a etapa de campo da pesquisa, entre dezembro de 2014 a maio de 2015.

4.2.1 - Análise dos Quadros-síntese

Os quadros acima relacionados trazem uma síntese de resultados das entrevistas realizadas com os agentes consultados; nas quais se

inserem e/ou se estabelecem relações com os cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, adiante ilustrados. A título de explicação, discorre-se na sequência relacionando o conteúdo dos quadros-síntese com o enfoque de análise¹⁰⁸ e os cenários ilustrados.

Acerca da relação entre a área de estudo e o processo de urbanização, como mostrado no quadro 2, confrontam-se duas visões claramente distintas e opostas entre si, conforme segue.

Sobre diretrizes específicas de uso-ocupação do solo, uso da legislação ambiental e patrimonial, membros de instituições públicas de meio ambiente e patrimônio, e do ministério público, indicam respectivamente: regulação específica a partir de instrumentos jurídicos específicos; vinculação do Plano Diretor à legislação ambiental e patrimonial superior com aplicação de dispositivos e medidas pertinentes. Um membro de entidade de classe (IAB) vai à mesma direção, indicando ações extras ao uso da legislação; e membros de associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais apontam além destas indicações, medidas proibitivas contra ilegalidades e outras proativas em favor de proteção de áreas públicas e ambientalmente sensíveis, e de democratização do uso da legislação. Por outro lado, membros de instituições municipais e estaduais de meio ambiente e planejamento urbano, indicam respectivamente equilíbrio entre urbanização e preservação ambiental, aplicação da legislação ambiental e patrimonial superior, mas ressaltando o direito do município em definir política de uso-ocupação do solo; e membros de entidades de classe (SINDUSCON), ONGs e associações do setor privado indicam desenvolvimento e planejamento urbano sustentável para diversificação econômica, e unificação da legislação urbano-ambiental para evitar conflitos de leis. À questão das áreas da União, indicam desnecessidade de uso no plano diretor e a regulamentação destas áreas se dar prioritariamente pelo município.

¹⁰⁸ - Do conceito de Sustentabilidade Urbana (ACSELRAD, 2008), utilizando-se das tendências e discursos de sustentabilidade definidas, e das representações de cidade face à durabilidade urbana (de acordo com os termos do autor, aqui sintetizados no apêndice 6), compara-se os conjuntos de opiniões registradas com as diretrizes apontadas e ilustradas nos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental.

A este bloco de questões, mostram-se em contrário, dois conjuntos de opiniões, em que:

- no primeiro conjunto, aparece a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de: visões sociais (análise de riscos ambientais e luta por direitos socioambientais) e do urbanismo ecológico (cidades compactas e econômicas), sustentadas por gestores públicos e movimentos sociais. Explícita ou implicitamente mostram-se relações com discursos de: escala (limitação ao crescimento econômico); equidade (justiça ecológica e social); autossuficiência (autonomia de economias locais e equidade socioambiental), e ética (apropriação de recursos naturais); sustentados por membros de instituições públicas, entidade de classe, associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. Em maior ou menor grau, relacionam-se às representações de cidade: técnico-material (adaptação técnica da estrutura urbana), espaço da qualidade de vida (adaptação por modelos urbanos), e espaço de legitimação das políticas urbanas (condição de reprodução das políticas). Exemplificando, o uso de instrumentos de defesa civil à definição de uso-ocupação do solo, citado por membro de associação comunitária denota relação com a visão social. O controle da urbanização por restrições ambientais, o uso sistemático de dispositivos e instrumentos da legislação ambiental e patrimonial federal, e o respeito a populações tradicionais junto à recategorização da ESEC Carijós, citados por agentes de instituições públicas e da sociedade civil organizada, respectivamente expressam ligações com pressupostos e objetivos dos discursos de escala, equidade, ética, e autossuficiência. Planejamento da urbanização segundo limitações ecossistêmicas; políticas de proteção e respeito ao patrimônio ambiental, histórico e público local; e requisições de maior democracia na aplicação de leis ambientais e patrimoniais, e na condução de processos de planejamento, citados por agentes de instituições públicas e da sociedade civil, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações

de cidade (técnico-material, qualidade de vida, e legitimação de políticas urbanas) ante a durabilidade urbana. Planejamento específico segundo restrições ecossistêmicas, legislação urbano-ambiental e patrimonial, com instituição de Zona de Amortecimento, Corredores Ecológicos, Planos de Manejo, criação e implementação de áreas protegidas, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário III - de proteção ecológica e desenvolvimento urbano limitado.

- no segundo conjunto, aparece a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de: modernização ecológica, city marketing, e urbanismo de resultados (ACSELRAD, 2001), sustentadas por gestores públicos e agentes do setor privado. Explícita ou implicitamente mostram-se relações com discursos de: eficiência (economia de recursos naturais) e escala (limitação ao crescimento econômico), sustentados por gestores públicos municipais e estaduais, e por agentes de entidades de classe, associações e ONGs do setor privado. Em maior ou menor grau, também relacionam-se às representações de cidade: técnico-material, espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Exemplificando, o incentivo a construções sustentáveis e à participação empresarial no planejamento e gestão urbana, citado por membro de entidade de classe da construção civil denota relação com a tendência de modernização ecológica e city marketing, tal como com o discurso de eficiência. A noção de equilíbrio e viabilidade entre preservação ambiental, economia e desenvolvimento urbano, citada por gestores públicos municipais e estaduais, expressa relação com o urbanismo de resultados, e com princípios e objetivos dos discursos de escala e eficiência. Aplicação do urbanismo sustentável e apoio a edificações sustentáveis; urbanização compatível e ocupações viáveis segundo equacionamentos ambientais; e adequação dos processos de planejamento e gestão pela aplicação da legislação e pela participação do setor privado, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações ‘técnico-material, qualidade de vida, e legitimação de políticas urbanas’.

Ocupações viáveis, compatibilização entre preservação ambiental e desenvolvimento urbano; centralidades e crescimento planejado; e ainda desnecessidade de terras de marinha, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário II – de desenvolvimento urbano sustentável.

Acerca de proteção ecológica de ecossistemas locais, como mostrado no quadro 3, também confrontam-se duas visões divergentes, conforme segue.

Sobre motivo da proteção da ESEC Carijós e seu entorno, medidas específicas de proteção, e medidas de proteção patrimonial, integrantes de instituições públicas de meio ambiente e patrimônio, e do ministério público, apontam respectivamente: reconhecimento e proteção intergeracional do patrimônio ecológico; uso da legislação ambiental superior com aplicação de instrumentos específicos e corretos mapeamentos; e uso de dispositivos jurídicos sobre criação, regulamentação, e expansão de áreas legalmente protegidas. Um integrante de entidade de classe (IAB) segue a mesma linha, apontando a importância da Unidade, controle do crescimento urbano, e aplicação básica da legislação ambiental. Integrantes de associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais também ressaltam a importância da Estação e ecossistemas locais como freio à urbanização; uso de instrumentos da legislação superior e ações educativas, corretivas e coercitivas, e ainda medidas legais de criação e aumento de áreas protegidas, para além do uso dos dispositivos disponíveis. Já de outro lado, membros de instituições municipais e estaduais de meio ambiente e planejamento urbano, também identificam a importância da Unidade; apontando, porém, uso de instrumentos legais compatibilizando distintos interesses, e a suficiente regulamentação da ocupação pelos dispositivos jurídicos existentes. Membros de entidades de classe (SINDUSCON), ONGs e associações do setor privado apontam proteção e valorização ambiental para desenvolvimento urbano sustentável; definição clara das regras de ocupação pelos instrumentos legais, e ainda suficiência dos dispositivos jurídicos disponíveis junto a medidas de incentivo à

ocupação qualificada e à participação da iniciativa privada no controle e planejamento.

A este bloco de questões, também se mostram em contrário, dois conjuntos de opiniões, em que:

- no primeiro conjunto, novamente aparece a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de visões sociais, sustentadas por gestores públicos e movimentos sociais. Explícita ou implicitamente novamente mostram-se relações com discursos de: escala, equidade, autossuficiência, e ética, sustentados por membros de instituições públicas, entidade de classe, associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. Em maior ou menor grau, relacionam-se às representações de cidade: espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Exemplificando, o uso de instrumentos de regularização e inibição de ocupações constantes na legislação urbano-ambiental para proteção da ESEC Carijós, ecossistemas ao entorno e áreas de risco, citados por membros de associações comunitárias e movimentos sociais, denota relação com visões e preocupações sociais. O controle da urbanização e a submissão do plano diretor à legislação ambiental; a aplicação de dispositivos e instrumentos da legislação ambiental e patrimonial federal; a defesa de populações tradicionais e seus meios de existência; e o reconhecimento do valor intergeracional do patrimônio ecossistêmico e da função socioambiental da propriedade, citados por agentes de instituições públicas, entidade de classe, e da sociedade civil organizada, respectivamente expressam ligações com pressupostos e objetivos dos discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética. Correções do zoneamento e regramentos à ocupação do entorno da ESEC Carijós com medidas de saneamento, educação ambiental e não ocupação de áreas de preservação; somados a solicitações de democratização da aplicação da legislação e embasamento jurídico das políticas de planejamento, citados por agentes de instituições públicas e da sociedade civil, respectivamente

mostram relações com princípios e objetivos das representações de qualidade de vida e legitimação de políticas urbanas. Observação das condicionantes ambientais à regulação da ocupação e proteção de ecossistemas locais, com implementação de novas unidades de conservação e expansão da ESEC Carijós, oficialização de Zona de Amortecimento e planos de manejo, implantação de Comitê de Bacias e Sistema de Gestão Ambiental, e formação de corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário III - de proteção ecológica e desenvolvimento urbano limitado.

- no segundo conjunto, novamente aparece a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de: modernização ecológica, *City Marketing*, e urbanismo de resultados, sustentadas por gestores públicos e agentes do setor privado. Explícita ou implicitamente novamente mostra-se relação com o discurso de eficiência, também sustentado por gestores públicos municipais e estaduais, e por agentes de entidades de classe, associações e ONGs do setor privado. O discurso de escala aparece de forma modificada, não para limitação/impedimento do crescimento econômico, mas para sua orientação. Em maior ou menor grau, também se relacionam às representações de cidade: técnico-material, espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Exemplificando, a proteção da ESEC Carijós e da paisagem para promoção e sustentabilidade do desenvolvimento urbano, sustentada por integrantes de entidade de classe, associações e ONGs do setor privado e do instituto de planejamento urbano municipal, denota relação com o *City Marketing*, modernização ecológica e urbanismo de resultados. Na esteira desta tendência de sustentabilidade urbana, o pragmatismo do plano diretor, o incentivo a certificações ambientais e participação da iniciativa privada no planejamento urbano, e as políticas de fiscalização e controle a ocupações ilegais, sustentados por integrantes de instituições públicas municipais e de entidade de classe, associações e ONGs do setor privado, expressam relação com

princípios e objetivos dos discursos de escala e eficiência. O fomento a projetos certificados, a fiscalização sobre ocupações ilegais empobrecidas, a necessidade de eficácia no uso de leis ambientais junto ao realismo do plano diretor e a contrapartidas econômicas de empreendimentos, indicadas pelos mesmos integrantes de instituições públicas municipais, entidade de classe e associações do setor privado, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações técnico-material e legitimação de políticas urbanas. Assim: proteção de Unidade de Conservação como contribuição ao modelo urbano do século XXI; parcerias entre setor público e setor privado no planejamento e gestão urbano-ambiental; fomento a projetos certificados por consultorias ambientais; valorização econômica da ecologia para o desenvolvimento urbano sustentável; e fiscalização a ocupações irregulares, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário II - de desenvolvimento urbano sustentável.

Acerca dos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, como mostrado nos quadros 4, 5 e 6, novamente se distinguem e se opõem visões e interesses de agentes consultados, conforme segue.

Sobre disposições de uso-ocupação do solo do novo plano diretor, mudanças no plano diretor, e razão das mudanças, agentes de instituições públicas de meio ambiente e patrimônio, e do ministério público, assinalam respectivamente: plano urbanisticamente inadequado, alheio à legislação ambiental, e com erros de zoneamento urbano-ambiental; revisão do plano e do zoneamento a partir das condicionantes e restrições ambientais, adequação e respeito às áreas de dominialidade/interesse federal e de proteção ambiental; e ainda correção de erros e adequação à condicionantes e leis ambientais e patrimoniais, e garantia de maior proteção da Unidade e ecossistemas nas imediações. Um agente de entidade de classe (IAB) segue o mesmo raciocínio, reconhecendo inconsistências do plano e permissividade a distorções urbanas; revisão do plano partindo de condicionantes urbano-

ambientais e legais, com uso de novos instrumentos técnico-jurídicos; e uma nova perspectiva de planejamento e desenvolvimento urbano. Agentes de associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais também assinalam: o plano como incerto, aquém do Estatuto da Cidade, vinculado a interesses econômicos, permissivo à urbanização caótica e degradação ecológica; a revisão do plano e zoneamento vigente, com alteração de zonas pró-urbanização para zonas de proteção ambiental e patrimonial, com uso de instrumentos da legislação, e com planos de desocupação e recuperação ambiental; e por fim a relevância ecossistêmica local e a salvaguarda de patrimônios natural, público e histórico-cultural. Já por outro lado, agentes de instituições municipais e estaduais de meio ambiente e planejamento urbano, reconhecem o plano como instrumento positivo e ‘um avanço’ em relação ao anterior; a revisão parcial com ajustes e correções à promoção de desenvolvimento com equilíbrio socioambiental; e ainda a necessidade de regras de ocupação e planejamento razoável à volta da Unidade. Agentes de entidades de classe (SINDUSCON), ONGs e associações do setor privado reconhecem ‘qualidade’ do plano e preocupação da prefeitura em prever zonas com projetos e critérios diferenciados; adequação de capítulos do texto e revisão de critérios de zoneamento; e ainda participação privada na política urbana e cumprimento da legislação com fim de sobreposição de leis.

Sobre dimensões de uso-ocupação do solo, atividades/ocupações e edificações viáveis, e alternativas de desenvolvimento e planejamento urbano, quadros de instituições públicas de meio ambiente e patrimônio, e do ministério público, entendem respectivamente: planejamento e ocupação conforme restrições e estudos ambientais, além de proteção ambiental, usos públicos e valorização cultural da área; estudos técnicos à definição de viabilidade, além de ocupações pontuais e proteção ecológica das planícies; e ainda estudos técnicos à definição de alternativas, proteção ambiental da Unidade e imediações, com reconhecimento de restrições ambientais e áreas públicas federais. Um quadro de entidade de classe (IAB) entende de forma similar; sugerindo estudos prévios à definição das dimensões, com turismo e proteção ambiental, conformes as condições urbano-ambientais e jurídicas;

revisão de ocupações, segundo estudos de demanda e recuperação ambiental; e re-execução do plano diretor evitando preservação ambiental para elitização espacial. Quadros de associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais assim também entendem, sugerindo: turismo e proteção ecológica, educação ambiental e valorização cultural, e baixa ocupação; adequação de ocupações, adensamentos e arquiteturas, priorizando interesse público, proteção ecológica e atividades sustentáveis; orientação ecológica do desenvolvimento e zoneamento urbano, pequenas propriedades e usos alternativos, controle social sobre planejamento, parques e áreas protegidas nas planícies à volta da ESEC Carijós. De outro lado, quadros de instituições municipais e estaduais de meio ambiente e planejamento urbano, entendem necessários: contextualização no plano municipal e regional à definição das dimensões, aliando à inovação diversificação de ocupações; estudos prévios à definição de atividades harmônicas à paisagem natural e cultural; e planejamento da ocupação de transição à Unidade e gestão de áreas protegidas conciliando interesses opostos. Quadros de entidades de classe (SINDUSCON), ONGs e associações do setor privado entendem de forma análoga, sugerindo: turismo ambiental e urbanização sustentável em centralidades com geração de renda; ocupações qualificadas, concentradas e diversificadas com grandes equipamentos e atividades de produtivas; e ainda projetos sustentáveis e certificados, e iniciativas empresariais de planejamento e gestão urbano-ambiental. Um terceiro conjunto de posições, quadros de instituição pública municipal e ministério público, entendem necessários: estudos técnicos e potenciais locais prévios à definição de dimensões, formas de ocupações, e alternativas; além de proteção e educação ambiental, ocupação familiar e turismo rural, e instituição de áreas protegidas. Um quadro de entidade de classe (IAB), assim também entende, sugerindo estudos técnicos prévios à definição de dimensões, atividades, ocupações e alternativas. Quadros de associações comunitárias e de moradores, também sugerem estudos e diversificação de dimensões, destacando importância do turismo rural e ecológico; zoneamento, adensamentos e residências de baixo impacto ambiental; não ocupação de planícies, e freio ao desenvolvimento urbano.

A este bloco de questões, como nos blocos anteriores, mostram-se em contrário ou complementação, três conjuntos de opiniões, em que:

- no primeiro conjunto, sobre a 1ª seção de questões, torna aparecer a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de visões sociais e do urbanismo ecológico, sustentadas por gestores públicos e movimentos sociais. Em maior ou menor grau, relacionam-se às representações de cidade: espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Explícita ou implicitamente torna-se a mostrarem-se relações com discursos de escala, equidade e ética; sustentados por membros de instituições públicas, entidade de classe, associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. Exemplificando, as inúmeras críticas ao perfil e às disposições de uso-ocupação do solo do plano diretor; as mudanças de zoneamento partindo de condicionantes ambientais e da legislação ambiental superior; e as preocupações em torno de garantia de proteção dos patrimônios ecológico e histórico-cultural, e de correção do plano ao cumprimento da lei, denotam relações com visões sociais e do urbanismo ecológico. A crítica à permissividade do plano quanto a problemas, distorções e impactos urbano-ambientais; as sugestões de submissão do plano às restrições e leis ambientais junto a mudanças de zonas prô-urbanização para zonas de proteção ambiental; e as preocupações em torno da proteção ecológica da ESEC Carijós, planícies ao entorno, e áreas de preservação existentes, citadas por agentes de instituições públicas, entidade de classe, e da sociedade civil organizada, expressam respectivamente, ligações com pressupostos e objetivos dos discursos de escala, equidade, e ética. As críticas ao plano diretor quanto à consistência técnica e adequabilidade legal; a adequação do plano às restrições ambientais e legais, e as indicações de proteção aos patrimônios ambiental, turístico e paisagístico, citadas por agentes de instituições públicas e da sociedade civil, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações

de qualidade de vida e legitimação de políticas urbanas. Fortes críticas às Áreas de Urbanização Especial do novo plano diretor, sugestões de revisão de AUE e substituição por áreas de proteção ecológica e patrimonial; sugestões de desocupação de planícies à volta da ESEC Carijós, regulamentação de áreas de transição com instituição de áreas de influência e zonas tampão, e ainda sugestões de maior proteção de APP, APL, UC, e terras de marinha, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário III - de proteção ecológica e desenvolvimento urbano limitado.

- sobre a 2ª seção de questões, reaparece a relação com tendências de sustentabilidade urbana provenientes de visões sociais e do urbanismo ecológico, sustentadas por gestores públicos e movimentos sociais. Como na 1ª seção, repetem-se em relação, as representações de cidade: espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Explícita ou implicitamente reaparecem relações com discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética; sustentados por membros de instituições públicas, entidade de classe, associações comunitárias, ONGs e movimentos sociais. Exemplificando, as indicações de proteção ecossistêmica, valorização de aspectos socioculturais históricos, e incentivo ao turismo ecológico em detrimento de urbanização; as preferências por ocupações de baixo impacto e medidas de proteção ambiental segundo estudos e diagnósticos técnicos; e os anseios por viabilização de iniciativas socioecológicas, implementação de áreas protegidas, desenvolvimento urbano submetido ao cumprimento da legislação ambiental, denotam relações com visões sociais e do urbanismo ecológico. Ocupações rurais e urbanas limitadas e/ou conformes às restrições socioambientais e jurídicas; políticas de conservação do patrimônio ambiental intergeracional com instrumentos de regulamentação de áreas protegidas; políticas de sustentação do patrimônio histórico e sociocultural com viabilização de atividades tradicionais; e políticas de conscientização ambiental, reconhecimento da paisagem e de desenvolvimento orientado pela Natureza, citadas por agentes de instituições públicas,

entidade de classe, e da sociedade civil organizada, respectivamente expressam ligações com pressupostos e objetivos dos discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética. Valorização da vocação e paisagem locais, com proteção da ruralidade e cultura tradicional, incentivo ao turismo rural e ambiental, e à pesca artesanal e pequenas propriedades; e ainda a necessidade de participação e controle social sobre processos de decisão de planejamento e medidas de proteção do patrimônio ambiental, também citadas por agentes de instituições públicas e da sociedade civil, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações de qualidade de vida e legitimação de políticas urbanas. Assim sendo, políticas de proteção de terras de marinha e destinação para uso público; turismo e ocupações rurais e urbanas conforme condicionantes socioambientais e jurídicas (situadas entre áreas de transição e de proteção ambiental); demarcação e homologação de áreas de preservação e de terras de marinha; inexistência de grandes adensamentos urbanos, empreendimentos privados, e categorias de zoneamento urbano impactantes e excludentes (AUE); e expansão da ESEC Carijós com proteção de ecossistemas e regulamentação da ocupação nas planícies do entorno, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário III - de proteção ecológica e desenvolvimento urbano limitado.

- no segundo conjunto, sobre a 1ª seção de questões, torna aparecer a relação com as tendências de sustentabilidade urbana provenientes de modernização ecológica, city marketing, e urbanismo de resultados, sustentadas por gestores públicos e agentes do setor privado. Em maior ou menor grau, também se relacionam às representações de cidade: técnico-material e espaço de legitimação das políticas urbanas. Explícita ou implicitamente torna-se a mostrarem-se relações com discursos de eficiência e escala; também sustentados por gestores públicos municipais e estaduais, e por agentes de entidades de classe, associações e ONGs do setor privado. Exemplificando, a conceituação do

plano, a singularidade da experiência de planejamento participativo no município, as Áreas de Urbanização Especial e critérios específicos, e as parcerias entre poder público e setor privado, ressaltadas por membros de órgãos públicos municipais e ONGs do setor privado como avanços em matéria de planejamento urbano, denotam relações com ideias do *City marketing*, modernização ecológica e urbanismo de resultados – consoante aos termos de Acselrad (2001). As noções de equilíbrio e razoabilidade indicadas ao planejamento e crescimento urbano, citadas por membros de instituições públicas de planejamento e meio ambiente, expressam relação com princípios e objetivos dos discursos de escala e eficiência. A preocupação do município em prever modelos de ocupação (AUE) com equilíbrio socioambiental, avanços e critérios específicos; a necessidade de efetividade, razoabilidade, parcerias público-privadas e unificação de leis na aplicação do plano, operacionalização de AUE, e cumprimento da legislação, indicadas por integrantes de instituições públicas municipais, entidade de classe e associações do setor privado, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações técnico-material e legitimação de políticas urbanas. Assim sendo, a operacionalização de Áreas de Urbanização Especial sob critérios e projetos específicos; expansão urbana com equilíbrio socioambiental; planejamento negociado e razoável do entorno da ESEC Carijós; processo de ocupação regulado sob critérios; e as parcerias público-privadas, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário II - de desenvolvimento urbano sustentável.

- sobre a 2ª seção de questões, reaparece a relação com tendências de sustentabilidade urbana provenientes da modernização ecológica, do *City Marketing*, e do urbanismo de resultados, sustentadas por gestores públicos e agentes do setor privado. Como na 1ª seção, repetem-se em relação, as representações de cidade: técnico-material e espaço de legitimação das políticas urbanas. Explícita ou implicitamente reaparecem relações com

discursos de eficiência e escala, também sustentados por gestores públicos municipais e estaduais, e por agentes de entidades de classe, associações e ONGs do setor privado. Exemplificando, as recomendações sobre qualificação e sustentabilidade da urbanização, empreendimentos e projetos propostos; inclusão de conceitos e fatores inovadores no plano diretor; e conciliação de interesses no planejamento e gestão urbano ambiental, ressaltadas por membros de órgãos públicos municipais e ONGs do setor privado, denotam relações com ideias do *City Marketing*, modernização ecológica e urbanismo de resultados. As noções de razoabilidade e interação de distintos interesses no planejamento, gestão e fiscalização urbano-ambiental no entorno à Unidade, e as premissas de urbanização tecnicamente qualificada e economicamente sustentável, citadas por membros de instituições públicas de planejamento e meio ambiente, e por integrantes de entidade de classe, associações e ONGs do setor privado, também expressam relação com princípios e objetivos dos discursos de escala e eficiência. Princípios do urbanismo sustentável (projetos qualificados, fatores de inovação e diversificação); e gestão urbana e de áreas protegidas com conciliação de interesses, indicadas por quadros de instituto de planejamento municipal, entidade de classe e associações do setor privado, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações técnico-material e legitimação de políticas urbanas. Logo, diversificação de ocupações em centralidades e adensamentos situados em áreas desocupadas; atividades produtivas ligadas ao desenvolvimento tecnológico e trabalho intelectual; modelos de urbanização/ocupação sustentáveis e qualificadas para geração de renda; condomínios não excludentes e áreas de urbanização especial, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário II - de desenvolvimento urbano sustentável.

- no terceiro conjunto, sobre a 2ª seção de questões, aparece a relação com as tendências de sustentabilidade urbana

provenientes de visões sociais e do urbanismo ecológico, sustentadas por gestores públicos e movimentos sociais. Em maior ou menor grau, relacionam-se às representações de cidade: espaço da qualidade de vida, e espaço de legitimação das políticas urbanas. Explícita ou implicitamente mostram-se relações com discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética; sustentados por quadros de instituições públicas, entidade de classe e associações comunitárias. Exemplificando: tal como as opiniões constantes no primeiro conjunto, **aparecem** indicações de proteção ambiental, valorização de aspectos socioculturais históricos, e incentivo ao turismo ecológico em detrimento de urbanização; as preferências por ocupações de baixo impacto e medidas de proteção ambiental segundo estudos e diagnósticos técnicos; e os anseios por implementação de áreas protegidas, desenvolvimento urbano reduzido e submetido à legislação ambiental, denotam relações com visões sociais e do urbanismo ecológico. Ocupações rurais e urbanas limitadas às restrições socioambientais e jurídicas; políticas de conservação do patrimônio ambiental com instrumentos de regulamentação de áreas protegidas; medidas de conservação do patrimônio histórico e sociocultural com viabilização de atividades tradicionais; e medidas de conscientização ambiental e reconhecimento da paisagem, citadas por agentes de instituições públicas, entidade de classe, e representações comunitárias, respectivamente também expressam ligações com pressupostos e objetivos dos discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética. Valorização e proteção de aspectos socioculturais e históricos locais, turismo rural e ecológico, ocupação de pequeno porte; estudos e diagnósticos técnicos prévios às definições de uso-ocupação do solo, e às alternativas de desenvolvimento e planejamento urbano, também citadas por agentes de instituições públicas, entidade de classe, e da sociedade civil, respectivamente mostram relações com princípios e objetivos das representações de qualidade de vida e legitimação de políticas urbanas. Dessa forma, turismo, ocupações rurais e urbanas limitadas a

condicionantes socioambientais e jurídicas (situadas entre áreas de transição e de proteção ambiental); demarcação de áreas de preservação; previsão no zoneamento de áreas para atividades rurais; adensamentos e ocupações urbanas limitadas e não impactantes; e expansão da ESEC Carijós com proteção de ecossistemas e regulamentação da ocupação das áreas de transição nas planícies do entorno, relacionam-se direta e/ou indiretamente com o cenário IV - de ocupações rurais e desenvolvimento urbano limitado.

Em resumo, acerca de todas as visões registradas nos questionários e sintetizadas nos quadros expostos acima, manifestam em contrário e/ou em complementação três conjuntos de opiniões, donde:

- no primeiro conjunto, a relação conceitual dá-se por citações diretas ou indiretas de enfoques teóricos e termos ecológicos de planejamento urbano e proteção da Natureza; como preservacionismo e conservacionismo ambiental, planejamento e desenvolvimento ecológico, etc. Tal relação aparece em diretrizes subjacentes, como definição de áreas de preservação ambiental, proteção e implantação de unidades de conservação, e valorização do turismo ecológico e educação ambiental. Medidas citadas, como delimitação de APP e implementação de UC, zoneamento ecologicamente orientado, fiscalização e cumprimento da legislação ambiental, mostram-se através de tipos de ocupação, tais como ocupações urbano-rurais limitadas a condicionantes ambientais, e zoneamento categorizado. Estabelece-se a relação com pressupostos de proteção ecológica e desenvolvimento urbano limitado, postos no cenário III - descrito por proteção ecológica de ecossistemas frágeis, áreas de proteção e Unidades de Conservação, e por urbanização submetida a restrições ambientais. O cenário possível ilustrado na figura 19 mostra estas relações, princípios e diretrizes; com destaque às direcionadas à proteção e expansão da ESEC Carijós e planícies do entorno, e à contenção da urbanização em áreas possíveis.

- No segundo conjunto, a relação conceitual dá-se por citações diretas ou indiretas de enfoques teóricos e termos de planejamento urbano e proteção ambiental para conciliação de interesses; como planejamento estratégico, desenvolvimento sustentável, cidades inteligentes, etc. Tal relação aparece em diretrizes subjacentes, como parcerias público-privadas na gestão urbano-ambiental, incorporação do ambiente no desenvolvimento econômico da cidade, sustentabilidade e marketing urbano, certificação tecnológica e ambiental de projetos, etc. Medidas citadas, tais como adequação do zoneamento ao desenvolvimento econômico, fiscalização sobre ocupações irregulares, gestão público-privada de áreas de proteção e do planejamento urbano, mostram-se por meio de tipos de ocupação, tais como enclaves urbanos, bairros planejados, condomínios fechados, parques tecnológicos, complexos privados de lazer, etc. Estabelece-se a relação com pressupostos de sustentabilidade do desenvolvimento urbano, posto no cenário II - descrito por continuação do processo de urbanização, ora ambiental e tecnicamente qualificado ao desenvolvimento econômico, e por conservação ambiental de áreas protegidas. O cenário idealizado ilustrado na figura 18 mostra estas relações, princípios e diretrizes; com destaque à ocupação das planícies ao entorno da ESEC Carijós, pelo modelo de urbanização sustentável e qualificado, voltado às classes sociais de alta renda.
- No terceiro conjunto, a relação conceitual dá-se por citações diretas ou indiretas de enfoques teóricos e termos de desenvolvimento/ planejamento urbano e proteção ambiental em conformidade com aspectos culturais e rurais; incluindo conceitos de conservacionismo e planejamento ambiental, desenvolvimento territorial sustentável, paisagem cultural, agricultura familiar, etc. Tal relação aparece em diretrizes subjacentes, como urbanização limitada por áreas rurais e restrições ambientais, zoneamento ambiental urbano, turismo rural e pesca artesanal, etc. Medidas citadas - tais como demarcação de áreas de proteção, zoneamento limitado a áreas rurais e protegidas, valorização do patrimônio

histórico-cultural etc. - mostram-se através de tipos de ocupação, tais como urbanização concentrada e diversificada, baixa densidade e volumetria da ocupação, diversificação e adequação de atividades rurais em pequenas propriedades, etc. Estabelece-se a relação com pressupostos de ocupação rural e expansão urbana limitada, postos no cenário IV - descrito por urbanização concentrada entre áreas de preservação ambiental e de uso-ocupação rural e histórico-cultural. O 2º cenário possível, ilustrado na figura 20, mostra estas relações, princípios e diretrizes; com destaque à ocupação das planícies ao entorno da ESEC Carijós por áreas de transição e de uso agrícola, situadas entre áreas urbanas e áreas protegidas, para fins de contenção da urbanização e diversificação da ocupação antrópica.

Desta forma, das várias visões e interpretações dos agentes da produção e gestão do espaço urbano ao Distrito de Ratonés e planícies do entorno à ESEC Carijós, ainda que existam convergências gerais, irrompem-se e evidenciam-se os distintos interesses subjacentes, que em boa parte são estreitamente ligados a concepções particularistas, setoriais e corporativistas – como aqueles que giram em torno da valorização econômica e da propriedade privada. Assim, guardadas as intersecções de interesses, infere-se que tais visões ligam-se indubitavelmente a um dos cenários ilustrados na sequência, através do vínculo entre componentes desses cenários, as tendências de ocupação expostas, as propostas e sugestões citadas pelos agentes consultados, e a relação com os mapas de zoneamento do novo plano diretor, de restrições ambientais, de cadastro imobiliário, e de demarcação de terras de marinha.

Em suma, agentes do setor privado e alguns do poder público municipal indicam a ocupação das planícies do entorno direto à ESEC Carijós, qualificada como “sustentável, equilibrada e adequada” urbanisticamente, aos moldes do que em parte se ilustra no cenário de tendências futuras (com condomínios fechados e grandes empreendimentos voltados à dinamização da economia da cidade). Por outro lado, todos os agentes da sociedade organizada e muitos de

repartições públicas federais e estaduais, indicaram, ora a manutenção dos estágios atuais de uso-ocupação do solo local, tal como ilustra o cenário atual (com estabilização de adensamentos e ocupações urbanas em núcleos concentrados entre áreas rurais e de proteção ambiental), e ora a criação de meios que propiciem a ocupação limitada às condicionantes ambientais, e de medidas legais de salvaguarda das áreas de proteção ecológica, como ilustrado no cenário alternativo (com áreas de adensamento antrópico entre APL e/ou áreas de ocupação voltadas ao interesse público, como transição às APP e à ESEC Carijós, e com expansão desta Unidade de Conservação Federal).

Pelo exposto, tanto as definições do novo plano diretor quanto alguns interesses manifestados pelos agentes anunciam tendências dominantes de ocupação e prováveis efeitos negativos; reforçando o atual processo de urbanização e degradação ambiental em Florianópolis e na Bacia hidrográfica do Rio Ratonés, sobrepondo interesses privados sobre o público, indo à contramão dos pressupostos dos direitos à Cidade e à Natureza, reafirmando o paradigma da cidade-mercado sobre a cidade-direito, e relativizando os direitos da Natureza em manutenção de sua integridade. Em contrapartida, muitas das opiniões e interesses registrados que pleiteiam preservação ambiental e desenvolvimento urbano limitado, dialogando com ideais coletivistas e princípios dos direitos sociais à cidade e à Natureza, manifestam-se procurando combater tais tendências e interesses hegemônicos.

4.3 - COMPARATIVO DE CENÁRIOS ÀS PLANÍCIES DE RATONES E ENTORNO DA ESEC CARIJÓS

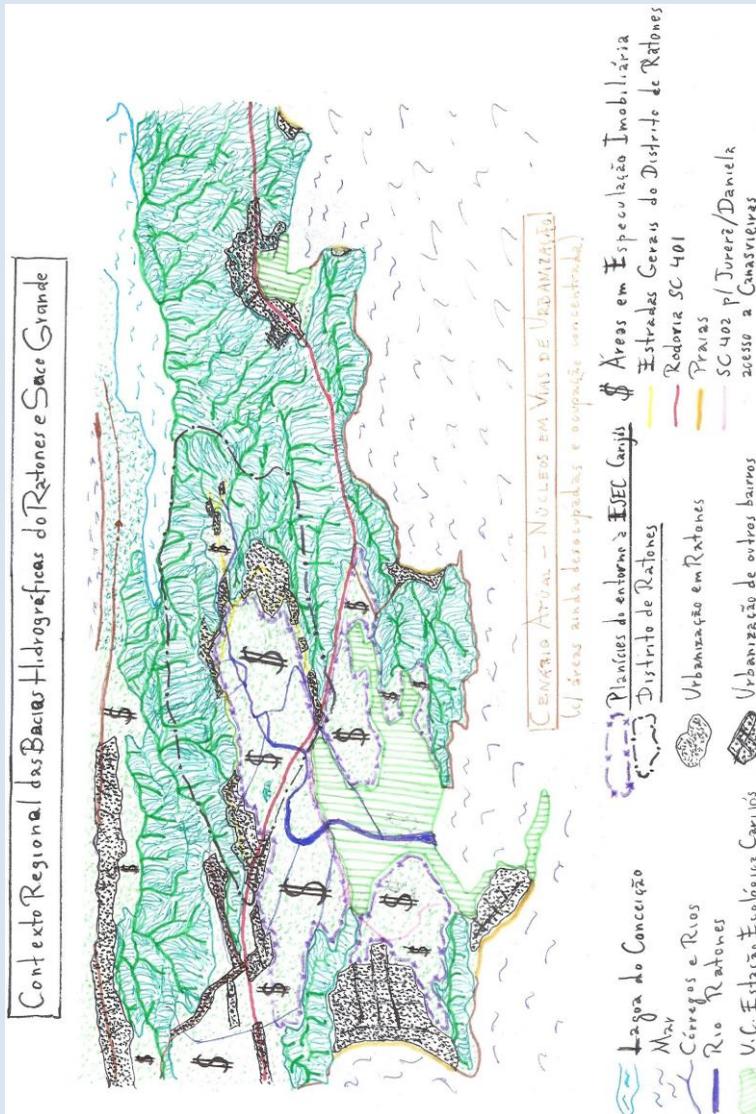
Para efeitos de ilustração, trazem-se neste tópico, os cenários¹⁰⁹ depreendidos da análise dos questionários e opiniões registradas dos agentes, comparadas aos mapeamentos coletados. Os desenhos mostram o contexto regional das Bacias Hidrográficas de Ratonés e Saco Grande, das quais a visualização da área considerada – as planícies do entorno da

¹⁰⁹ - *Figuras 13 a 17*: possíveis cenários de ocupação, urbanização e proteção ambiental nas planícies do distrito de Ratonés e do entorno da Estação Ecológica de Carijós, inseridas no contexto das bacias hidrográficas de Ratonés e Saco Grande.

ESEC Carijós – é o foco na bacia hidrográfica do rio Ratonés.

Iniciamos pelo Cenário I, correspondente ao estado atual de ocupação, do qual se visualiza os atuais pontos de ocupação onde localidades ou bairros se inserem; além da situação das planícies em volta à Estação Ecológica de Carijós. Como principais destaques, a relação entre as áreas ocupadas com as planícies em torno à Unidade ainda é moderada na escala macro; havendo, contudo, nestas ocupações, muitos pontos de conflito entre urbanização e o ambiente local. Os pontos de ocupação concentrada ainda não chegam a justapor-se entre si formando um cinturão em volta das planícies desocupadas; mas os vetores internos de expansão urbano-rural em direção a estas áreas planas e seus ecossistemas, indicam uma potencial situação de pressão urbana. Esta tendência, por assim dizer, como um segundo destaque, é corroborada pela ilustração que indica estarem boa parte das planícies ao entorno da Unidade, submetidas à especulação imobiliária, progressiva e fortemente atuante na região, desde o advento dos balneários do Norte da Ilha e o avanço do processo de urbanização na bacia hidrográfica do rio Ratonés.

Figura 17 – Cenário I - Cenário Atual: Pré-ocupação Urbana
(c/ atividades agropecuárias e núcleos em urbanização)
Planícies Sedimentares de Ratonés e do Entorno da ESEC Carijós



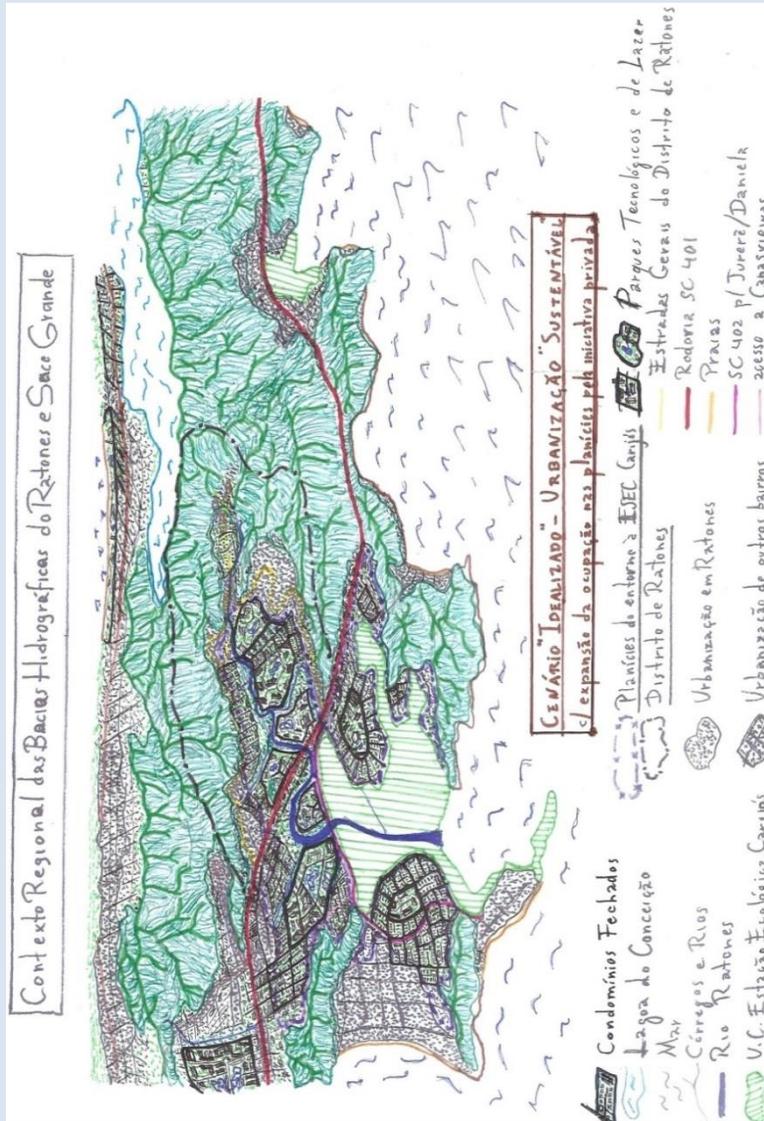
Fonte: Elaboração própria, a partir do “Mapa 3D Bacias” - In: Plano de Manejo ESEC Carijós, ICMBio, Brasília/DF, 2002.

Seguindo com o Cenário II, correspondente a um estado de ocupação idealizado principalmente por agentes do setor privado e por

alguns membros do estado¹¹⁰, influenciado pelo conceito de urbanismo sustentável; donde se visualiza os atuais pontos de ocupação, localidades e bairros expandidos em direção às planícies adjacentes à Estação Ecológica de Carijós. Como principais destaques, a relação entre as áreas ocupadas com as planícies em torno à Unidade, na escala macro passa a ser alterada pela expansão das áreas de ocupação antrópica, formando um cinturão de ocupação ininterrupto ao entorno da ESEC Carijós. Ainda que os propósitos implícitos ao conceito preconizem aliar preservação ambiental e desenvolvimento urbano, o modelo idealizado não bloqueia conflitos existentes entre meio ambiente e urbanização; além de possíveis demandas de adensamento da ocupação antrópica poderem configurar situação de pressão urbana e fazer surgir novas situações de degradação ambiental nos ecossistemas das planícies à volta da Unidade. Como um segundo destaque, esta tendência é confirmada por alguns princípios do modelo, do qual a ilustração seguinte mostra na escala macro o encerramento da urbanização formada por empreendimentos e/ou tipologias de ocupação urbana, voltadas a público-alvo e demandas solváveis, formando ilhas de configuração do espaço urbano, elitizadas e segregadas do tecido urbano e do ambiente atual; fato de que a especulação imobiliária atuante na região está intrinsecamente ligada.

Figura 18 – Cenário II - Cenário Idealizado: Urbanização Sustentável
(expansão da urbanização pela grande iniciativa privada)
Planícies Sedimentares de Ratonés e do Entorno da ESEC Carijós

¹¹⁰ - Agentes do poder público municipal (como do instituto de planejamento urbano e da fundação de meio ambiente), e de entidades de classe e ONGs do setor privado (como o sindicato da construção civil, associações comerciais e industriais). Parte dos quadros 2, 3, 4 e 5, e os anexos 7, 8, 9 e 10 mostram a relação deste cenário com as opiniões registradas, diretrizes e ocupações depreendidas.



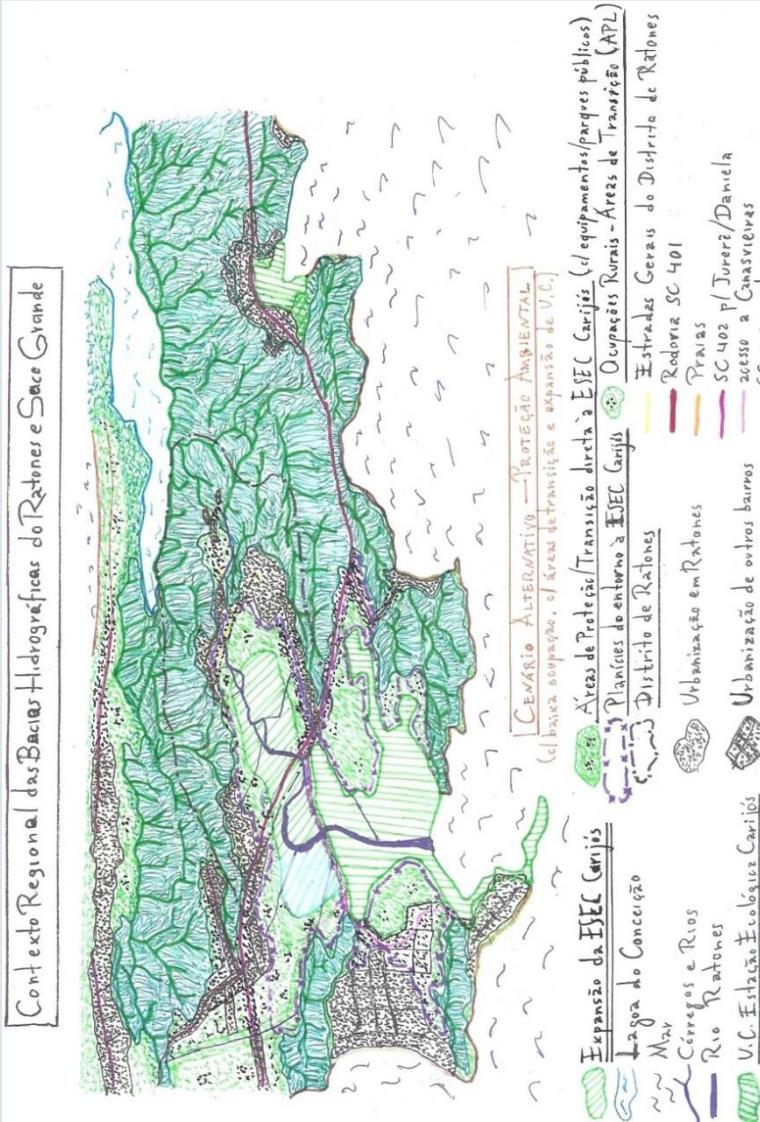
Passando ao Cenário III, correspondente a um primeiro estado de ocupação alternativo aos dos cenários anteriores, desejado notadamente por agentes da sociedade civil organizada e por alguns membros de

instituições públicas¹¹¹, e influenciado por outros conceitos ecológicos de desenvolvimento urbano e de proteção do meio ambiente – a exemplo da noção de Ecodesenvolvimento Urbano, explicitada nos referenciais teóricos deste trabalho. Neste cenário, ilustrado pela figura 19, visualizam-se os atuais pontos de ocupação, localidades e bairros, racionalmente expandidos e ecologicamente controlados por zonas de transição a áreas de proteção ambiental - como Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação. O caso das planícies limítrofes à Estação Ecológica de Carijós serve de exemplo, neste sentido. Como principais destaques, a relação entre atuais áreas ocupadas e estas zonas imediatas à Unidade, na escala macro passa a ser equacionada e amortecida por áreas de transição com função de controlar e disciplinar ocupações; e sobretudo resguardar e apontar a importância das áreas legal e ecologicamente protegidas. Assim, o crescimento de ocupações atuais passa a ser mediado por diretrizes ecológicas e controlado por áreas que formam um cinturão de proteção às planícies em volta da ESEC Carijós; e as situações de conflito urbano-ambientais existentes passariam por processos e medidas de resolução; levando a configurar uma situação de redução da pressão urbana e impactos ambientais sobre ecossistemas locais. Um segundo destaque manifesta-se pela liberação das planícies inundáveis e da Estação, da ocupação urbana e dos processos atuais de ocupação descontrolada e de especulação imobiliária. Por consequência, a garantia de conservação destas áreas ecologicamente importantes, com seus ecossistemas característicos, como remanescentes de manguezais e restingas. Ademais, um terceiro destaque inclui-se com as áreas de transição, através da possibilidade de conservação de patrimônios e atividades histórico-culturais e arqueológicos que marcaram a ocupação local.

¹¹¹ - Agentes do poder público municipal e instituições públicas de diferentes níveis (como fundações de meio ambiente, órgão de patrimônio da União, e ministério público federal); agentes de entidades de classe (instituto de arquitetos do Brasil), e agentes da sociedade (ONGs e federações ecologistas, associações de bairro e comunitárias, e representantes de distritos). Parte dos *quadros 2, 3, 4 e 5*, e os *anexos 11, 12, 13 e 14* mostram a relação deste cenário com as opiniões registradas, diretrizes e ocupações depreendidas.

Ressalte-se que a este cenário de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, o novo Plano Diretor do município de Florianópolis se relaciona diretamente e revela-se por ele. Daí que, pela ilustração apresentada, as áreas de ocupação urbana tecnicamente qualificada e voltadas às classes sociais de posse notáveis - situadas nas planícies ao entorno da ESEC Carijós - vem a exatamente coincidir com as “Áreas de Urbanização Especial” propostas no mapa de zoneamento do novo plano diretor. Como fruto da ocupação urbana diferenciada do espaço, as ocupações crescentes em direção aos morros da bacia virão a coincidir com as áreas sujeitas a futuras mudanças de uso-ocupação do solo, até então classificadas pelos mapas de zoneamento do antigo e do novo plano diretor como áreas residenciais rurais, áreas residenciais predominantes, áreas residenciais exclusivas, e até áreas de proteção ambiental com uso limitado.

Figura 19 – Cenário III – 1º Cenário Alternativo: Proteção Ecossistêmica e Urbanização Ecológica
(c/ ocupação limitada, áreas de transição e expansão de áreas protegidas)
Planícies Sedimentares de Ratonés e do Entorno da ESEC Carijós



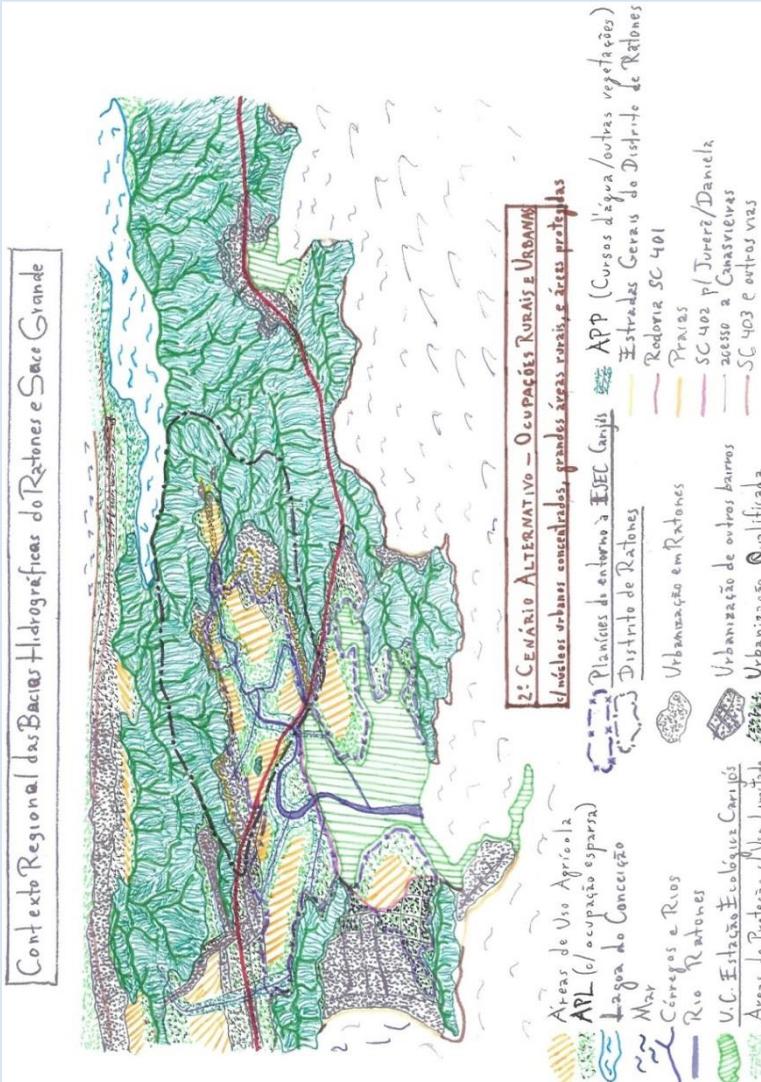
Chegando ao Cenário IV, correspondente a um segundo estado de ocupação alternativo aos dos dois cenários iniciais; ora desejado por alguns agentes da sociedade civil organizada e membros de instituições

públicas e do poder público¹¹², influenciado por outros conceitos e outras visões de proteção ambiental, planejamento e desenvolvimento urbano. No presente cenário, ilustrado pela figura 20, visualizam-se de forma análoga ao cenário anterior, os atuais pontos de ocupação, localidades e bairros, racionalmente expandidos e culturalmente controlados por zonas de transição às planícies do distrito de Ratonés e das imediações da ESEC Carijós. Como um dos principais destaques, como no cenário anterior, a relação das atuais áreas ocupadas com as zonas imediatas à Unidade, na escala macro passa a ser equacionada e amortecida por áreas de transição com função de controlar e disciplinar ocupações, resguardar e apontar a importância das áreas jurídica e ecologicamente protegidas, e ainda de procurar manter história e cultura local pela garantia de áreas zoneadas para uso-ocupação do solo e atividades do setor primário, como agropecuária de pequena escala e pesca artesanal. O aumento de ocupações atuais e da urbanização passa a ser limitado por áreas de uso ambientalmente útil, que formam ilhas de transição às áreas protegidas; e as possíveis situações de conflito urbano-ambiental passariam a ser evitados por processos e medidas de controle; assim também configurando situação de redução da pressão urbana e dos impactos ambientais sobre ecossistemas locais. Um segundo destaque mostra-se pelo resguardo e conexão de áreas de proteção, como as APP de cursos d'água e a ESEC Carijós; mantendo e recuperando integridade ambiental das planícies imediatas à Unidade. Um terceiro destaque manifesta-se pela possibilidade de garantia do caráter da ocupação histórico-cultural ainda presente com remanescentes à volta da Unidade e na bacia hidrográfica do rio Ratonés. Em outras palavras, o papel das áreas de transição e de uso-ocupação do solo voltadas à ruralidade, em buscar garantir conservação de patrimônios e atividades histórico-culturais e arqueológicos que marcaram a ocupação local; e frear o ímpeto da especulação imobiliária e a voracidade do processo de crescimento urbano e deterioração ambiental.

¹¹² - Agentes de instituições públicas municipal e federal (fundação de meio ambiente e ministério público), agentes de entidades de classe (instituto de arquitetos do Brasil) e agentes da sociedade organizada (representantes distritais e associações de bairro). O *quadro 6* e o *anexo 15* mostram a relação deste cenário com as opiniões registradas, diretrizes e ocupações depreendidas.

**Figura 20 – Cenário IV – 2º Cenário Alternativo:
Ocupações Rurais e Urbanas**

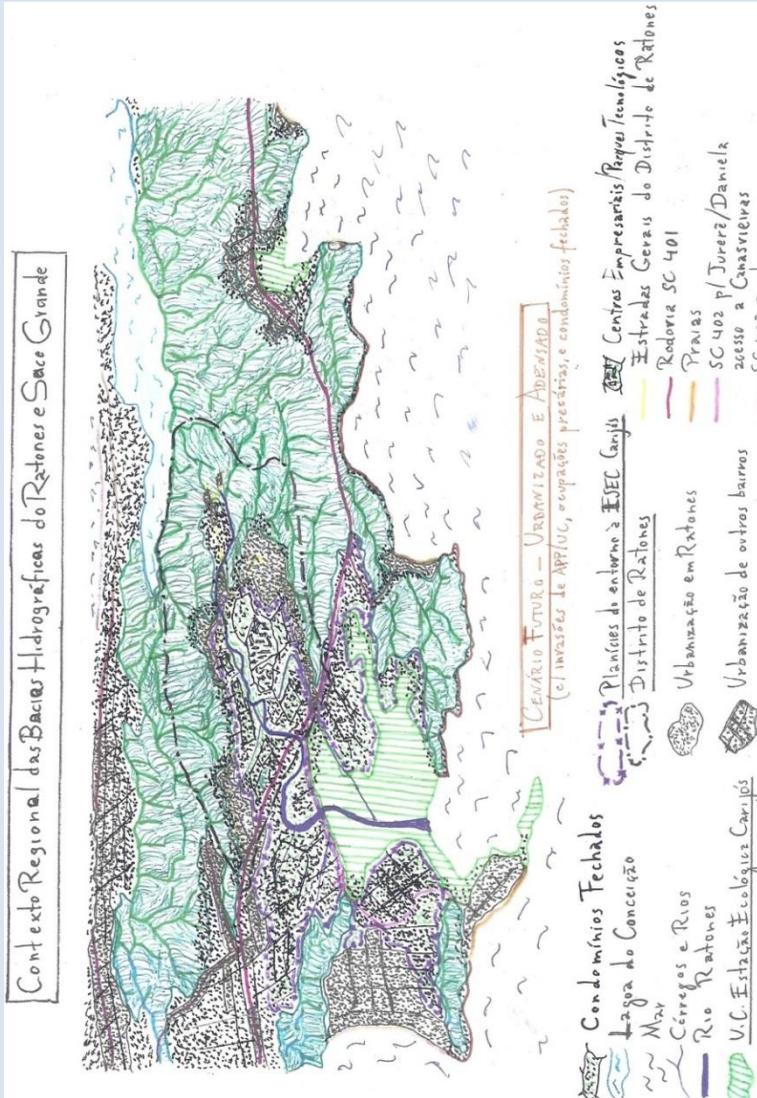
(c/ urbanização concentrada, áreas rurais e áreas protegidas)
Planícies Sedimentares de Ratoles e do Entorno da ESEC Carijós



Por fim, chegando ao Cenário V, correspondente a um estado de ocupação extremamente grave, cujas tendências negativas de uso-ocupação do solo dos atuais processos de urbanização, agressão ambiental, especulação fundiária e segregação sócio-espacial, ilustram-se na figura 21 e já se mostram presentes na realidade local. Neste último cenário, visualizam-se os atuais pontos de ocupação, localidades e bairros, desmesuradamente expandidos em direção às encostas de morros, às planícies do distrito de Ratonés e das imediações da ESEC Carijós, configurando uma situação evidente de pressão sobre áreas de proteção ambiental e sobre a Unidade de Conservação presente. Como um dos principais destaques, a relação das atuais áreas ocupadas com as zonas imediatas à Estação Ecológica, na escala macro é consideravelmente preocupante, havendo inúmeras situações de conflito urbano-ambiental nas áreas ocupadas e avanço de crescimento urbano e ocupações irregulares em áreas desocupadas. Passam as atuais áreas de ocupação a ser contíguas e sem intervalos; e assim inexistir zonas de transição a áreas protegidas e políticas de controle sobre esses processos, enfraquecendo a proteção dessas áreas e dos aspectos histórico-culturais locais ante a pressão urbana em curso e seus impactos socioambientais. Um segundo destaque mostra-se pelos ataques à integridade ecossistêmica local, evidentes em vários pontos onde ocupações irregulares, pressão urbana e especulação imobiliária avançam sobre áreas de proteção ambiental em encostas de morro e planícies. Um terceiro destaque evidencia-se pelo processo de privatização e elitização do solo provocado pela voracidade da especulação imobiliária e da indústria da construção civil, em que o processo de segregação sócio-espacial é consequência. Na ilustração, as planícies e as cotas baixas de encostas de morros destinam-se a ocupações privadas e valorizadas, ante as situações de precarização urbana nas cotas altas das encostas de morros. Um quarto e último destaque manifesta-se pela total descaracterização do caráter da ocupação e perda de aspectos sociais, histórico-culturais e arqueológicos que marcaram o local, constituindo-o como um dos maiores exemplares de patrimônio na bacia hidrográfica do rio Ratonés e na Ilha de Santa Catarina.

Figura 21 – Cenário V – Cenário Futuro: majoritariamente Urbanizado e Adensado

(c/ degradação ambiental, segregação sócio-espacial e elitização espacial)
Planícies Sedimentares de Ratoles e do Entorno da ESEC Carijós



Fonte: Elaboração própria, a partir do “Mapa 3D Bacias” - In: Plano de Manejo ESEC Carijós, ICMBio, Brasília/DF, 2002.

Pelo exposto, os cinco cenários ilustrados apontam diferentes estados e perspectivas de ocupação à região e ao estudo de caso da pesquisa de mestrado a que esta dissertação sistematiza. Derivados também dos resultados da etapa empírica da pesquisa, eles ilustram e confirmam os distintos interesses dos agentes da produção e gestão do espaço urbano, e as propostas formuladas nos processos e peças de planejamento urbano no município. Adiante, no item 5.4 do 4º capítulo, considerando os demais dados coletados na pesquisa, analisam-se estas perspectivas conflitantes; em que os apêndices 7 a 15 as ilustram e mostram as possibilidades, caminhos, conceitos, opiniões e diretrizes ao local.

“O exame do que significa, em nossos dias, o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível.”

Milton Santos (Geógrafo e Intelectual Brasileiro)

SANTOS, Milton. In: CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania, *“Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina”*. Florianópolis, 1997, (pg. 97). Grifo nosso.

5 - CAPÍTULO IV: ANÁLISE, REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Considerando a complexidade do processo de planejamento urbano municipal, e analisando ainda o texto do novo plano diretor e seus anexos, as emendas propostas à nova lei, e os mapas referentes a aspectos fundiários, patrimoniais, urbanísticos e a condicionantes ambientais da Ilha de Santa Catarina, o capítulo procura avaliar os diferentes rumos para o recorte espacial pesquisado, e estabelecer relação das questões econômicas e socioambientais implícitas nestes processos e documentos com as opiniões manifestas pelos agentes sociais consultados e com as perspectivas expostas nos cenários ilustrados, por meio de reflexões sobre os conflitos de interesses existentes e sobre o perfil das diretrizes e disposições constantes no plano, nas emendas propostas e nos mapeamentos pesquisados.

Num primeiro momento, versa-se sobre os antecedentes do novo plano diretor municipal, pelo resgate de questões importantes do seu processo de elaboração e aprovação, como palco onde se deram fortes disputas e de onde se formulou a nova lei urbanística da cidade. Avalia-se também o perfil do novo plano, sobretudo no recorte espacial considerado e seu contexto sócio-espacial, para efeitos de correlação aos objetivos dos agentes e às diretrizes expostas nos cenários. Destaque fica para a ‘relação entre os interesses político-econômicos hegemônicos, os processos de elaboração, aprovação e mudança dos planos diretores, e estes propriamente ditos’; da qual constata-se a interferência nociva desses interesses nas etapas participativas e posteriores, pela repetição de seus mecanismos de perpetuação; tal como percebe-se ainda a reafirmação de uma visão de cidade e meio ambiente petrificada em objetivos materialistas e econômicos, da qual derivam-se leis e grandes projetos urbanos, e conseqüentemente se reproduzem problemas urbano-ambientais e injustiças sociais.

Num segundo momento, versa-se sobre o conjunto de emendas propostas por parlamentares e membros da sociedade civil organizada para o novo plano diretor municipal, por meio de análise documental e

de relatos de agentes consultados. Destaque fica também para a clara diferença entre o perfil e o objetivo das propostas elaboradas, onde fica nítida a influência de interesses político-econômicos nas emendas parlamentares, e contrariamente, a de interesses socioambientais nas emendas populares; e onde nas primeiras busca-se favorecer objetivos setoriais do capital imobiliário e da indústria da construção civil, na continuidade do processo de urbanização; e nas segundas, busca-se lutar por objetivos coletivos de moradores e de grupos sociais específicos, a exemplo da garantia de direitos sociais e urbanísticos, e da proteção do meio ambiente.

Num terceiro momento, versa-se sobre a relação do conjunto de propriedades privadas no entorno da ESEC Carijós com as condicionantes ambientais, as novas disposições urbanísticas, e a situação fundiária do patrimônio federal no local, pelo cruzamento e sobreposição do mapa do cadastro imobiliário municipal sobre os mapas de restrições ambientais, de zoneamento urbano, e de delimitação de terras de marinha. Inicia-se por uma sucinta análise do cadastramento fundiário na região: as características do conjunto de propriedades imobiliárias, e a situação destas glebas e terrenos privados e públicos. Posteriormente, segue-se pela análise de várias situações observadas na relação estabelecida do mapeamento de propriedades imobiliárias sobreposto aos mapas de limitações ambientais, de definição do uso-ocupação do solo, e de demarcação de áreas da União. Destaque fica para a constatação de uma espécie de ‘cinturão de propriedades privadas’, situado nas planícies sedimentares à volta da ESEC Carijós; e que, recordado o histórico da ocupação no Norte da Ilha, guarda relação com o processo de retenção especulativa do solo na região. Destaca-se ainda, o impacto dessas propriedades sobre áreas de proteção e ecossistemas frágeis; a coincidência desses terrenos com classes de zoneamento e áreas sujeitas a instrumentos específicos, que propõem urbanização no local; e ainda o impacto dessas glebas sobre áreas da União, sobre terras de marinha; fatos que apontam o avanço dos processos de degradação ambiental, especulação imobiliária, ocupação e urbanização das planícies à volta da ESEC Carijós.

Por fim, num quarto momento, versa-se sobre os conflitos de interesses e entre os cenários resultantes, pela análise do conjunto de opiniões registradas das entrevistas e sintetizadas em quadros comparativos, e pela análise das diretrizes e perspectivas apontadas pelos cenários de proteção ecológica e desenvolvimento urbano. Previamente aos conflitos, reflete-se sobre os perfis e resultados dos planos diretores, dos quais restou evidente a relação direta com o capital imobiliário e os segmentos sociais elitizados, e a direção de continuidade do processo de expansão urbana. Passando aos interesses, reflete-se sobre as diferenças de opiniões e conflitos observados, às quais se vinculam os cenários ilustrados. Chegando aos cenários, reflete-se sobre os distintos rumos apontados pelos agentes e depreendidos da relação com os mapeamentos e com o processo de ocupação em curso. Destaque fica para a distância substancial entre discursos estatais, mercantis e populares; da qual sobressai a oposição entre reações e consentimentos à expansão urbana, e se observa uma proximidade entre agentes do estado e do mercado, opostos a outros agentes públicos e comunitários. Destaca-se também o conflito de perspectivas dos cenários de proteção ecológica e urbanização sustentável, onde o primeiro contrapõe os interesses hegemônicos e o processo de urbanização em curso; e o segundo a estes se coaduna. Ademais ao conflito das atuais perspectivas de urbanização com as alternativas de contenção urbana, destaca-se ainda a oposição entre distintas interpretações sobre desenvolvimento urbano e proteção ecossistêmica, e sobre sustentabilidade urbana; a exemplo das concepções desenvolvimentistas ante as conservacionistas, e dos sentidos, discursos e representações sócio-ecológicas de cidade e sustentabilidade, ante aos tecnicamente reduzidos e despolitizados.

É no sentido de deixar claro e à vista as origens dos processos, os problemas existentes e observados nas propostas, as diferenças de entendimentos, os conflitos estabelecidos, e as possibilidades apontadas nos cenários, que o presente capítulo busca, conforme discorre-se na sequência.

5.1 - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E NOVO PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS

A relação das propostas do novo Plano Diretor de Florianópolis com a Estação Ecológica de Carijós e as planícies de seu entorno e de Ratoles, parece ser questionável quanto às definições de uso-ocupação do solo, constantes nos mapas propostos; além das inúmeras irregularidades do processo de planejamento. Em trabalho de conclusão de curso, Rodrigues (2012) procurou mostrar nuances e possíveis implicações da proposta concebida pela Fundação CEPA em 2011, depois de conturbado período de debates políticos pela concepção e aprovação do plano diretor. Por ora, resgata-se aqui um pouco do processo que levou à elaboração da proposta denominada “*Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis*” (IPUF-PMF/ Fundação CEPA, 2011), bem como ao novo plano diretor aprovado em 2014; ilustrando-se também com mapas do entorno à Unidade em questão.

5.1.1 – Plano Diretor Participativo

5.1.1.1 - O processo de planejamento

Os intensos conflitos entre diferentes visões de planejamento e desenvolvimento urbano, e o predomínio de percepções particulares e político-econômicas que tem se manifestado em Florianópolis, evidenciam parte da problemática de planejamento e gestão urbana na cidade, tal como a marginalização dos direitos à cidade e à natureza ante ao *status quo* do sistema de produção e controle do espaço urbano, dado pelos ditames do capital imobiliário. Cunha (2011) assim constata a crise social instalada na cidade, e referenciando-se em Villaça (2005) e Maricato (2009), o caso dos planos diretores; nos quais, interesses político-econômicos acabam lhes dando a tônica - sobressaindo a visão mercantil da cidade por sobre a concepção do espaço urbano-ambiental como direito social; enfim, a sobreposição do paradigma da cidade-mercado sobre o da cidade-direito (VAINER, 2009). O longo e confuso

caso do Plano Diretor Participativo de Florianópolis ilustra esta situação, como um grande palco de disputas de interesses e de embates de visões antagônicas de cidade, desenvolvimento e planejamento urbano, apropriação e proteção da Natureza; em que tais direitos ficam fragilizados ante a força do capital imobiliário.¹¹³

Segundo Cunha (2011), o novo plano começou a ser discutido em 2006, sob as exigências da Constituição Federal de 1988 e da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade) – quanto à: necessidade de planos diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes; à obrigatoriedade de processo participativo de planejamento urbano, e observação à função social da propriedade e da cidade.¹¹⁴ Conforme Schinke e Macruz (2012), a etapa participativa desenvolveu-se entre 2006 e 2008 com leituras comunitárias sobre a realidade sócio-espacial dos distritos, no tocante a potenciais, problemas e demandas populares¹¹⁵; encerrando em 2009 por decisão unilateral da Prefeitura Municipal, com a dissolução do Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo e o fechamento das bases distritais de participação popular. Terminadas as leituras, representantes populares junto de técnicos do IPUF produziram uma síntese de problemas¹¹⁶ e

¹¹³ - Onde a função social da propriedade e da cidade, os direitos sociais de acesso, controle e pertencimento ao espaço urbano e natural, postos pelo Estatuto da Cidade e pelo Direito Ambiental, sucumbem à força dos interesses privados e da indústria da construção civil.

¹¹⁴ - A referida lei, aprovada no ano de 2001, viria a regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e com esta instituir a obrigatoriedade de municípios com mais de 20 mil habitantes elaborarem e aprovarem seus planos diretores; bem como a de haver participação popular nos processos de planejamento urbano municipal, visando o cumprimento da função social da propriedade e da cidade. Ressalte-se que estas leis enraízam-se em antecedentes que remontam a recente história democrática do país, e resultaram de anos de luta de movimentos sociais populares (como a Frente Nacional por Reforma Urbana – FRNU) e movimentações no âmbito de institucionalidades democráticas, via propostas de projetos de leis e similares.

¹¹⁵ - Nestas leituras, sete pontos foram analisados: Meio Ambiente, Saneamento Básico, Uso e Ocupação do Solo, Mobilidade, Infraestrutura Urbana e Social, Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Sustentável e Gestão Democrática.

¹¹⁶ - A título de exemplo, no entorno da Estação Ecológica de Carijós e em Ratoles, esses problemas e potenciais respectivamente referem-se a: (i) degradação ambiental, deficiências do então Plano Diretor vigente, falta e/ou precariedade de

potencialidades reunidas em propostas e diretrizes dirigidas ao Núcleo Gestor do PDP, para análise e consideração na redação do plano final. Com a interrupção, a prefeitura contratou uma fundação estrangeira de direito privado para elaboração do novo plano após o processo participativo, o que provocou posterior atuação autoconvocada do Núcleo Gestor junto a setores da sociedade civil organizada, universidades, comunidades e Ministério Público. Em 2010 a prefeitura tenta apresentar o novo plano por meio de Audiência Pública no Teatro Álvaro de Carvalho, que seria interrompida sob fortes protestos populares baseados em ações judiciais, inconsistências do plano e irregularidades do processo de elaboração.

Na iminência de esgotamento do prazo de 10 anos desde a aprovação da Lei 10.257/01 em 2001, a PMF, após revisão e reelaboração da proposta geral, retoma o processo participativo e o próprio plano em meados de 2011 com supostas alterações na peça inicial, programando para o 1º semestre de 2012, consultas à sociedade em novas “audiências públicas”, para posteriores ajustes e aprovação na Câmara de Vereadores.

O novo Plano Diretor do município de Florianópolis viria uma vez mais a ser reelaborado, após novo período de retomada do processo participativo nos anos de 2012 e 2013. Assim, de acordo com avaliações do Coletivo Nossa Cidade, do Fórum da Cidade e da UFECO,¹¹⁷ durante novo período participativo e processo de disputas no âmbito das discussões sobre sua reelaboração, não só repetir-se-iam irregularidades na condução do processo de planejamento como também se intensificariam choques de interesses e visões diversificadas de planejamento e desenvolvimento urbano, de cidade, de uso-ocupação do solo e de proteção ambiental, além de novos embates entre setores da sociedade civil e do poder público. Destituindo novamente e de forma

infraestruturas e equipamentos públicos, especulação imobiliária, mobilidade etc.; (ii) aspectos ecológicos e paisagísticos, atributos histórico-culturais, áreas rurais, etc.

¹¹⁷ - (i) Coletivo político autônomo formado por ex-representantes distritais no Plano Diretor Participativo, membros de universidades e lideranças comunitárias; (ii) Fórum da Cidade (iii) União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (entidade que representa e congrega lideranças comunitárias e de associações de bairros)

unilateral o Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo em 2013, a Prefeitura municipal elaboraria o plano final nos seus limites institucionais e do IPUF, reapresentando-o em nova audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e encaminhando-o à Câmara de Vereadores às vésperas de 2014, onde fora apreciado, alterado e aprovado com inúmeras irregularidades e até ilegalidades legislativas, influências político-partidárias e econômicas¹¹⁸, sob novos e fortes protestos populares.¹¹⁹

Conforme Schinke (2013), deste processo se sucedeu a organização popular de oficinas comunitárias acerca da rediscussão das estratégias de participação e demandas populares na parte final do processo, que se demonstraria a partir de nova reapresentação do novo Plano Diretor de Florianópolis em nova audiência pública. Ainda segundo este representante distrital e estes coletivos, novas irregularidades registradas antes, durante, e após a reapresentação do plano em audiência pública municipal – de caráter meramente consultivo - provocariam novas reações populares e judiciais de contestação do processo participativo e do plano diretor concebido.

Mantido o cronograma estabelecido pela PMF, o novo plano diretor seria então encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores para apreciação e aprovação, ao final do ano de 2013. Neste período, com base nestas entidades e representações comunitárias, o projeto de lei que

¹¹⁸ - Segundo registros de parlamentares e relatos extraoficiais de funcionários e outros atores sociais, no transcurso da preparação do plano para apreciação e aprovação pelo Poder Legislativo, a Câmara de Vereadores foi cotidianamente frequentada por membros do setor imobiliário em gabinetes de vereadores que a ele guardam alinhamento político-ideológico, a fim de se alinhar interesses urbanístico-econômicos, atender demandas em propostas de inúmeras emendas ao texto vindo do Poder Executivo, que não estranhamente, tem neste bloco de 'solícitos' vereadores, aliança política da qual constitui maioria política na referida Casa, e que por força própria e das circunstâncias convenientes, encontrou terreno fácil para um processo de tramitação apressado e evado de vícios e ilegalidades, largamente denunciadas por vereadores de oposição, militantes sociais, integrantes de universidades, e operadores do direito.

¹¹⁹ - Com base nestas entidades e representações comunitárias, o projeto de lei que instituiria o plano diretor municipal passaria por inúmeras alterações e descaracterizações, muitas irregularmente dentro do próprio poder legislativo municipal, donde várias decorreram de emendas parlamentares duvidosas, por vezes estreitamente ligadas a interesses particularistas e econômicos.

instituiria o plano diretor municipal passaria por inúmeras alterações e descaracterizações, muitas irregularmente dentro do próprio poder legislativo municipal, das quais, várias decorreram de emendas parlamentares duvidosas, como exemplificar-se-á adiante. Passado o período de avaliação em comissões, o plano seguiria a duas seções de votação e aprovação; as quais, sob fortes protestos populares dentro e fora da casa legislativa, revelaram novas irregularidades e ilegalidades cometidas; sendo, contudo, aprovado no início do ano de 2014.

Uma vez instituído e legalmente vigente, o plano (após novas ações e sentenças judiciais)¹²⁰ viria a ser rediscutido em supostas audiências públicas durante 2014; destinadas apenas para coleta de “sugestões”, reformulação e posterior nova aprovação do plano (que ora encontra-se parado no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Em substituição à decisão judicial anterior (que suspendia a obrigatoriedade da PMF realizar audiências públicas, anulando determinação da Justiça Federal de Santa Catarina que acatara pedido do Ministério Público Federal), a nova sentença judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª região em Porto Alegre, proferida em 27/05/2015, manteve por unanimidade a decisão da Justiça Federal de 2014, determinando à PMF a obrigação de realizar novas audiências públicas para o Plano Diretor de Florianópolis no ano de 2015¹²¹. Alegando já ter feito “20 audiências públicas”, o poder público municipal detém junto ao plano diretor, todas as propostas surgidas destas audiências para organização em texto e posterior encaminhamento à Câmara de Vereadores, para apreciação e aprovação.

¹²⁰ - Referentes à Ação Civil Pública nº 5021653-98.2013.404.7200/SC de autoria do Ministério Público Federal, que reivindicava realização de audiências públicas distritais deliberativas anteriores à tramitação do projeto de lei do Plano Diretor na Câmara de Vereadores do município de Florianópolis. Como desfecho da ação impetrada, a sentença judicial proferida pelo Exmo. Juiz de Direito da 6ª Vara Federal, Sr. Marcelo Krás Borges, determinava novas recomendações judiciais nesse sentido; sendo, porém, posteriormente invalidadas com a suspensão da sentença judicial no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF 4 – em Porto Alegre / RS, pela desembargadora Marga Inge Barth Tessler, na data de 30 de Abril de 2014.

¹²¹ - Conforme matéria do Jornal Notícias do Dia, de 01 de junho de 2015. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/259765-trf-determina-audiencias-publicas-para-plano-diretor.html> Acesso: 01/07/2015.

Como resultado desse conturbado, ineficiente e injusto processo, instituiu-se um Plano Diretor claramente ligado e/ou decorrente de interesses de agentes dominantes na capital catarinense, dos quais comentar-se-ão adiante.

Em sua primeira versão, o Plano Diretor fora intitulado como “Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Florianópolis”, pautando-se pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável e por um termo derivado de um subprograma da UNESCO – o de Reserva da Biosfera Urbana. Dentre novidades conceituais e nova nomenclatura de zoneamento, propôs urbanização concentrada em centralidades, e núcleos de adensamento entre zonas rurais e/ou de conservação ambiental, seguindo categorias do conceito de Reserva da Biosfera; trazendo por outro lado, segundo Pimenta (2013), sérias incoerências entre conceitos e mapas, inadequações técnicas de uso e ocupação do solo, omissões, falseamentos e interpretações equivocadas da legislação ambiental.

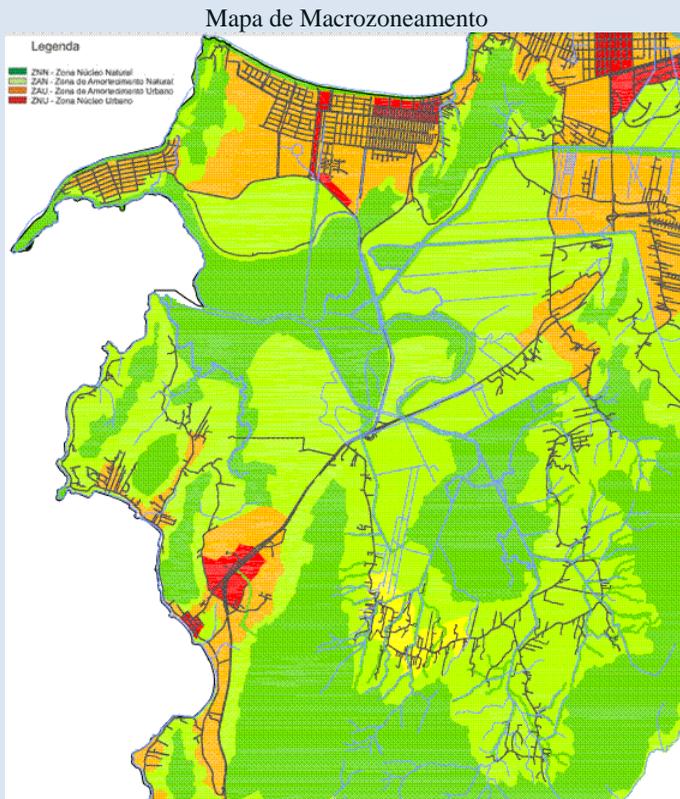
Às imediações da ESEC Carijós e Distrito de Ratonos, ainda que o inscrevesse numa “Região de Conservação da Paisagem Tradicional e da Biodiversidade” distinta da “Região de Acelerada Transformação e Inovação” no restante da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos, e previsse zoneamento ligado a características socioeconômicas e histórico-culturais do local, o plano trazia inadequações de uso-ocupação do solo e insuficiências quanto às áreas de proteção ambiental, conforme Rodrigues (2012) apontara.¹²² Nivelando em macro e micro-zoneamento, a proposta seguiu categorias do conceito de Reserva da Biosfera Urbana, no qual:

- o primeiro nível constaria de: (i) Zona Núcleo Natural – ZNN (ESEC Carijós e parte da planície de Ratonos), (ii) Zona de Amortecimento Natural – ZAN, Zona de Amortecimento Urbano

¹²² - O plano apresentava alguns problemas em relação ao uso-ocupação do solo; referentes à: (i) inadequações e imprecisões de zoneamento urbano, e (ii) insuficiências das disposições de proteção do meio ambiente, (iii) conflitos de uso entre áreas antrópicas e áreas de proteção ecológica etc.

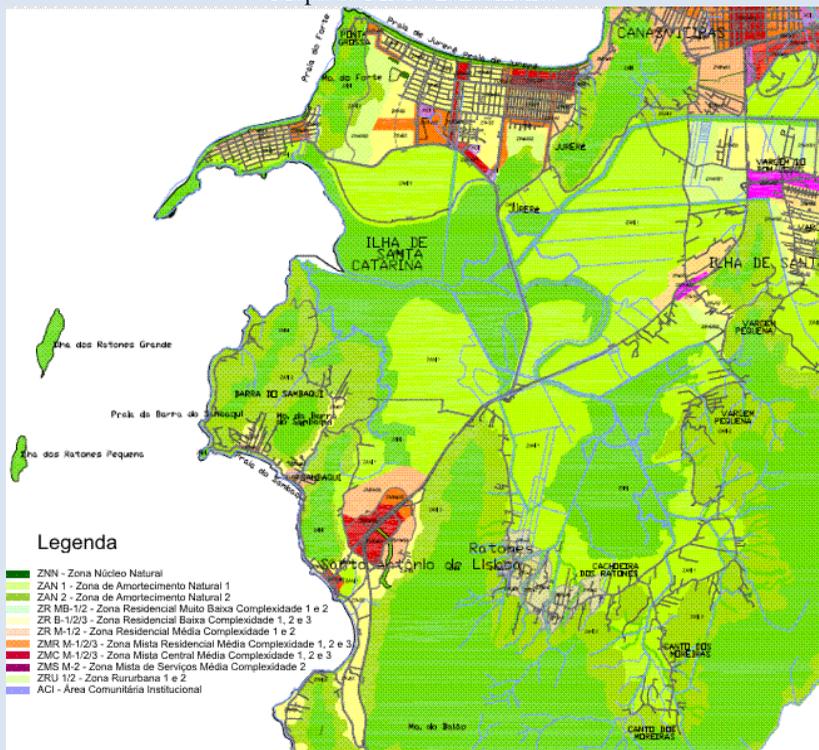
- ZAU, e Zona Núcleo Urbano (imediações e proximidades da ESEC Carijós);
- o segundo constaria de: (i) Zona Núcleo Natural – ZNN na forma de APP (ESEC Carijós, margens do rio Ratores e remanescentes de manguezais em Ratores), (ii) Zona de Amortecimento Natural – ZAN 1 (no entorno imediato à Unidade e mangues em Ratores), e (iii) Micro-zoneamento específico (nas áreas urbanas dos bairros próximos, como Jurerê Internacional, Daniela, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Vargem Pequena, e outros).

Figura 22 - Mapas de Zoneamento do Entorno próximo à ESEC Carijós: Anteprojeto do Plano Diretor PMF-IPUF/ CEPA – 2011



Fonte: Adaptado do “*Mapa de Macro-Zoneamento*”, Anexo C – Mapa 1 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, Fundação CEPA-IPUF, Florianópolis, 2010

Mapa de Micro-zoneamento



Fonte: Adaptado do “*Mapa de Zoneamento*”, Anexo D – Mapa 2 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, Fundação CEPA-IPUF, Florianópolis, 2010.

Pelo seu conteúdo, a proposta apresentaria alguns problemas em relação ao uso-ocupação do solo. Em várias partes, como nas proximidades da ESEC Carijós e Ratones, eles se referem a:

- (i) lógica de mono-funcionalidade, setorização e concentração;
- (ii) imprecisões nas definições de proteção a recursos hídricos em relação a áreas antrópicas;

- (iii) descon sideração das diferenças entre micro-zonas e usos, e das gradações de uso/ ocupação do solo, permitindo o aparecimento do “efeito de borda”¹²³ e conflitos de uso entre áreas antrópicas e áreas de proteção ecológica;
- (iv) não previsão adequada de conexão das zonas núcleo à ESEC Carijós, com o mesmo ecossistema do outro lado da rodovia SC 401;
- (v) falta de demarcação e garantia de áreas destinadas às atividades primárias como agricultura e pesca, e não especificação nos mapas de zoneamento dos usos e atividades admitidos;
- (vi) contradições entre os usos admitidos e o fim a que a macro-zona de amortecimento natural objetiva – em relação ao tipo de uso e porte de edificações, funções urbanas em áreas rurais;
- (vii) falta de clareza do papel das zonas de amortecimento natural, quanto à definição de transição – dada a permissão a equipamentos de porte que induzem urbanização maior;
- (viii) micro-zonas residenciais em contato e proximidades questionáveis com certas atividades das zonas mistas de serviços;
- (ix) pouca atenção às áreas e edificações de patrimônio cultural e histórico;
- (x) dúvidas quanto aos objetivos das indicações de valorização da paisagem (se voltados à proteção ambiental, à mera visão estética dissociada do social, ou ainda à fins mercantis), etc.

À primeira vista do zoneamento e tabelas de especificações, algumas impressões questionáveis puderam ser levantadas quanto aos usos e metodologia de definição, conceitos, especificações de uso ocupação, localização etc.; considerando os problemas e potencialidades apontadas pela população de bairros próximos, outros agentes sociais representativos e/ou atuantes na região e na Unidade, com destaque para: (i) pressão exercida por ocupação irregular e especulação imobiliária, (ii) impactos e problemas de ordem urbano-ambiental sobre a Estação Ecológica de Carijós, e (iii) presença duvidosa do poder

¹²³ - Conceito relativo à incompatibilidade e/ ou a conflitos entre usos de diferentes zonas do espaço físico (de proteção x rural x urbanos), conforme Scherer (2011).

público em relação ao planejamento e controle do uso e ocupação do solo.

5.1.2 – O Novo Plano Diretor: L. C. nº 482 de 17/01/2014 (IPUF-PMF)

5.1.2.1 - Propósitos do plano

Em sua segunda versão, embora não rotulado, o discurso textual baseia-se na questão da cidade preocupada com meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano, numa perspectiva mais idealista do que realista de cidade. Assim, segundo a superintendência do Instituto de Planejamento Urbano – IPUF, o novo plano diretor pauta-se pelos ideais de equilíbrio urbano-ambiental e desenvolvimento sustentável; em que conforme as palavras do superintendente, “propõe-se que a palavra-chave do Plano seja ‘equilíbrio’ pautado por equações atualizadas e coerentes com o meio natural, o complexo social e o desenvolvimento econômico” (IPUF-PMF, 2013, pg.7). Baseando-se nas noções de equilíbrio e contemporaneidade, e observando a região metropolitana de Florianópolis e as especificidades ambientais e culturais locais, o novo plano – segundo seus autores - buscaria um modelo urbano característico e inovador na prática de urbanismo no Brasil, projetando a cidade no cenário extra-local. Resultaria dos princípios, estratégias e diretrizes concebidas desse plano, um modelo de ordenamento territorial que adota uma divisão em duas porções distintas, destinadas à preservação socioambiental e cultural, e à transformação e desenvolvimento econômico-espacial; cujos propósitos de urbanização buscam “projetar o caráter, a dimensão e as localizações preferenciais de seu desenvolvimento urbano” (IPUF-PMF, 2013, pg.7), propondo novas centralidades urbanas em meio às porcentagens de preservação ambiental. Como seu antecessor, repete a diretriz de urbanização e adensamentos em certos locais (tidos pelos seus autores como “estratégicos ao município”, segundo conceitos de multicentralidade e polinuclearidade), definindo as mesmas áreas de proteção permanente e com uso limitado do plano diretor dos balneários; também trazendo - contudo e semelhantemente ao anteprojeto de plano

diretor proposto em 2010 – várias incoerências, inadequações técnicas e interpretações duvidosas.

Estes propósitos põem-se no plano teórico e do discurso; uma vez que seus resultados práticos – já no processo de elaboração e nas próprias peças resultantes – em certa medida distinguem-se e/ou antagonizam-se com estes propósitos; fato do qual se comenta na sequência.

5.1.2.2 - Comentários gerais

A Lei Complementar nº 482 de 17/01/2014 que instituiu o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis traria uma política de planejamento urbano e de regulamentação do desenvolvimento urbano, vinculada a grandes interesses econômicos e privados; dos quais se evidenciaram durante o confuso processo de reelaboração, aprovação e implementação, e ainda no próprio perfil do Plano Diretor resultante. Em detrimento do interesse coletivo e da importância da dimensão social na formação do espaço urbano, os mapas de zoneamento mostrariam em vários lugares do território municipal, tais interesses e demandas; e conseqüentemente alguns problemas, dos quais se comenta adiante. Nesta seara, a título de exemplo e ponderação, as novas centralidades, as operações urbanas consorciadas, as novas áreas de urbanização de porte, e o avanço da urbanização sobre áreas passíveis de conservação ambiental e ocupação não urbana, dentre outras medidas, parecem dar indícios exemplificativos nesse sentido.

Além disso, pela compreensão dada no âmbito desta pesquisa, o novo plano diretor – ao preterir do processo a efetiva participação popular e o controle social, e ao privilegiar estratégias teórico-conceituais por vezes genéricas e despolitizadas – viria exatamente a cair no plano do discurso, da teoria e/ou da técnica, que tem historicamente caracterizado a prática dominante de planejamento urbano e do pensamento urbanístico; algo que o novo plano diretor (na sua própria apresentação e síntese teórica) tenta se contrapor. Ainda que a retórica de seus autores e o próprio texto da lei contemplem ideais de equilíbrio e sustentabilidade urbana, o conteúdo do plano, deles parece

destoar; já que os mapas resultantes do longo e conturbado processo de planejamento participativo e elaboração do novo plano diretor, mostram a relativização destas noções e conceitos frente às forças da urbanização e aos referidos interesses; conforme exemplos na sequência.

5.1.2.3 - O Novo Plano Diretor no Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós

a) Perfil do plano no local

Para o Distrito de Ratonés e proximidades da ESEC Carijós, o novo Plano Diretor aponta uma perspectiva de desenvolvimento relativamente distinta das atuais características e dos aspectos sócio-culturais, econômicos e espaciais que marcaram a história local. Nessa direção, as diretrizes apontam mudança do caráter da ocupação, ao prever ocupação urbana com grandes áreas de urbanização (ainda que cunhadas como especiais) e induzir valorização imobiliária em áreas antes não ocupadas e/ou usadas por atividades do setor primário da economia na bacia hidrográfica do rio Ratonés e em Florianópolis. A mudança do caráter da ocupação da área traduz-se no mapa de zoneamento e nos indicativos de uso do solo e adequabilidade de atividades, a que se comenta mais adiante.

b) Considerações iniciais

Antes de tecer observações específicas acerca da política de zoneamento de uso-ocupação do solo, faz-se necessário o registro de percepções iniciais sobre o conteúdo das determinações para o local.

Ainda que não se tenha formalizado oficialmente por parte da comunidade local uma contraproposta às disposições do novo plano diretor para a região, os anseios populares no fim do processo de planejamento participativo, em consonância com os indicativos levantados na etapa de leitura comunitária, apontam na direção de controle do processo de ocupação e urbanização, e de conservação das características ambientais e sócio-culturais locais; com um zoneamento

coerente a estas diretivas. Conforme mostrado na tabela 4, a leitura comunitária no distrito de Ratonos, por exemplo, apontou preocupações e perspectivas que não necessariamente estão contempladas no novo plano diretor, a exemplo da valorização de aspectos históricos e sócio-culturais na estrutura fundiária e a ausência de grandes empreendimentos imobiliários e complexos edifícios; uma vez que o novo plano destas destoa, ao mudar o perfil da ocupação antrópica do local, pelo zoneamento proposto.

Parece necessário afirmar que diferentemente do Plano Diretor dos Balneários (Lei 2.193/85), e do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Florianópolis (proposto pela fundação CEPA junto à PMF), o novo plano diretor municipal evidencia a tendência à transformação do caráter do uso e ocupação do solo local; em que a dimensão urbana do território (ainda que a priori seja de pretensão baixo impacto) irá sobrepor-se às dimensões naturais e socioculturais históricas do local. Inserindo-a numa porção da Ilha de Santa Catarina classificada pelos autores do plano como "área de menor contenção", donde se incluem novas centralidades, o plano tende assim a descaracterizar uma das últimas áreas do Norte da Ilha de Santa Catarina, tradicionalmente ocupada por usos rurais e conservada sob o aspecto paisagístico e ambiental. Exemplificam tal fato, nos mapas de zoneamento, as alterações de uso do solo nas planícies inundáveis do distrito de Ratonos e das proximidades da Estação Ecológica de Carijós.

Pelo entendimento dado com as pesquisas realizadas, o plano traz uma proposta de regulamentação de uso-ocupação do solo, em certa medida descontextualizada e problemática do ponto de vista social, cultural, espacial e ecológico; já que as determinações do zoneamento resultante manifestam sinais de interferências diretas de interesses privados e econômicos, e ainda claros conflitos de uso-ocupação do solo e entre distintas zonas – a exemplo dos de meio ambiente x urbanização.

Ao estabelecer grandes áreas urbanizáveis (ainda que sob projeto amplo e regime específico) com novas centralidades em atuais grandes propriedades privadas nas proximidades da ESEC Carijós e na planície inundável do distrito de Ratonos, o novo plano diretor parece não deixar dúvidas quanto às suas ligações com os interesses privados e mercantis

do capital imobiliário e dos grandes proprietários de terra atuantes no município, e assim evidenciar o atendimento de demandas desses setores, no processo contínuo de ocupação e transformação da bacia hidrográfica do rio Ratonos, com a expansão das fronteiras urbanas – agora sob novo (e elitizado) perfil, que tem marcado alguns locais próximos e empreendimentos imobiliários de alto padrão. Mesmo constando reserva de percentuais à preservação ambiental nestas áreas urbanizáveis, parece também evidenciar descuidos com a proteção ecológica de áreas e ecossistemas passíveis de conservação, sobretudo às situadas em torno imediato à Estação Ecológica de Carijós.

c) Zoneamento

O novo Plano Diretor estabelece para Ratonos e adjacências da ESEC Carijós, um zoneamento com presença de características rurais, ainda que em menor grau que os planos anteriormente citados; trazendo, contudo, vários problemas e abrindo precedentes perigosos.¹²⁴ Seguindo características locais e padrões monofuncionais e setoriais de definição do uso-ocupação do solo, o zoneamento em parte consolida áreas urbanas existentes, mas propõe novas e grandes áreas urbanizáveis em meio a áreas rurais e/ou ambientalmente protegidas. Em Ratonos divide o zoneamento em nove zonas distintas – dentre as de uso urbano, rural e de proteção ambiental. Nas imediações da Estação Ecológica de Carijós, define áreas de proteção (dentre áreas de proteção com uso limitado e áreas de preservação permanentes), e áreas de uso urbano (incluindo as de bairros e ocupações existentes, e novas áreas urbanizáveis sob regime específico).

¹²⁴ - Sintonizado numa diretriz de mudança do caráter da ocupação do local, o novo plano apresenta sérios problemas referentes a uso-ocupação do solo – a começar pela descaracterização da região, desconsideração de aspectos socioculturais e econômicos históricos, pela não observação adequada da questão de proteção do meio ambiente local, e pelas relações duvidosas com o processo de urbanização elitizada. Análogo ao de 2012 repete os mesmos defeitos, somando-se falta de critério ecológico na definição do zoneamento, inobservância a legislações ambientais e fundiárias federais, e ligações com especulação imobiliária.

Tabela 6 – Micro-zoneamento:
Distrito de Ratoles e proximidades da ESEC Carijós

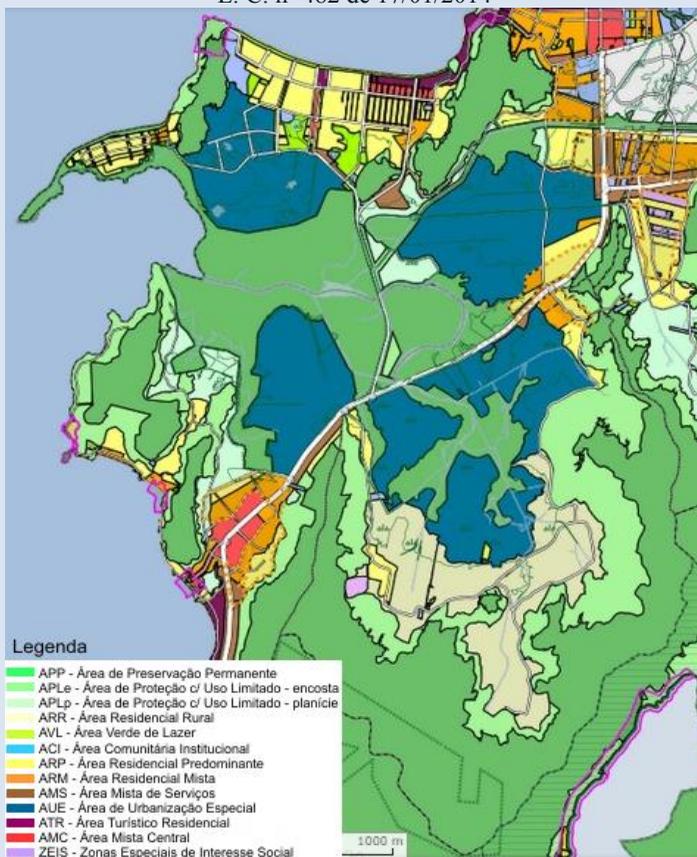
Sigla	Zona	Sigla	Zona
APP	Área de Proteção Permanente	APLp	Área de Proteção com Uso Limitado - planície
ARR	Área Residencial Rural	APLe	Área de Proteção com Uso Limitado - encosta
AVL	Área Verde de Lazer	ARP	Área Residencial Predominante
ACI	Área Comunitária Institucional	ARM	Área Residencial Mista
AMS	Área Mista de Serviços	AUE	Área de Urbanização Especial
AEIS	Áreas Especiais de Interesse Social	ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ATR	Área Turístico Residencial	AMC	Área Mista Central
APT	Área de Parques Tecnológicos		

Fonte: Elaboração própria, a partir do texto do novo Plano Diretor, L. C 482 de 17/01/2014, IPUF/PMF - 2014.

Constantes na sequência, o mapa de zoneamento do distrito e do entorno da ESEC Carijós, e a tabela de índices urbanísticos e de construção, ilustram o novo plano diretor no local.

Figura 23 – Mapa de Micro-zoneamento:
Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós

Zoneamento do Novo Plano Diretor de Florianópolis / 2014
L. C. nº 482 de 17/01/2014



Fonte: Adaptado do *Mapa de Zoneamento*, Geoprocessamento Corporativo - Plano Diretor de Florianópolis, IPUF/PMF - 2014.

Quadro 7 – Índices Urbanísticos:
Distrito de Ratoles e imediações da ESEC Carijós

Tabela de Índices Urbanísticos e de Construção									
Macro Regiões	Área/ Sigla	Regime Urbanístico e Critérios de Parcelamento							
		Lote Mínimo (m ²) / Testada Mínima (m)							
		Nº máximo de pavimentos	Índice de aproveitamento máximo			Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de impermeabilização máxima	Densidade (Hab./ ha)	Altura máxima Fachada/ cumeeira (m)
			mín.	bás.	máx.				
Usos Não Urbanos	Unidades de Conservação / UC	Limites de Ocupação Regulados pelo Plano de Manejo							
	Área de Preservação Permanente / APP	Área de Proibição de Edificação							
Área de	Área de Proteção c/ uso Limitado – planície / APLp	Sem parcelamento / N/A							
		2	0	0,1	0,1	10	15	15	7 / 10

Macro Área de Usos Urbanos	Área de Proteção c/ uso Limitado – planície / APLe	Sem parcelamento / N/A							
		2	0	0,1	0,1	10	15	15	7 / 10
	Área Residencial Rural / ARR	5000 / 50							
		2	0	0,3	0,3	15	25	20	7 / 10
	Área de Urbanização Especial / AUE	Sem parcelamento / N/A							
		2	0	0,1	0,1	15	25	15	7 / 10
	Área Verde de Lazer / AVL								
	Área Residencial Predominante / ARP (2.4)	360 / 12							
		2	0,2	1,0	1,4	40	60	70	8 / 11
	Área Residencial Mista / ARM (2.5)	450 / 15							
		3	0,25	1,0	2,0	50	70	300	11 / 15
Área Mista de Serviços / AMS (2.5; 3.5, e 4.5)	450 / 15								
	2	0,5	1,0	2,4	50	70	130	8 / 11	
	450 / 15								

	3	0,5	1,0	2,9	50	70	210	11 / 15
	450 / 15							
	4	0,5	1,0	3,4	50	70	260	15 / 20
Área Comunitária Institucional / ACI								
Áreas de Especial Interesse Social / AEIS								
Zonas Especiais de Interesse Social / ZEIS								
	40 / 4							
	4	1,0	1,0	1,3	60	80	800	15 / 20
Áreas de Parques Tecnológicos / APT								
Área Turístico Residencial / ATR (2.5; 4.5; 6.5)								
	360 / 12							
	2	0,25	1,0	1,5	50	70	210	8 / 11
	450 / 15							
	4	0,25	1,0	2,5	50	70	410	15 / 20
	500 / 15							

		6	0,25	1,0	3,76	50	70	560	22 / 28
		450 / 12							
	Área Mista Central / AMC (2.5; 4.5; 6.5)	2	1,0	1,0	3,0	50	70	190	8 / 11
		450 / 15							
		4	1,0	1,0	4,0	50	70	370	15 / 20
		600 / 15							
		6	1,0	1,0	4,36	50	70	660	22 / 28

Fonte: elaboração própria, a partir da “*Tabela Regime Urbanístico e Critérios de Parcelamento*” Anexo D da proposta de Plano Diretor PMF-CEPA-IPUF/2011.

d) O novo plano e seus antecessores

O novo Plano Diretor do município de Florianópolis – L. C. nº 482 de 17/01/2014 - aprovado recentemente e sob vigência, trouxe para o Distrito de Rationes um zoneamento que destoa da Lei 2.193/85 - Plano Diretor dos Balneários, e da proposta de novo plano diretor municipal elaborado em 2012 pela Fundação CEPA - contratada pela prefeitura ainda no âmbito do processo de planejamento participativo.

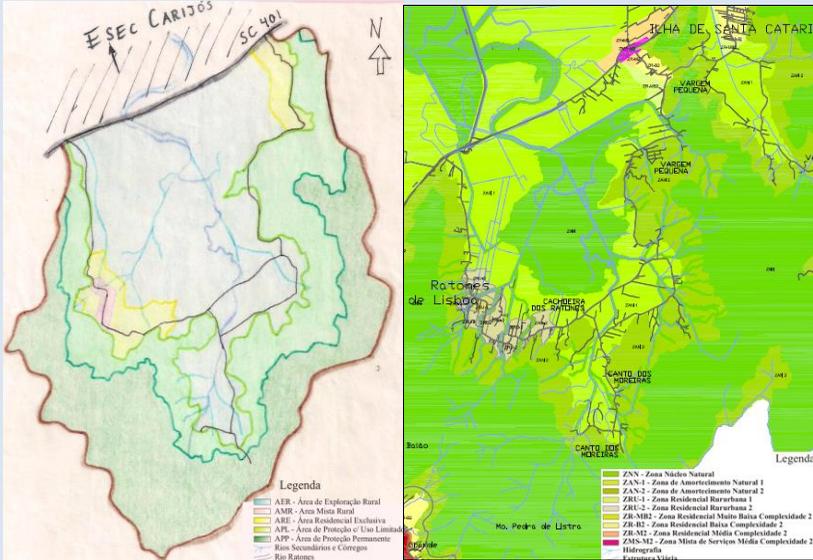
Ressalte-se que, de um zoneamento anterior atrelado às características rurais e paisagísticas do lugar, comparável em certa medida a várias diretrizes da proposta de 2012, o novo zoneamento diferencia-se por trazer à planície inundável do distrito, ocupação urbana e reserva de áreas à urbanização futura, e por não evidenciar uma lógica mais coerente de planejamento da distribuição ocupação urbana e rural. Ao assim proceder, o novo plano diretor evidencia exatamente a mudança do caráter da ocupação do distrito, algumas inconsistências de zoneamento e definições de proteção ambiental, e enfim, o próprio critério de definição do zoneamento e alocação da ocupação urbano-rural e das áreas de proteção ambiental, a que se apresenta adiante uma sucinta crítica.

Nesse sentido que, os mapas da figura 24 ilustram de forma comparada as versões do novo plano diretor com o antigo plano, no recorte espacial pesquisado. Pelas ilustrações, ficam claras as mudanças de zoneamento na área estudada, e por assim dizer, a mudança do perfil de ocupação aqui citada. Assim que nas planícies à volta da ESEC Carijós e no Distrito de Rationes, por exemplo, de uma ocupação rural, posteriormente proposta para uma de transição ambiental, passa-se a uma ocupação vinculada a usos urbanos, como mostra o mapa de zoneamento do novo plano diretor.

Figura 24 – Comparativo dos Mapas de Micro-zoneamento
Distrito de Ratores e entorno à ESEC Carijós

Plano Diretor dos Balneários / 1985
– Lei 2.193/85
Distrito de Ratores e ESEC Carijós

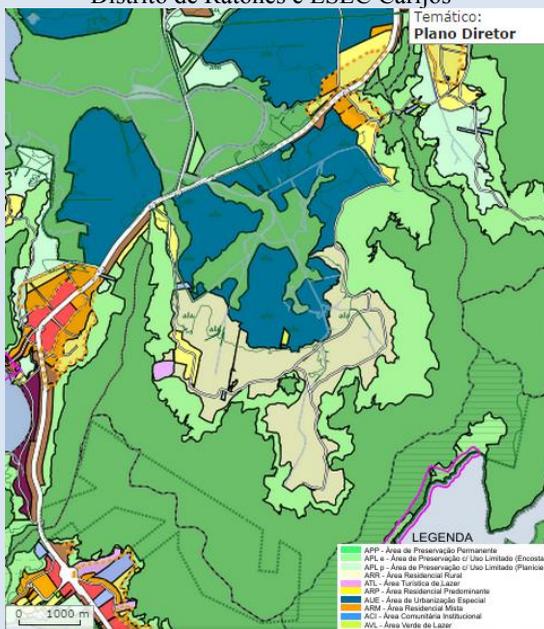
Proposta de Plano Diretor PMF-
IPUF/ CEPA – 2012
Distrito de Ratores e ESEC Carijós



Fonte: Elaboração Própria – a partir do Mapa de Zoneamento do Distrito - documento “*Plano Diretor dos Balneários – Distrito Ratores*” 1985 – PMF/IPUF

Fonte: Adaptado do “*Mapa de Zoneamento*”, Anexo D – Mapa 2 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, Fundação CEPA-IPUF, Florianópolis, 2010.

Novo Plano Diretor de Florianópolis / 2014
L. C. nº 482 de 17/01/2014
Distrito de Ratoões e ESEC Carijós



Fonte: Adaptado do *Mapa de Zoneamento, Geoprocessamento Corporativo - Plano Diretor de Florianópolis*, IPUF/PMF - 2014.

Por ora não cabe uma análise crítica comparativa e exaustiva sobre estes mapas, o texto do novo plano diretor e suas diretrizes para as planícies de Ratoões e entorno da ESEC Carijós. Contudo, convém pontuar que apesar do discurso de “equilíbrio e desenvolvimento urbano sustentável” presente no conteúdo da lei e na retórica de seus interlocutores e simpatizantes, pode-se inferir que várias das diretrizes constantes no plano diretor e seus mapas de zoneamento (como o do Ratoões) fazem que a nova lei vá à contramão das reflexões sobre a adequação do binômio desenvolvimento urbano e proteção ambiental, sobre os direitos sociais à Cidade e à Natureza, e sobre as preocupações em torno da problemática sócio-espacial e urbano-ambiental que tem permeado as cidades capitalistas e composto a Crise Sócio-ecológica Planetária.

Do critério de definição do zoneamento, das diretrizes de uso-ocupação do solo e índices construtivos constantes do plano, não parece ser exagero sugerir que as disposições do novo plano diretor estão imbricadas e sintonizadas a intenções e interesses setoriais, particulares e político-econômicos, ligados à transformação do perfil da ocupação do local (de rural para urbano) e a benefícios de certos grupos sociais e agentes da produção e gestão do espaço urbano; um tanto quanto deslocados da realidade histórico-cultural e sócio-ecológica local, e em detrimento de visões e anseios mais coletivistas e ecológicos de configuração da ocupação do distrito.

e) Reflexões e críticas

- à relação do novo Plano com os interesses econômicos e privados

Através de análises do novo Plano Diretor de Florianópolis, de seus mapas de zoneamento e definições de índices construtivos e de uso-ocupação do solo, percebe-se a vinculação com os interesses político-econômicos dominantes e com os ditames imperiais da propriedade privada e a inserção do solo no círculo mercantil. Sobre o critério de definição do zoneamento do novo Plano Diretor, é a propriedade privada e a mercantilização do solo, portanto, que tem sido a tônica e essência deste critério. Significa assim, que o direito à propriedade e o direito empresarial de comercialização da terra urbana tem se colocado à frente dos direitos à cidade e à Natureza, em contraposição às concepções coletivistas que marcam as reflexões sociais e ecológicas que estes últimos trazem consigo. E nesse sentido, tanto os processos antidemocráticos de planejamento, como os planos diretores resultantes de influências mercantis, ilustram esta problemática. No Distrito de Rationes, por exemplo, fica evidente o fato de no zoneamento definido se favorecer o interesse econômico e a propriedade privada, ao se induzir ocupação rarefeita e voltada a classes sociais de alta renda na planície em contato com a ESEC Carijós sem áreas e ocupações de transição, e ainda se limitar APP's do Rio Rationes às áreas limitrofes ao leito

primário. Fica nítida, portanto, a marginalização da Natureza ante a urbanização, e o descaso para com o dever de proteção ecológica de áreas frágeis e suscetíveis a dinâmicas naturais, como a planície inundável desse distrito.

À parte o questionamento ao direito de propriedade e de comercialização da terra pelo mercado imobiliário, questiona-se aqui o fato de a propriedade privada, o direito à propriedade e a mercantilização do solo, darem a tônica a uma política urbana, traduzida em mapas de zoneamento constantes em um plano diretor aprovado em tempos de notáveis reflexões sobre a crise urbana e socioambiental que marcam as cidades contemporâneas. O que se questiona é o fato destes direitos privados e mercantis definirem os mapas de zoneamento e condicionarem os espaços públicos, reduzirem e pressionarem as áreas de proteção ecológica.

Ainda que a propriedade privada esteja salvaguardada na legislação brasileira - a saber, no Código Civil, na Constituição Federal, no Estatuto da Terra - ela não deveria ser prioritária no critério de definição do zoneamento. Ao contrário, o interesse público e coletivo - através do zelo aos espaços públicos, da defesa da qualidade de vida e urbanidade, da ampliação de infraestruturas e equipamentos urbanos, do direito à moradia, da inclusão social urbana, etc. - vinculado a dispositivos do Estatuto da Cidade e a princípios do Direito à Cidade, deveria ser o fator principal ao referido critério; de modo que o zoneamento fosse definido a partir do público e do coletivo, priorizando a garantia dos espaços públicos, evitando privatização de áreas estratégicas e especulação imobiliária, e ainda democratizando o acesso à terra urbana. Ademais, em tempos de problemática urbano-ambiental e de crise sócio-ecológica planetária, o Direito à Natureza - através do resguardo das áreas ambientalmente sensíveis e das áreas de preservação permanente, e da democratização do acesso e controle de áreas verdes, parques e unidades de conservação - deveria estar na base do critério de definição do zoneamento; orientando o Direito à Cidade e a dinâmica de uso-ocupação do solo e expansão urbana, além de disciplinar e controlar o próprio direito de propriedade privada.

- às disposições de uso-ocupação do solo do novo Plano

O fato de o novo plano diretor no distrito de Ratonés e nas imediações da ESEC Carijós tender a desvincular-se dos atributos socioculturais, históricos e ambientais do local; a seguir e/ou submeter-se à lógica de interesses privados e econômicos, e até de relativizar a importância da questão ecológica, deve-se a muitos fatores inseridos em um complexo processo de transformação da ocupação antrópica, de desenvolvimento e planejamento do território, como sugerido anteriormente. Significa, portanto, que resultou de um complexo jogo de agentes sociais da produção e gestão do espaço urbano, e assim, de muitas e intensas disputas e conflitos de interesses na construção e controle do espaço em constante processo de mudança. Seu resultado prático é fruto de um processo conflituoso de planejamento, tal qual assinalado nesta análise; e espelha as contradições de um processo confuso, com várias irregularidades e ilegalidades registradas, e mesmo inadequações técnicas. É nesse sentido que a peça resultante mostra essas questões; uma vez que os mapas de zoneamento e as tabelas de especificações em conjunto ao texto da lei as ilustram; cujas determinações de zoneamento comentam-se na sequência.

Ao estabelecer para a planície do distrito de Ratonés e imediações da Estação Ecológica de Carijós, grandes áreas de urbanização (conceituadas como especial) no mapa de zoneamento, o plano parece corroborar tal entendimento, no sentido de comprometer as condições ecológicas e atributos históricos locais, tal como no de privilegiar interesses hegemônicos na produção e gestão do espaço urbano e na transformação da ocupação da região. Isto é, ainda que guardadas as proporções de reserva de cotas de proteção ambiental nestas “áreas de urbanização especial – AUE’s”, conforme traz o inciso III do § 2º do artigo 42 da Lei 482 de 17/01/2014¹²⁵, a urbanização especial das planícies sedimentares do distrito de Ratonés e do entorno da ESEC

¹²⁵ - “III - Área de Urbanização Especial (AUE) - grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa a área remanescente, criando novas centralidades caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados;”. (IPUF-PMF, 2014).

Carijós para fins urbanos ou rurais¹²⁶, parece comprometer e/ou contrapor-se ao que caracteriza a essência destas planícies: sua relevância ecossistêmica e a necessidade de proteção e conservação ecológica de suas condições naturais em seus limites físico-territoriais.

Uma vez sendo áreas ecologicamente relevantes - pelo fato de caracterizarem-se como áreas suscetíveis a regimes hídrico-fluviais, inundações e influências de marés, e como áreas compostas por exemplares de fauna e flora típicos de ecossistemas primários, com vegetações de manguezais e remanescentes de restingas, e ainda pelo fato de ligarem-se diretamente a uma Unidade de Conservação ambiental federal do tipo proteção integral - a ocupação por usos urbanos (ainda que pretendidos como baixo impacto) tende a comprometê-las em igual e/ou maior proporção que os usos agropecuários. A integridade ecossistêmica e a resiliência ecológica destas planícies, bem como os potenciais de auto recuperação de fauna e flora, tendem a ser duramente atacados pela intervenção de um plano diretor que estabelece ocupação urbana sobre áreas passíveis de conservação ecológica e de constituição de parques e unidades de conservação ambiental.

A essas questões ligadas ao meio ambiente, somam-se problemas de zoneamento que evidenciam a inexistência de um critério de definição mais adequado; ou por outro lado, a existência de um critério que se define pela interferência da propriedade privada e dos interesses econômicos do capital imobiliário e da indústria da construção civil, forte e historicamente atuantes na bacia hidrográfica do rio Ratonés - tal como no restante da porção insular do município de Florianópolis. Assim que comenta-se na sequência alguns desses problemas.

Tal como o plano diretor dos balneários, mas diferentemente da proposta de plano diretor da fundação estrangeira em 2010, o novo plano diretor aprovado e vigente não parece apresentar um critério base

¹²⁶ - Da Tabela de Adequação de Usos, admitem-se: (i) usos urbanos e (ii) usos rurais. Referem-se, respectiva e exemplificadamente a: (i) moradias; pequenos comércios de alimentos, vestuário, medicamentos, itens domésticos, e materiais de construção; serviços hoteleiros e alojamentos, de gastronomia, de informação e comunicação, de artes, e atividades de educação; (ii) atividades agropecuárias, florestais e de aquicultura.

à definição de todo o zoneamento. Isto porque, dentre outros fatores – como as interferências diretas e indiretas de visões e interesses particulares e corporativistas de certos setores da sociedade, tanto no conturbado processo de elaboração do plano, como em sua aprovação e em sua vigência – o plano apresenta inconsistências nos mapas de zoneamento e tabelas de especificações. Não há, por exemplo, um critério sócio-ecológico que, de um lado considere em certas zonas ocupações com pequenas propriedades urbanas ou rurais economicamente mais acessíveis, e de outro distribua usos rurais e urbanos conforme gradações entre áreas urbanas e não urbanas; permitindo assim o possível aparecimento de *efeitos de borda* entre áreas ecologicamente sensíveis e áreas destinadas à ocupação urbana; o que pode vir a comprometer ecossistemas naturais locais e também a própria qualidade de vida da população. Ainda que o plano insira as “Áreas de Urbanização Especial” – AUE, em “Macro Área de Transição”, entende-se aqui que essa transição não seja adequada, exatamente por não inserir-se em uma lógica de transição, em um critério sócio-ecológico que observe as necessárias gradações de uso-ocupação do solo, e também por relativizar a importância de proteção ambiental das planícies inundáveis e suas particularidades ecossistêmicas, de restingas e manguezais.

Além desta ausência de critério amplo de definição ecológica do zoneamento, o plano apresenta problemas quanto às definições relativas às Áreas de Preservação Permanentes – APP’s. Apesar de seguir um critério à proteção destas áreas em encostas de morros (observando gradações por declividades e cotas altimétricas, à definição de APP’s e áreas de proteção com uso limitado – APL’s), e ainda que estabeleça como APP parte da planície na margem direita da rodovia Maurício Srotzky Sobrinho, o plano limita as APP’s adjacentes a manguezais no distrito de Ratoles às cotas inferiores a 1,00 m¹²⁷, estrangulando-as na parte mais baixa da planície e não propondo maiores extensões de área para preservação permanente – sendo pouco generoso, neste sentido.

¹²⁷ - Conforme inciso V do § 3º do artigo 43, capítulo II da Lei 482 de 17/01/2014 – o novo Plano Diretor municipal.

Além disso, conforme avaliação do ICMBio¹²⁸ sobre inúmeros problemas do novo plano diretor quanto ao zoneamento e elementos naturais, várias são as inconsistências e erros de mapeamento de APP's. Nesse sentido, pelas palavras do superintendente deste órgão, "...em todos os mapas há sérios problemas com áreas de preservação permanente que estão mapeadas como APL, OUC, ARP, ACI, MAS, ATR, ARM, ARR, etc." (ICMBio, 2013). Ademais, diferentemente da proposta de plano diretor em 2010, não constam no mapa do novo plano, indicações de todas as margens de cursos d'água como APP's, inclusive a do Rio Ratoles, que também não é assim indicada nas cotas superiores a 2,00 m, ou seja, não é mostrada sua conexão para além da planície alagável. Além de inexistir indicação de todos os próprios cursos d'água, uma vez que segundo documentos técnicos, mapeamentos e fotos de diferentes períodos históricos, e informações de agentes da sociedade civil e de instituições públicas¹²⁹, vários rios e córregos desapareceram não só no plano físico da área por meio de aterros, mas também no próprio zoneamento do plano diretor. São assim várias as ausências de cursos d'água locais. De acordo com parecer da superintendência do ICMBio: "A hidrografia é deficiente, vários pequenos rios 'desaparecem' ao adentrar áreas zoneadas, 'desaparecendo' também as áreas de preservação permanente equivalentes." (ICMBio, 2013).

¹²⁸ - Parecer da superintendência do ICMBio, dado pela análise do novo plano diretor com recomendações dirigidas ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e à prefeitura municipal. Conforme alínea f do item 2, constante no documento técnico nº 125/2013-UMC/ICMBio/SC, várias são as inadequações do zoneamento em relação às APPs.

¹²⁹ - Conforme alínea b do item 2, constante no documento técnico nº 125/2013-UMC/ICMBio/SC, indicação de vários cursos d'água desapareceram do zoneamento. De acordo com relatos do superintendente do ICMBio e do presidente da Associação de Moradores do balneário Daniela, estes cursos d'água desapareceram do zoneamento do plano diretor, além das canalizações e retificações no local. Segundo estes agentes entrevistados, exemplificam a questão, o desaparecimento do Rio do Santa, do Rio do Faustino, e do Rio do Meio. Fotos históricas do Levantamento Aerofotogramétrico Aglomerado Urbano de Florianópolis, comparadas ao zoneamento do novo plano diretor, revelam o desaparecimento; a exemplo da folha SG.22-Z-D-II-4-SE-D na planície adjacente ao Morro da Forte Ponta Grossa (área correspondente ao balneário Jurerê Internacional), em que mostra o rio do Faustino e baixada fluvial costeira, desaparecida do zoneamento do novo plano diretor.

Ao prever urbanização (ainda que especial, mas com centralidades) na planície do distrito de Ratoles e do entorno da ESEC Carijós, o novo plano parece relativizar os altos custos econômicos e técnicos à urbanização de áreas em cotas de relevo e declividades baixas, conforme aponta Mascaró (1989; 1997). Também parece desconsiderar a importância da presença de vegetações típicas dessas planícies sedimentares contíguas a ecossistemas primários (como os manguezais). E possivelmente o mais grave: parece desconsiderar estudos e levantamentos técnicos¹³⁰ existentes sobre áreas restritas e de risco à urbanização, como as Cartas de Aptidão à Urbanização em elaboração pela Universidade Federal de Santa Catarina e o regime hídrico-fluvial e de marés, em que estas planícies constam respectivamente como áreas não indicadas à ocupação pela Defesa Civil, e como áreas suscetíveis a frequentes inundações de caráter natural; conforme mostram respectivamente o mapa do anexo 3, e as figuras 4 e 21.

¹³⁰ - Segundo levantamento do Instituto de Planejamento Urbano do município de Florianópolis, IPUF-PMF, **são consideradas áreas suscetíveis a riscos as situadas em:** “Declividades entre 30 e 46,6% (17 e 25°); Risco Geológico; Aquíferos; Áreas Inundáveis; Estágios Médio e Avançado de Regeneração da Mata Atlântica; e Áreas de Proteção das Unidades de Conservação”.(IPUF-PMF, 2009) Grifo nosso.

Proteção com Uso Limitado - APL de planície, entre todas as áreas antrópicas (AUE's, etc.) e APP's; fato que mostra mais uma vez a falta de um critério ecológico de definição do zoneamento. O plano menciona no texto da lei¹³¹ os Planos de Manejo de UC's e áreas de proteção apenas para a gestão das Unidades de Conservação e de áreas específicas (como as de interesse ambiental e paisagístico, e as arqueológicas); mas não como subsídio ao plano diretor para a regulamentação e controle das partes fronteiriças e de entorno a estas unidades e áreas diferenciadas. Tanto no texto da lei como no mapa de zoneamento, em nenhum momento o plano faz referência à Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação, sobretudo à da ESEC Carijós; fato que conduz à suposição de que o plano relativiza a importância da Unidade e da necessidade de regulamentação do uso-ocupação do solo no entorno, também com base em determinações legais da Unidade e da legislação federal que a resguarda. Por descon sideração, desconhecimento ou outros motivos, não é citada a questão das Zonas de Amortecimento; e nem mesmo a proposta em trâmite federal de instituição da Zona de Amortecimento da ESEC Carijós, e a necessidade de maior acuidade no planejamento urbano do entorno imediato e proximidades, e no próprio zoneamento definido; fato que contradiz o discurso de sustentabilidade e as pretensões de preservação ambiental presentes na apresentação do plano e no texto da lei.

Sobre as áreas públicas da União e terras de marinha, ainda que o plano traga um capítulo inteiro que versa sobre terrenos de marinha (cap. VII, artigos 119 a 124), ele demonstra a existência de alguns graves problemas. Primeiramente parece oportuno sugerir que há sérias desconformidades entre o mapa de zoneamento do plano diretor da prefeitura municipal – PMF, e o mapa cartográfico de terrenos e acrescidos de marinha das áreas da União, da Superintendência do Patrimônio da União – SPU.

Nesse sentido, a maior destas discrepâncias se refere ao fato de o plano instituir áreas de urbanização (mesmo que qualificada como especial) na planície inundável do distrito e das imediações da Estação

¹³¹ - Nos artigos: 45 (§ 2º), 46, 162 (§ 3º), 164 (§ 2º).

Ecológica de Carijós, enfim, em áreas sob influência de marés e passíveis de políticas de conservação ambiental. Assim, ao definir urbanização (com condomínios e propriedades privadas) em terras e áreas de marinha, o plano extrapola os limites das terras alodiais posteriores à faixa delimitada de terrenos de marinha¹³² - que se situam em sua grande maioria, nas cotas superiores a 2,00 m e fora das planícies alagáveis (conforme mostram os mapas adiante). Ao assim proceder, definindo urbanização e possibilitando propriedades privadas condominiais sobre planícies inundáveis passíveis de proteção ecológica e sobre Áreas da União influenciadas pelo regime de marés (conforme delimitação da SPU), pode-se supor aqui que o novo plano diretor contrapõe determinações legais federais, contradiz as reflexões e ideais sobre proteção dos ecossistemas locais e adequação do desenvolvimento urbano, e ainda se mostra ele próprio contraditório - uma vez que estas áreas de urbanização especial chocam com dispositivos dos artigos 119 a 121 constantes na lei que o instituiu, sobretudo com o § 1º do art. 119 que estabelece os acrescidos de marinha como áreas de uso coletivo e domínio público.

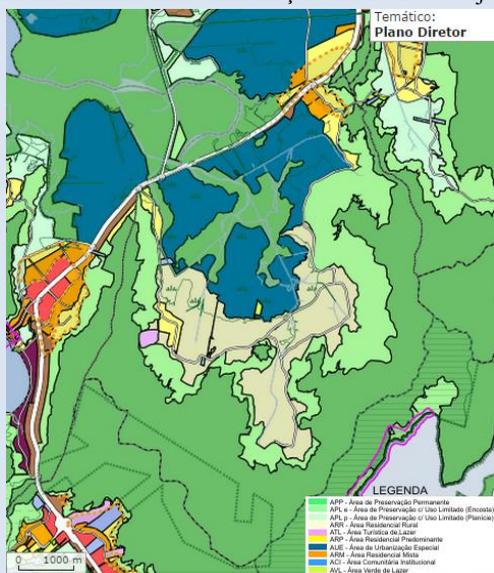
Assim, e com efeito, os mapas seguintes mostram para o recorte espacial pesquisado, as incongruências entre o zoneamento definido pelo novo plano diretor e a demarcação presumida dos terrenos de marinha pela Superintendência do Patrimônio da União. Do comparativo entre zoneamento e áreas da União, percebe-se a proporção de áreas públicas que são alvo do avanço da ocupação urbana na região, com as novas definições do zoneamento instituído. A sobreposição do mapa de demarcação de terras de marinha sobre o mapa de zoneamento urbano, mostrada na figura 27 e ampliada no apêndice 16, avança no sentido de deixar ainda mais evidente o conflito estabelecido entre estas

¹³² - Conforme denominação da SPU, as terras alodiais correspondem a propriedades privadas e/ou públicas que se situam p/ além da faixa de terrenos de marinha, nas cotas de relevo superiores a 2,00 m e p/ além das planícies inundáveis e sob influência do regime de marés. Situam-se, portanto, entre as áreas públicas da União e as áreas protegidas em nível municipal e estadual nas encostas de morros (APL e APP). As terras de marinha correspondem à faixa de terra de 33,00 m formada entre a Linha Preamar Média (LPM/ 1831) e a linha Limite de Terras de Marinha (LTM/ 1831). Já os acrescidos de marinha correspondem às terras situadas p/ além da linha preamar média em direção às planícies inundáveis, baías, estuários de rios e ao mar.

novas definições de uso-ocupação do solo e a situação fundiária das terras públicas na região. Para efeitos de maior visualização, portanto, o apêndice 16 parece não deixar dúvidas sobre o conflito fundiário em potencial estabelecido.

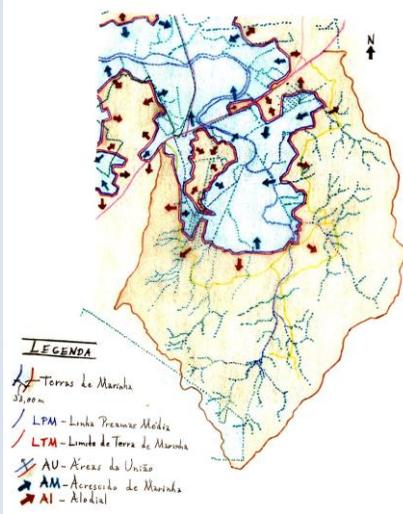
Figura 26 – Comparativo: Mapa de Zoneamento e Mapas de Terras de Marinha
Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós

Zoneamento do Novo Plano Diretor de
Florianópolis / 2014
Distrito de Ratores e imediações da ESEC Carijós



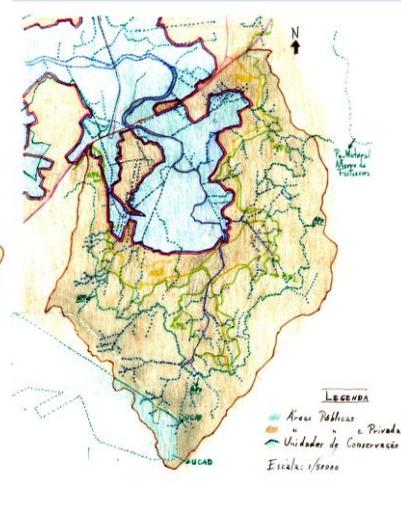
Fonte: Adaptado do *Mapa de Zoneamento, Geoprocessamento Corporativo - Plano Diretor de Florianópolis*, IPUF/PMF - 2014.

Demarcação das Terras de Marinha
Distrito de Ratoles e imediações da
ESEC Carijós



Fonte: Adaptado de Mapa Cartográfico da Superintendência do Patrimônio da União - SPU, constante no processo interno¹³³ sob registro nº 04972.001845/2005-07.

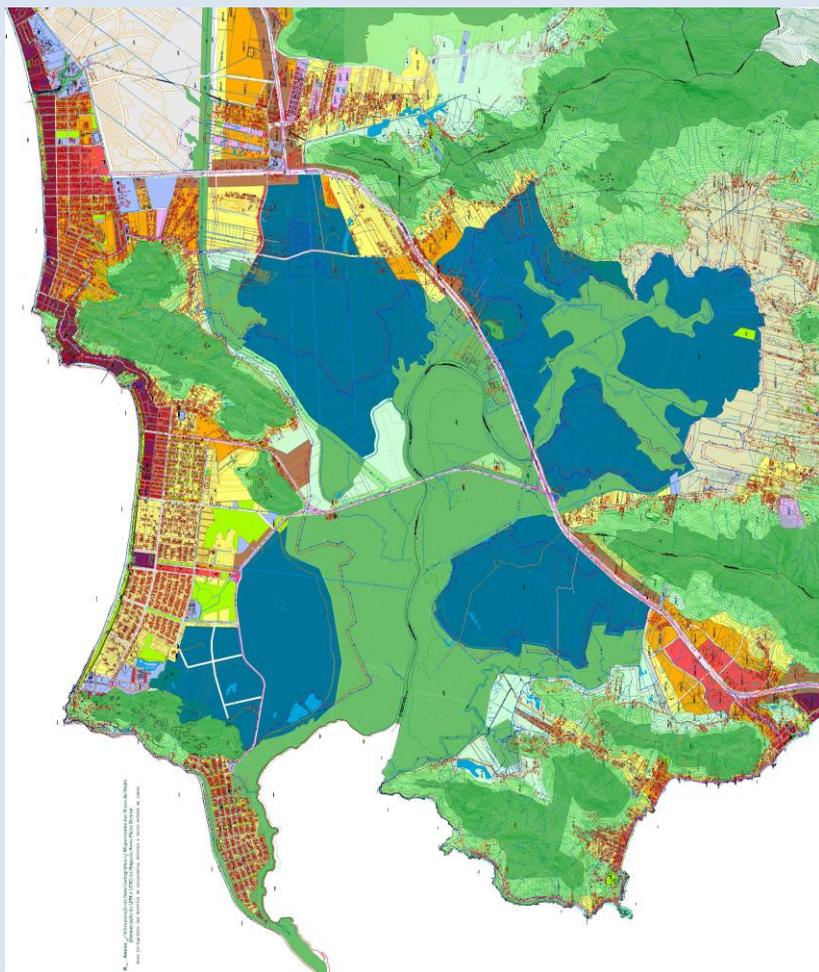
Mapa de Áreas Públicas e Privadas
Distrito de Ratoles e imediações da
ESEC Carijós



Fonte: Adaptado de Mapa Cartográfico da Superintendência do Patrimônio da União - SPU, constante no processo interno sob registro nº 04972.001845/2005-07.

¹³³ - Processo deriva do trabalho de Comissão nomeada pela Portaria Interna nº 54/2007 da SPU, e encontra-se na fase de Demarcação – LPM/ 1831; devendo ser oficializado na terceira fase – homologação – após identificação e confirmação *in locu*, e sem restrições/objeções de eventuais proprietários de imóveis.

Figura 27 – Sobreposição do Mapa de Demarcação de Terras de Marinha no Mapa de Zoneamento Urbano do novo Plano Diretor de Florianópolis Distrito de Ratonés e imediações da ESEC Carijós



Fonte: adaptado dos Mapas de Cadastro Imobiliário e de Demarcação de Terras de Marinha

Fonte 1: Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Junção das Cartas Cartográficas a partir dos arquivos da: "Base Cartográfica do Entorno da ESEC Carijós - SPU/ Ilha portarias 54 e 55 - Presumidas", SPU, Florianópolis, 2011.

Fonte 2: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF. Adaptação do Mapa de Cadastro Imobiliário – entorno da ESEC Carijós – Setor de Cadastro

Imobiliário e Desenho, IPUF, Florianópolis, 2015.

Sobre as zonas e usos rurais, parece haver além das especificações da tabela de adequação de usos, necessidade de referências a legislações e resoluções de órgãos e instituições públicas sobre a regulamentação e adequação de cultivos admissíveis não agressivos aos cursos d'água, às vegetações de transição e ao manguezal, conforme especificações de tipos de solos, relevos, etc. Em relação ao patrimônio cultural e histórico local, o plano não faz menção a políticas específicas e definição no zoneamento, de diretrizes de proteção a espaços e estruturas características (como exemplares de arquitetura colonial, o modelo luso-brasileiro de ocupação do território, áreas de proteção cultural¹³⁴, etc.). No que tange à paisagem cultural e natural, a referência feita parece refletir uma interpretação da paisagem como “elemento estético, visual” um tanto deslocada do patrimônio cultural e do componente social; uma vez que não parece relacionar os usos nas áreas rurais e nas de proteção com uso limitado às atividades socioeconômicas e culturais tradicionais e não impactantes ao meio ambiente. Ademais, ao que os mapas indicam, parece comprimir (afastando) as áreas de preservação permanente em zonas distantes das áreas urbanas e não conectadas a estas por meio de parques lineares e urbanos.

Além de inconsistências de zoneamento e de possíveis e potenciais impactos ecológicos, o plano diretor - ao definir claramente no zoneamento as novas fronteiras urbanas sobre áreas passíveis de proteção ambiental, e ao não deixar claro o perfil econômico da ocupação urbana e as proporções de propriedade fundiária – parece revelar seus objetivos e sua ligação com interesses privados e econômicos dominantes na produção do espaço urbano. Ao assim proceder, determinando urbanização em locais que poderiam receber políticas de conservação ambiental, não explicitando limites de índices

¹³⁴ - Exemplares de edificações históricas com caracteres da arquitetura colonial, apesar de não protegidas e tombadas, existem ao longo das estradas gerais que marcaram o início da ocupação dos distritos da Ilha de Santa Catarina. Aparecem como exemplos, edificações residenciais e institucionais nas estradas gerais do distrito de Rationes, algumas datadas do séc. XIX.

fundiários nas tabelas de uso-ocupação do solo (omitindo dimensões de terrenos existentes), e relacionando urbanização por condomínios, o plano parece revelar a essência do critério de definição do zoneamento: a preferência por um tipo de ocupação urbana ligada a esses interesses, e à priorização da propriedade privada e da mercantilização do solo. Tal fato leva a crer e se inferir que o direito de propriedade privada e de comercialização do solo, parece ultrapassar o direito à natureza e o direito à cidade; uma vez que o plano atende demandas de expansão urbana diferenciada¹³⁵ por sobre áreas potenciais a tombamento e/ ou conservação ecológica – planícies suscetíveis a dinâmicas naturais – e próximas a uma Unidade de Conservação Federal, sem estabelecer áreas de transição e formas de ocupação mais coerentes.

Por todo o exposto e comentado até aqui – dos possíveis e potenciais problemas sócio-ecológicos, das inadequações técnicas sobre critérios de definição de zoneamento de uso-ocupação do solo, e da relação com os interesses hegemônicos da produção e controle do espaço urbano – é possível sugerir (como impressões parciais) – que em última instância e no saldo da balança, o novo plano diretor municipal, no local considerado tende: (i) de um lado a confirmar as projeções sobre expansão urbana no distrito de Ratonés e no entorno da ESEC Carijós, e reforçar os padrões de ocupação e urbanização na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonés; e (ii) de outro, ir à contramão das preocupações locais sobre o processo de ocupação desta bacia e de pressão antrópica sobre a Estação Ecológica de Carijós, e sobre as inúmeras reflexões supralocais (técnico-científicas, socioculturais, políticas, espaciais e ecológicas) acerca da problemática sócio-espacial e urbano-ambiental que têm marcado as cidades capitalistas e composto parte da Crise Sócio-ecológica Planetária, e acerca do Direito à Cidade e do Direito à Natureza, extremamente indispensáveis na contemporaneidade e nos processos de planejamento e gestão urbana nela inseridos.

5.2 - EMENDAS AO NOVO PLANO DIRETOR (vereadores x população)

¹³⁵ - entendida como elitizada e de porte imobiliário.

Para efeitos de entendimento e visualização de antagonismos de interesses entre agentes da sociedade civil e do poder legislativo do município de Florianópolis, segue relação de emendas propostas e/ou aprovadas, na área objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado.

5.2.1 - Lista de Emendas Parlamentares ao Plano Diretor

Para a Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos constam em documentação da Câmara de Vereadores, 46 emendas propostas ao então projeto de lei complementar PLC 1292/2013 apreciado e aprovado em sessões extraordinárias na referida Casa Legislativa em dezembro do ano de 2013. A maioria das emendas diz respeito a mudanças de zoneamento e/ou de índices construtivos em áreas urbanas e não urbanas, havendo outras referentes ao texto da lei do novo Plano Diretor. Destas emendas, 26 são para o distrito de Canasvieiras, 18 para o de Santo Antônio de Lisboa e seis para o de Ratonos, nas proximidades da área estudada - excetuando-se os bairros de Cacupé e João Paulo no distrito de Santo Antônio de Lisboa (sem planícies conectantes à região de influência direta à ESEC Carijós). As *tabelas 7 a 10* mostram emendas incidentes e/ou influentes no entorno da ESEC Carijós, nos distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa; emendas estas aprovadas ou não.

Tabela 7 - Emendas ao PLC 1292/2013 incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos
Distritos de Canasvieiras, Ratonos e Santo Antônio de Lisboa

Emenda	Vereador Proponente	Folha (s)	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
1	Dr. Ricardo - PCdoB	960	mudança de zoneamento	AAU p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
2	Pedro de Assis Silvestre - PP	998	mudança de artigo da lei	criação de UC (mosaico de APP)	Município de Florianópolis (APP)

3	Guilherme Pereira - PSD	1032	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Ratones / Ratones
4	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1034	mudança de zoneamento	relocação de ZEIS	Ratones / Ratones
5	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Ratones / Vargem Pequena
6	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Ratones / Vargem Pequena
7	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ampliação da OUC (AUE)	Ratones / Vargem Pequena
8	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1049	mudança de zoneamento	alteração de limite da orla	Canasvieiras / Canasvieiras e Jurerê Tradicional
9	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1053	mudança de zoneamento	ARP 2.5 p/ AVL	Canasvieiras / Daniela
10	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1049	mudança de zoneamento	APL p/ ATR 3.4	Canasvieiras / Canasvieiras- Jurerê Tradicional
11	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1051	mudança de zoneamento	AVL p/ ATR 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras
12	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1054	mudança de zoneamento	ARP p/ ARM	Canasvieiras / Jurerê Tradicional
13	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1050	mudança de zoneamento	alteração de traçado de AVL	Canasvieiras / Jurerê Internacional
14	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1051	mudança de zoneamento	ARM 3.4 p/ ATR 3.4	Canasvieiras / Canasvieiras
15	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1049	mudança de zoneamento	ATR 3.4 p/ ATR 4.4	Canasvieiras / Canasvieiras- Jurerê Tradicional
16	Guilherme Pereira -	1048 / 1049	mudança de zoneamento	ATR 3.4 p/ ATR 4.5	Canasvieiras / Jurerê

	PSD				Tradicional
17	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1050	mudança de zoneamento	ARP 2.4 p/ ARP 4.4	Canasvieiras / Jurerê Internacional
18	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1049	mudança de zoneamento	APP p/ APL	Canasvieiras / Canasvieiras-Jurerê Tradicional
19	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	APL p/ AMS 2.5	Canasvieiras / Canasvieiras
20	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	extensão de AMS 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
21	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	OUC p/ ACI e OUC p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
22	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1054	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
23	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
24	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1088	mudança de zoneamento	APL p/ ARE 4	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
25	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1089	mudança de zoneamento	AMS2.5 e ATR2.5 p/ AMS4.5 e ATR4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
26	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1091	mudança de zoneamento	extensão de ARP 2.5 sobre AAU	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
27	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	extensão de ARM 3.5 sobre ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
28	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	AMS 2.5 p/ AMS 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio

					de Lisboa
29	Afrânio Boppré - PSOL	1110 /1111	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
30	??	1144 / 1147	mudança de zoneamento	ATR 3.5 p/ ATR 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
31	??	1145 / 1159	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Ratones / Vargem Pequena
32	??	1146 / 1168	mudança de zoneamento	AVL p/ ATL 2.5	Canasvieiras / Jurerê Internacional
33	??	1146 / 1169	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Canasvieiras / Jurerê Internacional
34	??	1146 / 1170	mudança de zoneamento	APL p/ ATL 2.5	Santo Antônio de Lisboa / frente à ESEC Carijós
35	Vanderlei Farias - PDT	1190 / 1192	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ ARM 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
36	Vanderlei Farias - PDT	1210 / 1212	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ AMS 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
37	??	1213 / 1219	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
38	??	1213 / 1220	mudança de zoneamento	ARP 2.4 p/ ARM 4.5	Canasvieiras / Jurerê Tradicional
39	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1235 / 1240-1241	mudança de zoneamento	AMS 2.5 p/ AMS 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
40	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1235 / 1242-1243	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
41	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1235 / 1244-1245	mudança de zoneamento	APP e APL / ARR	Santo Antônio de Lisboa / Barra

					Sambaqui
42	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1236 / 1256-1257	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
43	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1236 / 1258-1259	mudança de zoneamento	APL p/ ATR 3.4	Canasvieiras / Canasvieiras-Jurerê Tradicional
44	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1236 / 1260-1261	mudança de zoneamento	ARP 2.3 p/ ARM 3.4	Canasvieiras / Canasvieiras
45	Deglaeber Goulart - PMDB	1279 / 1281	mudança de zoneamento	APP p/ APL	Canasvieiras / Jurerê Tradicional
46	??	1390 / 1391	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
47	??	1447 / 1448	mudança de zoneamento	AVL p/ ATR 3.4 e APL	Canasvieiras / Canasvieiras
48	??	1451 / 1452	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras
49	??	1453 / 1454	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda, PMF/2013.

Da correlação das emendas propostas e aprovadas com o mapa de zoneamento do novo plano diretor na área, extraem-se algumas considerações, a seguir sintetizadas.

Deste total de emendas, destaque-se que influem diretamente nas planícies inundáveis adjacentes à ESEC Carijós 21 emendas: uma em Jurerê, sete em Canasvieiras, oito em Santo Antônio de Lisboa e cinco em Ratonas. **Destas emendas influentes, incidem diretamente sobre estas planícies 17 emendas, assim discriminadas: quatro na de Canasvieiras (referentes às emendas 20, 21, 48, e 49), oito na de Santo Antônio de Lisboa (referentes às emendas 1, 23, 24, 34, 35, 36, 40 e 41), e cinco na de Ratonas (referentes às emendas 3, 5, 6, 7 e 31), conforme mostra a tabela na seqüência.**

Tabela 8 - Emendas ao PLC 1292/2013 influentes nas Planícies inundáveis em torno à ESEC Carijós
Distritos de Canasvieiras, Rationes e Santo Antônio de Lisboa

Emenda	Vereador Proponente	Folha (s)	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
1	Dr. Ricardo - PCDoB	960	mudança de zoneamento	AAU p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
3	Guilherme Pereira - PSD	1032	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Rationes
5	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Vargem Pequena
6	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Rationes / Vargem Pequena
7	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ampliação da OUC (AUE)	Rationes / Vargem Pequena
19	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	APL p/ AMS 2.5	Canasvieiras / Canasvieiras
20	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	extensão de AMS 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
21	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	OUC p/ ACI e OUC p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
22	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1054	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
23	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
24	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1088	mudança de zoneamento	APL p/ ARE 4	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa

31	??	1145 / 1159	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Ratones / Vargem Pequena
33	??	1146 / 1169	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Canasvieiras / Jurerê Internacional
34	??	1146 / 1170	mudança de zoneamento	APL p/ ATL 2.5	Santo Antônio de Lisboa / frente à ESEC Carijós
35	Vanderlei Farias - PDT	1190 / 1192	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ ARM 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
36	Vanderlei Farias - PDT	1210 / 1212	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ AMS 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
37	??	1213 / 1219	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
40	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1235 / 1242- 1243	mudança de zoneamento	APL p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
41	Edinon Manoel da Rosa - PSDB	1235 / 1244- 1245	mudança de zoneamento	APP e APL / ARR	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui
48	??	1451 / 1452	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras
49	??	1453 / 1454	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda, PMF/2013.

Pondere-se que deste conjunto de emendas propostas, 28 foram aprovadas nas sessões de apreciação do projeto de lei do novo Plano Diretor. Destas aprovadas, cinco correspondem a Jurerê, dez a Canasvieiras, uma a Daniela, sete a Santo Antônio de Lisboa e seis a Ratones; das quais influem nas planícies à volta da ESEC Carijós, uma em Jurerê, sete em Canasvieiras, três em Santo Antônio de Lisboa, cinco em Ratones. **Destas últimas aprovadas, incidem diretamente sobre as**

planícies, 13 emendas, assim discriminadas: cinco na de Canasvieiras (referentes às emendas 19, 20, 21, 48 e 49), três na de Santo Antônio de Lisboa (referentes às emendas 23, 24 e 35), e cinco na de Rationes (referentes às emendas 3, 5, 6, 7 e 31), conforme mostra a tabela seguinte.

Tabela 9 - Emendas ao PLC 1292/2013 incidentes sobre as Planícies inundáveis em torno à ESEC Carijós Distritos de Canasvieiras, Rationes e Santo Antônio de Lisboa

Emenda	Vereador Proponente	Folha (s)	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
3	Guilherme Pereira - PSD	1032	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Rationes
5	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Vargem Pequena
6	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Rationes / Vargem Pequena
7	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ampliação da OUC (AUE)	Rationes / Vargem Pequena
19	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	APL p/ AMS 2.5	Canasvieiras / Canasvieiras
20	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	extensão de AMS 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
21	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	OUC p/ ACI e OUC p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
23	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
24	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1088	mudança de zoneamento	APL p/ ARE 4	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
31	??	1145 /	mudança de	APL p/	Rationes /

		1159	zoneamento	AUE	Vargem Pequena
35	Vanderlei Farias - PDT	1190 / 1192	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ ARM 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
48	??	1451 / 1452	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras
49	??	1453 / 1454	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda, PMF/2013.

Visualizando as seções de mapa de zoneamento constantes nas emendas e comparando-as com o mapa final de zoneamento, constata-se assim que: as emendas aprovadas e influentes na área estudada apontam em conjunto para uma movimentação em curso de mudança do perfil da ocupação do local, na qual áreas rurais e/ou de proteção ambiental cedem espaço a áreas com uso urbano. Seguindo, constata-se ainda que as emendas diretamente incidentes nas áreas planas ao entorno da ESEC Carijós mostram-se já como parte desta movimentação, apontando para novas mudanças de zoneamento e ocupações futuras e pressões sobre esta importante Unidade de Conservação Federal na Ilha de Santa Catarina.

A aferição e análise das emendas supracitadas permitiu constatar mudanças significativas para o entorno direto da Estação Ecológica de Carijós, além de outras pontuais nas proximidades, as quais somadas poderão também contribuir para um processo de mudança de zoneamento e a impactar a Unidade de Conservação presente na região. Das emendas propostas e influentes nas planícies adjacentes à ESEC Carijós, é preciso frisar que 15 propõem ocupação e usos urbanos sobre planícies alagáveis atualmente desocupadas e/ou sobre atuais áreas de proteção com uso limitado; e sete apontam para adensamento urbano de áreas já ocupadas (formal e/ou informalmente) via aumento de índices construtivos (gabaritos e taxas de ocupação). **Destas emendas, oito são as emendas aprovadas que apontam para ocupação e urbanização de áreas desocupadas ou de proteção com uso limitado; e seis são as**

que apontam para adensamento urbano de áreas já ocupadas, conforme mostrado na tabela abaixo.

Tabela 10 - Emendas ao PLC 1292/2013 influentes em torno à ESEC Carijós
Emendas que apontam urbanização em APL e áreas desocupadas,
e/ou adensamento urbano de áreas atualmente ocupadas

Distritos de Canasvieiras, Rationes e Santo Antônio de Lisboa

Emenda	Vereador Proponente	Folha (s)	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
3	Guilherme Pereira - PSD	1032	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Rationes
5	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Vargem Pequena
6	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Rationes / Vargem Pequena
7	Guilherme Pereira - PSD	1032 / 1035	mudança de zoneamento	ampliação da OUC (AUE)	Rationes / Vargem Pequena
19	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	APL p/ AMS 2.5	Canasvieiras / Canasvieiras
20	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	extensão de AMS 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
21	Guilherme Pereira - PSD	1048 / 1052	mudança de zoneamento	OUC p/ ACI e OUC p/ ARP 2.4	Canasvieiras / Canasvieiras
23	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1087	mudança de zoneamento	AMC 2.5 p/ AMC 4.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
24	Guilherme Pereira - PSD	1086 / 1088	mudança de zoneamento	APL p/ ARE 4	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
31	??	1145 / 1159	mudança de zoneamento	APL p/ AUE	Rationes / Vargem

					Pequena
35	Vanderlei Farias – PDT	1190 / 1192	mudança de zoneamento	margem da SC 401 p/ ARM 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Sto. Antônio de Lisboa
48	??	1451 / 1452	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras
49	??	1453 / 1454	mudança de zoneamento	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Canasvieiras / Canasvieiras

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda, PMF/2013.

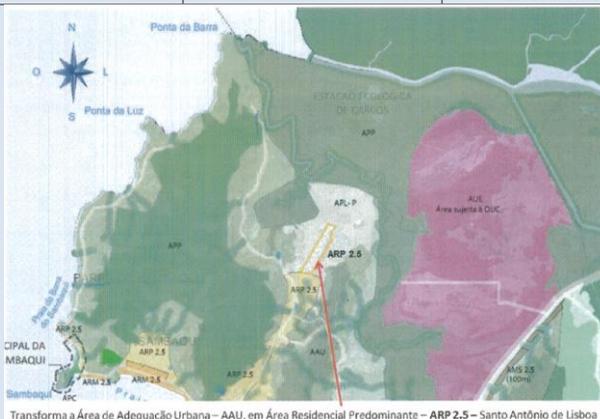
Conforme ilustrações na sequência, ficam claras, portanto, as intervenções sobre a referida área; configurando o reforço de um processo de mudança de zoneamento que poderá servir de incentivo e ponta de lança a novas mudanças em direção à jusante do rio Ratonas, à parte mais baixa da planície sedimentar e à própria Estação Ecológica de Carijós - fato preocupante ante as necessidades ecológicas que o lugar suscita. Destacam-se pelos mapas as mudanças de zoneamento que propõem usos urbanos e rurais no entorno imediato à área da ESEC Carijós, as quais denunciam por si sós as intenções parlamentares de induzir ocupações próximas à Estação e mudar o perfil de uso-ocupação do solo no local.

**Figura 28 - Ilustração de Emendas ao PLC 1292/2013
influentes em torno à ESEC Carijós**

Emendas que apontam urbanização em APL e áreas desocupadas,
e/ou adensamento urbano em áreas já ocupadas

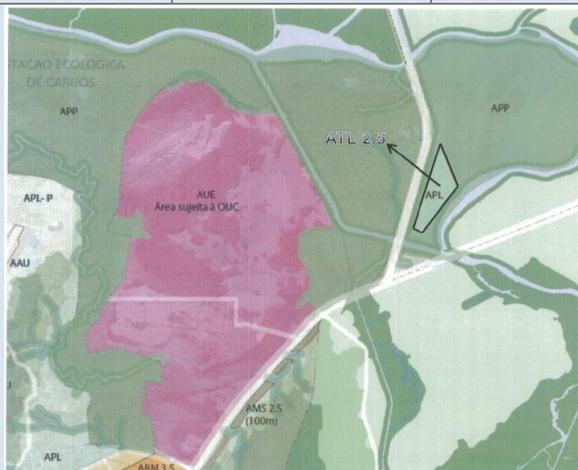
Distritos de Canasvieiras, Ratonas e Santo Antônio de Lisboa
(Emendas não aprovadas)

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
Dr. Ricardo - PCdoB	AAU p/ ARP 2.5	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume II, PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
34 / ??	APL p/ ATL 2.5	Santo Antônio de Lisboa / frente à ESEC Carijós



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13- Plano Diretor - Emenda – volume II,

PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
41/Edinon Manoel da Rosa - PSDB	APP e APL / ARR	Santo Antônio de Lisboa / Barra Sambaqui



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume I, PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
33 / ??	APL p/ AUE	Canasvieiras / Jurerê Internacional



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-

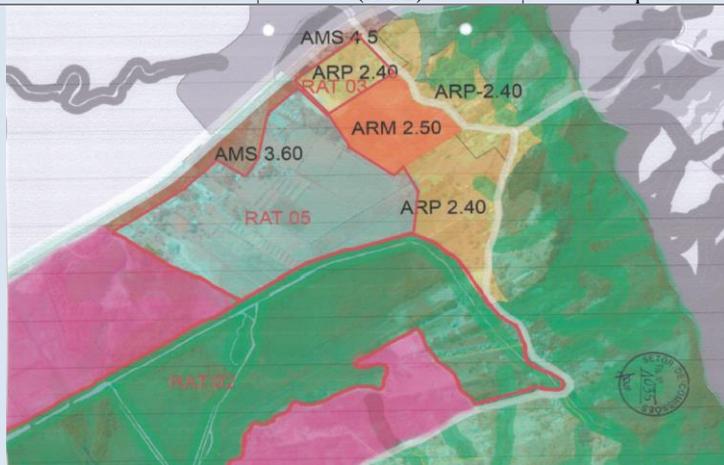
13-Plano Diretor-Emenda – volume II, PMF/2013.

**Figura 29 - Ilustração de Emendas ao PLC 1292/2013
influentes em torno à ESEC Carijós**

Emendas que apontam urbanização em APL e áreas desocupadas,
e/ou adensamento em áreas já ocupadas

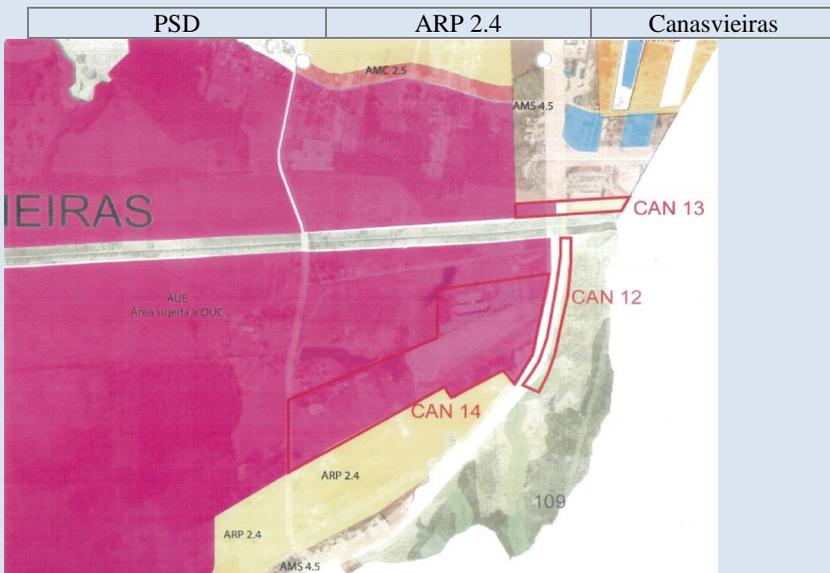
Distritos de Canasvieiras, Ratores e Santo Antônio de Lisboa
(Emendas aprovadas)

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
5 / Guilherme Pereira - PSD	APL p/ AUE	Ratores / Vargem Pequena
6 / Guilherme Pereira - PSD	ARP 2.4 P/ ARM 3.5	Ratores / Vargem Pequena
7 / Guilherme Pereira - PSD	Ampliação da OUC (AUE)	Ratores / Vargem Pequena



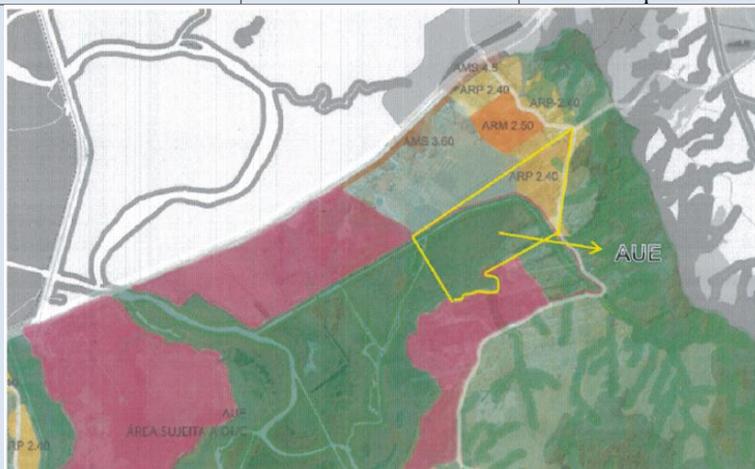
Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume II, PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
19/ Guilherme Pereira - PSD	APL p/ AMS 2.5	Canasvieiras / Canasvieiras
20/ Guilherme Pereira - PSD	Extensão de AMS 4.5	Canasvieiras / Canasvieiras
21/ Guilherme Pereira -	OUC p/ ACI e OUC p/	Canasvieiras /



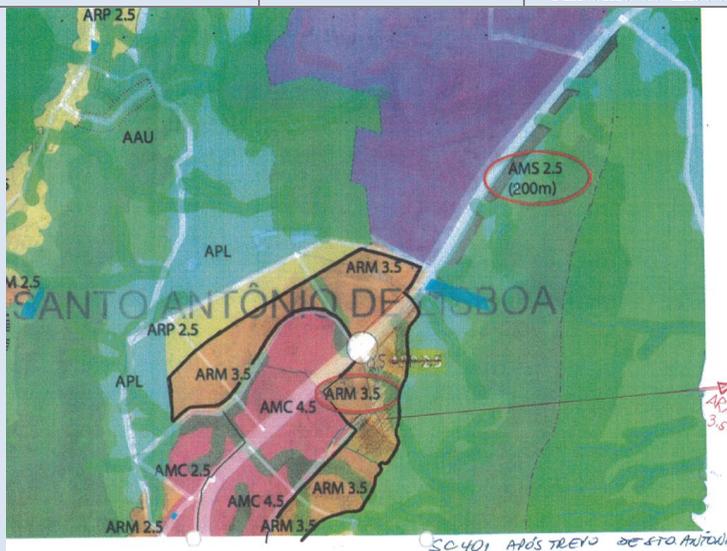
Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume II, PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
31 / ??	APL p/ AUE	Ratones / Vargem Pequena



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume II, PMF/2013.

Emenda/ Vereador Proponente	Proposta	Distrito / bairro
35 / Vanderlei Farias - PDT	Margem da SC 401 p/ ARM 3.5	Santo Antônio de Lisboa / Santo Antônio de Lisboa



Fonte: Câmara de Vereadores, Documento P.L.C. N 1.292-13-Plano Diretor-Emenda – volume I, PMF/2013.

5.2.2 - Lista de Emendas da Sociedade Civil Organizada

Em contrapartida às emendas oficiais propostas e/ou aprovadas por parlamentares na Câmara de Vereadores do município de Florianópolis, lideranças de movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades comunitárias, representantes distritais, e membros da população de diversos distritos da cidade, propuseram como resposta outras várias emendas ao texto e aos mapas de zoneamento urbano em apreciação e aprovação na referida casa legislativa; endereçando-as a parlamentares Vereadores, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, e ao gabinete do prefeito da cidade de Florianópolis. Para a Bacia Hidrográfica do Rio Ratoles constam em documento elaborado em conjunto entre as diversas lideranças e

representações populares e comunitárias, oito propostas de emendas ao plano diretor, das quais cinco referem-se ao distrito de Ratonés e três ao de Santo Antônio de Lisboa; não tendo havido propostas ao de Canasvieiras.

5.2.2.1 – Emendas no Distrito de Ratonés

Além das recomendações propostas, vale citar o destaque dado por membros do distrito ao caráter e estágio de ocupação local, em que a vocação agropecuária, o uso residencial, e grandes áreas de proteção ambiental (relativamente desocupadas e com APP) foram ressaltadas como importantes ao local.

Tabela 11 - Relação de Emendas propostas por membros da comunidade
Distrito de Ratonés

Emenda	Proponente	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
1	Comunidade e representação distrital	Mapa de zoneamento	Manutenção do mapa proposto pelo IPUF	Ratonés / Ratonés, Vargem Pequena
2	Comunidade e representação distrital	Tabelas de índices construtivos	Redução de área mínima de lotes em áreas rurais (ideal entre 1000 a 1500 m ² e taxa ocupação 20%)	Ratonés / Ratonés, Vargem Pequena
3	Comunidade e representação distrital	Mapa de zoneamento	Demarcação de AVLs nos ‘centrinhos’ do distrito	Ratonés / Ratonés, Vargem Pequena
4	Comunidade e representação distrital	Proteção Ecológica	Viabilizar política pública de fomento à proteção ambiental (tornar distrito objeto do instrumento PSA – pagamento por	Ratonés / Ratonés, Vargem Pequena

			serviços ambientais)	
5	Comunidade e representação distrital	Mudança de zoneamento	Destino de uso-ocupação do solo adequado às planícies úmidas do distrito (observar estudos da ESEC Carijós p/ incorporação de áreas)	Ratones / Ratones, Vargem Pequena

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento “Manifestação da ‘Bancada Popular’ do (ex) Núcleo Gestor Municipal do PDP Sobre o Projeto em Tramitação na Câmara Municipal”, Bancada Popular do Plano Diretor Participativo, Florianópolis, 2013.

5.2.2.2 – Emendas no Distrito de Santo Antônio de Lisboa

A este distrito, recomendações foram propostas por seus membros objetivando respeitar o requerido pela população nas leituras comunitárias. Abaixo, seguem as principais recomendações populares.

Tabela 12 - Relação de Emendas propostas por membros da comunidade
Distrito de Santo Antônio de Lisboa

Emenda	Proponente	Assunto	Proposta	Distrito / bairro
1	Comunidade e representação distrital	Mudança de zoneamento	Retirar AUE situada em área ambientalmente frágil e trocar p/ zoneamento de baixo impacto (área rural)	Santo Antônio de Lisboa / Santo Antônio de Lisboa
2	Comunidade e representação distrital	Traçado viário	Manutenção do traçado proposto pelo IPUF (conforme desejado pela comunidade)	Santo Antônio de Lisboa / Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui,

				Barra do Sambaqui
3	Comunidade e representação distrital	Índices construtivos	Manutenção dos índices de adensamento propostos pelo IPUF	Santo Antônio de Lisboa / Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Barra do Sambaqui

Fonte: Elaboração própria, a partir do Documento “Manifestação da ‘Bancada Popular’ do (ex) Núcleo Gestor Municipal do PDP Sobre o Projeto em Tramitação na Câmara Municipal”, Bancada Popular do Plano Diretor Participativo, Florianópolis, 2013.

Pela relação de propostas de emendas apresentadas nota-se sintonia entre várias delas, no sentido de conservação do estado de ocupação atual, de aumento de proteção ambiental, de adequação de uso-ocupação urbano-rural e dos mapas de zoneamento propostos. Destaque-se neste sentido, o desejo comunitário de se ter implantadas políticas públicas que induzam proteção de áreas e ecossistemas locais, seja pela anexação de áreas à ESEC Carijós, seja pelo incentivo à proteção ambiental pela comunidade e particulares, e/ou seja pela retirada de zoneamento urbano sobre áreas frágeis. Ainda, as intenções de adequação do uso-ocupação do solo e do mapa de zoneamento urbano-rural na região, pela manutenção ou troca de índices, tanto quanto pela retirada de zonas propostas e/ou pela mudança de zonas urbanas. Por fim, sugestões à mobilidade, pela manutenção de estrutura viária adequada às condições e necessidades locais.

Em breve comparação, é possível perceber significativas diferenças de conteúdo e objetivos entre as emendas parlamentares e as emendas populares. De modo geral, é preciso considerar que àquelas subjazem intenções via de regra pró-ocupação e potencialmente impactantes ao meio ecossistêmico local, seja pela propositura de urbanização sobre áreas passíveis de proteção, pela expansão de áreas já urbanizadas, pela recategorização de zonas rurais para urbanas, e/ou ainda pelo aumento de índices construtivos e adensamentos. Já às

comunitárias, inscrevem-se num círculo de intenções favoráveis ao meio ambiente e à cultura local, tendendo a conservar a área ante as intenções e proposições oficiais e/ou dominantes de agentes do Estado, do Poder Público e do Mercado Imobiliário. Parece ficar claro o conflito de intencionalidades e objetivos, das quais se traçam caminhos opostos à área considerada, evidenciando a diferença de possíveis e potenciais cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental às planícies do entorno da ESEC Carijós. De forma geral, pode-se dizer que parte da população local tende à proteção do meio ambiente e conservação do atual estágio de ocupação local; e os parlamentares (influenciados direta ou indiretamente pelo setor privado e imobiliário) tendem à relativização da proteção ambiental e transformação do estágio de ocupação, a partir da mudança do perfil de uso-ocupação do solo local pela sua urbanização e/ou sua desruralização.

5.3 - CADASTRO IMOBILIÁRIO X PLANO DIRETOR, TERRAS DE MARINHA E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

Na busca por mostrar potenciais problemas urbanísticos existentes e decorrentes de planejamento urbano, e a relação com interesses subjacentes, traz-se a esta seção, informações obtidas do cruzamento de dados técnicos e mapas relativos à estrutura fundiária, zoneamento urbano, áreas públicas federais, e condicionantes ambientais restritivas à urbanização.

5.3.1 - Análise do Cadastro Fundiário no entorno à ESEC Carijós

Para as imediações da Estação Ecológica de Carijós na Bacia Hidrográfica do Rio Ratoles, constam registrados em documentação de cadastro imobiliário no Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, um grande número de terrenos e glebas fundiárias, sendo quase todos, propriedades privadas. Muitos estão situados diretamente sobre as planícies inundáveis e/ou de transição a encostas, em áreas urbanas e não urbanas; havendo muitos outros por sobre as encostas de morro da bacia, conforme se pode ver nos mapas de propriedades fundiárias do apêndice 31. Distribuem-se pelos distritos de Canasvieiras,

Ratones e Santo Antônio de Lisboa, nos bairros de Canasvieiras, Vargem Pequena, Ratones, Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui, Daniela, Jurerê Internacional e Jurerê Tradicional.

Para efeitos de conhecimento, parece necessário recordar brevemente o histórico de formação e apropriação fundiária, donde as atuais glebas e terrenos de propriedade privada advêm desde os processos de colonização e ocupação histórico-cultural com influências da colonização açoriana, e de transformação do perfil de uso-ocupação do solo agrícola para urbano. De grandes territórios e porções de terra, originaram-se, portanto, as atuais glebas e terrenos, dos quais muitos continuam em processo de fracionamento e venda, e/ou submetidos à lógica da especulação imobiliária fortemente presente na região, que a tem caracterizado como uma das porções mais especuladas e cobiçadas da Ilha de Santa Catarina. São assim, terrenos que constituem um conjunto fundiário altamente sujeito à especulação, intrinsecamente presos à lógica mercantil de apropriação do solo; e não raro, coincidentes com mapeamentos questionáveis resultantes de processos de planejamento urbano, e/ou ainda de emendas parlamentares de mudança de zoneamento. No entanto, deste mesmo histórico fundiário, pondere-se que grande parte dos terrenos situam-se em partes inscritas em Áreas da União (em terrenos e acrescidos de marinha), quando comparados a mapeamentos da Superintendência do Patrimônio da União. Segundo informações de integrantes de órgãos públicos, alguns deles decorrem de processos de grilagem de terras e apropriação indevida, dos quais cabe investigação oficial dos órgãos do poder Judiciário. Registre-se ainda que outrora e/ou em tempos longínquos, houve grandes áreas de uso e ocupação comunitária - as chamadas “terras de uso comum”, conforme registros acadêmicos de Campos (2011).¹³⁶

Destas propriedades fundiárias, muitos dos grandes terrenos

¹³⁶ - Pesquisas de Nazareno Campos, professor do departamento de geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, que apontam as antigas áreas de uso comum da população agrícola da Ilha de Santa Catarina, as ‘terras de uso comum’, frequentemente situadas em planícies sedimentares das bacias hidrográficas costeiras. CAMPOS, Nazareno J. de “*Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-espacial*”. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

encontram-se posicionados sobre as planícies sedimentares da bacia, e outros distribuídos pelas encostas de morros. A maior parte dos terrenos e glebas não parceladas é de tamanho médio e pequeno, distribuindo-se ao longo das encostas dos morros da bacia, e proporcionalmente compensando a parte referente aos grandes terrenos situados sobre as planícies e áreas de transição. Dos situados sobre as encostas, estão sobre vegetações de transição e remanescentes de Mata Atlântica e/ou mesmo sobre porções e exemplares em regeneração. Dos situados nas planícies sedimentares, vários se encontram sobre áreas inundáveis, alagados, e vegetações típicas deste tipo de relevo; estando alguns inclusive, por sobre ecossistemas importantes como manguezais e restingas, e conforme relatos de moradores, por sobre sítios arqueológicos e resquícios de patrimônio histórico da região. Quanto a uso e ocupação do solo, grande parte destas propriedades fundiárias refere-se a vazios urbano-rurais; ausentes, portanto, de uso e ocupação da propriedade, e possivelmente em certos casos, à espera de valorização fundiária, configurando especulação imobiliária. Outros situados em áreas urbanas e inscritos em zoneamento urbano e rural possuem usos residenciais, comerciais, de serviço e/ou agrícolas, ocupados com uma e/ou várias edificações no mesmo terreno. Dos aspectos dimensionais e estados de uso-ocupação, pode-se apontar que constam principalmente sobre as planícies inundáveis do entorno imediato à ESEC Carijós e do Distrito de Ratonos, ao menos duas dezenas de extensas propriedades fundiárias que configuram espécies de minifúndios a grandes latifúndios situados no território do município de Florianópolis; e que com as indicações de uso-ocupação do solo definidas pelo Plano Diretor e por emendas a ele propostas, podem se transformar em territórios privados elitizados. Destes territórios latifúndios, por exemplo, cinco figuram próximo a Canasvieiras, dois em Jurerê/Daniela, três em Ratonos e um em Santo Antônio de Lisboa; que somados aos minifúndios, ilustram uma extensa porção da bacia hidrográfica do rio Ratonos e mesmo da Ilha de Santa Catarina.

5.3.2 - Cadastro Fundiário x Restrições Ambientais, Plano Diretor e Terras de Marinha

Estas glebas e propriedades fundiárias sobrepostas e/ou comparadas a fotos da Ilha, mapas de demarcação de áreas públicas, mapas de zoneamento do plano diretor, mapas de condicionantes e restrições ambientais, evidenciam existência e potencial de surgimento de problemas fundiários e ambientais, bem como as tendências de ocupação; apontando assim diferentes cenários e perspectivas para as planícies inundáveis adjacentes à ESEC Carijós, conforme se comenta na sequência.

Sobrepostos à ortofoto-carta da bacia hidrográfica do rio Ratonés, conforme mostra o apêndice 17, estes terrenos compõem uma importante parcela fundiária de seu território, abrangendo grandes áreas e importantes ecossistemas ambientais, limitando-se entre áreas já ocupadas e urbanizadas, e cercado a gleba norte da Estação Ecológica de Carijós; revelando ainda, áreas potenciais de crescimento urbano e adensamento da ocupação na região. Sobrepostos aos mapas de condicionantes e restrições ambientais, e comparados a cartas de aptidão à urbanização, conforme mostram respectivamente os apêndices 18 e 19, estes imóveis compõem uma parte notável das planícies sedimentares adjacentes à ESEC Carijós, da qual não se recomenda ocupação antrópica. Esta sobreposição revela, com efeito, uma extensa área com potencial de ocupação inadequada por sobre áreas passíveis de proteção ambiental e não indicadas à urbanização. Muitos dos terrenos estão sobre áreas de transição a ecossistemas importantes como manguezais e restingas, alguns avançando sobre essas próprias áreas ambientalmente frágeis. Ademais, muitos deles estão dentro dos limites das áreas sujeitas a inundações frequentes e/ou eventuais; e boa parte está em áreas com baixa aptidão à urbanização, em locais impróprios e considerados de risco pela defesa civil.

Confrontados ao mapeamento da SPU com sua demarcação de linhas de preamar média e limite de terras de marinha, e à sobreposição deste mapa na ortofoto-carta - conforme mostram respectivamente os apêndices 20 e 21 - estes terrenos não só fazem limite direto com Áreas da União, como as cercam e as comprimem claramente; havendo inclusive vários casos de médias e grandes propriedades fundiárias que

avançam sobre as áreas públicas e/ou mesmo situam-se por sobre estas; o que se poderá configurar em conflitos fundiários com a União, comprovadas ou não a legalidade da titularidade e dominialidade privada.

Comparados ao mapa do antigo plano diretor – como mostrado no apêndice 22 - grande parte dessas glebas situa-se nas então áreas de exploração rural, nas áreas de proteção com uso limitado e/ou em áreas de zoneamento urbano; denotando uma grande porção de terra em vias de ocupação e transformação no entorno da ESEC Carijós, havendo casos pontuais de avanço sobre áreas de preservação permanente, como a da própria Unidade de Conservação presente na bacia. Sobrepostos ao nível de macrozoneamento da proposta de plano diretor da fundação estrangeira – conforme o apêndice 23 - grande parte das glebas situa-se nas macro-zonas de transição urbana, que denotam possibilidades de especulação fundiária e potenciais de expansão urbana entre áreas já urbanizadas e/ou em vias de urbanização, e áreas de proteção ambiental - as chamadas zonas núcleo natural. Ademais, as maiores propriedades abrangem estas macro-zonas de transição urbana e boa parte de macro-zonas para proteção ambiental, as zonas núcleo natural; mostrando assim, potenciais irregularidades fundiárias, tendências negativas a possíveis conflitos urbano-ambientais. Ao nível de micro-zoneamento – de acordo com o apêndice 24 - parte dos terrenos está em áreas urbanas e/ou em processo de urbanização, como as micro-zonas residenciais e mistas definidas pela proposta de zoneamento, constituindo-se como reserva fundiária ao crescimento urbano. Outra parte está em áreas de transição, as chamadas micro-zonas de amortecimento natural nas planícies, abrindo possibilidades de especulação imobiliária à urbanização. E enfim, outra parte das glebas, correspondente a propriedades de latifúndios está na micro-zona para proteção ambiental, a zona núcleo natural; revelando possíveis problemas fundiários e agressões ambientais sobre ecossistemas importantes.

Considerando o mapa de áreas destinadas a operações urbanas consorciadas e a outorga onerosa do direito de construir, alguns dos terrenos inserem-se ou fazem limite direto com três grandes áreas de outorga onerosa, situadas em Jurerê Internacional, Santo Antônio de

Lisboa e Vargem Pequena; que assim, junto dessas zonas, apontam para o reforço de um movimento de transformação do perfil da ocupação nas imediações da Estação Ecológica de Carijós, pela mudança de categorias de uso-ocupação do solo no zoneamento, e um de sinalização do avanço do capital imobiliário e da pressão urbana sobre a ESEC Carijós. No intuito de mostrar possíveis relações com o processo de especulação imobiliária, ligado ao de planejamento urbano, o apêndice 24 b procura mostrar a interface das propriedades fundiárias com as zonas de outorga onerosa no entorno próximo à Unidade, pela sobreposição do cadastro imobiliário e do mapa de demarcação das áreas da União no mapa de delimitação das áreas para operação urbana consorciada do anteprojeto do plano diretor de Florianópolis, de 2011.

Confrontados com o mapa de zoneamento do novo Plano Diretor do município - como mostrado no apêndice 25 - a maioria das propriedades situa-se sobre áreas urbanizadas e/ou de uso-ocupação residencial rural, e de proteção com uso limitado; configurando o mesmo entorno de ocupação nas planícies imediatas à Unidade. No entanto, de acordo com o ilustrado no apêndice 25, comparados às novas áreas de preservação permanente propostas e à própria área da Estação Ecológica de Carijós, vale pontuar que vários terrenos inscrevem-se parcial ou totalmente nestas áreas, incluindo APP em seus limites fundiários e/ou até invadindo áreas de proteção, conforme sejam os objetivos de seus proprietários. Ainda pelo ilustrado no apêndice 25, comparados às “áreas de urbanização especial” propostas pelo novo plano, eles coincidem no todo e/ou em parte destas áreas, configurando grandes áreas de expansão das fronteiras de ocupação e urbanização, o que explica a propositura desta nova categoria de zoneamento urbano; denotando, portanto, junto de outros fatores, um substancial reforço ao processo de ocupação e crescimento urbano, e de pressão às áreas de preservação permanente, sobretudo à sensível área da Estação Ecológica de Carijós.

A partir de dados oficiais de cadastro imobiliário do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, o quadro constante no apêndice 26 consiste em uma amostra das muitas propriedades e glebas existentes nas imediações da ESEC Carijós, do qual os quadros 9, 10 e 11 trazem

aspectos relevantes que remetem a uma escala de classificação fundiária, que correlacionada aos mapas citados, confirmam tendências e/ou coadunam-se com os cenários mencionados.

Tomando os terrenos urbanos como referência e parâmetro, as pequenas glebas fundiárias correspondem a terrenos de até 5000 m², tanto inseridos em zonas urbanas e/ou rurais. Estes derivaram do fracionamento de anteriores propriedades rurais de famílias, e vem progressivamente destinando-se a parcelamento para fins urbanos. Constituem a maior parte do número de terrenos privados ao longo das estradas gerais junto às planícies imediatas à ESEC Carijós, anunciando possibilidades de crescimento da ocupação antrópica, sobretudo da urbanização. As glebas medianas correspondem a terrenos com área entre 5 mil e 50 mil m², inserindo-se em áreas urbanas, áreas de franjas urbanas, e/ou em áreas com atividades rurais. Também derivam do desmembramento de grandes glebas rurais de poucas famílias, destinando-se cada vez mais a parcelamentos para pequenos terrenos e ocupações peri-urbanas ou mesmo para fins urbanos. Constituem boa parte do número de terrenos privados situados nas planícies adjacentes e próximas a referida Unidade, mostrando possibilidades de expansão de ocupações e adensamentos. As grandes glebas fundiárias correspondem a terrenos com área entre 50 e 100 mil m², inseridas notadamente em vazios urbanos, áreas com usos rurais, e áreas desocupadas. Estes derivaram de grandes propriedades rurais e/ou de áreas apropriadas por posseiros; destinando-se progressivamente a reserva de terras para configuração de loteamentos e construção de condomínios urbano-rurais, e para outros usos e atividades, como comércios e serviços. Em quantidade, constituem a maioria dos terrenos privados nas imediações desta unidade de conservação, anunciando possibilidades de adensamento urbano, elitização do solo por condomínios fechados, e implantação de grandes equipamentos.

Já as glebas fundiárias consideradas minifúndios correspondem a terrenos com área entre 100 e 500 mil m², inserindo-se em áreas desocupadas, e em alguns pontos limitando-se a áreas urbanas. Estes também derivam de extensas propriedades rurais, áreas apropriadas por posseiros e/ou até (segundo relatos de moradores e operadores do

Direito) áreas griladas de terras devolutas federais. Outrora áreas rurais, hoje se destinam prioritariamente a estados de desocupação e a reserva fundiária para retenção especulativa do solo. Circundando as planícies à volta da ESEC Carijós, em termos de dimensionamento fundiário constituem parte significativa da área das planícies sedimentares do entorno da UC, anunciando potenciais de expansão do tecido urbano e locais de adensamento, e implantação de grandes estruturas, equipamentos e empreendimentos imobiliários - como grandes complexos privados e parques tecnológicos. Por fim, as glebas fundiárias consideradas latifúndios correspondem a terrenos com área superior a 500.000 m², inserindo-se totalmente em áreas desocupadas, antigas áreas de exploração e ocupação rural. Estes terrenos derivam de anexações de áreas menores, de incorporação e compra de áreas ocupadas por posseiros e até mesmo (segundo relatos de moradores e operadores do Direito) de porções griladas de terras devolutas da União. Outrora áreas rurais, hoje se destinam sobretudo à desocupação e reserva fundiária para retenção especulativa do solo. À volta da Unidade, também em termos de dimensionamento fundiário, constituem área equivalente aos demais tamanhos de glebas e às Áreas da União ainda não invadidas e apropriadas ilegalmente; evidenciando claramente as tendências e probabilidades de ocupação, privatização e elitização do solo nas planícies em torno a Estação Ecológica de Carijós, pela implantação de grandes complexos imobiliários e turístico-empresariais, parques tecnológicos, e modelos de urbanização sustentável destinada a classes sociais favorecidas.

Os quadros seguintes mostram aspectos relevantes da relação entre dados do cadastro imobiliário e a amostra de terrenos do local considerada na pesquisa desta dissertação; em que primeiramente, os quadros de número 9 e 10, destacam respectivamente, os terrenos situados sobre partes de ecossistemas sensíveis e áreas inundáveis, e as glebas que configuram latifúndios e minifúndios urbanos.

Quadro 8 - Lista de propriedades fundiárias situadas em áreas inundáveis e de manguezais
(Planícies do entorno da ESEC Carijós)

Setor	Bairro - local	Nº terreno	Posição	Topografia	Aspecto do solo	Uso e ocupação	Domínio / Titulação	Área	Classificação
Norte	Daniela Jurerê	1	planície	plano	mangue	sem uso / não construído	pública	99.999,00 m ²	grande
	Internacional	2	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	2.516.029,49 m ²	latifúndio
Leste e Nordeste	Jurerê Tradicional	15	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	77.939,64 m ²	grande
	Jurerê	20	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	10.415,79 m ²	médio
	Jurerê	21	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	36.002,45 m ²	médio
	Jurerê	22	planície	plano	mangue	sem uso / não construído	privada	400.000,00 m ²	minifúndio
	Canasvieiras	24	planície	?	?	?	?	1.227.358,70 m ²	latifúndio
	Canasvieiras Canasvieiras / Vargem Pequena	25	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	189.889,44 m ²	minifúndio
	Canasvieiras / Vargem	26	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	70.400,00 m ²	grande
	27	planície	plano	inundável	c/ uso comercial / construído	privada	92.663,90 m ²	grande	

	Pequena Canasvieiras / Vargem	33	planície	plano	inundável	c/ uso comercial / construído	privada	76.596,00 m ²	grande
	Pequena Canasvieiras / Vargem	34	planície	plano	inundável	c/ uso comercial / construído	privada	87.394,12 m ²	grande
	Pequena Canasvieiras / Vargem	35	planície	declive	inundável	c/ uso comercial / construído	privada	52.605,88 m ²	grande
	Pequena Canasvieiras / Vargem	43	planície	irregular	mangue	c/ uso comercial / construído	privada	34.148,87 m ²	médio
Sul e Sudoeste	Barra do Sambaqui	57	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	49.500,00 m ²	médio
	Barra do Sambaqui	61	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	9.844,00 m ²	médio
Sudeste	Vargem Pequena	63	planície/ encosta	irregular	inundável	c/ uso residencial / construído	privada	2.030.484,50 m ²	latifúndio
	Vargem Pequena	64	planície	irregular	alagado	c/ uso comercial / construído	privada	167.173,85 m ²	minifúndio
	Vargem Pequena	65	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	23.130,40 m ²	médio
	Vargem Pequena	71	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	60.170,72 m ²	grande

Ratones	74	planície	irregular	mangue	sem uso / não construído	privada	38.917,18 m ²	médio
Ratones	94	planície	irregular	alagado	sem uso / não construído	privada	3.636,50 m ²	pequeno

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentação oficial de cadastro imobiliário fornecida pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (sob previsão e respaldo legal da Lei de Acesso à informação - Lei 12.527 de 18/11/2011), IPUF-PMF/2015.

Quadro 9 - Lista de propriedades fundiárias que configuram latifúndios e minifúndios urbanos
(planícies do entorno da ESEC Carijós)

Sector	Bairro - local	Nº terreno	Posição	Topografia	Aspecto do solo	Uso e ocupação	Domínio / Titulação	Área	Classificação
Norte	Jurerê Internacional	2	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	2.516.029,49 m ²	latifúndio
	Daniela Jurerê	3	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	596.272,00 m ²	latifúndio
	Jurerê Internacional	4	planície	plano	firme	sem uso / em construção	privada	340.752,60 m ²	minifúndio
	Daniela Jurerê	10	planície	?	?	?	?	179.637,24 m ²	minifúndio
	Jurerê Internacional	12	planície	plano	firme	sem uso / em construção	pública	155.860,05 m ²	minifúndio
Leste e Nordeste	Canasvieiras / Vargem Pequena	17	planície	plano	firme	c/ uso residencial / construído	privada	109.768,25 m ²	minifúndio

	Jurerê	22	planície	plano	mangue	sem uso / não construído	privada	400.000,00 m ²	minifúndio
	Canasvieiras	24	planície	?	?	?	?	1.227.358,70 m ²	latifúndio
	Canasvieiras	25	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	189.889,44 m ²	minifúndio
	Canasvieiras	28	planície	plano	firme	c/ uso residencial / construído	privada	196.161,46 m ²	minifúndio
	Canasvieiras Canasvieiras / Vargem	29	planície	plano	firme	c/ uso comercial / construído	privada	3.401.724,00 m ²	latifúndio
	Pequena Canasvieiras / Vargem	40	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	299.080,69 m ²	minifúndio
	Pequena Canasvieiras / Vargem	44	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	762.351,12 m ²	latifúndio
	Pequena	45	planície	plano	firme	sem uso / não construído prestação serviço /	privada	181.922,25 m ²	minifúndio
	Jurerê	46	planície	plano	firme	construído	privada	122.648,88 m ²	minifúndio
Sul e Sudoeste	Santo Antônio de Lisboa	49	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	211.021,50 m ²	minifúndio
	Santo	55	planície	plano	firme	sem uso / não	privada	489.200,00 m ²	minifúndio

	Antônio de Lisboa					construído			
	Sambaqui Barra do Sambaqui	56	planície/ encosta	irregular	firme	c/ uso residencial / construído	privada	140.633,11 m ²	minifúndio
	Sambaqui	62	encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	115.168,96 m ²	minifúndio
Sudeste	Vargem Pequena	63	planície/ encosta	irregular	inundável	c/ uso residencial / construído	privada	2.030.484,50 m ²	latifúndio
	Vargem Pequena	64	planície	irregular	alagado	c/ uso comercial / construído	privada	167.173,85 m ²	minifúndio
	Vargem Pequena	68	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	132.300,27 m ²	minifúndio
	Ratones	78	planície	plano	firme	c/ uso residencial / construído	privada	198.501,45 m ²	minifúndio
	Ratones	80	planície	?	?	?	?	102.823,11 m ²	minifúndio
	Ratones	81	planície	plano	firme	c/ uso residencial / construído	privada	188.036,63 m ²	minifúndio
	Ratones	83	planície	plano	firme	c/ uso residencial / construído	privada	266.954,04 m ²	minifúndio

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentação oficial de cadastro imobiliário fornecida pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (sob previsão e respaldo legal da Lei de Acesso à informação - Lei 12.527 de 18/11/2011), IPUF-PMF/2015.

O mapa da figura 30 ilustra estas extensas propriedades fundiárias situadas no entorno imediato da ESEC Carijós, com destaque para os grandes terrenos que configuram latifúndios e minifúndios dentro do perímetro urbano insular da Ilha de Santa Catarina, na bacia hidrográfica do rio Ratonés, município de Florianópolis. Destas propriedades, ilustradas também no apêndice 28, constam seis latifúndios urbanos - na maioria, situados a Norte, Nordeste e Leste da Estação Ecológica de Carijós. Transpostas aos mapas de zoneamento urbano, estas grandes áreas configuram vazios urbanos à espera de valorização imobiliária; coincidindo, por exemplo, e em grande parte, com as “áreas de urbanização especial” do novo plano diretor; denotando assim tendências prováveis de expansão das atuais fronteiras urbanas, e confirmando a situação fundiária local como uma das áreas mais especuladas do território insular de Florianópolis; que a título de ilustração, os cenários mostrados pelas figuras 17 e 18 vêm a corroborar esta possibilidade. O quadro 10 destaca os terrenos não utilizados e sem construções em seus limites fundiários, cuja quantidade aponta grande porcentagem das propriedades nas planícies ao entorno da Estação Ecológica de Carijós e do distrito de Ratonés.

Quadro 10 - Lista de propriedades fundiárias sem uso e ocupação do solo
(planícies do entorno da ESEC Carijós)

Setor	Bairro - local	Nº terreno	Posição	Topografia	Aspecto do solo	Uso e ocupação	Domínio / Titulação	Área	Classificação
Norte	Daniela Jurerê	1	planície	plano	mangue	sem uso / não construído	pública	99.999,00 m ²	grande
	Internacional	2	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	2.516.029,49 m ²	latifúndio
	Daniela Jurerê	3	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	596.272,00 m ²	latifúndio
	Internacional	4	planície	plano	firme	sem uso / em construção	privada	340.752,60 m ²	minifúndio
	Daniela	6	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	22.000,00 m ²	médio
	Daniela	7	encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	11.511,00 m ²	médio
	Daniela	8	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	55.214,00 m ²	grande
	Daniela Jurerê / Praia do Forte	9	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	86.253,00 m ²	grande
	Jurerê	11	encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	38.959,00 m ²	médio
	Internacional	12	planície	plano	firme	sem uso / em construção	pública	155.860,05 m ²	minifúndio
	Jurerê	13	planície	plano	firme	sem uso / em	pública	87.370,30 m ²	grande

	Internacional					construção			
	Jurerê					sem uso / em			
	Internacional	14	planície	plano	firme	construção	pública	99.011,96 m ²	grande
Leste e Nordeste	Jurerê Tradicional	15	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	77.939,64 m ²	grande
	Jurerê	20	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	10.415,79 m ²	médio
	Jurerê	21	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	36.002,45 m ²	médio
	Jurerê	22	planície	plano	mangue	sem uso / não construído	privada	400.000,00 m ²	minifúndio
	Canasvieiras	24	planície	?	?	?	?	1.227.358,70 m ²	latifúndio
	Canasvieiras	25	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	189.889,44 m ²	minifúndio
	Canasvieiras / Vargem Pequena	26	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	70.400,00 m ²	grande
	Canasvieiras / Vargem Pequena	38	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	38.161,37 m ²	médio
	Canasvieiras / Vargem Pequena	40	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	299.080,69 m ²	minifúndio
	Pequena	42	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	15.851,13 m ²	médio

	Canasvieiras / Vargem Pequena	44	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	762.351,12 m ²	latifúndio
	Canasvieiras / Vargem Pequena	45	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	181.922,25 m ²	minifúndio
	Canasvieiras / Vargem Pequena	47	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	15.000,00 m ²	médio
Sul e Sudoeste	Santo Antônio de Lisboa	49	planície/ encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	211.021,50 m ²	minifúndio
	Barra do Sambaqui Santo	54	planície	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	55.107,50 m ²	grande
	Antônio de Lisboa	55	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	489.200,00 m ²	minifúndio
	Barra do Sambaqui	57	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	49.500,00 m ²	médio
	Barra do Sambaqui	61	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	9.844,00 m ²	médio
	Barra do Sambaqui	62	encosta	irregular	firme	sem uso / não construído	privada	115.168,96 m ²	minifúndio
		Vargem Pequena	65	planície	plano	inundável	sem uso / não construído	privada	23.130,40 m ²

Sudeste	Vargem Pequena	68	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	132.300,27 m ²	minifúndio
	Vargem Pequena	71	planície	plano	alagado	sem uso / não construído	privada	60.170,72 m ²	grande
	Ratones	72	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	90.000,00 m ²	grande
	Ratones	74	planície	irregular	mangue	sem uso / não construído	privada	38.917,18 m ²	médio
	Ratones	75	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	25.896,00 m ²	médio
	Ratones	76	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	22.013,77 m ²	médio
	Ratones	82	planície	irregular	arenoso	sem uso / não construído	privada	70.264,29 m ²	grande
	Ratones	88	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	29.679,55 m ²	médio
	Ratones	89	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	34.336,43 m ²	médio
	Ratones	92	planície	plano	firme	sem uso / não construído	privada	21.576,00 m ²	médio
Ratones	94	planície	irregular	alagado	sem uso / não construído	privada	3.636,50 m ²	pequeno	

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentação oficial de cadastro imobiliário fornecida pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (sob previsão e respaldo legal da Lei de Acesso à informação - Lei 12.527 de 18/11/2011), IPUF-PMF/2015.

Dessa amostra de propriedades fundiárias, boa parte não está sendo utilizada e nem abriga construções em seus limites, segundo dados de Cadastro Imobiliário do IPUF, relacionados no quadro anterior. Estas áreas podem estar sendo objeto de especulação imobiliária, coadunando-se ou não com os cenários ilustrados nas figuras 17 e 18. O quadro seguinte traz uma síntese destes dados, com destaque aos percentuais de propriedades imobiliárias situadas sobre áreas ambientalmente sensíveis (como mangues, alagados e partes inundáveis); outras sem uso e construções, e outras ainda configuradas como latifúndios e minifúndios urbanos.

Quadro 11 - Síntese dos dados sobre as propriedades fundiárias adjacentes à ESEC Carijós
(Planícies do entorno da ESEC Carijós)

Setor	Bairro - local	Posição	Topografia	Aspecto do solo	Uso e ocupação	Domínio / Titulação	Área	Classificação	Sentido da leitura	
Norte	Jurerê Internacional 28,57 %	Planície 50 %	?	Mangue 7,14 %	?	Pública 28,57 %	> 50.000,00 m ² e < 100.000,00 m ²	Grande 35,71 %	Dado ----- % do total de terrenos no setor	
		?		?			> 10.000,00 m ² e < 50.000,00 m ²	Médio 28,57 %		
	Daniela 57,14 %	Planície/ encosta 28,57 %	Irregular 42,85 %	Alagado 7,14 %	sem uso / em construção 28,57 %	Privada 57,14 %	> 500.000,00 m ²	Latifúndio 14,28 %		
Jurerê / Praia do Forte 7,14 %	Encosta 14,28 %	Plano 42,85 %	Firme 71,43 %	sem uso / não construído 57,1 %	? 14,28 %	> 100.000,00 m ² e < 500.000,00 m	Minifúndio 21,42 %			
Leste e Nordeste	Jurerê Tradicional 9,09 %	Planície 96,96 %	Plano 75,75 %	Inundável 27,27 %	sem uso / não construído 36,36 %	Privada 84,84 %	> 50.000,00 m ² e < 100.000,00 m ²	Grande 30,30 %		Dado ----- % do total de terrenos no setor
	Canasvieiras / Vargem Pequena 54,54 %		Declive 3,03 %	Firme 51,51 %	c/ uso residencial / construído 27,27 %		> 100.000,00 m ² e < 500.000,00 m	Minifúndio 21,21 %		

	Jurerê 12,12 %		? 15,15 %	? 15,15 %	? 15,15 %		> 10.000,00 m² e < 50.000,00 m²	Médio 36,36 %	
	Canasvieiras / 18,18 %	Planície/ encosta 3,03 %	Irregular 3,03 %	Mangue 6,06 %	c/ uso comercial / construído 18,18 %	? 15,15 %	> 500.000,00 m²	Latifúndio 9,09 %	
	Vargem Pequena 3,03 %		Plano / irregular 3,03 %		prestação serviço / construído 3,03 %		< 5.000,00 m²	Pequeno 3,03 %	
Sul e Sudoeste	Santo Antônio de Lisboa 53,33 %	Planície 53,33 %	Plano 40,00 %	Firme 73,33 %	c/ uso comercial / construído 20,00 %	Privada 86,66 %	> 10.000,00 m² e < 50.000,00 m²	Médio 33,33 %	Dado ----- % do total de terrenos no setor
	Sambaqui 13,33 %	Planície/ encosta 40,00 %	? 13,33 %	? 13,33 %	c/ uso residencial / construído 20,00 %		> 50.000,00 m² e < 100.000,00 m²	Grande 26,66 %	
					? 13,33 %	? 13,33 %	? 13,33 %	? 13,33 %	
	Barra do Sambaqui 33,33 %	Encosta 6,66 %	Irregular 46,66 %	Alagado 13,33 %	sem uso / não construído 46,66 %	? 13,33 %	> 100.000,00 m² e < 500.000,00 m	Minifúndio 26,66 %	
Sudeste	Vargem	Planície/ Irregular	Inundável	c/ uso	Privada	> 500.000,00 m²	Latifúndio	Dado	

	Pequena 28,13 %	encosta 6,25 %	21,88 %	6,25 %	residencial / construído 34,37 %	87,5 %		3,13 %	----- % do total de terrenos no setor		
				Alagado 9,37 %	c/ uso comercial / construído 3,12 %			> 100.000,00 m ² e < 500.000,00 m		Minifúndio 18,75 %	
	Canasvieiras / Vargem Pequena 6,25 %		?	12,5 %	?	c/ uso misto / construído 3,13 %		?		3,12 %	?
					?	?					
	Ratones 65,62 %	Planície 93,75 %	Plano 65,62 %		Firme 65,62 %	sem uso / não construído 37,5 %		?		> 50.000,00 m ² e < 100.000,00 m ²	Grande 28,12 %
					Mangue 3,13 %	c/ usos residencial e comercial / construído 6,25 %				> 10.000,00 m ² e < 50.000,00 m ²	Médio 43,75 %
					Arenoso 3,13 %	prestação serviço / construído 3,13 %				< 5.000,00 m ²	Pequeno 3,12 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentação oficial de cadastro imobiliário fornecida pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (sob previsão e respaldo legal da Lei de Acesso à informação - Lei 12.527 de 18/11/2011), IPUF-PMF/2015.

No setor Norte, a maioria das glebas consta no bairro Daniela, posiciona-se sobre planícies locais, apresentam topografia irregular ou plana, compõem-se de solo firme, não tem uso e ocupação do solo, são de domínio e/ou titularidade privada, e classificam-se como grandes, cuja área fica entre 5 e 10 hectares. Destaque-se que neste setor, 14,28 % situam-se sobre áreas úmidas e de vegetações características; estando, portanto, em remanescentes de ecossistemas importantes como manguezais e restingas. Além de que, 35,7 % dessas glebas configuram grandes extensões de terras, classificadas em latifúndios e minifúndios urbanos. Exemplificando, a extensa gleba limítrofe ao Norte da ESEC Carijós, latifúndio urbano situado exatamente em áreas úmidas e sobre exemplares do manguezal do rio Ratonés; que cruzada aos mapas do novo Plano Diretor e de delimitação de terras de marinha dos apêndices 24 e 21, respectivamente coincide com a “área de urbanização especial” do zoneamento e em parte com Áreas da União, revelando assim tendências de ocupação local, pressão sobre a Unidade de Conservação, e avanço sobre áreas públicas e ecossistemas sensíveis.

No setor Leste/Nordeste, a maioria das glebas abrange áreas de Canasvieiras e Vargem Pequena, posicionam-se sobre planícies, apresentam topografia plana, compõem-se de solo firme, tem uso do solo com construções residenciais e/ou comerciais, são de domínio e/ou titularidade privada, e classificam-se como áreas extensas, cujas dimensões ultrapassam os 5 hectares. Destaque-se que neste setor, 33,33 % desses terrenos estão sobre áreas úmidas e vegetações típicas; situando-se assim em remanescentes de ecossistemas importantes como manguezais e restingas. Ademais, 36,36 % das glebas não têm uso do solo nem construções, estado fundiário atual que pode denotar especulação imobiliária, além de áreas com usos agropecuários. E enfim, 30,00 % dessas glebas configuram enormes porções de terras, subdivididas em latifúndios e minifúndios urbanos. A título de exemplo, extensas glebas situadas a leste da ESEC Carijós - entre a rodovia SC 401, áreas urbanas de Canasvieiras e Vargem Pequena, Canto do Lamim e Jurerê Tradicional – latifúndios urbanos situados sobre áreas úmidas e

exemplares do manguezal do rio Ratonés; que cruzada com o zoneamento do novo Plano Diretor e o mapa de delimitação de terras de marinha dos apêndices 24 e 21, respectivamente coincide com a “área de urbanização especial” e em parte com áreas da União; assim também revelando tendências de ocupação local e pressão sobre a ESEC Carijós, e avanço sobre áreas públicas e ecossistemas sensíveis.

No setor Sul/Sudoeste, a maioria das glebas encontra-se em Santo Antônio de Lisboa, posiciona-se sobre planícies, apresenta topografia plana, compõe-se de solo firme, não tem uso e ocupação urbana do solo (situação possível de haver especulação imobiliária), são de domínio e/ou titularidade privada, e classificam-se como áreas consideráveis, cujas dimensões ultrapassam 5 hectares. Destaque-se que neste setor, 13,33 % dessas propriedades estão em cima de áreas úmidas, como alagados permanentes. Além disso, 26,66 % destas terras configuram grandes áreas como minifúndios urbanos, cuja dimensão está entre 10 e 50 hectares. Para efeito de exemplo, grandiosas porções de terra situadas entre áreas urbanas e em urbanização de Santo Antônio de Lisboa e Barra do Sambaqui, e a própria ESEC Carijós; minifúndios urbanos situados em áreas úmidas, planícies de transição ao manguezal, e em alguns pontos, sobre a própria Unidade de Conservação. Comparadas ao zoneamento do Plano Diretor e à delimitação de terras de marinha dos apêndices 24 e 21, coincidem com “áreas de urbanização especial” e em parte com áreas da União, assim também denotando tendências de ocupação local e pressão sobre a ESEC Carijós, pelo avanço sobre áreas públicas e ecossistemas frágeis.

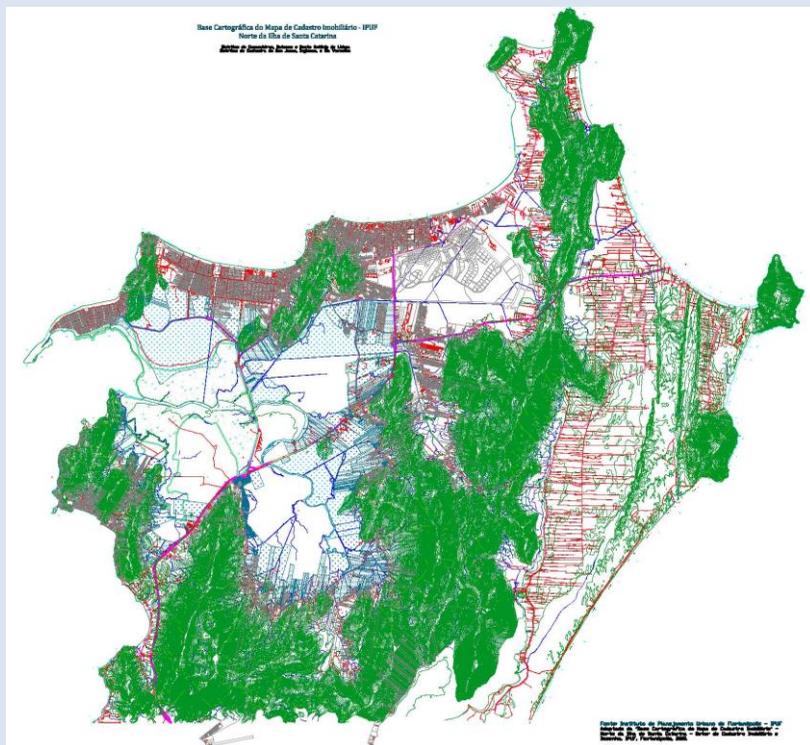
Por fim, no setor Sudeste (na planície sedimentar do distrito de Ratonés), a maior parte das glebas está em Ratonés, posiciona-se sobre planícies, apresenta topografia plana, compõe-se de solo firme, tem uso misto do solo com construções comerciais, residenciais e de serviço, são de domínio e/ou titularidade privada, e classificam-se como áreas de porte considerável. Destaque-se que neste setor, 18,75 % desses terrenos está sobre áreas muito úmidas, dentre remanescentes de manguezal, áreas inundáveis e alagados perenes. Além disso, 37,5 % dos terrenos não possuem nenhum tipo de uso do solo nem construções - estado fundiário atual que pode estar denotando especulação imobiliária no

local. A título de exemplo, extensas porções de terra situadas na planície de Ratonos e Vargem Pequena, entre áreas urbanas e/ou de ocupação rural, e encostas desocupadas; estando em alguns pontos, sobre áreas e vegetações passíveis de proteção ambiental. Transpostos aos mapas de zoneamento do novo Plano Diretor e de delimitação de terras de marinha dos apêndices 24 e 21, coincidem com “áreas de urbanização especial” e em alguns pontos com áreas da União, assim também anunciando tendências de ocupação e pressão urbana sobre áreas de planície inundável possíveis de serem protegidas, pelo avanço sobre áreas públicas e ecossistemas frágeis.

Diante do exposto e conforme estes quadros e mapas anexados percebe-se que há uma espécie de cinturão fundiário que revela estágios de ocupação ligados à ruralidade e à especulação imobiliária, anunciando tendências de expansão urbano-rural para cima de planícies inundáveis, áreas e vegetações passíveis de proteção ambiental, e notavelmente sobre a Estação Ecológica de Carijós; ao contrário do que seria ecologicamente necessário: um cinturão verde em que as propriedades fundiárias nas planícies deveriam coadunar-se com princípios e diretrizes de proteção ecológica e de ocupação planejada e voltada a interesses coletivos. O mapa da figura 30 traz esta amostra de 94 propriedades fundiárias circundantes às planícies do entorno da ESEC Carijós, cujo tema é detalhado no apêndice 28, onde são mostradas as maiores porções de terras privadas e a área desta Unidade de Conservação.

Figura 30 – Situação das maiores propriedades fundiárias na Base Cartográfica do Mapa de Cadastro Imobiliário do IPUF

Imediações das planícies do entorno da ESEC Carijós e Ratonos - Norte da Ilha



Fonte: elaboração própria a partir do Mapa de Cadastro Imobiliário do município de Florianópolis - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

Legenda:

	Grandes terrenos e glebas fundiárias no entorno da ESEC Carijós		Hidrografia
	Médios e pequenos terrenos do cadastro imobiliário		Estrutura Viária (rodovias)
	Edificações		Estrutura Viária (vias locais)
	'Latifúndios' e grandes propriedades fundiárias		Médias propriedades fundiárias

Remetidos aos cenários ilustrados no capítulo três, estes dados referentes ao estado de uso-ocupação do solo destas propriedades

fundiárias, encaixam-se nos *cenários V e II*; donde, respectivamente, a manutenção do atual processo de crescimento e o direcionamento da urbanização para locais e públicos específicos, são a tônica. Neste sentido, parecem evidenciar tal direção: (i) a presença de propriedades privadas sobre partes de áreas da União e sobre remanescentes de ecossistemas frágeis (mangues e restingas) e áreas de transição passíveis de proteção ambiental – conforme comparação entre apêndices 27 e 29.¹³⁷ - e (ii) a pressão à ESEC Carijós pelo processo de urbanização e pela especulação imobiliária – conforme comparação entre figura 30 e apêndice 30.¹³⁸ A associação dos mapas de zoneamento urbano-rural com a lista de grandes propriedades do mapa de cadastro imobiliário, aponta, portanto, para o ilustrado no *cenário I*, em que a ocupação das planícies por processos especulativos e pelo avanço sobre terras de marinha demarcadas e sobre áreas ambientalmente importantes, parece evidenciar as tendências colocadas.

5.4 - CONFLITO ENTRE INTERESSES E CENÁRIOS RESULTANTES

Partindo da fundamentação teórica, da contextualização socioambiental, e da exposição dos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental da área objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado, as análises sobre as distintas percepções e rumos assinalados, sobre o processo de planejamento e o novo plano diretor municipal, sobre as emendas parlamentares e comunitárias a esta nova peça de regulamentação urbana, e ainda sobre as relações entre mapeamentos de cadastramento fundiário, restrições ambientais, zoneamento urbano e delimitação de terras de marinha, conduzem - para efeitos de amarração e fechamento - a novas reflexões e apontamentos sobre conflitos entre diferentes (e por vezes opostos) interesses manifestos e cenários resultantes, no decurso de processos de planejamento urbano ainda em curso. Significa, portanto e neste momento, assinalar as diferenças

¹³⁷ - Mapa de Demarcação de Terras de Marinha (linhas presumidas de preamar média e limite de terrenos de marinha) e mapa de Restrições Ambientais.

¹³⁸ - Mapa de Cadastro Imobiliário do IPUF e Mapa de Zoneamento do novo Plano Diretor municipal.

colocadas, para efeitos de esclarecimento.

Inicia-se pelo processo de planejamento e sua (in) conclusão com o novo plano diretor, nos quais as diferenças e oposições de interesses são gritantes e frequentes. Pelo visto, o processo de planejamento urbano, os planos diretores resultantes e as percepções dos agentes envolvidos evidenciam não só conflitos de interesses e diferentes perspectivas, mas também a relação com fatores do modo dominante de produção e gestão do espaço urbano; em que comentar-se-á na sequência.

Pelos autores consultados, fica clara a interferência de interesses privados e econômicos, sobressaindo elementos que marcam o modo capitalista de produção da cidade. Os recorrentes e intensos problemas do processo de planejamento urbano em torno da construção e aplicação do novo Plano Diretor de Florianópolis, não só mostram e/ou decorrem desses interesses, como refletem a problemática de planejamento e gestão urbana, e fatores estruturantes do modelo hegemônico de construção da cidade. Assim, inúmeras distorções do processo - como não cumprimento da legislação urbano-ambiental federal, inadequações técnicas, ilegalidades e irregularidades políticas e legislativas, disparidades e assimetrias antidemocráticas, influências diretas do setor privado em relações suspeitas com o poder público, etc. - ilustram efeitos intrínsecos ao domínio destes interesses na produção e gestão do espaço urbano na capital catarinense. Durante as pesquisas, o envolvimento com esse processo pôde observar como interesses mercantis e privados se sobrepuseram aos comunitários; já que o poder público limitou a participação popular democrática à primeira fase do processo, interrompeu sua continuidade desorganizando espaços participativos e destituindo colegiados (bases distritais e núcleo gestor do plano diretor participativo), burlou a legislação urbana federal propiciando espaços deficitários de participação popular e decisão (limitados a meras consultas públicas e frequentemente aparelhados por atores político-econômicos dominantes), outorgou sua obrigação legal e compartilhada de planejamento urbano a empresas de consultoria contratadas, não superou vícios (tecnocráticos e mercadológicos) de planejamento urbano, feriu o direito à cidade minando as possibilidades

de controle social na última etapa, e permitiu desvios urbanísticos no plano aprovado pela Câmara de Vereadores. Assim, a “insistência da postura antidemocrática, excludente e unilateral” (PERES, 2013: 135) dos setores dominantes no desenho da cidade, presenciou-se agudamente no fim do processo, com a pressão dos agentes imobiliários sobre o Estado, que atropelou o processo impondo uma peça de ordenamento territorial ligada aos interesses do mercado e das elites, corroborada e chancelada com o trâmite no poder legislativo municipal. A constatação de que o “histórico dos planos diretores de Florianópolis mostra-se por interferências desfigurantes de emendas parlamentares” (PIMENTA, PIMENTA, 1999), ficaria extremamente evidente no processo de aprovação do novo plano diretor, em que grande parte das mais de 600 emendas de vereadores ligados aos propósitos da especulação imobiliária, da urbanização de grife, da lógica empresarial, e das indústrias da construção civil e do turismo, deu a tônica do plano aprovado.

Considerando os autores consultados e prévias análises desses planos diretores resultantes do conturbado processo de planejamento urbano de Florianópolis, parecem não restar dúvidas quanto às inter-relações entre as peças e os interesses economicistas e elitistas que têm marcado parte significativa do ordenamento territorial municipal.

Apesar de um discurso pretensamente preocupado com o meio ambiente, não parece ter sido este o real foco dos objetivos de planejamento urbano oficial e de vários agentes interessados. Isso porque persiste a visão antropocêntrica e utilitária da natureza, o oportunismo do discurso de desenvolvimento urbano sustentável, e ainda a capitalização da dimensão ambiental do espaço na produção da cidade. A contradição entre “o dito e o feito”, perceptível através do conflito entre propósitos dos planos e suas disposições de uso-ocupação do solo, confirma esse raciocínio; uma vez que (por exemplo) o equilíbrio¹³⁹ proposto pelo poder público, buscou mais garantir áreas à expansão urbana do que de fato adequar e submeter o desenvolvimento

¹³⁹ - Entendido enquanto conciliação de interesses econômicos e necessidades de proteção ambiental de recursos naturais (desenvolvimento urbano e econômico + sustentabilidade e preservação ambiental).

urbano às condicionantes ambientais, e assegurar proteção efetiva do meio ambiente. Fato é que a retórica dos órgãos oficiais e o discurso teórico do plano diretor - utilizando-se de termos genéricos, considerando demandas econômicas e exaltando o papel da capital na cena nacional - alinha-se a conceitos típicos do processo de inserção da cidade na economia capitalista internacional (como Planejamento Estratégico, City Marketing, Cidades Globais, Cidades Inteligentes, etc.) e ao ideário neoliberal da “Cidade do pensamento único” (ARANTES et. al, 2000). A insistência tecnocrática do poder público em buscar uma marca e um termo justificador do novo plano (pelo título Reserva da Biosfera Urbana e/ou pelo termo “equilíbrio”), assim serve de exemplo.

Resultados de um processo de planejamento eivado de ilegalidades e marcado por conflitos e injustiças, os planos citados parecem não deixar dúvidas a quais interesses atendem e pelos quais foram determinados. Desvinculando-se dos patrimônios histórico-culturais e ambientais, e atrelando-se a intensos processos de transformação da zona costeira, eles vieram atender demandas estratégicas dos setores econômicos, descaracterizar ocupações e ambientes típicos, consolidar processos de urbanização e degradação ecológica, e induzir novos padrões de ordenamento territorial e apropriação do meio. Submetendo-se à lógica capitalista de produção do espaço e aos interesses hegemônicos, e relativizando a questão ecológica e a problemática urbano-ambiental de Florianópolis, os planos manifestam claros sinais de interferência dos setores político-econômicos mais influentes, além dos problemas e efeitos negativos já relatados. Assim, somados a deficiências processuais e institucionais,¹⁴⁰ os problemas de mapas de zoneamento e tabelas de especificações revelam inexistir um critério de definição adequado; ou de outro lado, a existência de um critério definido por influências de grandes

¹⁴⁰ - A falta de sistemas integrados de planejamento e gestão, e de propostas amplas de conservação de ecossistemas e ligação de áreas protegidas; deficiências institucionais e fragmentação de conhecimento; falhas metodológicas na definição de uso-ocupação do solo e proteção ambiental, e de macro e micro-zoneamento, mostram incompreensões sobre desenvolvimento urbano e proteção ambiental, em tempos de Crise Sócio-ecológica.

proprietários de terra e de interesses econômicos do capital imobiliário e da indústria de construção civil. Daí que, a definição equivocada de zoneamento urbano sobre áreas públicas passíveis de proteção ambiental, parece servir de exemplo; comprometendo condições ecológicas e atributos histórico-culturais, privilegiando interesses economicistas, e contrapondo leis federais e reflexões sobre proteção ecossistêmica e adequação da urbanização. Expandindo fronteiras urbanas sobre estas áreas e transformando o perfil econômico da ocupação urbana e as proporções de propriedade fundiária, os planos parecem revelar seus objetivos, para quais interesses servem, e a essência do critério de definição do zoneamento: a obediência a um ordenamento urbano que prioriza propriedade privada, mercantilização do solo e demandas do capital imobiliário e do setor de construção civil, por sobre as demandas sociais urbanas e do próprio ambiente. Ao estabelecer “Áreas de Urbanização Especial – AUE” [ainda que sob “projeto amplo e regime específico” (IPUF-PMF, 2014)] com novas centralidades, em atuais grandes propriedades privadas situadas inclusive em áreas da União nas planícies inundáveis imediatas à ESEC Carijós e em Ratonés, o novo plano assim exemplifica o fato. Este conduz à compreensão de que a propriedade privada e a mercantilização do solo se sobrepõem a importantes direitos sociais urbanos, como o Direito à Natureza e o Direito à Cidade.

Considerando os interesses registrados nas novas consultas feitas com agentes do Estado, do Setor Privado e da Sociedade Civil, as diferenças de percepções e intenções à área se dão de forma sutil e/ou mesmo aguda, expressando os cenários desenhados. Nos três eixos da pesquisa com os agentes, via de regra opõem-se visões reativas ao processo de urbanização e visões adaptativas ao mesmo. Usando termos supostamente ligados ao mesmo objeto, os discursos tão logo evidenciam diferenças e antagonismos que relativizam consensos aparentes, revelando a essência das interpretações e subjetivações para o lugar. Frequentemente os mesmos agentes posicionaram-se de uma forma ou de outra sobre as questões.

Iniciando pela relação da ESEC Carijós e adjacências com o processo de ocupação, exacerba-se o conflito entre proteção ecológica e

crescimento urbano; donde agentes da sociedade civil e de níveis supra municipais do Estado, falam em favor da proteção dos ecossistemas locais, da Unidade de Conservação e da regulamentação rigorosa de seu entorno, fazendo uso total da legislação urbano-ambiental e fundiária; e os do setor privado e do poder público municipal posicionam-se em favor do desenvolvimento urbano – qualificado por eles como sustentável, equilibrado e compatível ao meio ambiente local – flexibilizando o uso da legislação. Passando à proteção ecológica, as diferenças se notabilizam; donde novamente, representantes de segmentos sociais e de grande parte dos órgãos do Estado posicionam-se pela incondicionalidade na busca da proteção de ecossistemas locais e da Unidade de Conservação presente, apontando uso dos instrumentos disponíveis; e os agentes do mercado e da prefeitura relativizam a questão, impondo-a a uma adequação ao desenvolvimento urbano e econômico, sugerindo inclusive a secundarização do papel do Estado nas políticas de proteção ambiental, chegando a propor áreas urbanas especiais como meio de proteger a natureza. Finalizando com os cenários de desenvolvimento e planejamento urbano, as perspectivas são gritantemente opostas. Enquanto a maioria vê um processo agressor de expansão urbana, há quem o veja atualmente moderado, ressaltando inclusive a inevitabilidade da urbanização, mesmo num local sensível e limitado. Ainda que todos tenham reconhecido problemas do novo plano, houve quem o qualificou como satisfatório, e o exemplo das áreas urbanas especiais, como adequadas - possivelmente, a seus próprios interesses pessoais, empresariais e/ou políticos. Muitos recomendando revisão e grandes mudanças, outros agentes (do mercado e do município) propondo otimização das disposições do plano, como as parcerias público-privadas, doses de pragmatismo e realismo, e uso de instrumentos urbanísticos como contrapartidas socioeconômicas e compensações ambientais de grandes projetos e empreendimentos. As razões e formas de ocupação sugeridas diferem claramente mostrando interesses distintos, donde a maioria vincula aos aspectos histórico-culturais e ecológicos, e membros do setor privado e da prefeitura vinculam ao processo de desenvolvimento econômico e à modernização dos padrões edilícios – teoricamente sustentáveis e de baixo impacto.

Surpreendentemente contrapõem-se visões realistas sobre as graves tendências de ocupação apontadas por membros da sociedade e do Estado, e visões otimistas do mercado e da prefeitura, que apontam tendências de urbanização sustentável e preservação ambiental, promovidas por áreas urbanas especiais (AUE). Distanciam-se também as alternativas apontadas, donde membros da sociedade e dos níveis supra municipais do Estado recomendam reformulação do plano em favor do meio ambiente, enquanto os do mercado e da prefeitura sugerem apenas adequação técnica do processo de urbanização, retocado como sustentável.

Enfim, ficam claras as diferentes perspectivas e os motivos do que propõem; donde se percebe notavelmente um alinhamento discursivo afinado entre poder público municipal e setor privado em favor da continuidade do processo de desenvolvimento urbano – retoricamente qualificado por eles, como sustentável, tecnicamente qualificado e aliado à preservação ambiental; e um outro alinhamento entre agentes do Estado e da Sociedade, em favor de políticas e ações que combatam tal processo, invertam tendências e ajam em pró do meio ambiente.

Passando aos cenários resultantes anteriormente ilustrados, conflita-se notadamente o de urbanização sustentável e elitizada com o de proteção ecossistêmica e ocupação limitada; já que as diretrizes de sustentabilidade da urbanização, manifestas nos discursos e interesses de certos agentes da cidade, e ainda nos planos diretores propostos e/ou aprovados, se sobrepõem sobre as diretrizes comunitárias e as de preservação ambiental, indicadas por agentes de órgãos públicos e da sociedade, materializando-se no processo real de desenvolvimento e planejamento urbano. A continuidade do processo corrente de ocupação no entorno da ESEC Carijós, a que se buscou ilustrar no cenário atual e no cenário futuro, choca-se também com as perspectivas postas pelos cenários alternativos (de proteção ambiental e de valorização de aspectos locais tradicionais); uma vez que o domínio de interesses econômicos e políticos sobre as necessidades sociais e de conservação ambiental (seja nos processos de planejamento, seja nos instrumentos urbanísticos e nos planos resultantes) desenham os estágios de

especulação imobiliária e as tendências futuras de urbanização e degradação ecossistêmica, limitando as chances de os cenários alternativos tornarem-se reais.

Nesse sentido, as relações estabelecidas dos atuais processos de desenvolvimento e planejamento urbano, com as visões e opiniões manifestadas pelos agentes entrevistados, e com os mapas de restrições ambientais, zoneamento urbano e demarcação de áreas da União, mostram os conflitos entre diferentes trajetórias e perspectivas de desenvolvimento urbano e proteção de ecossistemas locais, e por assim dizer, evidenciam paralelismos, divergências e/ou convergências entre os cenários ilustrados anteriormente. A título de exemplo nas planícies sedimentares ao entorno da Estação Ecológica de Carijós:

- (i) **entre os cenários desenhados:** as diretrizes de proteção de ecossistemas sensíveis e importantes, divergem radicalmente das de urbanização sustentável, e dos processos de especulação imobiliária e de ocupação desmedida; opondo portanto, o primeiro cenário alternativo com os cenários atual, idealizado e futuro. Há certa aproximação entre os dois cenários alternativos mostrados nas figuras 19 e 20, no que tange às indicações de proteção ambiental e de ocupação rural das planícies à volta da ESEC Carijós. Analogamente ao primeiro cenário alternativo, o segundo (de ocupação rural) diverge fortemente dos cenários de especulação imobiliária, urbanização sustentável e ocupação caótica, pelo que se mostra quanto à ocupação ou proteção destas planícies na bacia hidrográfica do rio Ratonés. Por sua vez, estabelecem-se relações paralelas e/ou mesmo convergentes entre os cenários atual, idealizado e futuro, mostrados nas figuras 17, 18 e 21; uma vez que os processos de ocupação caótica em muito decorrem da segregação sócio-espacial provocada pela inserção do solo no círculo mercantil de retenção especulativa e de apropriação privada por modelos elitizados.
- (ii) **sobre a ligação dos cenários com os mapeamentos coletados:** a listagem das maiores glebas nas planícies do entorno à ESEC Carijós (muitas dessas sem uso, ocupação e construções,

conforme mostrado no quadro 10) guarda relação com processos especulativos da região, convergindo portanto com o cenário atual ilustrado na figura 17. Pelo porte e localização, a ocupação e urbanização dessas glebas resulta nos cenários idealizado e futuro - mostrados nas figuras 18 e 21. Ademais, os vários pontos de sobreposição dessas glebas sobre áreas da União e áreas de proteção ecossistêmica, conforme ilustrado nos apêndices 18, 20 e 21, apontam na direção desses dois cenários. Na esteira da relação entre mapa de cadastro imobiliário e os cenários atual, idealizado e futuro, o mapa de zoneamento do novo plano diretor se inclui, uma vez que as categorias de zoneamento destinadas à ocupação urbana coincidem com fatores e diretrizes desses cenários. Mais especificamente, por exemplo, as “Áreas de Urbanização Especial” definidas no novo plano diretor, apontando para a ocupação das planícies adjacentes à ESEC Carijós com modelos de urbanização sustentável, relacionam-se diretamente com os cenários idealizado e futuro, ilustrados nas figuras 18 e 21. Uma vez voltadas a classes sociais abastadas e situadas em áreas atualmente desocupadas e à espera de valorização monetária (como grande parte das glebas listadas do cadastro imobiliário), estas zonas coincidem com o ilustrado nos cenários atual e idealizado, das figuras 17 e 18. Constituídas como “modelos de ocupação urbana inovadores e como contribuição à concepção da cidade do século XXI” (conforme os idealizadores do novo plano diretor), estas zonas urbanas apontam à direção do cenário idealizado, e suas diretrizes de urbanismo sustentável. Já a linha demarcatória de terras de marinha constante nos mapas da figura 10 e do apêndice 27, se respeitada (mantendo-se a titularidade e dominialidade das terras de marinha para a União), poderá apontar na direção do primeiro cenário alternativo, mostrado na figura 19; em que as áreas sob domínio da União e as de proteção ambiental não são ocupadas. Entretanto, se desrespeitada e submetida à lógica privatista de propriedade fundiária (com titularidade e dominialidade registrada em cartórios a particulares), poderá apontar na direção

dos cenários atual, idealizado e futuro; uma vez que grandes glebas e propriedades privadas situadas em acrescidos de marinha estão hoje sob especulação imobiliária e pelo zoneamento do novo plano diretor, deverão voltar-se a modelos de urbanização dirigidos às classes sociais de alto poder aquisitivo., o mapeamento das condicionantes e restrições ambientais do apêndice 29, semelhantemente ao mapa de demarcação das áreas públicas federais, se for respeitado na íntegra seguramente apontará na direção do primeiro cenário alternativo, mostrado na figura 19; em que as áreas de proteção ambiental não são objeto de urbanização. Se a ele forem condicionadas ocupações com atividades rurais tradicionais e ambientalmente não impactantes, poderá apontar na direção do segundo cenário alternativo, mostrado na figura 20; em que poderão coexistir ocupações ligadas à ruralidade e áreas destinadas à conservação ambiental. No entanto, se for desrespeitado e flexibilizado por leis municipais e projetos privados, seguramente apontará na direção dos cenários atual, idealizado e futuro, mostrados nas figuras 17, 18 e 21; donde respectivamente as áreas com restrições ambientais são especuladas, ocupadas e requeridas para ocupação privada e urbanização, seja esta sustentável ou não.

- (iii) **no tocante ao espectro de opiniões e interesses registrados na pesquisa**, além destes conflitarem-se entre si, remetidos aos cenários depreendidos, estabelecem-se novas diferenciações e trajetórias de desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente. De maneira geral, os três conjuntos de opiniões manifestadas, correlacionam-se aos cenários ilustrados e suas diretrizes, denotando rumos divergentes e/ou convergentes. Sistemáticamente, em todas as questões, opõem-se entre si dois desses conjuntos: o de urbanização sustentável com novos modelos de ocupação, e o de proteção ecológica com urbanização limitada a restrições ambientais; e por conseguinte, o cenário idealizado e o primeiro cenário alternativo, respectivamente mostrados nas figuras 18 e 19. Há certa aproximação entre o conjunto de opiniões ligado a aspectos de ruralidade com o de

proteção ambiental e urbanização limitada às condições ambientais, cujos cenários alternativos mostrados nas figuras 19 e 20, denotam similitudes, e por outro lado, diferenças não necessariamente totalmente opostas entre si.

- (iv) **dos atuais processos de desenvolvimento e planejamento urbano**, estabelecem-se relações de convergência entre os cenários atual e futuro; na medida em que a valorização excessiva do solo e sua retenção especulativa pelos agentes dominantes do espaço urbano (proprietários de terrenos, capitalistas imobiliários, industriais da construção civil e gestores públicos municipais) mostrada na figura 17, liga-se diretamente à situação mostrada na figura 21, de apropriação privada e ocupação das planícies por modelos de urbanização e empreendimentos fechados do mercado imobiliário formal, em que a segregação sócio-espacial e a deterioração das condições socioambientais são efeitos decorrentes e visíveis. A continuidade das atuais trajetórias de desenvolvimento urbano com reprodução de disparidades urbano-ambientais e sociais resultará na situação espacial do cenário futuro ilustrada na figura 21; e a perpetuação dos processos viciados e dos modelos tecnocráticos e mercantis de planejamento urbano, resultantes em planos diretores claramente ligados aos grandes interesses socioeconômicos e políticos da cidade, conduzirá a ocupação das planícies ao entorno da ESEC Carijós à situação sócio-espacial e ambiental do cenário idealizado, ilustrado na figura 18. Não por acaso, as relações desses processos com as grandes propriedades privadas constantes no cadastro imobiliário, com as áreas de urbanização especial definidas no zoneamento do novo plano diretor, e com a desconsideração das condicionantes ambientais e das terras de marinha, constituem-se como evidências concretas das perspectivas apontadas nos cenários atual, idealizado e futuro, ilustrados nas figuras 17, 18 e 21.

No que tange ao binômio meio ambiente e desenvolvimento implícito na relação entre desenvolvimento urbano e proteção ambiental,

de maneira geral conflitam-se nos processos de planejamento e desenvolvimento urbano, nas entrevistas com agentes do espaço urbano, e nas relações com mapeamentos coletados, ao menos três grandes trajetórias de expansão urbana e conservação ecológica de ecossistemas e áreas importantes das planícies sedimentares ao entorno da ESEC Carijós, conforme ilustrados nos distintos cenários das figuras 17 a 21. Assim que, a perspectiva de proteção ecológica e urbanização limitada a condicionantes ambientais ilustrada no primeiro cenário alternativo (figura 19) choca-se com a de urbanização sustentável ilustrada no cenário idealizado (figura 18), e com a de continuação do atual processo de crescimento urbano ilustrada no cenário futuro (figura 21). Divergem, portanto, distintas concepções e diretrizes de desenvolvimento urbano e proteção ambiental; e, por conseguinte, diferentes rumos ao recorte espacial da pesquisa desta dissertação de mestrado.

Pelo debate da sustentabilidade urbana, conflitam-se desses processos, entrevistas, e mapeamentos, diferentes tendências, discursos e representações do urbano, replicáveis aos cenários apreendidos. Considerando as tendências de sustentabilidade urbana, a visão socioecológica relacionada ao cenário possível de proteção e urbanização ecossistêmica, opõe-se à modernização ecológica e ao urbanismo ecológico, relacionados ao cenário idealizado de urbanização sustentável. Considerando os discursos de sustentabilidade urbana, há relativa aproximação teórico-conceitual e prática entre todos; havendo, porém, diferenças de abordagens que se mostram em diretrizes apontadas nos cenários. Assim, os discursos de escala, equidade, autossuficiência e ética – relacionáveis aos cenários alternativos de proteção ecológica, urbanização limitada, e ocupações rurais – frequentemente conflitam-se com o de eficiência – relacionável mais ao cenário de urbanização sustentável; uma vez que os agentes que discursam, manifestam diferentes intenções subjacentes, das quais algumas podem ser vistas nos cenários. Considerando as representações de cidade face à durabilidade urbana, também existe relativa aproximação teórico-conceitual e prática entre todos; havendo, contudo, diferentes abordagens que se mostram nas diretrizes apontadas nos

cenários. Assim, as representações de cidade como “espaço da qualidade de vida” e como “espaço de legitimação das políticas urbanas” - relacionáveis aos cenários alternativos de proteção ecológica, urbanização limitada, e ocupações rurais - frequentemente convergem entre si e por vezes opõem-se à representação ‘técnico-material’ - relacionável mais ao cenário de urbanização sustentável - uma vez que os agentes que também as concebem, manifestam diferentes intenções subjacentes, das quais os cenários podem as exemplificar.

Como nas discussões entre desenvolvimentismo e proteção ambiental, e entre os enfoques teóricos de Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento, e Desenvolvimento Territorial Sustentável, aparecem nos citados processos, entrevistas, mapeamentos, diferentes concepções e diretrizes de urbanização e conservação ambiental - também replicáveis aos cenários ilustrados. De modo geral, opõem-se aquelas voltadas à conservação ambiental, urbanização limitada e ocupação rural, com aquelas voltadas à urbanização contínua - seja esta sustentável ou convencional. Assim que: (i) o desenvolvimentismo urbano ilustrado no cenário futuro, opõe-se diametralmente com o de proteção ambiental exposto no cenário alternativo de proteção ecossistêmica e urbanização ecológica, e com o de ruralidade visualizado no cenário de ocupação rural e urbana; (ii) o termo desenvolvimento urbano sustentável replicável ao cenário de urbanização sustentável, opõe-se à noção de Ecodesenvolvimento urbano relacionável ao cenário alternativo de proteção ecossistêmica e urbanização ecológica, e opõe-se ainda ao de Desenvolvimento Territorial Sustentável, replicável ao cenário alternativo de ocupação rural e urbana.

Retoricamente, os interesses manifestos e as peças de planejamento urbano elaboradas apontam à direção de urbanização com proteção ambiental, conforme os conceitos de desenvolvimento sustentável e preservação. Na prática, a força dos interesses político-econômicos dos agentes dominantes da produção e gestão do espaço urbano, manifestado nos citados processos participativos de planejamento, nos planos diretores e no próprio processo de urbanização, evidenciam o contrário: a prevalência da urbanização ante

às necessidades de proteção ambiental nas planícies sedimentares à volta da ESEC Carijós. Prevalecem assim, as concepções desenvolvimentistas e sustentáveis de urbanização por sobre as voltadas à efetiva conservação ecológica destas áreas - fundamentais à existência da própria Unidade; estabelecendo-se, portanto, convergências entre tendências negativas de urbanização e degradação ecológica (replicáveis ao cenário futuro), e as diretrizes de expansão urbana sustentável, constantes no cenário idealizado. O enfoque de Desenvolvimento Urbano Sustentável replicável ao cenário idealizado prevalece, portanto, sobre os de Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Territorial Sustentável, voltados à cidade e replicáveis aos cenários alternativos.

Em resumo, considerando todo o processo de planeamento urbano municipal, os planos diretores citados, os interesses envolvidos dos agentes, e a relação com os mapeamentos e dados técnicos coletados, pode-se constatar que atual e futuramente, a cidade insere-se em uma agenda econômica neoliberal extramunicipal, da qual decorre a trajetória de desenvolvimento que percorre e o modelo urbano que pretende construir. Consoante às bandeiras dos citados conceitos urbanos ligados à internacionalização, à inserção nos circuitos econômicos e mercantis da urbanização, à promoção de slogans, e ao planeamento do espaço voltado a atividades e públicos-alvo específicos, as tendências de ocupação à volta da ESEC Carijós prenunciam um cenário futuro, já em franca constituição. Significa assim que o modelo de ocupação pretendido ao local:

- (i) se insere, em termos conceituais e práticos, numa estratégia de planeamento urbano municipal ancorado em propósitos desta agenda de desenvolvimento ligada ao capital internacional, estabelecendo relações locais claras com o global - conforme posto em Rizzo (1994) e segundo princípios do empresariamento urbano, do planeamento estratégico de cidades e do marketing urbano (VAINER, 2000) - na medida em que grandes empreendimentos previstos e/ou idealizados buscam atender frentes de expansão, ora do capital industrial (com parques tecnológicos e conjuntos comerciais e de serviços), ora do capital

turístico (via complexos de lazer e balneários), e ora do capital imobiliário (via grandes loteamentos de alto padrão e condomínios de luxo); e

- (ii) reforça um processo de ocupação do Norte da Ilha de Santa Catarina e acompanha um movimento histórico de segregação sócio-espacial e elitização do espaço urbano e rural de Florianópolis, cujos projetos imobiliários residenciais destinados a uma demanda solvável - conforme atesta Cunha (2011) - servem de exemplo e evidência.

No âmbito destes movimentos, onde um significativo processo de transformação sócio-espacial caminha junto da produção de uma imagem de cidade (pretendida pelo poder público como inovadora e qualificada), a natureza é capitalizada juntando-se, nesses processos, a discursos e interesses dos agentes dominantes da produção e gestão do espaço urbano da cidade. A exemplo de outras cidades brasileiras (como Curitiba, de onde o modelo se origina no Brasil), a retórica oficial e a estratégia do setor privado acoplam o meio ambiente a um ideal de cidade deslocado da realidade, mas fortemente preso a interesses e demandas dos capitais atuantes no município. Nesse ínterim, produziram-se relações mais discursivas que reais entre desenvolvimento urbano e meio ambiente, mas que concretamente se consideram fundamentais na promoção da cidade e na mercantilização do seu espaço urbano. Daí que, não gratuitamente, os planos diretores citados, os interesses envolvidos, e significativa parte do processo real de configuração espacial à volta da ESEC Carijós, utilizam-se não só de conceitos teóricos como de práticas que legitimariam seus propósitos e atenderiam a médio e longo prazo as demandas desses capitais. Não raro, o discurso da sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável, apareceram frequentemente, dando a tônica do que se pretende ao município e ao local, ao vinculá-los à continuidade do processo de ocupação e urbanização; o que o cenário idealizado de urbanização sustentável se encarrega de ilustrar.

Em termos de sentido, observando-se a obra de Acsehrad (2001), figuram nos rótulos dos planos diretores e intenções dos agentes

considerados, tendências, discursos e representações de cidade e espaço visceralmente ligadas aos interesses hegemônicos e à cartilha que impõe o desenvolvimento urbano de feição neoliberal como único e inexorável para a cidade. De um anteprojeto de plano diretor calcado no conceito de Reserva da Biosfera Urbana, de outro plano diretor baseado na ideia de equilíbrio urbano-ambiental-econômico, de parte das ocupações atuais, e das intencionalidades dos agentes supostamente miradas na valorização ambiental, predominam concepções tecnocráticas e economicistas das tendências de modernização ecológica e urbanismo ecológico, dos discursos de eficiência e escala, e das representações técnico-materiais e de qualidade de vida, ante aquelas mais próximas de percepções sensibilizadas à realidade sócio-espacial. Em relação ao entorno da ESEC Carijós, conflitam-se estas interpretações, como se puderam observar em documentos analisados e entrevistas realizadas. A título de exemplo, há os que se posicionam pelo desenvolvimento urbano escorado pelo discurso da sustentabilidade, e os que consideram a sustentabilidade ecológica não como condição à urbanização, mas como fator limitante e ordenador das possibilidades de ocupação urbana.

Enfim, considerando todo esse panorama, é possível se depreender que dialeticamente, a Natureza, a proteção do meio ambiente local (como no restante da cidade), divide-se diametralmente em duas perspectivas que configuram distintos cenários (aos moldes dos ilustrados anteriormente): uma, na continuidade de processos de reificação do ambiente, no utilitarismo materialista e economicista que a imputa o status de coisa apta a ser transformada e ceder espaço aos empreendimentos humanos (no caso, às demandas dos setores econômicos); e outra, na de observação e respeito aos limites naturalmente fabricados pela longínqua dinâmica planetária e natural, como condicionantes ao desenvolvimento das atividades antrópicas e ocupações locais. Como exemplo do conflito: a defesa das Áreas de Urbanização Especial por uns, e a defesa do aumento de Áreas de Proteção Ecológica, por outros.

“O urbanismo é a tomada do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se em sua lógica de dominação absoluta, refaz a totalidade do espaço como seu próprio cenário.”

Guy Debord, 1967 (Escritor e teórico libertário francês).

DEBORD, Guy. *“A Sociedade do Espetáculo”*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. *Grifo nosso*. Fonte: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTAzOTU2OQ/>

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 - PERSPECTIVAS E IMPRESSÕES FINAIS

Chegar ao fim de um trabalho acadêmico não significa simplesmente a apresentação de pretensas verdades científicas e conclusões estáticas acerca de um tema pesquisado e seus resultados gerados, mas principalmente trazer à tona reflexões e caminhos a partir de impressões que perpassaram um esforço de pesquisa, e que se voltam à tentativa de contribuição para com debates acadêmicos.

O desenvolvimento deste estudo, realizado ao longo de três anos junto ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, pôde nos mostrar, no âmbito das ligações entre teoria e prática, como questões teóricas se materializam e/ou traduzem processos reais; por assim dizer, como formulações, conceitos, temáticas e problemas teóricos se manifestam pela realidade local. Nesse sentido que, no intuito de evidenciar tais ligações, tentou-se ao longo deste esforço acadêmico, deixar à mostra alguns fatores que têm engendrado na realidade do recorte sócio-espacial da pesquisa, processos e resultados que parecem não deixar dúvidas quanto à pertinência e consistência dessas relações. Em outras palavras, buscou-se exemplificar esses processos e relações; aos quais, por meio de impressões finais, discorre-se na sequência.

6.1.1 – Conclusões da pesquisa

Partindo da possibilidade de os interesses político-econômicos hegemônicos sobreporem-se aos sócio-ecológicos nos processos de desenvolvimento e planejamento urbano, este estudo pôde constatar por meio desses fatores e resultados, o nexos entre teoria e prática. Assim que, em relação aos processos de ocupação antrópica, desenvolvimento e planejamento urbano, ao novo plano diretor, aos interesses manifestos, e aos cenários depreendidos, existem fatores comuns que os podem confluir em uma mesma direção. Nesse sentido, a interferência

hegemônica de interesses privados e economicistas tem, por exemplo, permeado esses processos e influenciado diretamente seus resultados reais. Assim, o desenvolvimento deste estudo pôde constatar ligações com processos concretos na área pesquisada e seu contexto sócio-espacial.

No que tange à contextualização temática, estabelecem-se relações diretas entre questões teóricas, processos de desenvolvimento e planejamento urbano, e aspectos socioambientais da área estudada. Pela breve exposição da crise sócio-ecológica planetária e da questão urbano-ambiental, percebe-se correspondência direta no município de Florianópolis e no recorte espacial em questão; em que estes constituem-se como reflexos. Da mesma forma, características da cidade capitalista e do problema do planejamento urbano, respectivamente reportam-se e observam-se espacialmente e nos processos de planejamento. A dinâmica de planejamento e gestão urbana historicamente registrada na cidade, torna a se repetir, resultando os planos diretores analisados nesta pesquisa; nos quais, a interferência de interesses privados e político-econômicos ligados à cartilha neoliberal, os deu a tônica. A apropriação conceitual da Ecologia nos processos de planejamento e gestão urbana, e nos planos diretores, tem se dado, de um lado de forma deficitária e lenta, e de outro, distorcida e rápida, conforme recursos e interesses envolvidos. Em relação aos referenciais teóricos, os conceitos de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento Urbano por vezes aparecem de forma imprecisa e inadequada, também segundo interesses envolvidos. Especificamente sobre o termo desenvolvimento urbano, ficam claras as diferenças conforme agentes entrevistados, agendas propostas pelo poder público municipal, e processos em curso; donde perspectivas economicistas e políticas se mostram hegemônicas.

Em relação à contextualização sócio-espacial, pôde-se no decorrer da pesquisa e dissertação de mestrado, de um lado mostrar a importância sócio-espacial e ecológica da área objeto de estudo, dada a relevância de seus aspectos sócio-culturais, históricos, e ambientais que a caracterizam e diferenciam no contexto imediato e municipal; e de outro, alertar para os potenciais perigos que corre, face aos processos correntes de antropização, desenvolvimento e planejamento urbano,

dados de forma imprópria e/ou vil. No que tange ao problema urbano ambiental, procurou-se mostrar efeitos e consequências destes citados processos, que têm na força dos interesses político-econômicos dominantes, a sua origem. Destacando-se as tendências futuras, é devido à força destes interesses e ao estado atual de apropriação e detenção dos meios de produção urbana, a probabilidade delas se materializarem e trazerem consigo efeitos extremamente danosos à sociedade, ao meio ambiente e ao próprio espaço urbano – a exemplo dos processos de segregação sócio-espacial e de intensa degradação ambiental de ecossistemas e elementos naturais – aos moldes do que já ocorreu em outros locais do município.

Passando aos cenários de desenvolvimento urbano e proteção do meio ambiente, por meio da análise dos processos de planejamento urbano e dos planos diretores elaborados na cidade, este estudo pôde registrar que, da mesma maneira que no plano municipal, no recorte espacial considerado, a conjunção de problemas técnicos e institucionais, disputas de interesses, interferências político-partidárias e econômicas, tem definido o perfil das políticas urbano-ambientais e as disposições de uso-ocupação do solo urbano, e por consequência, determinado diferentes rumos ao plano local. Resultam, portanto, distintos cenários de urbanização e proteção ecossistêmica, em que as perspectivas de continuidade dos atuais processos de especulação imobiliária, urbanização intensa e deterioração das condições ambientais, a partir da dominância dos interesses político-econômicos, se mostram como prováveis e potenciais.

Muitas das ideias e proposições manifestadas às planícies sedimentares do Distrito de Ratonés e do entorno da Estação Ecológica de Carijós, e colocadas em prática nos processos de desenvolvimento e planejamento urbano nos planos municipal e local, exemplificam esse direcionamento da ocupação; em que apesar de terem sido intensamente manifestos pelos entrevistados, discursos de sustentabilidade, proteção ambiental, e desenvolvimento urbano conformes à legislação pertinente, as vertentes ligadas às aspirações político-econômicas dos agentes dominantes da produção do espaço urbano da cidade se mostram como hegemônicas nos planos diretores analisados, reverberando no próprio

processo de expansão urbana local. Por outro lado, os inúmeros discursos e proposições voltadas ao meio ambiente e à democratização do espaço urbano, configuram, por assim dizer, alternativas frente ao modus operandi de planejamento e gestão urbana, e ao status quo do processo de desenvolvimento urbano e de apropriação fundiária e ambiental no município e no estudo de caso elegido.

Em síntese, procurou-se ao longo deste estudo acadêmico diferenciar estas várias perspectivas citadas nos cenários ilustrados, donde: o atual estágio de apropriação fundiária, ocupação e crescimento urbano, juntamente com o ideal de crescimento urbano sustentável, e a probabilidade de urbanização com segregação sócio-espacial e degradação ambiental, se mostram como dominantes na prática de produção e controle do espaço urbano, confirmando as tendências de uso-ocupação do solo citadas na contextualização sócio-espacial e caracterização da problemática urbano-ambiental no recorte espacial. De outro lado, os dois cenários alternativos, a partir do conjunto de proposições analisadas, se mostram de fato como alternativas ante aos processos atuais de crescimento e planejamento urbano. Do conjunto de agentes entrevistados, resultaram sobretudo dois agrupamentos de interesses e objetivos: (i) os que defendem a continuidade do processo de urbanização na bacia hidrográfica do rio Ratonés, qualificado por eles como sustentável e voltada a setores sociais específicos da cidade de Florianópolis; e (ii) os que defendem a reversão dos atuais processos de crescimento urbano e degradação socioecológica nesta bacia hidrográfica, pela aplicação irrestrita da legislação urbano-ambiental e pela formalização de iniciativas comunitárias, qualificadas como ecológicas e voltadas à coletividade social e à conservação de ecossistemas frágeis fundamentais à manutenção das condições sócio-ecológicas locais.

Com relação ao processo participativo de planejamento urbano e o novo plano diretor, pelo que se pôde expor anteriormente, algumas conclusões parecem possíveis e pertinentes. Além de evidenciar diferentes interesses e perspectivas colocadas à área estudada, a pesquisa pôde revelar alguns problemas estruturais dos processos de

desenvolvimento, planejamento e gestão urbanos, e do novo plano diretor do município de Florianópolis.

Nesse sentido, parece possível sugerir que em última instância o novo plano diretor (nos níveis municipal e local) tende: (i) de um lado, confirmar projeções de expansão urbana no entorno da ESEC Carijós e no Distrito de Ratonos, reforçando atuais padrões de ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos; e (ii) de outro, ir à contramão das preocupações sobre o processo de ocupação desta bacia e pressão antrópica à Estação Ecológica de Carijós, e sobre muitas reflexões (técnico-científicas, socioculturais, políticas, espaciais e ecológicas) referentes à problemática sócio-espacial e urbano-ambiental que têm marcado as cidades capitalistas e composto parte da Crise Sócio-ecológica Planetária; além de também contrapor o Direito à Cidade e o Direito à Natureza – extremamente indispensáveis na contemporaneidade e nos processos de planejamento e gestão urbana.

Apesar de Florianópolis ser reflexo dessas problemáticas e presenciar efeitos preocupantes consequentes do seu desenvolvimento, e o Distrito de Ratonos e a ESEC Carijós estarem sujeitos a processos de ocupação e urbanização intensos e históricos (ocorridos no restante da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos no Norte da Ilha de Santa Catarina), os interesses hegemônicos do capital imobiliário e da propriedade privada, têm, nos processos de planejamento e no novo plano diretor, prevalecido por sobre o interesse coletivo e a importância da dimensão ambiental no planejamento urbano. Mesmo com essas reflexões sobre a crise sócio-ecológica global e a urbano-ambiental local, e apesar da importância dos princípios dos direitos sociais à Cidade e à Natureza, e do planejamento e gestão democráticos constantes na legislação urbano-ambiental, a força do setor privado prevalece na definição do novo Plano Diretor, em seus mapas de zoneamento, diretrizes de uso-ocupação do solo e índices de construção civil; o que leva a crer que ele parece claramente atender demandas estratégicas de setores hegemônicos da produção do espaço, confirmando prognósticos de elitização espacial e subjugação da Natureza.

Ao que parece, mesmo diante dessas graves crises e problemáticas, a força da propriedade privada, atrelada a interesses

economicistas e elitistas, é implacável em tornar secundários os interesses coletivos do Direito à Cidade e do Direito à Natureza, no planejamento e gestão do espaço urbano. No estudo de caso pesquisado há que se considerar que, o que se fala no processo de planejamento e o que embasa o novo plano diretor, mais que alguns pontos positivos de inclusão social urbana, equilíbrio ambiental e desenvolvimento sustentável presentes nos discursos oficiais e na retórica de alguns agentes da produção e gestão do espaço urbano, é essa força; ou seja, é o domínio da propriedade privada e dos interesses político-econômicos na definição do perfil do novo plano diretor. Situação esta que lamentavelmente destoa das reais necessidades, dos direitos coletivos, e dos pressupostos teórico-conceituais e éticos de enfoques alternativos de planejamento e gestão urbano-ambiental, sintonizados nas reflexões que emergiram com a constatação da crise sócio-ecológica planetária e da problemática urbano-ambiental das cidades capitalistas, de que Florianópolis é mais um exemplo.

A análise das emendas propostas ao Plano Diretor por parlamentares do poder legislativo municipal e por membros da sociedade civil organizada pôde mostrar, nesta pesquisa acadêmica, que a constatação de Pimenta e Pimenta (1999) sobre a história dos planos diretores no município de Florianópolis, ser a história da desfiguração de leis e planos elaborados e aprovados por emendas parlamentares, é não somente verdadeira e válida, como indubitavelmente atual e pertinente ao novo plano diretor, em seu processo final de apreciação e aprovação no âmbito da Câmara de Vereadores da cidade. A lista de emendas propostas e/ou aprovadas por vereadores mostra várias que se voltam à perspectiva de ocupação das planícies imediatas à ESEC Carijós, e por assim dizer, a alterações de zoneamento que apontam a novas diretrizes de uso-ocupação do solo para o local. De forma diversa, as emendas propostas por lideranças comunitárias e representantes distritais e de associações de moradores buscam controle mais rigoroso à ocupação. O que diferencia os agrupamentos de emendas são os interesses subjacentes; conforme se pôde trazer e assinalar neste texto.

De forma conclusiva, pode-se dizer que majoritariamente as emendas parlamentares dialogam com e/ou advêm de interesses político-

econômicos seus e de setores poderosos da sociedade, dos agentes dominantes da produção e gestão do espaço urbano – os capitalistas imobiliários, proprietários fundiários, e industriais da construção civil. Estas suas emendas – influenciadas diretamente e/ou determinadas pelos interesses desses setores sociais – apontam na maioria para um movimento de expansão da ocupação das planícies ao entorno da ESEC Carijós, com mudança do perfil da ocupação local. Não por acaso, o zoneamento definido no novo Plano Diretor parece espelho desses interesses; uma vez que, por exemplo, as áreas de urbanização especial definidas coincidem com áreas de posse, domínio e titularidade fundiária de grandes propriedades, por vezes voltadas a classes sociais de alto poder aquisitivo. Por outro lado, as emendas propostas pelos líderes e representantes comunitários surgem diretamente de interesses coletivistas e sócio-ecológicos seus e de setores minoritários da sociedade, de agentes não hegemônicos da produção e gestão do espaço urbano – pequenos proprietários e clientes de moradia, grupos sociais excluídos, integrantes de organizações comunitárias e movimentos sociais. Estas outras emendas apontam para um movimento de contenção da ocupação das planícies ao entorno da ESEC Carijós, com manutenção do perfil da ocupação local; e para outro voltado à conservação dos ecossistemas locais e áreas legalmente protegidas.

No tocante às análises dos mapeamentos coletados e elaborados, pelo que se pôde expor anteriormente, algumas conclusões parecem possíveis e necessárias. Esta pesquisa acadêmica pôde mostrar alguns problemas e inadequações técnicas e espaciais existentes e potenciais, revelados pelo cruzamento dos mapas e dados técnicos coletados; além de mostrar possíveis relações com os interesses postos à área, no âmbito do processo de planejamento urbano e no próprio Plano Diretor.

Da análise do mapa de cadastro imobiliário e listagem de propriedades fundiárias ao entorno da Estação Ecológica de Carijós, foi possível constatar a existência de uma espécie de cinturão de glebas e propriedades privadas situadas sobre as planícies sedimentares à volta desta Unidade de Conservação. Destas propriedades, expressiva parte é constituída por grandes áreas de domínio privado, e algumas constituem espécies de minifúndios e latifúndios em território urbano. Muitas delas

estão sobre remanescentes de ecossistemas importantes, como manguezais e restingas; além de várias avançarem sobre áreas públicas federais demarcadas como terras de marinha. Relacionadas aos demais mapas, ao processo de planejamento urbano, elas ajudam a compreender atuais processos de ocupação e tendências futuras, bem como guardam relação com alguns dos cenários ilustrados. Assim que, o conjunto dessas propriedades vincula-se aos atuais estágios de ocupação e processos especulativos mostrado no cenário atual; aos interesses político-econômicos dos setores sociais dominantes para ocupação e urbanização qualificada, ilustrados no cenário idealizado, bem como aos prognósticos e tendências negativas de uso-ocupação do solo, ilustradas no cenário futuro.

O cruzamento do cadastro imobiliário com o mapa de restrições ambientais pôde evidenciar, como já sugerido, a existência de propriedades privadas sobre áreas inundáveis e ecossistemas sensíveis que requerem regulamentação e proteção, denotando assim potenciais de se gerar problemas sócio-espaciais e impactos ambientais por alteração e supressão, e/ou apropriações privativas de recursos naturais e partes desses ecossistemas. O cruzamento do cadastro imobiliário com o mapa de zoneamento do novo plano diretor não deixa dúvidas quanto à estreita ligação entre propriedades privadas e novas disposições de uso-ocupação do solo nas planícies à volta da ESEC Carijós; em que as expressivas áreas de urbanização especial definidas pelo novo plano diretor, além de mudarem o atual estado espaço-ambiental prevendo ocupação urbana de áreas que deveriam ser de transição, denunciam a relação com interesses de grandes proprietários fundiários na região; e por assim dizer, possivelmente traduzem seus objetivos e intenções. O cruzamento com o mapa de terras de marinha pôde mostrar o avanço ou manutenção de propriedades particulares sobre áreas públicas; a privatização de áreas federais, e por assim dizer, a sobreposição de interesses particulares sobre os públicos, pela vigência de domínio e titularidade privada de áreas que deveriam ser públicas, como os acrescidos de marinha, juridicamente definidos como Áreas da União. Já o cruzamento deste mapa de terras públicas com o zoneamento do novo plano diretor reforça a constatação de que os interesses privados

subjacentes às zonas urbanas do novo plano podem prevalecer sobre o interesse público implícito nas terras de marinha. Estas podem portanto, sofrer reduções por manutenção de propriedades particulares e/ou por novas disposições de uso-ocupação do solo trazidas com o novo zoneamento.

No tocante ao conflito de cenários resultantes e interesses manifestados, como já afirmado no capítulo de análise, conflitam-se notadamente aqueles voltados à continuidade dos processos de urbanização com introdução de novos conceitos e instrumentos teoricamente ligados à conservação ambiental, e aqueles voltados ao freio rigoroso dos atuais processos de expansão urbana através da aplicação irrestrita da legislação urbano-ambiental superior e de instrumentos e dispositivos ligados à proteção sócio-ecológica de ecossistemas e ocupações tradicionais.

Em relação aos conflitos entre interesses manifestos, tanto sobre a relação entre a ESEC Carijós com o processo de urbanização, quanto sobre políticas de proteção ecológica e sobre cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental, registraram-se diferentes pontos de vista, objetivos e proposições relativas a essas temáticas, segundo os distintos grupos de agentes consultados. De maneira geral, opuseram-se opiniões mais próximas à proteção ecológica com aquelas mais ligadas à continuação do processo de ocupação e urbanização no recorte espacial considerado e seu contexto maior. Em outras palavras, opõem-se discursos pró urbanização e outros em favor da proteção do meio ambiente; em que aqueles que advogam pela urbanização sustentável, equilibrada, qualificada e voltada a demandas de setores socioeconômicos específicos, apontam para a continuidade do processo de expansão urbana local; e aqueles que advogam pela limitação do crescimento urbano, considerando as restrições ambientais, as demandas sociais e as legislações urbano-ambientais, apontam para a proteção de áreas protegidas e ecossistemas importantes do local.

Há portanto, nesses confrontos discursivos, outras oposições que se observam entre meio ambiente e desenvolvimento urbano; uma vez que os objetivos subjacentes e as perspectivas assinaladas pelos agentes divergem substancialmente; e uma vez que se registram concepções

muito pouco próximas sobre ambos os termos. Daí que comparativamente, de um lado a tomada do meio ambiente como objeto do processo de urbanização, tendo este como inevitável frente à sensibilidade ecológica do meio, e de outro lado, a tomada do meio ambiente como entidade superior ao processo de urbanização, tendo este como controlável e/ou até evitável frente à sensibilidade ecológica do meio, exemplificam essas oposições. Assim, de um lado a secundarização da proteção ecossistêmica ante a continuidade do desenvolvimento urbano, junto à inclusão da proteção ambiental como variável do crescimento urbano, e de outro lado, a priorização da proteção ecossistêmica ante a continuidade da urbanização, junto à urbanização posta a serviço do meio ambiente, reforçam essas exemplificações.

Nesse sentido, as proposições que apontam a sustentabilidade do desenvolvimento urbano utilizando o meio ambiente como objeto e a proteção ambiental como instrumento, não diferem objetivamente daquelas que apontam a inexorabilidade do desenvolvimento urbano e a relativização do meio ambiente e da proteção ecológica; opondo-se, outrossim, àquelas proposições que apontam a sustentabilidade do meio ambiente a partir do controle sistemático e permanente do processo de ocupação antrópica e expansão urbana, tendo a proteção de ecossistemas como fim último e as políticas urbanas junto à legislação urbano-ambiental como instrumentos. As concepções de desenvolvimento urbano sustentável, defendidas por agentes do setor privado e do poder público municipal e estadual, remetem-se à continuidade do processo de expansão urbana, ora tido como equilibrado, qualificado e destinado a classes sociais economicamente favorecidas. Elas opõem-se por essência às concepções de desenvolvimento urbano ecológico, defendidas por agentes da sociedade civil organizada e por alguns do Estado (em suas três esferas), que se remetem ao controle da urbanização e à conservação dos ecossistemas e áreas protegidas.

Em relação aos conflitos entre os cenários resultantes, convém sugerir que estes espelham os embates registrados nos processos de planejamento urbano municipal e local; e/ou deles são consequência. De maneira geral, opõem-se cenários vinculados à proteção sócio-ecológica

aos ligados à perpetuação dos processos de ocupação e urbanização no recorte espacial considerado e seu contexto ampliado. Em outras palavras, opõem-se perspectivas pró crescimento urbano e outras em favor da proteção ambiental; donde: (i) as que se voltam à urbanização sustentável dirigida a necessidades de classes sociais favorecidas incluem diretrizes que apontam para a continuidade da urbanização no local, utilizando-se do meio ambiente como objeto e variável destinada a gerar valor econômico; e (ii) as que se voltam à limitação da expansão urbana a partir de condicionantes ambientais, incluem diretrizes que apontam a blindagem de áreas protegidas e conservação de ecossistemas sensíveis. A relação desses cenários com os interesses manifestos pelos agentes, com os atuais processos de desenvolvimento e planejamento urbano, e com os mapeamentos coletados e analisados, reforça esta constatação.

Tal constatação parece perceptível nas oposições surgidas dos diferentes caminhos colocados ao local; donde as diretrizes postas pelos cenários de especulação imobiliária, de urbanização sustentável e qualificada, e de urbanização adensada, contrapõem-se àquelas constantes nos cenários alternativos de proteção sócio-ecológica e de ocupação urbano-rural aliada à conservação ambiental. Há, portanto, dois rumos claros às planícies sedimentares do entorno da ESEC Carijós: um que aponta na sua urbanização e outro na sua proteção ambiental, variando porém, algumas de suas diretrizes.

Considerada a relação entre desenvolvimento urbano e proteção ambiental, apresentam-se três distintas trajetórias (proteção ecológica e urbanização limitada x urbanização sustentável x continuidade da urbanização atual); onde a dicotomia entre urbanização e proteção do meio ambiente aparece e evidencia esses rumos. As referências a enfoques teóricos e conceituais relativos ao binômio meio ambiente e desenvolvimento, subjacentes aos discursos manifestos, aos planos elaborados e aos cenários citados, via de regra acompanham essas oposições, dados os interesses e objetivos implícitos que os definem; em que frequentemente, por exemplo, o conceito de desenvolvimento sustentável aparece como norte das diretrizes apresentadas e perseguidas. Do mesmo modo, a discussão da sustentabilidade; em que

nas tendências e nos discursos de sustentabilidade urbana, e nas representações de cidade face à durabilidade urbana, novamente aparecem essas oposições e as relações com os anseios e demandas dos vários agentes do espaço urbano. nas quais os interesses voltados à sustentabilidade do processo de desenvolvimento urbano (ora tingido de verde), se colocam como predominantes ante aos voltados à sustentabilidade ecológica dos ecossistemas locais.

Como assinalado anteriormente, a cidade de Florianópolis e o recorte espacial desta pesquisa de mestrado, inserem-se em uma agenda econômica para além de seus limites físicos, sintonizada aos princípios da cidade do pensamento único e do modelo capitalista de urbanização, ora alcunhado como sustentável; diferindo pois, diametralmente da agenda ecológica, cujos pressupostos de controle sócio-ecológico do crescimento urbano e de salvaguarda e socialização de ecossistemas e áreas protegidas, encontram-se no ideário contido na legislação urbano-ambiental – como o Estatuto da Cidade, leis ambientais federais, e os campos do Direito à Cidade, do Direito à Natureza, e do Direito Ambiental. A retórica dos diferentes agentes consultados, os objetivos das entidades selecionadas, e as diretrizes traçadas nos processos de desenvolvimento e planejamento urbano, e nos planos diretores, nestas agendas se inserem, novamente opondo-se entre si. Destaca-se nesse sentido, o alinhamento entre alguns agentes de entidades públicas estaduais e municipais com agentes do setor privado, trabalhando pela inserção municipal e local na agenda neoliberal; e contrariamente, o alinhamento entre agentes de entidades públicas federais e estaduais com agentes da sociedade civil organizada, trabalhando pela inserção municipal e local na agenda ecológica, citando sobretudo o Estatuto da Cidade e a aplicação da legislação ambiental federal.

Enfim, fica explícita nos conflitos de interesse dos agentes e nos cenários ilustrados, a diferença (e divergência) de modos de apropriação da Natureza; em que para uns ela reduz-se como objeto a serviço dos interesses de grupos sociais hegemônicos, numa visão puramente utilitarista e economicista; e para outros ela concebe-se como entidade autônoma e como contexto que impõe limites aos interesses humanos. A

comparação entre os cenários de urbanização sustentável e de proteção ecológica, assim inserem-se como tácito exemplo.

6.1.2 – Conclusões pessoais

Reiterando impressão de se chegar ao fim de um trabalho acadêmico apresentando reflexões acadêmicas e não somente conclusões oriundas de resultados colhidos de pesquisa e voltadas à aferição científica, deixam-se algumas considerações finais que espera-se e acredita-se possam contribuir com os debates e outros estudos.

Em um primeiro momento, cabem algumas considerações sobre o processo de execução da pesquisa a que esta dissertação de mestrado relata. Reconhecendo a importância do fazer pesquisa, registraram-se algumas constatações sobre este processo, suas etapas e procedimentos adotados. Desde os estudos iniciais sobre a temática – estudos estes posteriores à conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – foi possível reconhecer com maior profundidade a pertinência e a relevância teórico-conceitual das temáticas estudadas e a necessidade de estudos sobre a problemática a que o recorte sócio-espacial selecionado está sujeita. A construção da proposta de pesquisa, a partir de revisão bibliográfica e de observação empírica, fez evidenciar este fato. Pela etapa de revisão de literatura pôde-se aferir o rebatimento de aportes teórico-conceituais nas etapas posteriores e no próprio recorte espacial objeto da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa empírica e documental, apesar de ter se dado por um extenso período de tempo, pôde mostrar ainda mais a importância da temática e a evidência da problemática no estudo de caso. A esta etapa do trabalho de pesquisa, impuseram-se dificuldades que extrapolaram o nível das possibilidades do pesquisador, mostrando-se a este, problemas e regramentos institucionais, influência de recursos financeiros e humanos, procedimentos jurídicos, e compatibilidade de agenda dos agentes consultados. Foi possível nesta etapa não somente registrar as variadas percepções sobre os temas e questões tratadas, mas sobretudo demarcar diferenciações entre os discursos manifestos e objetivos subjacentes, dos quais se depreendem os cenários ilustrados. À

parte às dificuldades encontradas, durante a etapa de análise e processamento de dados, pôde-se estabelecer as relações entre as ideias e proposições dos agentes com os conceitos e diretrizes dos cenários, considerando também os dados documentais coletados de mapeamentos, de leis ambientais e do plano diretor. Ao fim, na escrita deste texto dissertativo, espera-se ter logrado êxito na demonstração dessas diferenciações e relações, procurando deixar claros os possíveis e distintos rumos colocados ao local estudo de caso. No momento conclusivo deste trabalho acadêmico, importa deixar registradas as impressões acerca deste estudo, dos temas e questões tratadas, das constatações sobre resultados alcançados, e das possibilidades abertas.

Ainda que se tenha encontrado empecilhos na realização deste estudo acadêmico, desde suas fases introdutórias de concepção, passando pelas intermediárias de construção e execução, chegando às finais de conclusão, foi possível reconhecer a necessidade do mesmo; uma vez que se trata de uma ‘espécie de denúncia’ de como algumas intenções e proposições situadas no plano teórico e do discurso, e que se fazem hegemônicas na prática, assim encontram guarida e/ou refletem os processos reais de desenvolvimento e planejamento urbano a que o estudo de caso considerado está sujeito. Mesmo se apresentando dificuldades ao processo de pesquisa, e ainda que deficiências de formação básica e adversidades surgidas por motivos de força maior tenham feito parte do estudo e de todo processo de pesquisa, buscou-se não desgarrar do intuito e da necessidade de explicitar os caminhos e descaminhos a que o recorte espacial escolhido poderá experimentar, uma vez que se pensa ter sido este esforço de pesquisa uma tentativa de informação social.

Em se tratando dos temas e questões abordadas, este trabalho de pesquisa e dissertação de mestrado reforça vinculações pessoais com os campos científicos da Ecologia e com os debates sobre a questão urbano-ambiental, ao perceber como conceitos e aportes teórico-metodológicos guardam correspondência direta com processos reais de desenvolvimento e planejamento urbano, pelos quais o estudo de caso passa. Ao longo dos estudos e da pesquisa, pôde-se perceber como as intensas reflexões acerca da problemática sócio-ecológica planetária e as

discussões implícitas nos campos teóricos do desenvolvimento e planejamento urbano, e dos direitos sociais à cidade e ao meio ambiente, têm sido tratadas; em que: (i) de um lado, processos de desenvolvimento, instrumentos de planejamento urbano e agentes do setor privado e de órgãos públicos, as têm relativizado e distorcido em favor de interesses pessoais, corporativos, e político-econômicos; e (ii) de outro lado, agentes da sociedade civil e membros de instituições públicas as têm incorporado visando interesses coletivos. Em outras palavras, são as reflexões acerca da crise sócio-ecológica, da problemática urbano-ambiental, do desenvolvimento e planejamento urbano, e dos direitos à cidade e à Natureza, que são ignoradas e/ou capitalizadas por uns, e valorizadas e respeitadas por outros. Em torno da relação entre meio ambiente e desenvolvimento urbano, tal cisão torna-se evidente nos apontamentos dos agentes consultados e sobretudo dos cenários de desenvolvimento urbano e proteção ambiental ilustrados. Ademais, em torno das acepções sobre sustentabilidade no meio urbano, as distintas perspectivas apontadas reforçam sobremaneira esse antagonismo. E dos mapeamentos coletados, sobretudo os referentes ao plano diretor, um distanciamento dessas reflexões insere-se como exemplo, na medida em que nos planos elaborados elas não são mencionadas e possivelmente não são consideradas de fato.

Pensa-se que as temáticas e problemáticas abordadas neste estudo são de suma importância num contexto atual de agravamento dos problemas urbanos e das condições ecológicas por que passam as cidades. No plano local não parece ser diferente; e fora considerando esta relevância e a complexidade do contexto local que este estudo foi realizado. Assim que, a conjunção dos debates e reflexões sobre a crise sócio-ecológica planetária e a problemática urbano-ambiental dos municípios, sobre os conceitos de desenvolvimento e planejamento urbano, sobre os processos democráticos e seus planos diretores elaborados, sobre os direitos sociais urbanos, o direito à cidade, e o direito à natureza, e sobre as condições sócio-ecológicas locais, deve ser a base de quaisquer processos e peças de planejamento do uso-ocupação do solo - pressuposto inexistente nos processos de crescimento e planejamento urbano incidentes no plano local.

Em relação aos resultados logrados, de modo geral, buscando ao longo das etapas do trabalho mostrar as relações diretas e indiretas dos interesses e objetivos dos agentes consultados com as disposições colocadas pelas legislações urbano-ambientais e pelos mapeamentos considerados, pensa-se ter conseguido mostrar como os cenários que impõem urbanização e especulação imobiliária às planícies sedimentares de Ratonés e entorno da Estação Ecológica de Carijós, se colocam como prováveis, trazendo consigo diretrizes de uso-ocupação do solo que coincidem com as tendências que foram expostas durante a contextualização sócio-espacial do estudo de caso. Ao que parece, nesse sentido, as disposições do novo plano diretor correlacionadas ao mapeamento de cadastro fundiário, às proposições dos agentes do setor privado e de órgãos públicos municipais e estaduais, e aos próprios processos reais de desenvolvimento e planejamento urbano municipal, evidenciam a questão. Nesse sentido, parece não ser exagero ou precipitação, uma vez mais, sugerir que os interesses economicistas e políticos não só têm dominado os atuais processos de desenvolvimento e planejamento urbano, como também se anunciam futuramente para o local lhes dando a tônica, e assim denunciando o perfil de como dar-se-á a ocupação urbana e as políticas de proteção ambiental na área: dirigidas à capitalização da Natureza para confecção de um espaço urbano essencialmente elitizado, privatizado e mercantilizado, cujas sobras voltar-se-ão (como nos atuais exemplos de segregação sócio-espacial da cidade) às classes sociais de menor poder aquisitivo. Por outro lado, esperançosamente, se mostram muitas proposições e intenções citadas por agentes da sociedade civil organizada e de instituições públicas, acerca de alternativas sócio-ecológicas de desenvolvimento e planejamento urbano, e de políticas de proteção ambiental, que encontram na legislação urbano-ambiental federal, forte embasamento e inclinação.

A partir da pesquisa a que este texto se refere, pensa-se que abrem-se **novas possibilidades** para novos estudos que, tendo este recorte como estudo de caso, tratem das temáticas e problemáticas citadas e tenham os conflitos urbano-ambientais e de interesses, como objeto de pesquisa. Uma vez informadas atuais projeções sociais e

espaciais sobre o futuro urbano e ambiental das imediações da Estação Ecológica de Carijós, poder-se-ão incluir outros apontamentos, e sobretudo outras perspectivas trabalhadas no nível das ações. Nesse sentido, partindo de outras análises documentais, de listagens de intenções e proposições dos agentes, e de atualização de dados técnicos e mapeamentos pertinentes, será possível, com o uso de técnicas apropriadas, esmiuçar os cenários e rumos possíveis e potenciais ao recorte espacial considerado. Não mais somente análise de conflito de interesses e percepções relacionadas a conceitos teóricos, dados e mapas referentes a planos diretores atuais; mas uma análise de proposições e ações práticas dos atores em matéria de planejamento urbano e proteção ambiental poderá ser realizada; tal como análises puramente teóricas sobre os caminhos assinalados, e/ou estudos comparativos de diferentes projeções espaciais citadas e em curso. Dentre outras possibilidades, a pesquisa ora realizada deixa margem a correções, reinterpretações e críticas que possam também contribuir com as reflexões sobre o futuro urbano-ambiental das planícies sedimentares do distrito de Ratonés e do entorno imediato à ESEC Carijós.

Ao encerrar este processo de pesquisa, resta a impressão pessoal de ter se dado mais um passo no processo de formação acadêmica. Junto a outras *motivações pessoais*, o término desta etapa parece um estímulo ao prosseguimento de um processo de construção de carreira docente e pesquisa científica, iniciado no transcurso do mestrado. Finalizando este ensaio científico, fica-se com a impressão de ter aprofundado a descrição e análise de um processo de ocupação antrópica, crescimento e planejamento urbano no recorte espacial em questão; tal como das intencionalidades envolvidas e das diretrizes apontadas e/ou já previstas por instrumentos legais de regulamentação do uso-ocupação do solo e de políticas de proteção ambiental. Expondo os interesses postos ao local e demarcando os rumos com os cenários ilustrados, espera-se ter dado uma contribuição para o conhecimento deste processo e para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas acadêmicas. Estudando as temáticas e problemáticas relativas a este processo e as análises documentais e consultas realizadas, fica a convicção da relevância dos debates sobre a crise sócio-ecológica global, sobre a problemática

urbano-ambiental municipal, sobre os pressupostos do Direito Ambiental, do Direito à Cidade e do Direito à Natureza, e sobre a ampla legislação urbano-ambiental na condução dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão urbanos, e no embasamento dos planos diretores e políticas de proteção de recursos naturais do local.

Por fim, da comparação entre os cenários de desenvolvimento urbano e proteção ecológica, e da análise de conflito entre as diretrizes e percepções que apontam a perpetuação dos interesses econômicos e políticos na definição dos processos de desenvolvimento e planejamento urbano, do perfil das disposições de uso-ocupação do solo e das medidas de proteção ambiental, e aquelas que apontam a inversão e controle desses interesses, voltando-se a perspectivas que priorizem a proteção dos ecossistemas e áreas ecologicamente protegidas e o freio ao crescimento urbano, tem-se a realista impressão final de que na prática os interesses economicistas e políticos – hegemônicos entre os agentes da produção e gestão do espaço urbano-ambiental da capital catarinense – farão dos cenários de especulação imobiliária e urbanização intensa, prováveis no estudo de caso selecionado e no próprio contexto municipal, confirmando as tendências negativas anteriormente expostas. Por outro lado, há esperança e consciência da necessidade de outra prática poder acontecer; onde os interesses sócio-ecológicos sejam dominantes entre os agentes da espacialidade urbana e nos processos de desenvolvimento, planejamento e configuração do espaço urbano; fazendo dos cenários de urbanização limitada, proteção ecológica, e ocupação urbana aliada à ruralidade, realidades no futuro da área estudada e do próprio contexto municipal, invertendo as tendências negativas expostas neste texto e já observadas em outras bacias hidrográficas da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis.

Partindo da complexidade do panorama descrito e das necessidades e urgências constatadas, é com esta consciência que este texto dissertativo é encerrado, esperando-se ter alcançado os objetivos a que se propôs atingir, e que esta pesquisa possa contribuir com os debates internos e externos ao meio universitário.

“O caso é que o homem está desfazendo a obra da evolução orgânica. Criando vastas aglomerações urbanas de cimento, metal e vidro, destruindo e manuseando ecossistemas complexos e sutilmente organizados que determinam as diferenças locais no mundo natural – para abreviar, substituindo um meio orgânico de alta complexidade por outro inorgânico e simplificado – o homem está desarticulando a pirâmide biótica que sustentou a humanidade durante incontáveis milênios”.

Murray Bookchin, 1989 (Escritor e pensador libertário inglês).

BOOKCHIN, Murray. Remaking Society: 1989; Montreal. Black Rose Book. In: CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania, “Uma cidade numa ilha: relatório

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. (org.) *“A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas”*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.

_____. *“Sentidos da Sustentabilidade Urbana”*. In: H. Acselrad, “A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas”, Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2ª edição, 2008.

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília C. do A. BEZERRA, Gustavo das N. *“O que é Justiça Ambiental”*, Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ALEXANDRE, Agripa F. *“Políticas de Resolução de Conflitos Socioambientais no Brasil. O papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina”*. Blumenau: edifurb / Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003 e 2004.

ANDREOLI, Cleverson V. & SOUZA, Marcos L. de Paula, *“Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas”* pg. 99-118 – Gestão Territorial e Urbana, In: MAIMON, D. (org.) Ecologia e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: APED, 1992.

ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia & VAINER, C. (Org.). *“A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BITTENCOURT, Neres de L. da R.; MACHADO, Márcia, e SIERRA, Eduardo J. S. *“A Percepção dos Impactos Ambientais em Ratonés, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil”* In: Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC. Florianópolis: UDESC, 2011.

BOFF, Leonardo. *“Ecologia: grito da terra, grito dos pobres”*. Partes 1 e 3, pg. 14-56 & pg. 92-121, Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2004.

_____. **“Sustentabilidade. O que é - O que não é”**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

BRAVERMAN, Harry. **“Trabalho e Capital Monopolista (A degradação do Trabalho no Século XX)”**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

CAMPOS, Nazareno J. de **“Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-espacial”**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

CASTELLS, Manuel. **“A Questão Urbana”**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel, 1977; apud RIZZO, Paulo M. B. ‘Do Urbanismo ao Planejamento Urbano. Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis, 1950 a 1990’. Dissertação de Mestrado, PPG-UFSC, 1993.

CDI-Câmara dos Deputados, **“Estatuto da Cidade” - Lei 10.257/01 de 10 de julho de 2001 – 3ª ed.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CDI-Câmara dos Deputados, **“Legislação Brasileira sobre Meio Ambiente” – 3ª ed.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **“Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina”**. Projeto: ‘Levantamento e divulgação de informações sobre a realidade sócio-ambiental da Ilha de Santa Catarina’. Florianópolis, Ed. Insular, CECCA 1997.

CHAUÍ, Marilena. **“O que é Ideologia”**. São Paulo: Brasiliense, 2001 e 2012. – (Coleção Primeiros Passos; 13)

CHOAY, Françoise. **“O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.”** / Françoise Choay; [tradução Dafne Nascimento Rodrigues]. São Paulo: Perspectiva, 2007. – (Estudos; 67 / dirigida por J. Guinsburg).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **“Artigo 225”** – Título VIII (da Ordem Social), Capítulo VI (do Meio Ambiente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **“dispositivos sobre propriedade”** – Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), Art. 5º, inciso XXII – direito fundamental à propriedade; Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo I (Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica), Art. 170, incisos II e III – direito à propriedade privada. Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo II (Da Política Urbana), Art. 182 – Função Social da propriedade urbana - e Capítulo III (Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária) – Função Social da propriedade rural, desapropriação e reforma agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

COSTA, Geraldo M. **“Planejamento urbano: conceitos, princípios e perspectivas”**. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D416%26Itemid%3D171&ei=GR1CU_WqJ-nm0gGq4IAY&usg=AFQjCNGp5p3TbbQ-Yj47ciUhtctCWDxZJg

COSTA, Heloisa Soares de Moura. **“Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?”**, ANPUR, R. B. Estudos Urbanos e Regionais n° 2 / Novembro 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/download/>

37/23.

COSTA, Lara M. da **“Cultura é Natureza. Tribos Urbanas e Povos Tradicionais”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CORRÊA, Roberto L. **“O Espaço Urbano”**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CUNHA, L. F. (2011). **“Plano Diretor Participativo de Florianópolis: visões de cidade conflitantes e bloqueios no processo.”** In: (Org) DIAS, V. L. N. “Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia”, UDESC. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 207-229.

DE LA CORTE, Fábio Serafim. **“Subsídios Socio-econômicos para o Gerenciamento Costeiro Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonas, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.”** Item 6 ‘Resultados’, sub-itens 6.6 a 6.9, pg. 54-84. PPGEF-UFSC, Florianópolis, 2001.

DIEGUES, Antônio C. **“O Mito Moderno da Natureza Intocada”**. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1994.

DUARTE, Fábio. **“Planejamento Urbano”**. Curitiba: Ed. IBPEX, 2007.

ECO, Umberto. **“Como se faz uma tese”**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983.

FAGUNDES, Anatólia S. M. & FRAISOLI, Camila. **“Planejamento Ambiental Urbano: o caso do município de Serra Negra – SP”**. FMPFM – Interciência & Sociedade. Disponível em: http://www.fmpfm.edu.br/intercienciaesociedade/colecao/online/v1_n1/planejamento_ambiental.pdf

FERREIRA, Francisco A. C. **“Natureza e projeto urbano na Ilha de Santa Catarina”**, In: **“Florianópolis do outro lado do espelho”**,

PIMENTA, Margareth de C. A. (Org.), p. 103-122. Editora da UFSC, Florianópolis, 2005.

FIDÉLIS FILHO, Nelson L. & BAASCH, Sandra S. N. Artigo ***“Impactos da Implantação de Rodovias na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos/ Florianópolis/ SC e suas Consequências”***. IIIº Encontro Ibero-Americano de Unidades Ambientais do Setor Transportes – 1998; FATMA, Florianópolis, 1998.

FRANCO, Maria de A. R. ***“Desenho Ambiental. Uma Introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico.”*** 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2008, 226 pg.

_____, ***“Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável”***. São Paulo, ed. Annablume: FAPESP, 2001. 296p

FUSVERK, Renata C. ***“Diagnóstico Ambiental e Proposta de Otimização e Planejamento Subsidiários ao Programa de Gerenciamento Costeiro Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos, Ilha de Santa Catarina (SC, Brasil)”***, Capítulo 4 Caracterização da BHR - Item 4.2 Norte da Ilha/ sub-item 4.2.2 ***“Turismo na BHR”***, pg. 41-45; & Capítulo 6 - Diagnóstico Ambiental da BHR: Resultados e Discussões - Itens 6.3 a 6.13 pg. 64-94. PPEPS-UFSC, Florianópolis, 2002.

GARCIA, Rolando. ***“Interdisciplinaridad y Sistemas Complejos”*** In. Ciencias Sociales y Formación Ambiental. LEFF, Enrique et. al (Org.), Gedisa Editorial, Barcelona, 1994.

GODARD, Oliver. ***“Environnement Soutenable et Développement Durable: Le modèle néo-classique en question”***. Paris: Environnement et société 91- CIRED; apud Montibeller-Filho, G. ***“Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Conceitos e Princípios.”*** Textos de Economia, Florianópolis, vol. 4, ano 1, p. 131-142, 1993. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6645/626>
3

HARVEY, David *“A condição Pós-moderna”*. São Paulo: Loyola, 1993 e 1996.

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). *“Conflitos Ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?”*. IBASE – Projeto Meio Ambiente e Democracia - Apoio: Fundação Heinrich Boll (Alemanha) – Rio de Janeiro, Brasil, 1997.

IBAMA/SC (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Santa Catarina) - Gerência Executiva do IBAMA/SC. Documento: *“Informação Técnica 17/06”* à Diretoria de Ecossistemas/DIREC da ESEC Carijós; Assunto: Zona de Amortecimento da ESEC Carijós. Processo nº 02026.005687-2005-20. Florianópolis, 2006.

ICMBio – Instituto Chico Mendes para conservação da Biodiversidade. *“Plano de Manejo ESEC Carijós”*. ICMBio. Brasília/DF, 2010.

JOLLIVET, M., PAVÉ, A. *“O Meio Ambiente: Questões e Perspectivas para a Pesquisa”* In: P. F. Vieira, J. Weber (Orgs.), *“Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental”* São Paulo, Cortez, pp. 53-112, 2000.

KOHLSDORF, Maria E. *“Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar”* In: FARRET, Ricardo L. (org.) *“O Espaço da Cidade: Contribuição à Análise Urbana”*. São Paulo, Projeto, 1985.

LAYRARGUES, Philippe P. *“Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito?”* Rio de Janeiro: Proposta, vol. 71, p. 5-10, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *“O Direito à Cidade”*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. (coord.) *“Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo”*. México: Siglo XXI, 1986.

LEITE, José R. M. & FILHO, Ney de B. M. (Orgs). *“Direito Ambiental Contemporâneo”*, Ed. Manole, Barueri – São Paulo, 2004.

LISBOA, Armando de M. *“Desenvolvimento. Uma idéia Subdesenvolvida”*. Moção sobre o conceito de desenvolvimento. Disponível em:

http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=228&Itemid=1

MACRUZ, Raquel & SCHINKE, Gert. *“Testemunho participativo da história de uma cidade: PDP de Florianópolis”* – Relato do Plano Diretor Participativo de Florianópolis em 10 Atos. ND Pântano do Sul, Florianópolis, 2012. Disponível em: blog do Núcleo Distrital do Pântano do Sul - <http://pantanodosul.blogspot.com.br/>

MARICATO, Ermínia (org.). *“A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial”*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega Ltda., 1982.

MARICATO, Ermínia. *“As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil”* (2000). In: ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia & VAINER, C. (Org.). *“A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *“O impasse da política urbana no Brasil”*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

MASCARÓ, Juan L. *“Desenho Urbano e Custos de Urbanização”*. 2ª ed. Porto Alegre: D.C. Sagra Luzzatto, 1989. V. 1. 175p.

MASCARÓ, Juan L. **“Loteamentos Urbanos”**. 2ª ed. Porto Alegre: D.C. Sagra Luzzatto, 1989. V. 1. 237p.

MORAES, Antônio C. R. de, **“Os impactos da Política Urbana Sobre a Zona Costeira”**, MMA (Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente. Brasília/ DF, 1996.

MORIN, Edgar. **“A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento”**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar & KERN, Anne B. **“Terra Pátria”**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **“Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Conceitos e Princípios.”** Textos de Economia, Florianópolis, vol. 4, ano 1, p. 131-142, 1993.

Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6645/6263>

_____. **“O Mito do Desenvolvimento Sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias”**, 3ª ed. revisada e atualizada – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

PELUSO JR., V.A. **“Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.”** Florianópolis: EDUFSC / FCC, 1991, apud. Santos & Pereira (2006) ‘A Rede Hoteleira no Núcleo Urbano Central de Florianópolis, (SC): Expansão Urbana e Turismo. Disponível em: www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios...4.../GT09-2.pdf

PERES, Arlis B. **“A verticalização no anteprojeto de lei do Plano Diretor: desenvolvimento sustentável de Florianópolis – cenários possíveis ou impossíveis?”** In: Arlis B. Peres [et. al] (org.) –

“Reconstruindo Paisagens – Desafios Socioespaciais para a Grande Florianópolis” Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PIMENTA, Luis H. F. *“Reserva da Biosfera Urbana e o Plano Diretor de Florianópolis”* In: Arlis B. Peres [et. al] (org.) – *“Reconstruindo Paisagens – Desafios Socioespaciais para a Grande Florianópolis”* Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PMF-IPUF, *“Atlas do Município de Florianópolis”*. BASTOS, Maria das D. de A. (coord.), Florianópolis: IPUF, 2004.

PMF-IPUF. *“Lei nº 2.193/85: Plano Diretor dos Balneários – Distrito de Ratoões”* – Prefeitura Municipal de Florianópolis/ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - PMF/IPUF, 1985.

PMF-IPUF/FUNDAÇÃO CEPA. *“Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Florianópolis – PDDS”* (Proposta de Novo Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Florianópolis sistematizada junto à Fundação CEPA) – PMF/CEPA 2010.

PMF-IPUF. *“Lei Complementar nº 482 de 17/01/2014: Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis”*. Prefeitura Municipal de Florianópolis/ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - PMF/IPUF, 2014.

PORTO, Marcelo F. *“Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas”*. In. *“Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. O Mapa de Conflitos”*. PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean P. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

POZZO, R. R., VIDAL, L. M. (2011). *“A Cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis.”* In: (Org) DIAS, V. L. N. ‘Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis’, do PET Geografia, UDESC. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 230-251.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil. **“Código Civil”** – Lei 10.406/2002 de 10 de Janeiro de 2002. Título III (Da Propriedade), Capítulo I (Da Propriedade em Geral), Seção I (Disposições Preliminares), Artigos 1.228 a 1232; e outros artigos ao longo da Lei. – regulação de direitos de propriedade. Especificamente os artigos 1.229 e 1230. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

_____. **“Estatuto da Terra”** - Lei 4.504/64 de 18 de Setembro de 1950. Capítulo III (Das Terras Públicas e Particulares), Seção II (Das Terras Particulares), Art. 12. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

_____. **“Lei de Terras”** - Lei 601/1850 de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, LucVan. **“Manual de Investigação em Ciências Sociais”**. Tradução: João M. Marques & Maria A. Mendes. Departamento de Sociologia – Universidade Nova de Lisboa. 1ª ed. Portugal: Gradiva, 1992.

REZENDE, Vera. **“Planejamento Urbano e Ideologia”**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Maurício A. **“Ecologizando a cidade e o planeta”**. Belo Horizonte: C / Arte, 2008.

RICHARDT, Nadia F. & TETERYCZ, Teresinha (Org.) **“Normalização de Trabalhos técnico-científicos”** - Manual de normas para trabalhos técnico-científicos: de acordo com as normas da ABNT / Sistema Integrado de Bibliotecas da PUCPR. Biblioteca Central, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Curitiba, 2010.

RIZZO, Paulo M. B. ***“Do Urbanismo ao Planejamento Urbano. Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis, 1950 a 1990”***. Dissertação de Mestrado, PPG-UFSC, 1993.

RIZZO, Paulo M. B. ***“A Natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis – delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores”***. In: ***“Florianópolis do outro lado do espelho”***. PIMENTA, Margareth de C. A. (Org.), p. 61-84. Editora da UFSC, Florianópolis, 2005.

RIZZO, Paulo M. B. ***“O Planejamento Urbano no Contexto da Globalização: Caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, SC”***. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPG, CFH/UFSC. Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Fernando M. ***“Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Rationes – Florianópolis”***, TCC ARQ-UFSC, 2012.

ROLNIK, Raquel. ***“O que é Cidade”***, 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SABOYA, R. ***“Definição de Planejamento Urbano por Yehezkel Dror”*** – Site Urbanidades, 2011.

Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2011/02/definicao-de-planejamento-urbano-por-yehezkel-dror/>

SACHS, Ignacy. ***“Estratégias de transição para o século XXI”***. In: M. Bursztyn (Org.), Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, pp. 29-56. 1993.

_____. ***“Ambiente e estilos de desenvolvimento”***. In: I. Sachs, ***“Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento”***. São Paulo: Cortez, pp. 54-76 (Coletânea organizada por Paulo H. Freire Vieira). 2007.

SANCHEZ, Fernanda. ***“A Cidade Mercadoria: Produção do espaço e***

lógica cultural nos processos de renovação urbana". In: SANCHEZ, F. (2003). "A reinvenção das cidades para um mercado mundial". Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Cristina S. U. "*Planejamento Turístico e Seus Reflexos no Processo de Urbanização nas Praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*". Cap. 4, ítem 4.2 – Turismo de Veraneio e a Produção de um Espaço Especializado, p. 88-91. PPG-GCN/ CFH/ UFSC, Florianópolis, 1993. In: RODRIGUES, F. M. "Ecologia e Planejamento Urbano: estudo de caso em Ratonés – Florianópolis", TCC 1 ARQ-UFSC, 2012

SANTOS, Gisele do R. C. M.; MOLINA, Nilcemara L., & DIAS, Vanda F. "*Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos*". Curitiba, Ibpx, 2007.

SANTOS, Milton. "*A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*". 4ª ed. 2ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2006.

_____. "*A Urbanização brasileira*". São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. "*Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*". 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2008.

_____. "*Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*". 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. "*Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*". 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2008.

SCHINKE, Gert. **“Ecologia Política”**, Parte 1 – A Problemática Ecológica – itens 1, 2, 3 e 4. Porto Alegre - RS, *tchê!* Editora, pg. 17-67, 1986.

_____. **“Ecoplamento: a teoria que explica o processo de assimilação do colapso ecológico por parte do sistema capitalista global”**. 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SCHINKE, Gert (2014). **“Balanço sobre as Reuniões Públicas da Prefeitura em 2014.”** Nota coproduzida com o Coletivo Nossa Cidade sobre as reuniões promovidas pela prefeitura após aprovação e vigência do novo Plano Diretor - Coletivo Nossa Cidade, Florianópolis. Disponível em: blog do Coletivo Nossa Cidade - <http://coletivonossacidade.blogspot.com.br/> Acesso: Janeiro de 2015.

_____. (2014). **“Nota Pública sobre as Audiências Públicas da PMF em 2014.”** Nota coproduzida com o Coletivo Nossa Cidade sobre a última etapa do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Florianópolis: Coletivo Nossa Cidade.

_____. (2014). **“O golpe da ‘Reforma Agrária’ – Fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina”** / Florianópolis: Insular. 2014.

SILVEIRA, Luis R. M. da **“Plano Diretor de Florianópolis: Participativo e Sustentável?”** In: Arlis B. Peres [et. al] (org.) – **“Reconstruindo Paisagens – Desafios Socioespaciais para a Grande Florianópolis”** Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SINGER, Paul. **“O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista”**. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega Ltda., 1982.

SOUZA, Marcelo L. de **“Mudar a Cidade. Uma Introdução Crítica ao**

Planejamento e à Gestão Urbanos.” 6ª. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria E. “*Capitalismo e Urbanização*”. São Paulo, Contexto, 1997.

SUGAI, Maria I. “*As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno norte-ilha.*” Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1994.

_____. “*Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”?*” In: ‘Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras’. Abramo, Pedro (Org.). Porto Alegre: ANTAC, 2009. Coleção HABITARE / FINEP (v. 10). Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2009/05/estudo-identifica-171-areas-de-informalidade-e-pobreza-na-regiao-conurbada-de-florianopolis/>

VAINER, C. “*Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*”. In: ARANTES, O.; MARICATO, Ermínia & VAINER, C. (Org.). “*A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*”. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 e 2009.

VIEIRA, Paulo H. F. “*Gestão de Recursos Comuns para o Ecodesenvolvimento*”. In: P. H. F. Vieira; F. Berkes; C. S. Seixas. “*Gestão Integrada e participativa de recursos naturais: Conceitos, métodos e experiências*”. Florianópolis: APED & SECCO, pp. 333-377, 2005.

_____. “*Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável*”. Revista Política e Sociedade, vol. 8, nr 14. pp 27-75, Florianópolis, Edufsc, 2009.

_____. “*Do Desenvolvimento Local ao Ecodesenvolvimento Territorial*”. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, vol. 10, nº 02, pp. 119-141, Florianópolis, PPGICH-

Doutorado-CFH/UFSC, 2013. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p119>

VILLAÇA, Flávio. *“Espaço Intra-urbano no Brasil”*. São Paulo: Nobel / FAPESP / Lincoln Institute, 1998.

_____. *“As Ilusões do Plano Diretor”*. Livro eletrônico disponível em:

http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf, 2005.

WWF-Brasil. *“Lei que estabelece unidades de conservação completa 10 anos”*. Matéria/ reportagem de avaliação sobre os 10 anos da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Por: Nathalia Clark, Julho de 2010. Disponível em:
http://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?25580/Lei-que-estabelece-unidades-de-conservacao-completa-10-anos

“O processo de urbanização desde uma perspectiva ambiental ampla, tem-se caracterizado, entre outras coisas, pela ocupação desordenada do espaço e pelas altas taxas de densidade urbana, provocando uma histórica crise nas cidades mais populosas pela falta de espaço, dificuldades no fornecimento de energia, infra-estrutura e serviços em geral, cuja manifestação mais grave, para as populações do Terceiro Mundo, é a insuficiência em SB”.

*Juan Ramon Silva
(SB= Saneamento Básico)*

SILVA, Juan Ramon. “Capítulo 7: Saneamento Básico em Florianópolis”, In: CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania, “Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis, 1997, (pg. 130). Grifo nosso.

